

Repensar o conceito de potência  
Contributo do Brasil para uma definição

Filipa Isabel de Saldanha de Vasconcelos e Sousa de Figueiredo

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais,  
Especialização em Estudos Políticos de Área

Filipa Isabel de Saldanha de  
Vasconcelos e Sousa de Figueiredo,  
Repensar o conceito de potência,  
Contributo do Brasil para uma  
definição, 2012

Setembro, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários á obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Estudos

Políticos de Área, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Teresa Rodrigues (UNL-FCSH) e da Professora Doutora Raquel Patrício

(UTL- ISCSP).

**A todos os que me acompanham.**

**Obrigada!**

## Agradecimentos

Um trabalho de pesquisa é sempre um desafio. No âmbito das Relações Internacionais partir em busca de respostas a uma pergunta de investigação implica cobrir vastas e complexas áreas das ciências sociais. Neste desafio encontrei sérios obstáculos: a actualidade do debate sobre os conceitos de potência e o frenesim intelectual provocado pela incertitude da classificação de poderes na ordem internacional e no futuro próximo. Apesar das contrariedades a paixão pelo tema e debate, por um lado, não deixou que os esforços para chegar ao fim esmorecessem, por outro este trabalho não teria sido possível sem uma “equipa”, silenciosa mas sempre presente.

Agradeço, primeiro que tudo, às minhas mentoras. À Professora Doutora Teresa Rodrigues que não exitou em aceitar o meu pedido de coordenação, juntando-o a uma longa lista de responsabilidades, agradeço pela disponibilidade e flexibilidade sem as quais nunca teria podido passar da ideia ao projecto. Para além de co-orientadora a Professora Doutora Raquel Patrício, pelos conhecimentos transmitidos na licenciatura, despertou o meu interesse pelo Brasil. Fez-me descobrir um mundo novo dentro da política externa brasileira que analisa como ninguém. Agradeço-lhe pela orientação, presença, apoio e todas as observações feitas a este trabalho e ao longo dos anos, fazem-me crescer intelectualmente e esta pesquisa não seria o que é sem o seu contributo.

Agradeço à Secretaria de Mestrados e o Departamento de Estudos Políticos pelo profissionalismo. O apoio prestado, principalmente tendo em conta o facto de não viver em Portugal, permitiu que todos os trâmites se desenrolassem dentro da normalidade.

À Bélgica que entre dias de chuva, frio e nevoeiro me trouxe sol dos lugares mais inesperados. Aos muitos amigos que me acompanharam: Cuchi, Dan, Shamma. Às minhas muito queridas amigas e colegas, Giuliana e Ana Maria. Giuliana por tudo e pelo simplificare italiano. Ana Maria pela paciência, apoio quase maternal que me dá força muitas vezes.

Em Portugal aos meus queridos amigos que me trouxeram inspiração e cujos raros momentos que passámos neste período de trabalho foram uma lufada de ar, querida Constança, Carolina, Inês e Sara, agradeço estarem aí. À minha família que sempre me apoiou e que por anos tolerou que nas minhas poucas visitas a casa dedicasse o meu tempo a este trabalho, mãe, Tia, Salvador, à minha tia Maria Luísa que me tranquilizou e aconselhou muitas vezes, agradeço-lhes do fundo do coração. Do Brasil ao meu tio Miguel, a minha bússula. Ao meu pai, que olha sempre por mim.

Chegando ao fim deste trabalho vejo como o apoio de tantas pessoas foi fundamental. Pela paciência para com o meu estado de parcialmente-presente por estes dois anos, pela presença constante e apoio, muito obrigada, dedico-vos este trabalho.

## Abstract

### Repensar o conceito de potência Contributo do Brasil para uma definição

Actualmente vive-se um dos períodos de maior indefinição da ordem internacional da História recente. A crise, mais que económica, é certamente política. As potências jogam um papel fundamental na manutenção da ordem internacional, na modelação de regras e formulação de consensos.

Por outro lado um dos debates recentes das relações internacionais gira em torno do conceito de potência nas várias formas que pode assumir: grande, média, pequena potência; potência tradicional, potência em emergência; potência global e potência regional. Estes são os perfis mais relevantes e que vão estar em análise. As discussões sobre este tema estão longe de estar terminadas e a doutrina diverge quanto á definição destes conceitos.

Pela importância que adquirem no panorama internacional em mudança alguns poderes anunciam-se como as futuras referências da ordem internacional. Pelas suas características sociais, políticas económicas e históricas acreditamos que o Brasil é uma das potências do futuro próximo.

Analisamos a validade do conteúdo dos conceitos de potência e como o Brasil se encaixa em cada perfil. Finda esta análise concluímos qual um possível modelo de análise para as potências do século XXI bem como os vectores de poder que concluímos serem os mais importantes para a sua definição.

Palavras-Chave : potência – grande, média, pequena; tradicional, emergente/em emergência; regional, global- Brasil, modelo de análise potência.

Nowadays we're experiencing one of the most undefined periods on the International Order of our recent History. More than economical the crisis is certainly political. The existing Powers play a crucial role maintaining the international order, shaping its rules and contributing to the formulation of consensus.

On the other hand one of the most recent international relations debates turns around the concept of Power and the shapes it can assume: great power, small power, traditional power, emerging power, global power and regional power. These are the utterly relevant profiles which will be analyzed. The debate on the theme is far away from being finalized and there is no general agreement on these concept definitions.

For the importance acquired on the changing international realm some of these are announced to be the future references of the international order. For their social, political, economical and historical characteristics it's our strong belief that Brazil is one of the Powers to be seized, in the near future.

Each type of power content validity will be scrutinized and we'll try to unveil how suitable are the profiles when matching them with Brazil's power profile. Done with this analysis we will conclude with a power analysis model prototype for the XXI century Powers. Which includes the power elements that have proven to be the most relevant for their definition.

Keywords: Power, Great, Middle, Small, Traditional, Emerging/in emergence; regional, global- Brazil, model analysis power.

## Índice

Introdução	1
Capítulo I - A Nova Sociedade internacional: Transformações	
Pós-Derrube do Muro de Berlim	3
1.1. Da Bipolaridade á Unipolaridade	5
1.2. Da Bipolaridade á Multipolaridade	9
1.3. Da Multipolaridade á Não-Polaridade e ao Mundo Pós- Americano	14
1.4. O Regresso da História	27
Capítulo II- O conceito de potência na Política Internacional	35
2.1. Origem e Noção Tradicional	35
2.2. Elementos constitutivos tradicionais	44
2.3 Relevância na Nova Sociedade internacional	47
2.3.1 Transformação do Conceito	47
2.3.2. Os Grandes Debates Atuais	54
2.3.2.1. Grande potência x potência média x pequena potência	54
2.3.2.2 Potência global x potência regional	68
2.3.2.3. Potência tradicional x potência emergência	79
2.3.3. Novos Elementos Constitutivos Para um Novo Conceito de potência	86
Capítulo III – Uma proposta de Indicadores de Análise: o caso do Brasil	91
3.1. Breve Caracterização do Brasil desde a redemocratização de 1985	91
3.2. A Política Externa Brasileira	97
3.2.1. Principais Características	97
3.2.1. Tradição e actualidade da Inserção Internacional do Brasil	103
3.2.2.1. O período neoliberal	106
3.2.2.2. O Estado logístico	111
3.2.3. A actuação do Brasil na sociedade internacional	114
3.2.4. Os aliados do Brasil na ascensão ao poder : A nova Cooperação Sul-Sul	118
3.2.5. Desafios do Brasil para a sua concretização plena como potência	124
3.3. O Brasil potência – Do Sonho dos Militares á concretização com Lula	129
3.3.1. Indicadores/Argumentos	132
3.3.1.2. As Variáveis do Brasil	132
3.3.2. O Brasil como potência global	139
3.3.3. O Brasil como potência emergente	143
3.3.4. O Brasil como potência média	147
Considerações Finais – Avaliação de Modelo e Sugestões	150
Proposta de Modelo	156
Referências Bibliográficas	161
Anexo I	177
Anexo II	179
Anexo III	180

## Lista de Acrónimos

ABACC - Agência Brasileira de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares  
AIEA-Agência Internacional de Energia Atômica  
ALCA-Área de livre comércio das Américas  
BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BM-Banco Mundial  
BRIC- Brasil, Rússia, Índia e China  
CASA-Comunidade Sul-americana de Nações  
CEPAL-Comissão Económica para América Latina e Caraíbas  
CPLP-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
FHC-Fernando Henrique Cardoso  
FMI-Fundo Monetário Internacional  
GATT-General Agreement for Trades and Tariffs  
G4-Grupo formado por Alemanha, Índia, Brasil e Japão.  
G8- França, EUA, Inglaterra, Alemanha, Japão, Itália, Canadá, Rússia + UE.  
G20-Argentina, Austrália, França, Brasil, Canadá, China, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, República da Coreia, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, EUA,UE.  
IBAS- Índia, Brasil, África do Sul  
IIRSA-Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana  
IDE - Investimento Directo Estrangeiro  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
Mercosul –Mercado Comum do Sul  
O5 – Outreach Five: Brasil, China, Índia, México e África do Sul  
OEA - Organização de Estados Americanos  
OMC -Organização Mundial do Comércio  
ONU- Organização das Nações Unidas  
OPA – Oferta Pública De Aquisição  
OPA – Operação Pan-Americana  
PIB- Produto Interno Bruto  
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PSD- Partido Social Democrático  
PTB-Partido Trabalhista Brasileiro  
R&D- Research and Development  
TIAR-Tratado Interamericano de Assistência Recíproca  
UE – União Europeia  
UEA – Estados Unidos da America  
UNASUL - União das Nações Sul Americanas  
UNDESA- Departamento das Nações Unidas para assuntos económicos e sociais  
UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
UND-União Democrática nacional  
UNCTAD-Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação  
TPN- Tratado de Não-Proliferação





## Introdução

Muitas são as indefinições que caracterizam a Sociedade internacional da actualidade. Pelos séculos sucederam-se os centros de poder, á sua vez económicos, militares, financeiros ou pólos “gerais”.

Cada Império, região ou potência caracterizou-se por traços específicos que num dado momentum lhe conferiram o poder para se salientarem dentre outros centros de poder. Esses outros centros acabaram por provar não estarem á altura destes atores principais que tiveram primazia na condução das políticas e sistemas do sociedade internacional da sua época.

Á vez, e por motivos diferentes, desfilaram Impérios, Reinos, Federações Estados, todos grandes potências, cada um com um papel chave nas relações internacionais.

Nas relações internacionais vive-se um dos momentos de inquietude mais marcantes das últimas décadas. De uma crise económica que parecia um terramoto passageiro instalou-se um verme nas entranhas do sistema económico internacional que tem devorado os mercados, economias e nações.

Num contexto conturbado, qual é a referência de poder no sistema internacional? As Nações Unidas já provaram muitas vezes as suas boas intenções, mas a sua eficácia como órgão de governança global deixa claramente a desejar.

Passando em revista os vários Estados que emergem, pelas suas características de poder, no sistema internacional, surge a esperança de uma renovação na hierarquia das potências que possa devolver ordem á ordem. Da América Latina á Ásia os centros de poder palpitantes desafiam o cerne gravitacional do poder, actualmente ocidental. Da Indonésia á Colômbia, passando pelo Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), sem esquecer Singapura e mesmo a Argentina, as potências que se fortalecem e tentam jogar um papel mais relevante nas relações internacionais são prova viva das mudanças do sistema.

Pela importância que as potências jogam na formulação da ordem internacional e pelo interesse especial que despertou o Brasil, por razões históricas, culturais, pela sua dimensão de país continente e regime democrático, escolhemo-lo como objecto de

estudo. A pergunta que nos acompanha ao longo desta pesquisa é: ao repensar o conceito de potência, como contribui o Brasil para esta redefinição?

O nosso trabalho vai desenvolver-se em três partes. Numa primeira parte abordamos a sociedade internacional e as mudanças que sofreu desde a queda do muro de Berlim, análise que serve como moldura para situarmos a relevância dos poderes na ordem internacional, como se têm processado as mudanças mais recentes, as consequências que acarretou e a actualidade do sistema internacional.

Num segundo momento a nossa análise foca-se no debate conceptual em torno dos vários conceitos de potência: potência média vs grande e pequena potência; potência tradicional vs potência emergente; potência global vs potência regional. A escolha dos conceitos em debate foi feita em função dos conceitos em debate mais abrangentes e que, a nosso ver, reflectem as mudanças e dinâmicas de poder actuais. Pela actualidade do tema e pela contemporaneidade histórica do sistema internacional a que nos referimos encontrar bibliografia e material de pesquisa foi um desafio. Nesse capítulo II os principais autores, as suas teses e os elementos de poder identificados para cada tipo de potência são analisados.

Passando esta etapa e tendo por base as análises e conclusões quanto ao contexto internacional e aos debates entre os vários conceitos de potência a última parte do nosso trabalho é dedicada ao caso do Brasil.

De uma análise geral do panorama político brasileiro e das últimas décadas (70 a 90) onde mudanças importantes (redemocratização, por exemplo) ocorreram estreitamos a nossa pesquisa á política externa brasileira e aos tipos de potência com os quais o perfil de poder do Brasil melhor se identifica.

Concluída esta parte do trabalho utilizamos os modelos de análise SWOT e PEST, originários das ciências económicas mas adaptados ás ciências políticas para compilar os recursos de poder da potência Brasil, como perfil para o conceito de potência do século XXI.

O nosso objectivo é estabelecer um padrão, uma lista de elementos de poder simples que permita um eficaz reconhecimento/ construção de perfil das potências do século XXI. As mudanças da sociedade internacional e as mudanças dos atores principais das relações internacionais fazem ambas parte dos resultados que são consequências

das transformações da ordem internacional.

Com as limitações que encontramos nos modelos SWOT e PEST e pretendendo relevar os vectores mais importantes a ter em conta ao analisar a potência Brasil propomos um modelo. Partindo da grande questão: qual o contributo do Brasil para a definição do conceito de potência? Apuramos, em primeiro lugar, quais os elementos que definem cada tipo de potência nos grandes debates. Em seguida analisamos a política externa do Brasil construindo o seu perfil de poder. Estas duas partes da investigação encontram-se quando aplicamos as hipóteses explicativas que apurámos no segundo capítulo na verificação da posição do Brasil como poder em cada debate. O nosso objectivo é construir um modelo mais abrangente e mais específico para o trabalho do cientista político. Este é o contributo que, neste trabalho, nos esforçamos para dar.

## Capítulo I - A Nova Sociedade internacional: Transformações Pós-Derrube do Muro de Berlim

Em novembro de 1989 o mundo assistiu a um acontecimento que ficaria para sempre na História como marco de uma profunda mudança na ordem internacional. A queda do muro de Berlim que anunciava o fim da URSS e uma transformação significativa no xadrez político mundial. Da maior importância para o nosso trabalho é análise que se segue por ser o momento de mudança que ainda hoje se reflete na ordem internacional, constituindo a regra e esquadro que delineou a anatomia do sistema que, ainda hoje, dá forma à sociedade internacional.

Materializa um acontecimento histórico que ainda hoje continua a ser estudado e cujas repercussões ainda estão a ser avaliadas. As mudanças político-ideológicas que se seguiram à queda do muro de Berlim incluem uma consolidação do poder Norte-Americano como hegemon a nível mundial – com o seu maior competidor a desaparecer poucos anos depois – pautada pela euforia generalizada e crença no liberalismo, nos mercados livres e um certo idealismo.

Embora este trabalho esteja diretamente relacionado com o conceito de potência o que foca a nossa atenção em conceitos como poder e todo o debate que, atualmente, rodeia o conceito de potência, nas suas diversas formas e dimensões e servindo-nos do Brasil como case-study, não podemos evitar dedicar um capítulo às

transformações ocorridas na ordem internacional desde 1989<sup>1</sup>.

Estas transformações foram estudadas por diversos autores, seleccionámos os mais relevantes para o nosso estudo com base nas suas análises estarem relacionadas com os poderes envolvidos em cada ordem, lógica que nos interessa no desenrolar do nosso estudo que beneficiará deste primeiro capítulo que analisa a ordem<sup>2</sup> em várias polaridades: bipolar, unipolar, multipolar, não-polar e pós-americana. Incluímos uma hipótese teórica que defende que o regresso ao ponto onde o ciclo político internacional em que vivemos, se podemos definir um ciclo político internacional como sucessão de ordens internacionais dentro de uma mesma era, começou, com a tese do Regresso da História, de Kagan<sup>3</sup>.

Alguns autores consideram que, até hoje, assistimos a quatro fases na evolução da ordem internacional, por ordem cronológica:

- 1 O período dos impérios, da Antiguidade aos Descobrimentos (séc. XVI);
- 2 Dos Descobrimentos á Primeira Guerra Mundial (1914 -1918);
- 3 Da Primeira Guerra Mundial á implosão da União Soviética (1991);
- 4 Desde 1991 ao presente, uma fase instável caracterizada pela tentativa de estabelecimento de uma nova ordem internacional<sup>4</sup>.

Não é incorreto afirmar que a ordem internacional tem sido pautada por uma grande indefinição, explorada nos artigos que fazem parte da análise que se vai seguir. Análise onde o fio condutor entre as várias teorias que nos guia da bipolaridade de Fukuyama – em 1989 - ao Regresso da História de Kagan - em 2007 - é a constância da “imposição”, não necessariamente coerciva mas nas três vertentes de poder de Nye – Hard, Soft e Smart power – das características da grande potência ou grandes poderes de cada momento, e como a da sociedade internacional se tem de moldar ao que dela(es) emana.

---

<sup>1</sup> Grande potência, Média potência, Pequena potência. potência Global e potência Regional; potência Tradicional e potência Emergência.

<sup>2</sup> Vd. Sousa. de Fernando (Dir.), “ordem internacional” in Dicionário de Relações Internacionais, 2ª edição, Edições Afrontamento, 2008, pp. 139-140 : “ ordem internacional: Conjunto de normas e regras através das quais se procura atingir a estabilidade internacional, o equilíbrio entre as potências e a segurança do sistema internacional. A ordem internacional é composta por vários fatores: o político (...) diplomático (...) estratégico (...) e o ideológico (...) ”.

<sup>3</sup> KAGAN, Robert «End of Dreams, Return of History» in Policy Review, nr. 143, julho 2007.

<sup>4</sup> Vd. Sousa. de Fernando (Dir.), “ordem internacional” in Dicionário de Relações Internacionais, 2ª edição, Edições Afrontamento, 2008, pp. 139-140 : “ ordem internacional: Conjunto de normas e regras através das quais se procura atingir a estabilidade internacional, o equilíbrio entre as potências e a segurança do sistema internacional. A ordem internacional é composta por vários fatores: o político (...) diplomático (...) estratégico (...) e o ideológico (...) ”.

Vamos agora analisar algumas das teorias que são defendidas, não só quanto á ordem internacional vigente mas, também, qual o futuro da ordem internacional ou o que move as transformações que tem sofrido e mostra passível de sofrer<sup>5</sup>.

### 1.1. Da Bipolaridade á Unipolaridade

A euforia que se seguiu á queda do muro de Berlim fez despontar uma visão, quase generalizada, de que o idealismo e liberalismo tinham triunfado mundialmente e continuariam a vigorar por muito tempo.

A guerra parecia algo longínquo e “antiquado” a vitória do liberalismo político e económico fizeram crer, não só às massas mas ás elites políticas da época que tinha chegado um momento de prosperidade generalizada, que alguns autores, como Francis Fukuyama no seu artigo ““The End of History?” publicado no rescaldo da queda do muro -1989- declaravam como vitória definitiva e consequente disseminação do liberalismo<sup>6</sup>.

Segundo Fukuyama, influenciado por Hegel no que diz respeito á visão da História como processo dialético, com momentos diferenciados de início, meio e fim, o liberalismo tinha provado ter consistência ideológica suficiente para providenciar todas as respostas necessárias em termos políticos e económicos. Dentro deste raciocínio defendia que a queda do muro de Berlim representava não só o fim da guerra fria mas o clímax da evolução ideológica da Humanidade e a universalização do modelo democrático Ocidental como forma última de governo.

Para além de Hegel inspirou-se nas teorias de Alexandre Kujève pai das expressões “Fim da História” e “Fim do Estado”, sendo o primeiro definido como o fim da história do desenvolvimento político – no seguimento da interpretação de Hegel e dos ideais da Revolução Francesa<sup>7</sup>. Considera que acabarão as lutas de classes e que o capitalismo é o culminar da evolução produtiva, que por sua vez produziria uma força homogeneizante (globalização) e não acredita que este traga em si contradições que o condenem a um fim. Defendia que o capitalismo também enriquecia o proletariado e proclamava os EUA como modelo mais funcional do mundo. A sua teoria pode ser

---

<sup>5</sup> Cf. Lawson George, Ambruster Chris e Cox Michael (edts) - The Global 1989 Continuity and changes in World Politics, Cambridge, Cambridge University Press, publicado em setembro de 2010, ISBN 13: 9780521147910. –

<sup>6</sup> Vd. FUKUYAMA, Francis « The End of History? » in The National Interest, Verão 1989.

<sup>7</sup>Cf. Bryan-Paul Frost, Ph.D., Prof., University of Louisiana at Lafayette “Alexandre Kojève” - Gallery of russian thinkers...selecionada por Dmitry Olshansky, consulta de 25 de setembro de 2011, disponível online em: [http://www.isfp.co.uk/russian\\_thinkers/alexandre\\_kojeve.html](http://www.isfp.co.uk/russian_thinkers/alexandre_kojeve.html).

resumida numa frase: "History moves through a series of determinate configurations, culminating in the end of history, a state in which a common and universal humanity is finally realized"<sup>8</sup>.

Kójeve dá ênfase especial ao papel que o escravo tem na transformação dos paradigmas que regem o mundo, com uma força nascida da vontade de mudar a sua situação, que considera demonstrada factualmente nas revoluções guiadas por ideais liberais dos séc.XVIII a XX.

Para além desta influência que Kojève foi buscar a Marx também bebeu dos ensinamentos de Heidegger, do qual, muito sinteticamente, incorpora na sua teoria o seguinte raciocínio: O homem está condicionado pela sua percepção de tempo, finitude e espaço. No fundo, a importância de referir o trabalho de Kojève na análise do raciocínio de Fukuyama é compreender que as teses do segundo são baseadas nas premissas de um autor que tentou reunir numa única teoria ideológica Hegel, Marx e Heidegger, defendendo, e é nesta conclusão de Kojève que Fukuyama mais retira substrato teórico para o seu "Fim da História", a reconciliação histórica -leia-se, fim da História pois marca o *laissez définitif* de conflitos entre as forças motrizes da História – leva a um reconhecimento da igualdade entre todos os indivíduos, o fim das distinções, que com Fukuyama passa a ser o liberalismo para todos os indivíduos e o fim de substratos ideológicos conflitantes com a vitória da democracia ocidental.

E como se verificava a tese de Fukuyama na ordem internacional? Segundo o autor a prosperidade do liberalismo em termos económicos gera uma abundância nos mercados e na escolha que é dada aos consumidores. Apresenta-se como um *push* fator para preservar e impulsionar o liberalismo na esfera política.

Refere então um universal homogenous state que define como uma democracia liberal na esfera política combinada com um acesso fácil aos mais diversos produtos nos mercados. Em vez de definir o liberalismo como fim da História positivamente – explicando exatamente porquê - Fukuyama inverte a resposta e pergunta: porque não? Ou seja, o liberalismo deve ser considerado forma última de ideologia e teoria de mercado pois não há nenhuma contradição fundamental da vida humana que não possa ser solucionada no contexto do liberalismo moderno e resolvida por outra estrutura

---

<sup>8</sup>ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, IEP, um recurso académico peer-reviewed "Alexandre Kojève", disponível online em: <http://www.iep.utm.edu/kojeve/>, pesquisa de 8 de outubro de 2011.

político-económica. Identifica como maiores inimigos do passado do liberalismo o comunismo e o fascismo. Considera-os ultrapassados e mortos, perguntando-se se haverá algum tipo de contradição não resolúvel existente. No contexto social liberal da altura dois elementos são enunciados como de complexa resolução mesmo dentro do paradigma liberal, a religião e o nacionalismo.

Mais uma vez Fukuyama vira o sentido das perguntas-respostas e justifica a existência destes elementos contraditórios com o liberalismo – que com contradições no seu seio não poderia ser considerado como máxima evolução político ideológica – da seguinte maneira: a religião é motor do liberalismo, pois exatamente pela primeira não conseguir ajudar a sociedade a decidir da “natureza da boa vida” esta teve de encontrar outras formas de conciliação- nomeadamente o liberalismo.

Por outro lado o nacionalismo é caracterizado como problema mas, não necessariamente, contraditório ao liberalismo. Para fundamentar esta afirmação Fukuyama distingue entre dois tipos de nacionalismo, o nacional-socialismo e os outros. Apenas o nacional-socialismo é associado com um programa de governo ou substrato ideológico específico, logo competição com o liberalismo dada a sua natureza político-económica estruturante da sociedade.

Os outros nacionalismos - chamemos-lhes nacionalismos correntes - são fruto de diferenças culturais e étnicas, relacionados, por isso, com um plano cultural e não ideológico, que é o importante para esta análise. Mais, o autor defende que os nacionalismos correntes são resultado de sistemas políticos anómalos - leia-se como estranhos á ordem liberal, que deveria reger toda a sociedade internacional - e podem ser solucionados com a adopção do liberalismo.

Mesmo a hipótese de novas ideologias aparecerem e poderem suplantar o liberalismo é posta de parte pois refere que desde 1806 foram poucos os avanços significativos dos princípios de organização político-sociais. Refere os Estados Unidos da América (EUA) como exemplo da sociedade igualitária que o liberalismo representa como contexto económico político no campo ideológico. Podemos então arriscar a afirmação que ao fazer esta análise Fukuyama não se referia só a uma unipolaridade ideológica, mas também aos Estados Unidos como hegemon, exemplo e materialização deste liberalismo, forma última da evolução ideológica política.

Seguindo a sua lógica de análise uma grande potência para Fukuyama seria

um Estado Liberal e democrático – igualitário nas estruturas e leis, pois para ele as desigualdades que se verificam na vida real não contradizem o liberalismo como forma máxima de ideologia. O que importa é a existência deste liberalismo no plano burocrático/administrativo/de gestão dos Estados como entidades políticas e económicas.

Por fim acaba por referir a existência de dois tipos de contextos estatais, como se a sociedade internacional da época se dividisse em dois mundos: um desses mundos, o dos Estados do Fim da História- aqueles que já tinham atingido o pico máximo evolucionário materializado na adoção do liberalismo como estrutura político-económica e os Estados que estavam bloqueados na História, ou seja, aqueles que ainda não tinham passado a ter como principal princípio de organização o liberalismo<sup>9</sup>.

Menciona, ainda a possibilidade de conflitos entre Estados bloqueados na História e entre grupos nacionalistas antagónicos – cuja natureza anómala e não diretamente contraditória em relação ao “Império” do liberalismo já referimos – podem recrudescer mas a tendência é para o desaparecimento deste tipo de situações contraditórias.

Um dos pontos mais interessantes da análise de Fukuyama acaba por ser revelado no final do seu artigo, ao prever o fim da História como início da monotonia e aborrecimento em termos das relações internacionais – pois não haveria mais conflito, busca, evolução em termos ideológicos e políticos, apenas uma manutenção constante e eterna da situação vigente- faz-nos crer que o unipolarismo liberalista – representado pela potência Estados Unidos á altura iria vigorar para sempre.

O nosso objetivo não é dissecar o trabalho de Fukuyama, por isso mesmo antes de passar ao autor seguinte nesta análise fazemos uma muito breve referência ao crítico mais acérrimo da tese do Fim da História de Fukuyama: Jacques Derrida. Para este filósofo francês, desconstrutivista, qualquer teoria dogmática é classificada como conducente a aporia, palavra grega para beco, um caminho sem saída. Derrida não critica o liberalismo como estrutura nem a disseminação do modelo democrático a nível mundial, critica sim que tenha chegado o Fim da História, a perfeição e total disseminação de uma estrutura liberal e democrática nunca vai existir a nível mundial

---

<sup>9</sup> Não esquecer que quando Fukuyama escreveu o seu artigo a URSS ainda existia, logo um Estado com uma ideologia de Estado, Comunista e um regime autocrático.



embora deva estar sempre no plano dos ideais a perseguir<sup>10</sup>.

Seguindo a ordem cronológica previamente enunciada passamos á análise do trabalho de Huntington, que apenas alguns anos depois – mas já após a implosão da URSS – elabora um outro quadro de análise da ordem política e relações internacionais, do momento e futuras.

## 1.2. Da Bipolaridade á Multipolaridade

No pós-implosão da URSS, como todas as mudanças políticas que este acontecimento trouxe, Samuel Huntington analisa a nova fase em que a política mundial se encontra á luz das diferenças culturais, consideradas pedra angular dos movimentos nas relações internacionais e dos grandes conflitos no porvir.

Segundo o autor a grande divisão na política internacional vai passar a ser cultural e não ideológica ou económica, embora não descarte o peso destes elementos no contexto internacional. Rejeita a divisão económica em primeiro, segundo e terceiro mundos contrapondo-lhe a relevância da divisão cultural em civilizações.

À semelhança de Fukuyama em relação ao liberalismo como evolução ideológica última, Huntington considera esta barreira cultural como a última fase da evolução do conflito no mundo moderno. No mundo moderno, segundo o autor, as civilizações não ocidentais juntam-se a estas como modeladoras e motores da História, deixando o papel de meros objetos dos desígnios históricos ocidentais.

É importante, para compreender toda a tese de Huntington da nova ordem mundial, fazer referência á sua definição de civilização:

“...A civilization is thus the highest cultural grouping of people and the broadest level of cultural identity people have short of that which distinguishes humans from other species(...) defined both by common objective elements, such as language, history, religion, customs, institutions (..) the subjective self- identification of people . People have levels of identity (...) The civilization to which he belongs is the broadest level of identification with which he intensely identifies”<sup>11</sup>.

Identifica as civilizações como passíveis de mudança e até de extinção, podem

---

<sup>10</sup> A crítica de Derrida á tese de Fukuyama e do Liberalismo como forma última de estrutura político-económica encontra-se na obra “ espectros de Marx”. Cf Burns Robert, Pickard- Rayment Hugh (ed), *Philosophies of history: from enlightenment to postmodernity*, Wiley-Blackwell, 2000, pp. 308-309.

<sup>11</sup> HUNTINGTON, Samuel «The Clash of Civilizations? » in *Foreign Affairs*, nr. 72, 3, Verão de 1993, pp.24.

ser compostas por vários Estados e Nações ou apenas por um Estado ou Nação. E como é a ordem mundial afetada por esta divisão cultural? Quais os choques que se podem dar entre as civilizações e porque ocorrem?

Hungtinton defende que as diferenças entre as civilizações são mais do que reais, são básicas – no sentido de pertencerem ao mais elementar da identidade dos povos. A História prova que esta heterogeneidade cultural foi a razão principal para os conflitos mais violentos. Em segundo lugar considera que o mundo se está a tornar um sítio mais pequeno onde há mais e mais interação – talvez tivesse já em conta os efeitos da globalização ao referir esta mudança dimensional – como consequência há uma tomada de consciência por parte dos povos de diferentes civilizações da existência de diversos contextos civilizacionais o que, na opinião de Hungtinton, aprofunda as separações, muitas vezes já com raízes históricas, e animosidades entre os povos.

De seguida – e tendo em conta que a religião é um dos elementos parte da identidade de uma civilização – considera a modernização económica impulsionadora do afastamento entre os povos e, em seu lugar, a criação de uma maior ligação com a religião como forma de compensar este afastamento pois reforça a união entre civilizações, independentemente de afastamentos geográficos.

O Ocidente tem um papel duplo propulsor do crescimento da consciência das diferenças civilizacionais: acompanhando o pico de poder do Ocidente e talvez como resultado do mesmo, tem havido um retorno às raízes por parte das outras civilizações não ocidentais.

Por fim salienta que dada a sua natureza as diferenças culturais são imutáveis e não se pode atingir um compromisso entre elas com a mesma facilidade que se pode fazer no quadro político ou económico. A pergunta que se coloca entre civilizações é "What are you?", sendo parte do mais profundo da identidade dos povos criando uma divisão entre nós e os outros que se reflete na sociedade internacional e nas fontes de conflitos.

Quanto aos conflitos ou "choques" entre civilizações Hungtinton enumera dois níveis nos quais estes podem ocorrer: choques a nível micro – que são choques entre grupos que se encontram nas linhas divisórias culturais e lutam de forma violenta normalmente pelo controlo uns sobre os outros ou dos seus territórios; choques a nível

macro - compreendem os conflitos entre Estados que pertencem a diferentes civilizações na busca de maior poder económico, militar ou sobre as instituições internacionais e, ou, terceiros atores promovendo, simultaneamente, os seus valores políticos e religiosos.

Considera que no lugar da antiga cortina de ferro ideológica surgiu uma cortina de veludo cultural, estas linhas divisórias substituem as fronteiras ideológicas e políticas com pontos de referência para crises e derramamento de sangue. Mas, dentro das civilizações Hungtinton reconhece que algumas tem mais tendência para a violência do que outras, por exemplo afirma que: “(...)Islam has bloody borders”.

Nesta análise, cujo principal intuito é compreender os vários paradigmas pelos quais a ordem internacional tem sido caracterizada, ou á luz dos quais tem sido analisada nas últimas décadas, o conceito de Kin-Country - aqui traduzido por Estados Pares - é muito importante<sup>12</sup>.

Este conceito, ou síndrome, caracteriza-se por substituir as tradicionais ideologias e conceito de balança de poderes como base para cooperação e formação de coligações entre Estados. Os standards duplos, neste contexto, são inevitáveis, a fórmula aplicada nas relações com os Estados Pares não é a mesma que se aplica á generalidade dos Estados com os quais se mantém relações. Mesmo a probabilidade de conflito é menor quando se trata de países que partilham um substracto civilizacional. Profetiza que a próxima Guerra Mundial vai ser entre civilizações.

A situação de poder do Ocidente em relação a outras civilizações levam o autor a afirmar que o Ocidente utiliza a sua situação privilegiada, através das instituições internacionais, poder económico e militar, para modelar a sociedade internacional de maneira a que os valores ocidentais predominem e sejam perpetuados protegendo os interesses, valores e princípios ocidentais.

O futuro vai depender dos vários caminhos que se apresentam às civilizações não ocidentais na sua relação com as ocidentais, das quais o autor destaca: podem tentar isolar-se, um “opting-out” de um mundo feito á imagem das estruturas ocidentais; podem tentar juntar-se ao ocidente, adotando os seus valores e princípios; outra hipótese é balançar o poder ocidental através do desenvolvimento económico e

---

<sup>12</sup> Conceito emprestado de H.D S. Greenway, teve o seu maior impacto no artigo «Adversaries create devils of each other » in The Boston Globe, de 15 de dezembro de 1992.

militar, numa cooperação entre Estados não ocidentais preservando valores e princípios próprios, ou seja, modernizar-se mas não ocidentalizar-se.

Estas opções representam grandes desafios para as civilizações que as têm pela frente, qualquer uma delas acaba por ser uma tomada de posição com consequências sérias nas relações internacionais do Estado que as tomou.

O conceito de Torn Country de Huntington, sucintamente, define os Estados que estão entre civilizações e tanto podem definir-se em relação a uma como outra, estão num limbo civilizacional- exemplos mais flagrantes são a Turquia e o México, embora a Rússia seja considerado o mais importante.

A ligação Islâmica-Confuciana figura no trabalho de Huntington como desafio aos valores, interesses e poder ocidentais. Desafio que inclui conflitos focados em armas biológicas, mísseis balísticos e todo o aparato tecnológico de apoio a este tipo de material bélico. Embora refira que a durabilidade desta ligação é desconhecida; outro desafio é colocado através dos Weapon States, Estados não ocidentais com tendência a militarizar-se indo contra a tendência ocidental de desmilitarização.

As instituições, por exemplo, têm mais probabilidade de surgir e ter sucesso na mesma civilização do que entre civilizações diferentes. No seguimento deste raciocínio Huntington não define a sua teoria como verdade absoluta mas como forte hipótese, que, a verificar-se, tem implicações para a política ocidental. Refere, em tom de recomendação, que medidas devem ser tomadas, por parte das civilizações ocidentais, de modo a fortalecer a sua posição na ordem internacional, dividindo-as em vantagens a curto prazo e acomodação a longo prazo.

Entre as primeiras: é claramente no interesse ocidental a promoção de uma maior cooperação e unidade entre a sua própria civilização; prevenção da escalada de conflitos entre civilizações para guerras entre civilizações; limitar a expansão da força militar nos Estados Islâmicos e Confucianos; moderar a redução das capacidades militares ocidentais; manter a superioridade militar na Ásia Oriental e do Sudeste; explorar as diferenças e conflitos entre Estados Confucianos e Islâmicos-enfraquecendo a sua ligação-apoiar outros grupos simpatizantes do Ocidente; fortalecer as instituições internacionais que refletem os interesses do Ocidente e os seus valores, legitimando-os e atraindo a si os Estados não-ocidentais.

Quanto ao longo prazo Huntington defende a manutenção do poderio económico-militar, desenvolvimento e aprofundamento dos conhecimentos em relação às assunções religiosas e filosóficas-como substrato da essência civilizacional é fundamental que haja uma compreensão significativa destes elementos-e um esforço por identificar elementos comuns entre Ocidente e outras civilizações.

A consideração final de Huntington é que, no futuro, não haverá uma civilização hegemónica mas sim diversas civilizações que, no nosso entender, para existir têm de aprender a coexistir. Da sua análise extraímos os seguintes pontos fundamentais: as diferenças culturais são um fator diferenciador muito importante na ordem internacional e cada vez mais formam uma divisão.Podemos inferir que está a apontar-nos o caminho da multipolaridade, pois não preconiza a existência de um grande poder mas de várias civilizações, das quais a de mais relevância é a Ocidental pois tem a estrutura das instituições internacionais e das relações internacionais feitas á sua imagem, mas esta posição de superioridade vai exigir esforço, como é possível concluir pelos pontos a longo e curto prazo em que tem de se focar para poder manter-se.

No papel de principal crítico ao choque das civilizações de Huntington está Edward Said. Considera que Huntington não pode dividir o contexto internacional, como refere que este fez em traços gerais, num binómio Islão-Ocidente, que Huntington foi beber a sua teoria a Bernard Lewis e ambos ignoram a dinâmica histórica que é parte das civilizações, que não são entidades estanques e fechadas a qualquer tipo de evolução<sup>13</sup>. Para Said o que o choque das civilizações significa é uma justificação para a unidade ocidental pois providencia um “inimigo” comum ou, no mínimo, um motivo para que se reforcem os laços entre a civilização Ocidental.

Do contexto multipolar que Huntington nos introduz é possível adivinhar o que se vai seguir em termos de paradigmas teóricos. Há uma clara diferença na fisionomia dos atores principais das Relações Internacionais a partir de Huntington, são grandes espaços e não os Estados-Nação os protagonistas principais da política Internacional.

A que Estados correspondem estes grandes espaços que conferem à dinâmica da política internacional uma vertente multipolar? Que consequências têm e de que forma se expressa esta multipolaridade? Para responder a estas questões e avançar mais

---

<sup>13</sup> Cf. LEWIS, Bernard, « The Roots of Muslim Rage » in The Atlantic, setembro 1990 e SAID, Edward «The Clash of Ignorance» in The Nation, 22 de outubro, 2001.

um passo na evolução recente dos paradigmas principais da ordem internacional vamos passar á análise das teorias de Fareed Zakaria – O mundo multipolar ou pós-americano – e Richard Haas – não-polaridade.

### 1.3. Da Multipolaridade á Não-Polaridade e ao Mundo Pós- Americano

Os trabalhos de Richard Haas e Fareed Zakaria são análises que se inserem num período mais recente da história. Ambos escrevem no pós-11 de setembro, evento que muitos consideram marcar o verdadeiro início do declínio percebido do poder estadunidense, marcado por uma visão dos especialistas de política internacional em relação á ordem de poderes existente com diversos centros de poder, com dimensões e características diferentes, a ocupar o lugar anteriormente ocupado por uma ou duas superpotências.

Assim a hierarquia de poderes atual (Séc XXI) pode ser classificada de duas maneiras: segundo Zakaria é multipolar – existe uma multitude de poderes, de pólos de poder – ou, segundo Haas, não-polar – presencia-se uma multitude de centros de poder mas bane a noção de “pólos”de poder – devido á palavra pólo referir-se a uma concentração. Antes de dar início á análise das duas perspetivas é de salientar que os artigos tem apenas alguns meses de interregno entre as suas respetivas publicações (Haas em abril de 2008 e Zakaria em maio/junho) , embora a análise seja separada aqui parece-nos importante para a compreensão da distribuição de poder na ordem internacional atual. As análises destes dois autores capturam o contexto actual do poder e são complementares. Se, por um lado há uma não polaridade (Haas), por outro não deixa de haver uma multipolaridade (Zakaria).

O trabalho de Richard Haas – The Age of Non-polarity – começa de imediato por contextualizar o nosso século (XXI), como aquele cuja principal característica em termos de poder a nível internacional é a não-polaridade, que define como : “ (...) a world dominated not only by one or two or even several states but rather by dozens of actors possessing and exercising various kinds of power. This represents a tectonic shift from the past<sup>14</sup>.”

Para Haas os sistemas multipolares podem envolver cooperação e podem

---

<sup>14</sup> Vd. HAAS, Richard «The Age of Non Polarity» in Foreign Affairs, 16 abril, 2008, pp.1, disponível online em : [http://www.realclearpolitics.com/articles/2008/04/the\\_age\\_of\\_nonpolarity.html](http://www.realclearpolitics.com/articles/2008/04/the_age_of_nonpolarity.html), pesquisa de 29 de setembro de 2011.

mesmo atingir uma forma concertada – concerto de poderes – envolvendo alguns Estados cujo maior poder se reflete na sua posição privilegiada ao serem fonte das regras pelas quais os outros se guiam e desempenharem o papel de disciplinadores para os que as violarem. Este tipo de concertação pode assumir outras formas como balança de poderes, em casos mais competitivos e pode tornar-se conflituosa caso esta balança seja desequilibrada.

À medida que analisamos o trabalho de Haas compreendemos o porquê da sua definição da ordem internacional como não polar ao invés da adoção do mesmo tipo de terminologia que Zakaria. Para Haas a realidade é que não só o Estado-Nação, detentor da maior fatia de poder nas relações internacionais, está em declínio. É toda a vasta multitude de atores aos quais este poder se estendeu e pelos quais está distribuído, refere poderes abaixo, acima e paralelos que desafiam o poder do Estado. Anotamos, assim, que na teoria de Haas não só o poder está mais diluído como os atores com poder não só são mais mas também mais variados.

Refere a existência de poderes regionais numerosos – Brasil, Argentina, Chile, México, Venezuela – na América Latina; Nigéria e África do Sul em África; Egito, Irão, Israel e Arábia Saudita no Médio Oriente; Paquistão no Sudeste Asiático, Austrália na Oceânia, Indonésia e Coreia do Sul no Oeste Asiático, bem como um número bastante significativo de organizações, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), multinacionais, outras entidades de reconhecido peso e poder na condução ou influência no rumo da política internacional (grandes cadeias de televisão como Al Jazeera ou BBC, por exemplo).

Para fazer da sua análise o mais sintética e simples possível, não só porque teremos de analisar ainda outros dois autores neste primeiro capítulo do nosso trabalho mas também porque não é só sobre as principais mudanças na distribuição de poder e hierarquia de poderes na ordem internacional de que o nosso trabalho trata, mas de descobrir como estas tiveram influência no debate que envolve os conceitos de potência atuais, para chegarmos ao nosso objetivo principal de análise.

Voltando a Haas, e segundo o mesmo, as premissas mais relevantes da atual situação internacional em termos de distribuição de poderes-e consequente não-polaridade mas, ainda, preponderância do poder dos EUA- são:

- O mundo político internacional é atualmente formado por uma ampla rede de

atores com o poder muito mais distribuído que concentrado;

- Os EUA vão continuar a ser por um longo período ainda, a maior agregação única (ou uni-composta, diríamos) de poder;
- Poder e influência, numa era de não polaridade, estão cada vez menos ligados – ou seja, os EUA;
- O anti- americanismo está amplamente difundido, mas nenhum grande poder rival – ou conjunto de poderes – surgiu para desafiar o lugar que os EUA ocupam<sup>15</sup>.

Muitos dos Estados cujo poder é mais relevante, na atualidade, necessitam que se perpetue este tipo de sistema para continuarem a crescer e ganhar mais poder, por isso necessitam que os EUA continuem a manter a ordem existente. Consideramos esta situação algo irónica pois acaba por perpetuar um modelo suspeito pela crise económica que começa a atingir contornos políticos vinculados e consequências sociais graves, de minar o crescimento destes mesmos poderes e economias que agora o tentam salvar. O esforço parece ir na direção de manter princípios ideológicos e económicos obsoletos, apenas para manter uma ordem.

Podemos concluir daqui a importância da existência de uma ordem de poderes a nível internacional. Embora esta possa ser o cancro que vai minar as suas hipótese de atingir um lugar mais elevado na hierarquia de poderes, arrastando os próprios criadores. Neste contexto o importante a reter é a existência de um sistema cuja estrutura, embora colapsante, continue a ser alimentada por ser aquela que melhor se adapta a subestruturas que foram criadas nestes novos centros de poder para se adaptarem e poderem interagir numa ordem cujos pontos cardiais começam a tornar-se um pouco difusos e controversos. Esta necessidade gera o fomento da manutenção do status quo estadunidense-por exemplo, em termos de manter a moeda forte e como referência a nível mundial.

Após fazer desfilar ante o leitor alguns poderes considerados de especial relevância estratégica-como a China, Índia, União Europeia (UE) e Japão, dá razões diferentes para que cada um deles não esteja em condições de competir com os Estados Unidos (EUA): problemas demográficos, falta de cultura política, falta de fundos para

---

<sup>15</sup> Cf. HAAS, Richard «The Age of Non Polarity» in Foreign Affairs, 16 abril, 2008, pp. 1-2, disponível online em : [http://www.realclearpolitics.com/articles/2008/04/the\\_age\\_of\\_nonpolarity.html](http://www.realclearpolitics.com/articles/2008/04/the_age_of_nonpolarity.html), pesquisa de 29 de setembro de 2011.



alimentar as estruturas militares e económicas ao ritmo que estão a crescer, são apenas alguns fatores que o autor aponta quando analisando estes poderes para justificar que estes não se encontrem em posição de serem considerados ameaças ao poder americano.

Interessante é o argumento que, pela maneira como os EUA, segundo Haas, conduziram a sua política, não permitindo que estes Estados se sentissem ameaçados nos seus interesses nacionais pelo poder americano, proporcionou um relacionamento que não impulsionou o aparecimento de rivalidades significativas<sup>16</sup>.

No entanto apresenta três explicações para que, mesmo com a continuação de uma considerável concentração do poder no contexto internacional do lado dos Estados Unidos a unipolaridade tenha, definitivamente, acabado. A primeira razão com que nos deparamos na análise de Haas é histórica, defende que os Estados desenvolvem-se, adaptando e melhorando, a nível interno e externo, os elementos que lhe conferem poder. Também assim evoluem as multinacionais e grandes sociedades, logo a competição é maior e não há forma de travar o surgimento de novos centros de poder, que incluem atores muito diversos dos tradicionais Estados Nação.

Em segundo lugar a política norte-americana. Se por um lado a sua política energética ajudou a empoderar países emergentes produtores de petróleo, por outro a transferência de riquezas e poder para estes não só os fortaleceu no panorama geral mas quando estas transferências vinham dos EUA enfraqueciam-nos em relação a estes. A sua política económica-em termos de despesismo militar e na área da regulação do crédito, mostrou ser pobremente supervisionada, com resultados desastrosos – e a guerra no Iraque, pois não só o desgaste económico é muito grande como os EUA não tem recursos para manter este palco de guerra ativo e intervirem em outros simultaneamente.

Em terceiro lugar aponta o fim da unipolaridade como consequência inevitável da globalização. A globalização proporciona o reforço da não polaridade através de fluxos transfronteiriços que não são percecionados pelos governos mas que vão diluindo os poderes dos grandes atores. Estes mesmos fluxos ainda têm a particularidade de fomentar o empoderamento de atores não-estatais, incluindo terroristas<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Idem, pp. 3.

<sup>17</sup> Idem, pp. 3-4.

Em suma, há tantos centros de poder que até as decisões a nível coletivo vão ser mais difíceis e será crescentemente complexo conseguir respostas concertadas entre a comunidade internacional, obrigando assim as instituições a um esforço extra para conseguir chegar a consensos.

Esta situação, defende o autor, leva a uma confusão generalizada, pois segue a entropia, quantos mais atores fazem parte de um sistema mais tendem para uma maior aleatoriedade e desordem devido á ausência de uma força externa-um grande pólo que poderia intervir mas atualmente não existe pois trata-se de um sistema não-polar. Alerta, no entanto, que os EUA como principal concentração de poder devem retirar toda a vantagem desta situação e manter o seu status quo. Assim deve focar a sua atenção no problema energético que os mina economicamente, mas pode ser resolvido simplesmente através de uma redução do consumo de energia, defende que seja cuidadoso ao utilizar o aparelho militar: o terrorismo não pode ser erradicado e toda a sociedade deve participar da luta contra este tipo de ameaças através de informação e iniciativas que tornem a população mais resiliente afastando desse caminho possíveis recrutas para as fileiras terroristas. O objetivo deve passar por reduzir o impacto mesmo dos ataques que sejam bem-sucedidos.

Impedir que haja um alastramento de materiais e programas nucleares, providenciando aos Estados interessados neste tipo de material bélico certos materiais dentro de determinadas molduras institucionais, simultaneamente providenciando outro tipo de oportunidades, como impulsionar o uso desse material nuclear para produção de energia elétrica bem como providenciar sistemas de segurança e defesa alternativos podem ser soluções viáveis. O autor também diferencia entre ataques preemptivos e preventivos, considerando os primeiros aceitáveis e os segundos a evitar ao máximo<sup>18</sup>.

A integração no geral, e de jovens em particular, que estejam á beira da marginalização social é muito importante. O comércio, como forma de integração, noutro prisma, bloqueia impulsos conflituosos pois a guerra além de ser

---

<sup>18</sup> Define ataques preemptivos como aqueles que servem para parar uma ameaça iminente e ataques preventivos como os ataques virados para o ataque de capacidades existentes, embora sem sinais de que essas capacidades/ recursos venham ou estejam na eminência de ser utilizados, apenas existem, vd. HAAS, Richard «The Age of Non Polarity» in Foreign Affairs, 16 abril, 2008, pp. 6 disponível online em : [http://www.realclearpolitics.com/articles/2008/04/the\\_age\\_of\\_nonpolarity.html](http://www.realclearpolitics.com/articles/2008/04/the_age_of_nonpolarity.html), pesquisa de 29 de setembro de 2011.

economicamente dispendiosa afeta negativamente as relações e frutos do comércio inter-estatal, sendo de todo o interesse do Estado evitar conflitos. O fortalecimento e aperfeiçoamento da capacidade dos Estados Unidos de gerirem e lidarem com os Estados falhados a nível internacional também são tidos por Haas como fator crucial na manutenção do seu status quo atual. Embora esclareça que é necessário aumentar a capacidade militar para este efeito específica a criação de uma força civil para este fim, uma força civil que possa agir rapidamente e assista na criação de estruturas básicas.

No fim da sua análise Haas aconselha a um sábio aproveitamento do contexto multilateral para lidar com o mundo não polar. Para este efeito devem ser reformadas tanto a constituição do G8<sup>19</sup> como do Conselho de Segurança das Nações Unidas, refletindo a situação real em termos de grandes atores internacionais e não o contexto do pós-segunda Grande Guerra. Sugere um multilateralismo á la carte quando um multilateralismo total não seja possível, dando o exemplo do comércio internacional-com o falhanço da Ronda de Doha - que há falta de um consenso e enquanto decorrem negociações obriga os Estados a firmarem acordos bilaterais ou multilaterais para colmatar essa lacuna a nível internacional<sup>20</sup>.

A diplomacia passa a representar um desafio ainda mais significativo pois além de um número maior de atores as estruturas existentes foram feitas á imagem de um mundo unipolar, bipolar ou multipolar. Assim as relações tornar-se-ão mais seletivas e situacionais, a distinção entre aliado ou inimigo vai ser cada vez mais complexa e a política externa dos EUA baseada na premisa “You're either wit us or against us”<sup>21</sup> vai ser um luxo a que estes não se podem dar. Uma possível solução para evitar o caos e complexa confusão gerada por uma ordem internacional não polar pode ser uma não-polaridade concertada – parece-nos um género de diretório de poderes – que iria permitir um certo grau de gestão desta complexa mudança na ordem de poderes internacional e minorar as probabilidades de degradação ou desintegração do atual sistema internacional.

---

<sup>19</sup> G8 é o grupo constituído pelas grandes economias e democracias industrializadas actuais, e a UE. Visa a coordenação macro-económica. É constituído por: França, EUA, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão, Itália, Canadá, UE e Rússia. É criticado por não incluir o Brasil e a China.

<sup>20</sup> Embora continue a desenrolar-se, visto ter começado em 2001, ou seja, há, sensivelmente, uma década, não se pode considerar que uma negociação que se arrasta há tanto tempo possa alguma vez ser considerada bem-sucedida.

<sup>21</sup> HAAS, Richard «The Age of Non Polarity» in Foreign Affairs, 16 abril, 2008, pp.7, disponível online em : [http://www.realclearpolitics.com/articles/2008/04/the\\_age\\_of\\_nonpolarity.html](http://www.realclearpolitics.com/articles/2008/04/the_age_of_nonpolarity.html), pesquisa de 29 de setembro de 2011.

A análise de Zakaria tem a especificidade de reconhecer que o “Rise of the Rest” já está em curso e de dar a conhecer o que considera potenciais soluções para que os Estados Unidos continuem com um papel especial na ordem internacional.

Inicia as suas observações através de uma análise paralela entre a situação do Império Britânico, seu declínio, razões para este declínio e como ele foi combatido ou amenizado fazendo, em paralelo, as mesmas observações em relação aos Estados Unidos. Uma em tom de previsão outras como revisão e algumas como simples observação, consoante estas observações se refiram a fenómenos que já ocorreram, ocorrem ou virão a ocorrer. Considera que “History is happening again<sup>22</sup>” e salienta que um dos motivos que levaram a Grã-Bretanha a conseguir manter um poder relevante a nível mundial foi o acomodar-se á subida dos Estados Unidos como Grande potência, ao invés de esgotar todos os seus recursos a combater esta subida dos Estados Unidos ao poder<sup>23</sup>.

Como dilema refere que ambos tiveram de combater o dilema estratégico básico, extremamente similar nos dois casos, de serem os únicos poderes verdadeiramente globais. Enquanto a Grã-Bretanha conseguiu manter e estender o seu poder por várias décadas embora o seu dinamismo económico e tecnológico se tenha perdido com os Estados Unidos a situação é diferente. O problema é uma disfunção política enquanto a economia continua vibrante, mas é fundamental que o sistema político seja capaz de fazer as simples reformas mais necessárias caso contrário todo o contexto de desenvolvimento e poderio dos EUA vai ficar em risco.

O Império Britânico tinha uma dimensão bastante considerável, criaram o primeiro mercado verdadeiramente global e foram os primeiros a empregar soft power. Havia mesmo uma “English way of life” antes de existir uma “American way of life”, foi graças ao Império Britânico que o Inglês se tornou uma língua universal.

O momento do início do declínio do poder britânico, a partir de uma análise histórica, foi a Guerra Anglo-Boer, que teve lugar em 1889. Com este exemplo o autor (Zakaria) faz um paralelismo e aplica os resultados da guerra Boer para a Grã-Bretanha, e o contexto em que esta se passou, para a situação dos Estados Unidos em relação ao

---

<sup>22</sup> Cf. FAREED, Zakaria « The Future of American Power - How can America Survive the Rise of the Rest? » in Foreign Affairs, maio/junho de 2008.

<sup>23</sup> Idem, ibidem.

Iraque -Guerra do Iraque - que considera ser, também, o marco do início da perda de poder dos Estados Unidos. No seguimento da maior precariedade do lugar ocupado pelos Estados Unidos na primazia de poderes mundial o autor adverte que os Estados Unidos já se estenderam para lá dos seus limites, o exército não está tranquilo, a imagem dos Estados Unidos abalada a nível internacional. Estados falhados como o Irão ou Venezuela, bem como outros grandes poderes como a Rússia ou a China estão a tirar benefícios do enfraquecimento da posição dos Estados Unidos.<sup>24</sup>

Na sua comparação com o declínio do poder Britânico e da perda de poder dos EUA Zakaria sublinha que o caso do Império Britânico foi um caso muito especial pois o seu enorme poder foi fruto de circunstâncias excecionais que se combinaram e deram esse resultado. Para além dessas circunstâncias o poderio britânico na ordem internacional foi perpetuado devido á astúcia inglesa; segundo o autor os EUA podem tirar lições desta estratégia britânica. Há uma vantagem que têm, á partida, e que é referida ao longo do trabalho como grande vantagem para os Estados Unidos: a economia vibrante e forte; o que não foi o caso do Império britânico, cujo tempo de vida como potência económica não ultrapassou uma geração embora tenha sido uma potência com uma posição económica confortável por séculos.

Politicamente Londres continua a dar cartas até á segunda grande guerra. O seu poder marítimo era inigualável e dominava no sistema bancário, de seguros, navios e investimentos. Ainda era o centro das finanças a nível global e a libra a moeda de reserva mundial. Esta conjunção de bons indicadores económicos mascarou o seu declínio real.

Retirando algumas lições dos ensinamentos de Zakaria, como caiu um poder tão significativo como o britânico? Vários elementos são analisados pelo autor: fatores geopolíticos, pouco investimento em novas energias, equipamentos, más relações laborais, prevalência de um sistema capitalista rígido e antiquado, problemas culturais e falta de focalização na educação com uma sociedade ainda feudal são apontados como algumas das minas que causaram a desintegração do estatuto britânico de Grande potência.

O declínio da Grã-Bretanha como ator principal a nível mundial acaba por ser visto pelo autor como consequência do desaparecimento do contexto excecional em que

---

<sup>24</sup> Idem, pp. 3.

tal poder se tinha forjado. Aprendemos que através de uma diplomacia e estratégia de acomodação da subida dos EUA ao poder ao invés de combater esta subida-inevitável a Grã-Bretanha conseguiu manter o seu lugar entre os poder, mas não mais de primus inter pares.

Zakaria debruça-se, em seguida, sobre a questão da Educação. Desconstrói a informação dada pelas estatísticas que comparam o número de licenciados em engenharia na China e na Índia-onde se calculava que em 2004, nesta área, a China tinha graduado 600,000 mil engenheiros, a Índia 350,000 e os Estados Unidos 70,000-de uma forma que dá a entender um declínio muito significativo no número de licenciados que os EUA conseguem formar em relação aos emergentes. Explica de seguida que estes números não correspondem á realidade visto que só uma percentagem quase residual destes estudantes chineses e indianos tem formação adequada para se adaptar ao mercado de trabalho norte americano e teve um tipo de formação comparável á dos alunos americanos<sup>25</sup>.

Parece-nos que a educação é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento ou sustentabilidade do desenvolvimento em qualquer Estado e, sem dúvida, um elemento de soft power na medida em que teorias e esquemas de análise são exportáveis e influenciam as estruturas e instituições que fazem parte da chamada “governança global”.

Devemos salientar que os trunfos tecnológicos e científicos dos EUA são bem visíveis, ainda lidera a nível de biotecnologia, nanotecnologia...a partir do momento em que começa a sua análise, o autor ao considerar que este tipo de vantagem dos EUA é fonte do seu poder no geral. Esta justificação é importante porque permite-nos começar a delinear quais são os elementos que compõem uma potência, quais são os elementos que a podem destruir-por existirem ou por falta deles. Esta informação vai ser muito útil nas análises que se seguem em outras partes deste trabalho.

A educação superior é um dos indicadores que Zakaria considera de capital importância. Para Zakaria esta é, sem dúvida, a “indústria” mais importante dos Estados Unidos, é o investimento que cada Estado faz neste setor da educação. Para o Japão a percentagem do PIB investida é: 1.1 % do PIB, para os Estados Unidos, 2.6% e para a

---

<sup>25</sup> Idem, pp. 9-10.

Europa 1.2 por cento - os números dados por Zakaria remontam a 2006<sup>26</sup> - mas considera que os sistemas muito burocráticos das Universidades Japonesas e Europeias não lhes permite serem verdadeiros competidores das Universidades norte-americanas, pelo menos a curto e médio prazo. O mesmo para Universidades de países em desenvolvimento, como a Índia, visto que para construir uma instituição de educação superior que produza materiais de estudo, seja reconhecida por formar profissionais competentes e cujo nome seja prestigiado, com importância e relevância a nível mundial é preciso tempo e os EUA já estão no mercado da educação superior há bastante tempo e contam com uma reputação sólida.

Quanto aos outros níveis de ensino, sejam eles de educação secundária ou primária Zakaria também considera que os números estão errados e não devem ser tidos em conta sem antes perceber que há uma grande disparidade – e nesse ponto sim há trabalho que os EUA precisam de fazer pois arriscam-se a que um terço da sua população não esteja em condições de prosseguir níveis mais altos de formação, criando problemas no mercado de trabalho. Mas, na senda de Zakaria, ainda estamos numa fase em que “Asian Governments come to the United States to figure out how to get their children to think”<sup>27</sup>.

Após a sua análise quanto á situação do sistema educativo, nos Estados Unidos, Zakaria analisa o envelhecimento populacional, segundo o autor a UE é o principal rival económico dos EUA. Está a crescer ao mesmo ritmo per capita desde 2000, recebendo metade do investimento estrangeiro disponível no mundo, impulsiona uma forte produtividade laboral mas mesmo assim tem uma taxa de desemprego alta, mercado de trabalho rígido, mas tem vantagens como: mais eficiência e um sistema médico sustentável bem como um sistema de pensões<sup>28</sup>.

No que diz respeito a sistema médico Zakaria refere no seu artigo que a Medicare pode explodir com o orçamento federal se não forem tomadas medidas, embora tranquilize o leitor com uma economia norte-americana poderosa e dinâmica. Também refere uma crescente desigualdade, consumismo e endividamento.

A União Europeia representa um desafio a curto prazo para os Estados Unidos no campo económico, a demografia vibrante dos EUA permite-lhes enfrentar com

---

<sup>26</sup> Idem, ibidem.

<sup>27</sup> Idem, pp. 10.

<sup>28</sup> Idem, pp. 10-11.

confiança o futuro, os números do PNUD para 2030 indicavam que enquanto o ratio da população nos EUA vai ser de 3:8:1 para 2:4:1, na Europa assistiremos a um decréscimo de 5:4:1 para 3:1:1<sup>29</sup>. Assim, aconselha os europeus a tomarem medidas acolhendo mais imigrantes-que iriam assegurar, e de momento já asseguram, grande parte do renascimento populacional europeu. As economias pungentes asiáticas que também são atores relevantes a nível internacional sofrem do mesmo problema demográfico: China, Japão, Taiwan<sup>30</sup>.

Os efeitos de uma população em envelhecimento numa economia são desastrosos: o peso das pensões, a diminuição da inovação tecnológica, científica e de gestão avança e os trabalhadores deixam de representar "unidades de poupança" para se transformarem em despesas para o Estado e encargos para a sociedade. Zakaria considera o envelhecimento populacional uma "killer disease" para países industrializados. Volta então á questão da imigração como vantagem fundamental para os Estados Unidos, para além de serem um pilar de sustentação para a economia, são mesmo uma fonte de poder no caso dos EUA pelo dinamismo que dão á sociedade.

Economicamente os EUA enfrentam forte competição. A fluidez do mercado norte-americano de capitais deu um sinal de alerta em 2005 quando outros mercados deram mostras do seu crescimento, por essa altura 24 das 25 maiores OPA's desse ano tinham sido feitas em outros países que não os Estados Unidos. A fluidez dos mercados norte-americanos é garantia da sua destreza e agilidade. Há um problema significativo que os Estados Unidos enfrentam a nível mundial, e que, a nosso ver deve ser analisado como lesson learned para outros grandes poderes que se sigam: os Estados Unidos não têm capacidade de adaptação ao mundo que os rodeia, visto que este acabou por ser um pouco moldado á sua imagem perderam a elasticidade de adaptação. Era esperado que os outros se adaptassem, agora os Estados Unidos precisam urgentemente de se adaptar: as suas leis e a ameaça constante de litígios legais afastam os investidores. Embora o stock financeiro dos Estados Unidos continue a ser o mais significativo, o stock financeiro de outros atores cresce a um ritmo muito mais expressivo. Embora nem a Ásia nem a zona Euro ultrapassem os EUA em termos de instrumentos financeiros Londres já é um ator mais relevante que os EUA. Nunca Estados e companhias pensaram ter uma

---

<sup>29</sup> Idem, pp. 11.

<sup>30</sup> Idem, ibidem.



tal diversidade de investimentos á sua disposição e é preciso criar condições, um contexto, para que os investidores se decidam por A em vez de B no momento de investir. Os legisladores norte-americanos não vão mais além das leis norte-americanas, os standards americanos foram os standards globais durante tanto tempo que analisar o que se passava em outros sistemas e criar compatibilidades com estes nunca foi uma preocupação norte-americana. Segundo Zakaria os EUA ensinaram ao mundo como ser Sr. capitalista mas agora todos jogam o jogo dos Estados Unidos, e para ganhar.

Seja em termos de impostos para companhias, flexibilidade em termos de regulações Londres, é uma praça mais atrativa do que Nova Iorque. Todo o governo britânico trabalha para fazer de Londres aquilo que é. Por parte do mercado norte-americano o esforço para compreender os outros foi mínimo, a sociedade não tem conhecimentos em relação a outras línguas, culturas ou mercados, a capacidade de adaptação e penetração em outros mundos não foi desenvolvida e revela-se agora um handicap, visto os centros políticos e económicos com importância a nível mundial se multiplicarem e os EUA terem dificuldade em fazer parte deles por inadaptabilidade. Perdem competitividade por isso e o autor indica que, no formato atual do contexto internacional e relações internacionais, energias e ideias são o mais importante produto que um Estado pode oferecer, e assim ganhar poder. Os EUA tinham várias vantagens competitivas que foram perdendo. Embora os salários não sejam altos os lucros também não são e o acesso especial ao capital que era possível por parte dos EUA está a perder-se. O que têm para oferecer neste contexto?

Uma política de “fazer nada” não pode ser aceite nem estimulada, é necessário que os EUA aproveitem a sua posição como fonte de novas ideias e transformem-se política e economicamente para os novos desafios que uma ordem internacional cujo *lebensraum* governativo, que ocupavam e fizeram á sua margem e semelhança, agora apresenta-se como um espaço com vácuos de poder que serão seguramente aproveitados pelos “Outros” que cada vez mais sobem na hierarquia de poder internacional numa vaga que Zakaria intitula “The Rise of the Rest”.

Zakaria analisa esta situação a que os EUA chegaram de ocupar um lugar de difícil definição na hierarquia de poderes internacional, como resultado, em grande parte, das políticas tomadas. Uma grande potência que, internamente, não tem coerência política, a nosso ver, também tem dificuldades em manter uma situação de

hegemonia a nível mundial. Dentro do sistema americano, de poder partilhado, de poder sobreposto e de decisões coordenadas e checks and balances é fundamental que se possa partilhar também uma visão a longo prazo das partes que formam o todo num governo, principalmente no caso de um poder que é um grande jogador a nível internacional.

Três mudanças tecnológicas são apontadas por Zakaria na ordem internacional dos últimos 500 anos: Primeira: “Rise of the Western World”; Segunda: “Rise of the USA”; Terceira: “Rise of the Rest”.

A polaridade não é um fenómeno binário, exceto em termos de poder militar, onde os EUA ainda estão numa posição hegemónica, embora desta supremacia as outras dimensões de poder estejam a ser desviadas para outros pólos.

Resumindo a tese de Zakaria, o que todos estes elementos indicam, em termos de ordem internacional e hierarquia de poderes, é a entrada num mundo pós-americano e não anti-americano. Definido e dirigido por uma série de poderes espalhados pelo mundo. Há muitos pontos específicos e programas que poderiam ser defendidos para fazer a economia e sociedade norte-americana mais competitivas. Reconhecer que enfrenta uma escolha é um passo importante para o futuro dos Estados Unidos como potência e da ordem internacional em termos de hierarquia de poder: os EUA podem estabilizar o mundo dos emergentes ao trazer estas nações para perto de si e transferir-lhes alguns dos seus poderes e pré-requisitos, aceitando um contexto internacional com uma maior diversidade de vozes e pontos de vista.

Embora em evolução não se pode considerar que as mudanças na sociedade internacional estejam a ir na direcção dos Estados Unidos. Os mercados e democracias estão a ser levados pelo “the rest” e os Estados Unidos podem ter menos espaço neste contexto mas é um contexto onde os ideais e ideias de origem americana ainda são dominantes. O momento é chave para que os Estados Unidos reconheçam este contexto e a posição que ocupam nele, abraçando e celebrando esse facto. Da nossa análise acrescentamos que, ao fazê-lo deverá poder perpetuar o seu poder na ordem internacional, ou pelo menos mantê-lo de forma mais estável e duradoura, se assim fizer, tal como a Grã-Bretanha algumas décadas antes.

#### 1.4. O Regresso da História

A última análise que vamos expor é a de Robert Kagan. Kagan analisa a ordem internacional de um ponto de vista daquilo que considera ser o regresso da História. No início da sua análise afirma que a nova ordem tão esperada, e desejada, no pós-guerra fria nunca chegou a concretizar-se. Neste aspeto a sua análise parece criticar Fukuyama diretamente, ao explicitamente dirigir as suas observações para as ideias existentes nesse momento histórico em relação ao fim dos conflitos ideológicos e ao disseminar do liberalismo económico a nível mundial. Justifica este argumento apontando o facto de tanto a Rússia como a China serem regimes autocráticos e, por isso mesmo, evidência do contrário, mas amplamente ignorada, pois são tidos como aberrações temporárias no sistema como forma de desvalorizar a sua existência e perpetuando a defesa de uma teoria que, para Kagan, não se aplica á ordem internacional atual<sup>31</sup>.

Para ele o contexto internacional continua unipolar, unipolar com os EUA como única superpotência, unipolar mas com uma série de conflitos que voltaram, entre grandes potências. Enumera Rússia, EUA, China, Europa, Japão, Índia, Irão e outros que estão a lutar por obter predominância regional. Uma nota importante neste ponto, como referência para o desenrolar do nosso trabalho, é que aqui o autor não enumera o Brasil entre os grandes poderes que salienta. Refere que as lutas pela honra, status e influência tornaram-se, uma vez mais, fatores-chave da cena internacional e estamos numa era de divergência ideológica. A competição entre liberalismo e absolutismo reemergiu, há uma linha divisória significativa entre tradição e modernidade. Quanto a este último elemento de discórdia a nível internacional Kagan indica o fundamentalismo islâmico em oposição às outras culturas e aos poderes modernos. Poderes modernos que são considerados invasores e poluidores do Islão.

Hoje há uma discussão significativa em torno da doutrina Bush e para Kagan muitos preferem culpar esta doutrina pela situação mundial e que, quando esta acabasse, tudo voltaria ao normal. A doutrina Bush não é vista nesta análise como raiz da situação atual, pois, por uma série de razões, atitudes e crenças do povo e governantes americanos, os EUA providenciaram ajudas e apoio compatíveis às suas promessas e declarações de suportar os povos livres e “pay any price, bear any burden” para defender a liberdade, procurar a “expansão democrática”, entre outras premissas

---

<sup>31</sup> Cf. KAGAN, Robert «End of Dreams, Return of History» in Policy Review, nr. 143, julho de 2007.

que vão de encontro aos ideias e princípios norte-americanos que são, sem dúvida, parte fundamental da sua ação a nível externa. Com esta cooperação e disponibilidade os EUA acabaram por não reparar em outro tipo de abordagens que tinham lugar em simultâneo, e este alheamento tem um preço.

A doutrina Bush é uma doutrina da qual geralmente se referem três princípios como forma de definição: “promoção de democracia” e “mudança de regime”, uma diplomacia com tendência para o unilateralismo, predisposição para agir sem as sanções dos organismos internacionais competentes, como do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ou de obter a aprovação prévia dos seus aliados. A doutrina Bush tinha, de facto, estas características que tiveram um impacto no contexto internacional mas, como advoga Kagan, não era nada que não tivesse sido feito pelos seus antecessores, não eram princípios novos á política externa norte-americana.

A teoria realista defende que outros poderes têm, inevitavelmente, de se unir de modo a contrabalançar o poder de um superpoder<sup>32</sup>. Seguindo este raciocínio o facto de os EUA estarem numa posição destacada em termos de poder fazia já prever, dada a insustentabilidade desta situação a longo prazo, que num futuro próximo mudariam de posição na escala de poder internacional. Vê-se a guerra do Iraque: aqui lembramos a análise anterior das mudanças da ordem internacional quando Zakaria dá este momento histórico como ponto de referência para um declínio mais visível do poder dos Estados Unidos.

Também compatível com a teoria de Zakaria é o argumento de Kagan em relação á situação da economia americana, que considera ainda estar no centro do sistema internacional, os seus princípios democráticos que são partilhados por mais de 100 nações- faz assim referência á quantidade de democracias existentes na atualidade – a superioridade do exército americano não em números mas em capacidade e refere que os estrategas chineses que estudam estes assuntos consideram que o mundo não é multipolar mas “one superpower, many great powers”. É neste ponto da sua análise que

---

<sup>32</sup> Para informação detalhada sobre a teoria realista Cf .Morgenthau, Hans Joachim. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, 1ª ed., 1948, Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 1967, para uma breve nota sobre a balança de poder Vd. Sousa. de Fernando (Dir.) - “potência: in *Dicionário de Relações Internacionais*, 2ª edição, Edições Afrontamento, 2008, pp. 172. “(...) No que respeita, particularmente , à política Internacional , a aspiração ao poder por parte das diversas nações , cada uma procurando manter ou justificar o status quo, conduz, necessariamente, a uma configuração que chamamos de balança de poder e a políticas que visam conservar esse equilíbrio.”

Kagan revela a essência da sua teoria: para o autor os EUA não estão a bloquear uma ordem internacional melhor mas, ao invés, são o elemento que bloqueia um retrocesso desta mesma ordem abrindo espaço para a criação de uma ordem mais perigosa, que leve os centros de poder para Beijing e Moscovo (entre outras) e considera que o futuro desta ordem só pode ser moldado pelos que tiverem poder para tal.

Começa então uma análise dos poderes existentes e seus principais interesses e de como os Estados Unidos exercem a sua influência na ordem internacional numa posição de supremacia bem como as consequências dessa preponderância do poder norte-americano.

Primeiro que tudo Kagan considera que estamos numa época de retorno aos nacionalismos, um momentum no qual as grandes potências modernas continuam com as suas aspirações tradicionais e, algumas, com uma nostalgia por tempos passados em que desempenharam um papel mais relevante a nível internacional. Não temos espaço, nem é nosso objetivo, dissecar a análise de Kagan, mas consideramos importante referir, sucintamente, os elementos mais importantes para definir os interesses destes atores que Kagan considera “grandes poderes”, todos eles com uma ação marcada por fortes nacionalismos, para Kagan uma das características principais da atualidade internacional e condução da política externa, mesmo no caso dos Estados Unidos<sup>33</sup>:

China: Nacionalista mas prudente, o seu objetivo é recuperar o lugar de proeminência na Ásia do Leste, não considera que o poder-embora o autor não tenha feito distinção consideramos que aqui se refira a poder como hard power-seja “passé”, continua por isso a investir em poder militar, valorizam mais status e honra do que riqueza e segurança<sup>34</sup>;

Japão: Quer assegurar, como tradicionalmente e parte do nacionalismo japonês, a sua posição de ser um líder na Ásia do leste, ou encontrar um lugar preponderante que não tenha de partilhar com a China, ou seja, ser um poder independente na região. China e Japão estão numa competição constante a várias dimensões de poder: económica, militar, estratégica e politicamente<sup>35</sup>.

Rússia: A Rússia vive uma nostalgia de outras épocas de grandeza alimentando

---

<sup>33</sup> Cf. Cf. KAGAN, Robert «End of Dreams, Return of History» in Policy Review, nr. 143, Julho de 2007, pp.

5.

<sup>34</sup> Idem, ibidem.

<sup>35</sup> Idem, ibidem.

este saudosismo também através do nacionalismo com dois grandes valores que tem como componente: honra e respeito. O caso Russo é o de um grande poder que quer retornar a toda uma conjuntura de poder que viveu num dado período histórico – pós-guerra fria<sup>36</sup>.

Índia: Tem a noção da sua posição como poder emergente e alguns conflitos relevantes a nível internacional- com o Paquistão, por exemplo – claramente está em competição também com a China por um lugar de relevância entre os poderes asiáticos<sup>37</sup>.

União Europeia – Além de uma série de ambições nacionais a União Europeia tem uma vertente nacionalista de pan-europeísmo que pauta as suas decisões, encabeçada pelo diretório Alemanha, França, Grã-Bretanha<sup>38</sup>.

Este é o primeiro grande poder que Kagan analisa como assumindo certos valores, a honra, o respeito como objetivos. Estes princípios, que a UE pretende serem a sua referência como ator a nível mundial são pós-modernos, ou seja, serem uma referência em termos morais para o mundo, exercendo uma autoridade moral, defender a influência política e económica como antídoto para o militarismo, ser a guarda da consciência global e admirada nesse mesmo papel.

Islão: O nacionalismo fundamentalista religioso é referido pelo autor como um dos nacionalismos que competem pelo poder a nível internacional<sup>39</sup>;

EUA: Finalmente, quanto aos Estados Unidos o autor considera que o nacionalismo estadunidense é bastante coerente e entre administrações e governos diferentes os seus interesses nacionais tem sido mantidos, um deles é manter a predominância do poder dos EUA em diversas regiões do mundo. Também considera os EUA mais uma potência tradicional do que pós-moderna e refere que tentam moldar o mundo á sua semelhança, embora a sociedade reaja como se o mundo lhes fosse indiferente, por isso as suas retiradas de territórios estrangeiros são tão lentas, não querem partir antes de assegurar uma transfiguração perfeita do modelo norte-

---

<sup>36</sup> Idem, ibidem.

<sup>37</sup> Idem, pp. 6.

<sup>38</sup> Idem, ibidem.

<sup>39</sup> Idem, ibidem.

-americano<sup>40</sup>.

Ou seja, para o autor o nacionalismo está de volta nas suas formas mais diferentes e há uma competição mundial pela honra, poder, influência e status. Por existir esta predominância dos Estados Unidos como poder na ordem internacional atual as rivalidades entre os outros poderes são refreadas. Este elemento de estabilização representado pelos EUA é ser o garante fundamental da harmonia em várias zonas do planeta. Se não existisse as probabilidades dos poderes regionais existentes entrarem em conflito pela supremacia mundial seriam elevadas e colocaria em risco a paz a nível mundial, visto que a base da ordem mundial não só é garantida através dos EUA mas tem como base as suas regras e regulamentos.

Se o sistema internacional passa-se de uma configuração unipolar- que o autor considera existir no momento – para uma configuração multipolar todas as diretivas pelas quais a ordem internacional se guia teriam de mudar. A ordem atual não é vista por Kagan como perfeita mas acredita que é importante mantê-la, nem que seja pela prevenção de conflitos. Embora reconheça que alguns conflitos são impossíveis de prevenir, mesmo pelos Estados Unidos, dá vários exemplos, a nível asiático e europeu, de conflitos que podiam deflagrar na eventualidade de os EUA não exercerem o seu papel de supremacia. Ou seja, sem os EUA em posição cimeira em termos de poder o desenvolvimento de conflitos, no geral e entre outros poderes relevantes, em particular é mais provável. Salientamos a importância que dá ao papel dos EUA no Médio Oriente pois considera que graças á sua influência nesta região do mundo o mercado do petróleo está aberto, e outros poderes e regiões do mundo beneficiam desta abertura que é providenciada pelos EUA. A redução de poder/influência dos EUA em qualquer parte do mundo terá como consequência uma intromissão maior de outros poderes que queiram salientar-se a nível internacional. Segundo esta teoria o futuro pode adivinhar-se como de competição entre diversas nações e movimentos nacionalistas.

Continuamos a análise do estudo de Kagan em linhas bastante gerais pois não há, de modo algum, muito espaço para esta análise e ela é apenas uma componente deste capítulo, em que analisamos as mudanças na ordem internacional desde o pós-

---

<sup>40</sup>Idem, ibidem. Esta transfiguração de modelo é um exemplo do argumento de Zakaria da inadequabilidade deste grande poder ao contexto internacional que o rodeia. Vamos explorar esta premissa mais á frente na nossa análise das grandes potências e ver como se aplicam ao Brasil, nosso case study.

guerra fria de modo a compreender a sua evolução e situação atual para enquadrar a nossa análise do conceito de potência, tendo como case study o Brasil.

Segundo o autor o retorno das nações a uma competição internacional tem sido acompanhado por um retorno á competição ideológica global. Para o autor esta última traduz-se em duas grandes correntes em oposição: liberalismo e autocracia. Os conflitos ideológicos com duração mais significativa desde o Iluminismo não foram o capitalismo versus comunismo, mas sim liberalismo versus autocracia. A crença numa disseminação e aplicação generalizada da democracia no pós-1990 provou estar errada. Estas expectativas encontraram dois adversários de peso, e duas das maiores potências da atualidade, a Rússia e a China<sup>41</sup>. Segundo o autor, estas parecem governar sob o apoio da sua população e os governos destes Estados estão verdadeiramente convencidos que este tipo de regime é, sem dúvida, o mais adequado, oferecendo estabilidade e possibilidades para a prosperidade porque defendem que grandes nações com tendência para a fragmentação necessitam de um regime forte que mantenha o caos afastado<sup>42</sup>. Em termos de ordem internacional um dos maiores impactos da existência destas autocracias é que o grande objetivo da sua política externa é a segurança, e não só para si mas para as poucas autocracias ainda existentes. Ainda de referir é que “regime” ou “comunidade política” são conceitos que retornam ao centro das relações internacionais, para mais vão contra as correntes, maioritariamente democrático-ocidentais, que querem fazer vingar na ordem internacional conceitos como a responsabilidade de proteger, soberania limitada, entre outros, deslegitimando este tipo de conceitos, que acabam por não ter uma implementação nem aplicação global e bloqueando o desenvolvimento do direito internacional<sup>43</sup>.

Os poderes autocráticos tem um interesse vital em combater os princípios liberais do intervencionismo, as próprias autocracias fogem á possibilidade de pressionar outros regimes autocráticos ou de se pronunciarem em certos assuntos que envolvam autocracias, mas o facto é que vão estar sempre do lado da defesa de uma soberania nacionalista forte, pois é este tipo de soberania que sustenta estes regimes, e são este

---

<sup>41</sup> É importante referir aqui que o autor especifica que são potências maiores, mas por maior entenda-se em dimensão, logo não podemos deduzir que também considere as duas mais poderosas, visto que a extensão é apenas um dos elementos/dimensões do poder.

<sup>42</sup> Vd. KAGAN, Robert «End of Dreams, Return of History» in Policy Review, nr. 143, Julho de 2007, pp. 9.

<sup>43</sup> Idem, pp. 10.



tipo de regimes, a ver dos seus governantes, que sustentam a existência das nações onde existem, número que poderá aumentar dado a existência da Rússia e China como regimes autocráticos e o apoio que podem prestar a estas-especialmente num cenário em que o poder da grande democracia está em declínio e a China consegue bons resultados económicos. Segundo o autor, e este argumento é basilar na teoria de Kagan, embora neste momento não se possa afirmar que exista um conflito ideológico aberto entre liberalismo e autocracia este poderá, inesperadamente voltar ao centro dos motivos dos conflitos internacionais.

Já não é possível falar de uma comunidade internacional, a falta de consenso e substracto ideológico comum gera uma condição de paralisia nos organismos multilaterais, como as Nações Unidas, que entraram num período de bloqueio desde o fim da década de 90 similar aquele em que se encontraram no pós Guerra- Fria. Para Kagan este bloqueio não é exclusivo do Conselho de Segurança, estende-se a qualquer fórum internacional, prevê que, na generalidade, decisões que tenham de ser tomadas nestes espaços, partilhados por diversos atores, serão mais e mais impossíveis de tomar pois para obter um consenso os desafios são cada vez maiores. A dificuldade de chegar a uma posição comum está diretamente relacionada com as diferenças ideológicas, que são ainda mais significativas quando coincidem com divisões nacionalistas. Não parece possível construir um concerto de Nações neste contexto internacional, o tipo de solidariedade ou aglomeração expressiva que se poderá encontrar entre Estados será de democracias para democracias e de autocracias para autocracias. Sugere por isso a criação de uma nova instituição internacional, um género de clube das democracias que reforce a colaboração entre todos os regimes democráticos, não substituindo mas complementando as já existentes. Esta instituição significaria que muitos dos assuntos levados às Nações Unidas e bloqueados pelos regimes que contendem com os princípios democráticos, muitas vezes desrespeitados e motivo de muitos dos assuntos trazidos para a mesa da ONU, encontrariam um espaço para serem livremente debatidos e onde haveria mais poder de deliberação. Se os resultados da sua existência fossem benéficos poderia, mais tarde, volver-se em organização internacional.

Sugere que os EUA fortaleçam a cooperação entre democracias, criem a instituição internacional que reflita os valores e princípios partilhados pelas democracias, impulse a democracia a nível mundial, como forma de fortalecimento

também das democracias existentes, mas com a noção de que não tem recursos nem disponibilidade para o fazer em todo o lado e que há outras prioridades na sua política externa que não devem ser deixadas de lado. Também não se pode esquecer que todos os grandes poderes partilham interesses económicos, e estes não podem ser postos de parte.

No palco internacional, segundo Kagan, esta luta é uma que, maioritariamente, se joga nos bastidores. No final, o mais provável é que a ordem internacional e o seu futuro sejam dominados por uma luta entre os grandes poderes, as grandes ideologias do liberalismo e autocracia, do que pelo esforço de alguns radicais islâmicos em restaurar um passado imaginado. Esta batalha é travada com armas antigas e métodos pouco eficientes, embora cada vez mais a modernidade e globalização sirvam a estes grupos com propósitos de sobreposição de poder seculares e estejam cada vez mais na lista dos métodos utilizados por radicais.

Considera que a luta é inglória visto, no contexto internacional atual, ser impossível a tradição ganhar contra a modernidade, embora forças tradicionais armadas com material moderno sejam um desafio. Outro desafio é o enfrentado pelas Nações que não aceitam o liberalismo cultural, dá o exemplo da China e de como é fundamental, mesmo em autocracia e sem liberalismo político, deixar a globalização trabalhar e haver liberdade cultural de modo a manter o capitalismo.

É possível concluir que, de uma maneira ou de outra, em certos domínios, embora não necessariamente todos, cada Estado abarcou a sua modernidade em modalidades diferentes. O mundo liberal, a bem da sua sobrevivência, deveria também continuar a impulsionar o liberalismo e modernização a nível mundial. Para esta mesma modernidade sobreviver é preciso que a luta contra o terrorismo seja assegurada, não só pelos EUA mas, também, pelos outros atores do mundo liberal.

Neste final de análise percebemos que, para Kagan, as duas vertentes da sua teoria se encontram no problema materializado através da falha nacionalista e ideológica que separa grandes poderes e irá torvar a sua capacidade de cooperação contra o fundamentalismo islâmico que considera um inimigo comum.

A sua conclusão é que havia grandes expectativas: fim da competição internacional, geopolítica, histórica, fim da guerra e de confrontos militares entre os

grandes poderes. Na sua opinião talvez tenham sido estas mesmas expectativas, aliadas às políticas anteriores dos EUA que despoletaram conflito e direccionaram o caos para esta potência. O facto é que a responsabilidade dos EUA, para Kagan, continua a mesma, e não pode permitir que se desenrole uma conjuntura de conflito como aquela que gerou duas guerras mundiais, aqui relembramos que ambas tiveram como elemento propulsor acontecimentos/fundamentos nacionalistas.

A análise destes trabalhos permite-nos concluir que a ordem internacional e a hierarquia de poderes estão fortemente relacionadas com as ideologias económico-políticas que são referência para a ordem internacional. Um push factor para os Estados cuja matriz ideológica é a vigente e pull factor para aqueles que adoptaram outras; na hierarquia de poderes as grandes potências são a sustentabilidade do sistema internacional e garante da paz e equilíbrio macroeconómico; o número e variedade de atores relevantes no sistema internacional-grandes poderes-varia consoante o momento histórico mas, mesmo no contexto de unipolaridade, nunca pode haver apenas um poder mas sim vários poderes. Cada poder atinge diferentes níveis de influência através das capacidades que tem, expressas nas diversas dimensões de poder: económico, demográfico, formação, militar, político, geográfico, geopolítico, para citar alguns.

Finalizada esta análise entramos no capítulo II do nosso trabalho. Focar-nos-emos aqui no conceito de potência na política internacional e nos seus diversos elementos constitutivos, formas, e debate em torno de vários conceitos de potência bem como quais os novos elementos constitutivos para um conceito de potência no séc.XXI.

## Capítulo II- O conceito de potência na Política Internacional

### 2.1. Origem e Noção Tradicional

A identificação comumente atribuída, e pela qual as unidades políticas mais relevantes podem ser reconhecidas a nível internacional, é a de potência. Posteriormente explica-se como se processou a generalização do vocábulo para definir unidades políticas na generalidade, sendo o nível de poder atribuído pelo adjetivo que se adiciona ao conceito – média, emergente, global, entre outras.

A determinação temporal do nascimento do conceito de potência é um exercício complexo. Para além da dificuldade da definição do conceito de potência este

aplica-se a unidades de poder heterógeneas, cada uma com a sua terminologia e características. Indica a existência de uma forma de organização política com poder. Poder, neste trabalho, é definido como conjunto de elementos, variáveis e indicadores que, equacionados, revelam a dimensão e nível da influência que pode ser exercida pelas unidades políticas na sociedade internacional.

No decorrer deste estudo, temos sempre presente que o poder é o conteúdo da potência, independentemente do tipo de mensuração a que este se preste e não apenas um atributo daquilo a que alguns autores chamam superpotências ou hégemons (de modo a identificá-las). Esta clarificação é necessária pois um dos maiores problemas, com que também nos defrontámos a nível de investigação é o de falta de rigor e uniformização na definição do conceito. Esta descoberta apresentou-se como mais uma razão para levar a cabo este estudo, tentando contribuir para uma clarificação do conteúdo de cada conceito de potência.

Uma vez feita a análise, tendo como objeto principal a República Federal do Brasil os resultados aparecem compilados num “novo conceito de potência”. O conceito é construído em duas etapas: a) as suas características, bebidas das análises aos vários perfis de poder que o antecedem; e b) os elementos , que subtraímos aos perfis de potência nos quais o Brasil encaixa, que podem ser transportados como vectores de poder fundamentais para identificar as grandes potências da actualidade..

Assim, e para simplificar esta explicação, revemos o que nos parece ser o principal momento histórico que está na sua origem e explicamos brevemente a evolução do conceito tradicional de potência antes de começar a análise do seu conteúdo e significado.

#### Os Impérios e Vestfália

As unidades de poder que desempenham um papel principal na sociedade internacional variam de forma consoante o contexto histórico. Desde pequenos aglomerados desorganizados na Pré-História, passando por Reinos, Ducados, Grandes Impérios como o de Alexandre o Grande, o Império Otomano, Prussiano, Napoleónico e, mais recentemente, os Impérios Coloniais, o que as une é o poder.

Estas formas de organização política sobre um território e uma população foram, no seu contexto histórico, os atores principais das relações entre unidades

políticas. Estavam no topo da hierarquia dos poderes como formas de organização do poder político no tempo em que existiram.

Sendo impossível abordar cada uma delas e explicar a sua relação, já sucintamente clarificada, abordamos o conceito de Estado Soberano que surge com o Congresso de Vestfália que teve lugar em 1648, e consagra o Estado como unidade de poder por excelência no sistema internacional. Acima do qual não há nenhum outro poder, assim introduzimos o tradicional conceito de potência. Este era sinónimo de Estado soberano. Realizado após a guerra dos trinta anos, aquela que acabou por ficar na História como a última grande guerra religiosa e primeira entre os Estados considerados modernos, o Congresso de Vestfália elevou o Estado a ator dominante do sistema internacional, como identidade territorial soberana<sup>44</sup>.

Embora os conceitos de poderes a sua hierarquização e sinergias se encontrem num momento de re-definição, acompanhando os fluxos que trazem grandes mudanças ao sistema internacional – globalização, emergência e queda de mercados - em Vestfália encontra-se a origem da conceptualização do poder soberano que ainda vigora. O Estado continua a ser a referência em termos de unidade de poder a nível internacional e a supremacia deste conceito reflete-se na ordem internacional, pese embora a transformação que está a sofrer<sup>45</sup>.

O princípio da soberania determinado em Vestfália liga-se intimamente aos elementos básicos de definição de unidade de poder soberana, da não intervenção nos assuntos internos por parte de nenhum outro poder. Por outro lado estipula que não existe entidade superior ao Estado soberano – embora esta segunda seja discutível se analisarmos a existência de novos grandes aglomerados de poder, cujo exemplo mais óbvio e próximo é a UE, representando uma unidade de poder claramente mais abrangente do que a veiculada no Estado Soberano mesmo que este jogue, no caso da UE, o papel de sub-unidade de poder.

Antes de entrar nas definições que elegemos convém reforçar que neste capítulo, dedicado a explicar o debate existente entre os diversos conceitos ou tipos de

---

<sup>44</sup> Vd. BEAUDRY Pierre, « The Economic Policy That Made the Peace of Westphalia » (EIR) in Schiller Institute, maio, 2003, pesquisa de 15 de dezembro de 2011, disponível online em: [http://www.schillerinstitute.org/strategic/treaty\\_of\\_westphalia.html](http://www.schillerinstitute.org/strategic/treaty_of_westphalia.html).

<sup>45</sup> Cf. Sousa, de Fernando (Dir.)- “potência”, in Dicionário de Relações Internacionais, 2ª edição, Edições Afrontamento, 2008, pp. 323.

potência existentes na atualidade, a própria explicação de potência é passível de discussão e não há uma simples definição que seja geralmente aceite. Existem elementos, muitas vezes difíceis de descortinar, que são comuns a várias definições e estudos. São estes elementos que abordamos, como resultado da nossa investigação, acreditando que são os mais relevantes para a definição deste conceito cujo nascimento e evolução acabámos de tentar clarificar e que continua a ser dos conceitos-chave da política internacional mais difíceis de delimitar, por isso sempre que as explicações não forem tão diretas ou simples como desejamos é porque o próprio conceito base sobre o qual trabalhamos não se presta a esse tipo de explicação<sup>46</sup>.

Veremos que há várias formas de potência, analisaremos, através de terminologia que diferencia entre várias formas e níveis a que estas potências se manifestam e/ou podem exercer o seu poder. Passamos à explicação de três conceitos: Soberania, Natiohood/Nacionalidade ou Comunidade de Nacionais, Balança de Poderes.

Soberania - Quanto a este conceito seguimos a definição de Pascal Boniface<sup>47</sup>. Segundo o autor a Soberania relaciona-se diretamente com a ideia de igualdade entre os Estados. É esta que permite a delimitação e sustentação dessa ideia. Através da paridade estatal reconhece-se a igualdade dos Estados no sistema internacional e não é permitida a intromissão de outros atores nos assuntos que fazem parte da sua esfera de soberania. A nível interno o Estado soberano distingue-se das outras unidades de poder por ter o monopólio legítimo da força. Externamente destaca-se ainda a homogeneidade que a soberania estatal confere à variedade de Estados que fazem parte da sociedade internacional. Com diversas diferenças culturais, étnicas, geográficas, dimensionais, de poder, capacidades e recursos, entre outras, fazer parte do grupo de Estados soberanos é fazer parte da sociedade internacional independentemente da heterogeneidade dos perfis.

A par dos recursos são, também, as relações entre Estados que definem o poder e identificam os Estados como grandes, pequenas ou médias potências, no final, mas potências, afinal. Para Elias quem é mais dependente tem menos poderes, premissa que

---

<sup>46</sup> Para conhecer algumas das dificuldades da definição de poder, potência e soberania, conceitos ligados e muitas vezes utilizados indiscriminadamente, vd. FOWLER, Michael Ross e BUNCK Julie Marie, *Law, Power, and the Sovereign State: The Evolution and Application of the Concept of Sovereignty*. Contributors, University Park, PA, The Pennsylvania State University Press, 1995. pp. 41.

<sup>47</sup> Cf. Boniface, Pascal - "Estado" in *Dicionário das Relações Internacionais*, Edições Plátano, Lisboa, outubro de 2001, pp 137-138.

podemos ligar com uma série de elementos que vamos analisar um pouco mais à frente, mas que refletem a origem 'fisionómica' das potências<sup>48</sup>. Há elementos que provaram fazer parte do perfil das principais potências em todos os momentos históricos e que continuam a ser chave na sua definição. Ser ou não ser uma potência não depende, apenas, do trabalho, esforço ou vontade de um governo, mas de características e circunstâncias imutáveis que ou existem ou não e, ao existir, têm importância proporcional ao nível qualitativo/quantitativo que atingem.

O autor cita, ainda, a susceptibilidade da balança de poderes a mudanças sistémicas. Os Estados estão ordenados em concordância com a magnitude das suas fontes de poder. Na hierarquia de poderes internacional há mudanças, não constantes mas cíclicas, e as posições dos Estados mudam consoante o poder que apresentam e a relação do seu poder com o poder dos outros atores parte da sociedade internacional. O estudo de Elias continua com uma análise do possível futuro da sociedade internacional<sup>49</sup>. Esta, a nosso ver, foca-se na bipolaridade EUA-Rússia que ainda crê existir. Este estudo, mais abrangente, não beneficiaria de uma análise detalhada do seu trabalho, por isso abstermo-nos de fazê-lo.

Por outro lado a soberania é um conceito algo ficcional, na medida em que os Estados soberanos com mais poder exercem influência, podendo até dominar, os Estados mais pequenos e frágeis. Podemos concluir, pela nossa análise, que não é um elemento que identifique igualdade (lato sensu) entre Estados mas sim igualdade de circunstâncias entre Estados.

Concluimos que a soberania é um conceito chave mas não é mais que sinónimo de uma igualdade teórica. Na prática a dimensão do poder de cada Estado continua a ser o que lhe confere mais ou menos relevância a nível internacional e na sociedade internacional<sup>50</sup>.

A que conclusão podemos chegar em relação à origem e evolução do conceito de potência? A nossa análise demonstra que este conceito só se pode aplicar a um

---

<sup>48</sup> Vd. ELIAS Norbert «Power and Civilisation» in Journal of Power, Vol.1, nr 2, 2008, pp.135-142 consultado a 29 de outubro de 2011, disponível online em <http://dx.doi.org/10.1080/17540290802309540>.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Cf. Roskin, Michael G, Berry Nicholas O., IR – “The Cold War Come and Gone- Strange New World: Power and Systems Transformations” in The New world of International Relations, 5ª edição, Prentice Hall., 2001, pp. 19-20.

Estado Soberano, pois a condição mínima de exercício de poder no sistema internacional e de reconhecimento como ator é a soberania. Estes Estados são as unidades tradicionais de poder, embora os elementos definidores do Estado Soberano como unidade máxima de poder tenham vindo a passar por alterações.

Por exemplo, ao fazerem parte de entidades que aglomeram diversos Estados no seu interior – como a UE – sendo por isso novas formas de poder -o surgimento de novas unidades de poder não retira importância aos elementos tradicionais da soberania – território, povo e governo.

A potência, na sua qualidade de Estado Soberano, é analisada do lugar de onde parte a análise política. Embora o exemplo dado acima refira uma entidade Soberana de grande poder, com identidade ainda em processo de finalização, outras regiões do globo, como a América Latina, por exemplo, também apresentam especificidades relativas à sua visão do Estado Soberano e como encaram a soberania.

A ótica do exercício do poder pela potência para os latino-americanos assume uma forma tradicional - muito próxima do original Vestefaliano - e ligada aos elementos constitutivos mais primários da potência. O exercício de poder na América Latina é mais estatocêntrico do que o Europeu e nasce de uma lógica muito realista. O pragmatismo das unidades de poder nas suas ações e o valor dado aos princípios da não-intervenção e da auto-determinação vincam bem a posição destas unidades de poder<sup>51</sup>. Convém referir que o Brasil substituiu o princípio da não-intervenção pelo da não-indiferença, principalmente durante o mandato Lula (2003-2010)<sup>52</sup>.

Consequentemente, chegamos a uma segunda conclusão em relação à evolução do conceito de potência. Mesmo evoluindo nas suas formas de apresentação (atualmente existem tipos de potência que não eram considerados há um século atrás, como as potências globais e as emergentes, por exemplo), o que é esperado das potências enquanto emanadoras e/ou reguladoras de poder no e do sistema internacional não mudou. Obviamente que o papel que é esperado que a potência desempenhe varia de acordo com o tipo de potência. Não se pode esperar o mesmo

---

<sup>51</sup> Cf. HIRTZ, Mónica, Seminario: “El estado de la disciplina de las Relaciones Internacionales en América”, The Study of International Relations In Latin America, IRI-PUC-Rio, S.D, SL, pesquisa de 17 de abril de 2010, disponível para consulta in [http://interamericanos.itam.mx/documentos/herz\\_disciplina\\_ri.pdf](http://interamericanos.itam.mx/documentos/herz_disciplina_ri.pdf).

<sup>52</sup> Cf. ALLES, Miguel Leonardo, “A diplomacia brasileira pos-westfaliana: da não-intervenção à não-indiferença”, pesquisa de 25 de agosto de 2012, disponível online em: [http://www6.ufrgs.br/sncp/4SNCP/GT\\_PollIntern/LeonardoAlles.pdf](http://www6.ufrgs.br/sncp/4SNCP/GT_PollIntern/LeonardoAlles.pdf).



comprometimento, ou alcance das ações, por parte de uma potência global e de uma pequena potência, por exemplo.

Em terceiro lugar referimos os elementos constitutivos do Estado soberano – território, governo e população - não só pela sua importância na definição deste conceito mas porque, concluiremos que, de alguma maneira, manifestam-se sempre nos elementos relevantes para a identificação e mensuração das capacidades e da existência dos vários tipos de potência que vamos analisar. São, grosso modo, os elementos base do conceito de potência<sup>53</sup>.

O território do Estado soberano pode assumir diversas dimensões. É delimitado por fronteiras, dentro das quais exerce a sua soberania e que representam a sua identidade cultural e étnica, bem como a segurança da sua sobrevivência territorial. O território adquire tanto mais importância quanto pode ser estrategicamente bem localizado, abundante em recursos naturais ou aproveite eficientemente a sua posição geográfica para obter dividendos político-económicos. A ginástica geopolítica que um Estado é capaz de exercer é um elemento de peso para a definição e identificação de potências.

A função do governo, num Estado Soberano, é a de assegurar as funções inerentes à existência do Estado – legislar, administrar e julgar – pressupondo-se uma manutenção da ordem e estabilidade a nível interior e capacidade para honrar compromissos a nível exterior. O mais importante em termos de governo é a sua efetividade.

A população é um conceito fundamental na definição de Estado soberano e como elemento de poder. A população de um Estado contabiliza todos os seus habitantes e não todos os seus nacionais. Este elemento é fundamental nas relações de poder pois é a base para o cálculo da disponibilidade em termos de recursos humanos para a área militar e económica que necessitam absolutamente de capital humano para poderem alimentar as suas estruturas e crescimento.

Nationhood-Nacionalidade ou Comunidade de Nacionais - Vamos seguir a análise de George Sorensen neste ponto, abordando a nationhood. Devemos sublinhar que estes elementos fazem parte de uma moldura analítica bem mais ampla, em que o autor

---

<sup>53</sup> Vd. Boniface, Pascal, "Território", "População", "Governo" in Dicionário das Relações Internacionais, Edições Plátano, outubro de 2001, pp. 138-139.

aborda as diferenças entre Estado moderno, pós-colonial e pós-moderno, que são de grande interesse no âmbito do Estudo das modificações e perfis dos Estados existentes na atualidade, mas que não cabe aqui dissecar<sup>54</sup>.

A nação ou comunidade de nacionais – Nationhood como é tratada no trabalho de Sorensen, é constituída, no Estado moderno, por um povo dentro de um determinado território, é tanto Gemeinschaft como Gesellschaft e envolve um alto nível de coesão ligando nação e Estado. No Estado pós-Moderno a principal fonte dos direitos de cidadania são instituições supranacionais, internacionais, também a identidade coletiva está ligada a níveis acima e abaixo da nação<sup>55</sup>. O Estado como unidade de poder que conhecemos na actualidade foi resultado de várias transformações e da crescente centralização de poder, em uma estrutura – governo – deixando de parte as antigas lealdades que eram devotadas a um líder como centro de poder. Por estarmos seguros do contexto internacional e poderes existentes estarem a viver um momento de transformação que obriga a uma redefinição conceptual considerámos importante trazer a esta parte do trabalho a terminologia de Sorensen e distinção entre conceito de Nação no Estado moderno e pós-moderno, pois são os que identificamos como encaixando no perfil das potências existentes e demonstram a complementaridade e diferença de um elemento essencial à definição das relações de poder das potências atuais.

Balança de poderes - Tradicionalmente este conceito está relacionado com a teoria realista das relações internacionais<sup>56</sup>. Para Morgenthau a balança de poderes era uma garantia do status quo, independentemente dos elementos que fossem mais apropriados para serem tomados em conta, estes dependentes dos contextos de política internacional em que se inseriam. Utiliza o termo em quatro situações diferentes: referindo-se a uma política direcionada a um certo estado de assuntos políticos; como um estado dos assuntos políticos lato sensu; como uma distribuição quase igual de

---

<sup>54</sup> Vd. Sorensen, George- Changes in Statehood – The transformation of international relations – 1ª edição Palgrave, 2001.

<sup>55</sup> Sorensen elabora demoradamente sobre estes dois conceitos, simplificando o primeiro refere-se ao aspecto mais material da nacionalidade/ comunidade nacional , como a cidadania, por exemplo, enquanto que o segundo é mais cultural/valorativo e dentro do mesmo Estado podem haver várias comunidades culturais. Embora a nationhood seja tida como característica nos vários tipos de Estado esta definição fomos bebe-la à dos Estados Modernos , na terminologia do autor, pois consideramos corresponder ao perfil da maioria dos poderes da actualidade nacional.

<sup>56</sup> Cf. Morgenthau, Hans Joachim. Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace, 1ª ed., 1948, Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 1967.

poderes e; por último, como qualquer distribuição de poderes<sup>57</sup>.

À volta da balança de poderes joga-se um complexo equilíbrio que pressupõe nível igual de poder entre as potências pois a partir do momento em que uma ganha ascendente sobre as outras já não se pode falar de balança de poderes.

Segundo o pai do conceito, e porque este é relevante para aprofundar o conceito de poder e potência, há cinco métodos de balança de poder: dividir e reinar; compensações; armamentos; alianças e o “fiel” da balança.

Podemos claramente distinguir pela terminologia que uns são mais virados para a manutenção do equilíbrio entre poderes e outros para o desequilíbrio da harmonia existente. Mais relevantes ainda são as conclusões: o conceito não se verifica na realidade. Acaba por ser ilusório, visto que os cálculos de poder são, pela sua natureza, sempre relativos e não é possível quantificar com a máxima precisão o poder existente, é sim possível e aconselhável fazer cálculos aproximados, que nos permitem conhecer a dimensão do poder em análise. Assim a verificação da igualdade ou não entre poderes é muito difícil. Esta indeterminação leva a uma busca constante por mais poder ou, no caso de poderes mais relevantes, consolidação da margem de poder adicional que conseguiram criando uma dinâmica de competição constante.

Por último importa referir que as duas ferramentas principais nos jogos da balança de poder são a guerra e a diplomacia, à semelhança dos instrumentos principais de política externa. Empiricamente a balança de poderes verifica-se, por exemplo no sistema político europeu entre 1815 – Congresso de Viena, pós-Guerras napoleónicas e segundo grande momento de organização em termos de poder pós-Congresso de Vestfália – e 1914 (início da Primeira Grande Guerra)<sup>58</sup>.

Quanto à realidade mais próxima da actualidade, podemos encontrar uma balança de poderes no pós-primeira GG (pós 1918) por um curto período de tempo a que se seguiram várias combinações de poder: a predominância de dois poderes- sistema bipolar- sistema unipolar e não-polar, como analisado no capítulo I.

A sociedade internacional actual apresenta uma estrutura pouco definida e concisa em termos de poder, anunciam-se grandes mudanças e presságios de novas

---

<sup>57</sup> Idem, pp 99-104.

<sup>58</sup> Vd. COLUMBIA UNIVERSITY, “Balance of Powers” in The Columbia Encyclopedia - 6ª Edição, Nova Iorque, Universidade de Columbia, 2009, pp. 3980.

dinâmicas.

Após a década de 1960 e sinais de emergência de novas potências a actualidade é de difícil enquadramento no conceito de balança de poderes- assumindo aqui o significado de distribuição de poderes-pois as potências estão em redefinição, tanto em forma como em conteúdo.

A par de uma crise económica – e cada vez mais política - que atinge todos os mercados internacionais e todas as potências, qualquer que seja a sua dimensão, é notória a maior relevância nas decisões tomadas ou nas negociações para conduzir o caminho da economia internacional por parte de alguns poderes<sup>59</sup>. Alguns deles são conhecidos da balança de poderes e considerados potências desde há muito, como é o caso da França, Alemanha, EUA. Ligados por uma mesma ocidentalidade e certos elementos constitucionais que são considerados como condição sine qua non do status de potência, no sentido tradicional.

Vamos enumerar estes conceitos através de dados recolhidos em outros estudos e análises, bem como deduções e induções óbvias que o estudo da História – em termos políticos, económicos, culturais e outros – nos permitiu conhecer e coligir.

## 2.2. Elementos constitutivos tradicionais

Os elementos constitutivos do conceito de potência são morfologicamente muito distintos. Consequentemente a nossa análise indicará, após enumeração e explicação de cada elemento, uma classificação: mensurável qualitativa ou quantitativamente (MQL ou MQT), concreto (C) ou intangível (I). Salvo excepções a identificar, a qualidade divide-se entre existente ou não existente. Por fim referimos se é uma variável dependente (D) ou independente (ID), a relação de dependência é equacionada entre a variável e o sistema internacional, sendo a variável (sempre um elemento de poder) que depende das características que o sistema apresenta, em determinado momento<sup>60</sup>.

É importante lembrar a importância da política externa para o estudo do

---

<sup>59</sup> Cf. Roskin, Michael G, Berry Nicholas O., IR – “The Cold War Come and Gone- Strange New World: Power and Systems Transformations” in The New world of International Relations, 5ª edição, Prentice Hall., 2001, pp. 19-20.

<sup>60</sup> Como o nosso trabalho é dedicado à análise de unidades políticas, mais especificamente na área da política externa e política internacional a dependência é em relação elementos constitutivos em relação ao sistema internacional ou para salientar a susceptibilidade desses fatores às alterações da política e relações a nível internacional.

conceito de potência. Não é um “elemento constitutivo” da potência em termos de recursos de poder mas sim um instrumento, através do qual, historicamente, exerce o seu poder, por via da diplomacia ou, no outro extremo, através da guerra, e que lhe é conferido através dos elementos que vamos agora analisar, aqui na sua versão tradicional.

Se Vestfália definiu como unidade principal de organização política a nível internacional, que ainda vigora, o Estado soberano e se o Estado soberano é constituído por população, território e governo quer dizer que estes elementos continuam a desempenhar o mesmo papel tradicional e identificam organizações políticas relevantes a nível internacional pois o Estado permanece referência da unidade de poder.

Dada a sua natureza combinada levar ao conceito de soberania, enumeramos este último como primeiro elemento constitutivo tradicional de uma potência. É mensurável qualitativamente e quantitativamente, a dimensão dos elementos que o compõem difere de potência para potência, o que faz da soberania uma circunstância intangível mas mensurável pelos seus elementos constitutivos concretos. É uma variável independente.

Em segundo lugar socorremo-nos da equação elaborada por Ray S. Cline e das variáveis que a compõem pois fazem parte dos elementos tradicionais constitutivos do conceito de potência<sup>61</sup>. Segundo Cline: O poder apercebido - perceived power [Pp] é igual à massa crítica - função do território e da população [C] - mais capacidade económica [E], mais capacidade militar [M], vezes a coerência e adequação da estratégia nacional [S] mais a vontade nacional - a will to pursue national strategy [W], em função quer da vontade anímica da população, quer da sua adesão à estratégia nacional concebida pelo poder estabelecido<sup>62</sup>. Este cálculo é traduzido na seguinte equação:  $Pp = (C+E+M) \times (S+W)$ .

Os elementos que constituem cada uma das componentes de poder em análise

---

<sup>61</sup> Analista da Central Intelligence Agency (CIA), teve um papel especialmente relevante pois desempenhou estas funções para a CIA durante a crise dos mísseis de Cuba. Trabalhou para a agência de 1949 a 1969, cf. THE NEW YORK TIMES Weiner, Tim, “Ray S. Cline, Chief C.I.A. Analyst, Is Dead at 77”, publicado dia 16 de março de 1996, consulta de 17 de dezembro de 2011 disponível em: <http://www.nytimes.com/1996/03/16/us/ray-s-cline-chief-cia-analyst-is-dead-at-77.html>.

<sup>62</sup> Vd. Maltez, José Adelino, “Fórmula de Cline”, in , Respublica, Repertório Português de Ciência Política, edição 2004, pesquisa de 15 de dezembro de 2011, disponível in [http://maltez.info/respublica/topicos/aalettraf/formula\\_de\\_cline.htm](http://maltez.info/respublica/topicos/aalettraf/formula_de_cline.htm).

podem dividir-se em concretos (ou tangíveis) e intangíveis<sup>63</sup>. Aos concretos, segundo Rochman, pertencem a massa crítica, constituída pela área territorial e pelo tamanho da população. Também a capacidade económica, compreendendo valores do PNB a obtenção de energia, de minérios críticos não combustíveis, a produção industrial, a produção alimentícia, o comércio exterior. Por último a capacidade militar, que inclui a capacidade convencional e as reservas de armas estratégicas. Consideramo-los independentes e são mensuráveis quantitativamente.

Quanto aos intangíveis considera serem a vontade nacional – da qual fazem parte o nível de integração nacional, formado pelos níveis de integração cultural e territorial e a força de liderança nacional, composta pela capacidade da política governamental, nível de disciplina social e relevância da estratégia para o interesse nacional. Quanto à estratégia nacional pode ser dimensionada através da análise da medida do desenvolvimento de conceitos estratégicos globais e introdução na condução dos assuntos internacionais por parte da unidade política. Obviamente estes valores são qualitativos e, do nosso ponto de vista, dependentes.

De grande interesse para nós é a análise de Rochman. Apresenta dois elementos conclusivos que podemos aplicar na generalidade: um é ter analisado as diferenças entre os elementos constitutivos da equação de Cline em dois momentos históricos diferentes, em 1977 – pós-Guerra Fria – e em 1994. Embora a equação não se tenha alterado ao longo do tempo o facto de os seus elementos constitutivos sofrerem alterações é importante para o nosso estudo revelando que, quanto à mensuração de poder as variantes que compõem as variáveis apresentam nuances mas, na generalidade, os fatores principais mantêm-se. Há, por isso, uma continuidade dos elementos de poder.

Chegamos a uma segunda certeza através do mesmo estudo: embora elementos tangíveis se possam mensurar com mais facilidade, pois quantitativamente são concretos, os intangíveis – dificilmente previsíveis ou passíveis de cálculos exactos-tem peso, per si, para alterar toda a equação de poder. Assim o poder apercebido não pode ser imediatamente considerado uma realidade precisa pois se, por um lado o

---

<sup>63</sup> Cf. ROCHMAN, Alexandre Ratner. « A avaliação de poder nas relações internacionais » in Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 46, 1999, pp 119-134. Pesquisa de 17 dezembro 2011, para consulta online: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451999000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000100006&lng=en&nrm=iso),

resultado depende sempre da multiplicação de elementos sobre os quais podemos obter conhecimento quantitativo muito preciso, por outro esta multiplicação é feita por fatores sujeitos a mudanças repentinas e pouco exactos que podem alterar completamente os resultados que se espera tendo por base os elementos mais claros e precisos.

O mesmo autor refere os elementos de poder identificados por Hobbes, Carr, Morgenthau e Aron. Não temos a possibilidade de os passar em revista mas podemos deter-nos numa enumeração que faz dos elementos apresentados por Morgenthau.

Também são produto de uma organização dos já referidos por Hobbes e Carr - concretos e independentes: a geografia, o avanço tecnológico, a posição geográfica, as circunstâncias, a extensão territorial, o tamanho da população e os recursos naturais, a capacidade industrial e a capacidade militar, quanto aos qualitativos e, também para nós, independentes<sup>64</sup>.

Quanto aos intangíveis, e da nossa perspectiva dependentes, enumera: o carácter nacional, a moral nacional, a qualidade de governo e a qualidade da diplomacia. Há que referir que o conceito de Morgenthau de capacidade militar é um conceito híbrido com elementos tanto concretos (nível quantitativo) como intangíveis (nível qualitativo) como o número de homens, por um lado, e a qualidade de liderança, por outro. Neste trabalho, sempre que nos deparemos com fatores que mesclam tangível e intangível e dependente ou independente adoptaremos o vocábulo de híbrido. Mais especificamente híbrido quantitativamente, no que diz respeito aos primeiros e híbrido qualitativamente, no que diz respeito aos segundos<sup>65</sup>.

## 2.3 Relevância na Nova Sociedade internacional

### 2.3.1 Transformação do Conceito

Para uma melhor compreensão da importância da transformação do conceito em estudo é fundamental passar em revista a ordem internacional num contexto geral e atual, dando a entender como as sinergias de poderes que são o seu motor e molde funcionam.

---

<sup>64</sup> É de referir que a capacidade industrial considera-se particularmente importante por ser o veículo de transformação de produtos brutos.

<sup>65</sup> Idem, ibidem, APUD Morgenthau, Hans Joachim. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, 1ª ed., 1948, Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 1967.

Segundo Phillips há quatro eixos principais através dos quais podemos distinguir as ordens internacionais. Um princípio de diferenciação, que é o organizador e governa as relações de autoridade entre diferentes comunidades políticas, e um princípio de orientação propositado. Este diz respeito à visão particular de bom (ou bem) que a ordem internacional vigente quer promover. Um terceiro eixo está relacionado com a forma institucional, que é a combinação precisa de instituições autoritárias e coercivas na qual a ordem internacional confia para promover a cooperação e conter a animosidade entre as comunidades que a constituem. Finalmente um quarto eixo para distinguir a ordem internacional é a distribuição de capacidades, especialmente as relacionadas com a violência organizada<sup>66</sup>.

Para este autor há diferentes tipos de mudanças nas relações de poder às quais o sistema internacional é susceptível: 1) uma mudança posicional, que se verifica na distribuição relativa de poder e na qual o prestígio entre unidades políticas diferentes também pode mudar embora haja princípios e valores principais que se mantêm os mesmos; 2) mudança institucional, que é contrária à primeira, mudando valores e princípios mas incluindo desenvolvimentos, como o estabelecimento de conferências permanentes de Estados como mecanismo de manutenção da ordem internacional, por exemplo; 3) mudanças de propósito, que incluem a transformação do substrato moral e uma revisão compreensiva das instituições fundamentais da ordem internacional vigente; 4) em último lugar refere as mudanças de configuração. Neste caso o princípio diferenciador de unidade da ordem vigente muda bem como os seus valores e instituições fundamentais.

Embora ainda refira outros elementos como o tipo de crises do sistema internacional, não é este o objectivo da nossa investigação mas sim os tipos de potências existentes e os debates que florescem ao redor destes conceitos de difícil definição. O importante é não perder de vista que há uma ligação entre estas mudanças e as potências que se destacam no contexto internacional a cada momento histórico. Termina o seu trabalho referindo o seguinte ponto que é de relevância para o nosso estudo: a estabilidade da atual ordem internacional vai depender da capacidade dos poderes ocidentais de lidarem não só com a sua decadência mas também com a

---

<sup>66</sup> Vd. Phillips, Andrew - "The Historical Transformation of International Orders" in War, Religion and Empire. Cambridge, Cambridge University Press, Cambridge Studies In International Relations 2010 , ISBN, 9780521191289, pp. 59- 260



emergência de outros poderes.

Quando as relações de poder mudam a sociedade internacional não só reflete essas mudanças como, também, se adapta, por isso o conceito de potência, na sua riqueza terminológica que, assim, tem vindo a aumentar adquire tanta relevância. Novos conceitos surgem para permitir a identificação das unidades de poder existentes que são os novos atores no palco das relações internacionais. Embora, no plano geral, se possa enumerar alguns dos mais recentes tipos de atores das relações internacionais: entidades supranacionais, económicas e políticas não completamente definidas como a UE, organizações internacionais intergovernamentais (ONU), os atores erráticos, as ONGs, a Sociedade Civil, os movimentos de pressão com relevância internacional, entre outros, é preciso analisar os vários tipos de potências isoladamente<sup>67</sup>.

Feita do ponto de vista dos recursos como principal fonte de poder clarificamos que uma análise também podia ser feita pelo poder como relação. Pela impossibilidade de partir para uma análise tendo como base qualquer um dos dois pontos de vista sem referir o outro este estudo é feito tendo em mente que o poder é o “conteúdo” da potência. Sem prejuízo desse facto é importante explicar o poder do ponto de vista relacional. É uma explicação complementar á do poder definido como recurso e reflete a atualidade das relações entre poderes no quadro de uma ordem internacional que está a ser re-definida, fazemo-lo de seguida a nível superficial, como referência para menções posteriores.

Esta relação engloba três tipos de comportamento entre Estados: a ordenação de alterações, o controlo de prioridades e a definição de preferências. O exercício de poder entre Estados, qualquer um dos três comportamentos acima descritos, pode ser feito através de hard ou soft power<sup>68</sup>. O soft power é um tipo de poder que considera o alvo a relação de poder, em que é necessário seduzir, e para essa sedução ter lugar é preciso que os objetivos em jogo sejam vistos pelo alvo dessa sedução como legítimos. Por outras palavras é o: “poder de cooptação de enquadramento de objetivos, persuasão e a atração positiva com o intuito de obter os resultados desejados” é o poder de atração de um Estado. O conceito não é normativo, é descritivo. É uma forma de

---

<sup>67</sup> Cf. Dunne Tim, Hadfield Amelia, Smith Steve- “Actors, Structures and Foreign Policy analysis”- Carlsnaes- in Foreign Policy Theories, Actors, Cases. 1ª Edição, Oxford Press, Publicado em Oxford ,Impresso em Itália, 2008, pp. 85-99.

<sup>68</sup> Cf. Nye, Joseph S. Jr, O Futuro do Poder, edição portuguesa, Círculo de Leitores, março de 2012, ISBN 978989644678.

poder que tende a ser reduzida pelos realistas porque é mais difícil de quantificar.

Não só os Estados, mas vários outros atores (ONGS, Organizações Internacionais) podem exercer soft power. Depende, em grande parte, da credibilidade, de valores políticos, de política externa e elementos culturais. Pode identificar-se através do tipo de estratégia que é o seu conteúdo: criação de objetivos, persuasão e atração. A atração é um elemento complexo do soft power, se determinadas características não fizerem parte do seu exercício, como a benignidade, competência, carisma, entre outras, o resultado provocado no alvo pode ser repulsa ao invés de atração. A persuasão é um jogo de influências direcionado tanto às acções como às crenças e implica, normalmente, manipulação. Quanto á criação de objetivos, partindo do princípio que o argumento dado em favor de perseguir determinado objetivo é considerado legítimo é mais provável que exerça persuasão. Este tipo de poder, pela sua subtilidade, é cada vez mais posto em prática pelos grandes poderes e visto como um instrumento importante na condução das relações internacionais.

O soft power pode ser direto ou indireto mas é a estratégia utilizada que determina a sua eficácia. Sem uma boa estratégia o soft power pode existir mas não alcança os objectivos/efeitos desejados. Um dos exemplos de utilização do soft power pelas potências é na diplomacia pública, seja através da transmissão de informação, venda de imagem positiva ou da construção de relações a longo prazo que criem um ambiente favorável às políticas governamentais ou pelos resultados da eficácia da diplomacia pública que podem ser confirmados no número de opiniões mudadas.

O autor também se refere ao ciberpoder, que engloba ciberecursos, ciberespaço. Como não há regime de governação para o ciberespaço, apenas algumas normas e instituições numa posição vagamente regulatória, pode-se considerar um regime híbrido e único de propriedades físicas e virtuais. Fruto de uma nova era da comunicação e globalização neste domínio as relações entre intervenientes governamentais e não governamentais estreitam-se, os intervenientes podem ser Governos, organizações com redes altamente estruturadas ou, ainda, indivíduos com redes pouco estruturadas.

Este tipo de poder é extremamente difuso e inclui possibilidades de “uso da força” através de ataques cibernéticos, simples ou avançados, com a diferença que este tipo de confronto tem custos relativamente baixos comparado aos confrontos

tradicionais, o que o torna mais atrativo como ferramenta de hard power para atores que, possivelmente, não teriam capacidades para tentar concretizar os seus objetivos com recursos tradicionais de hard power. O soft power também pode ser exercido utilizando este recurso, em campanhas de nomeação ou acusação contra governos, por exemplo<sup>69</sup>.

Característica do último século e da profunda permeabilidade inter-área – seja económica, política, filosófica, militar, cultural- que a globalização fomentou, o ciberpoder adquire mais relevância á medida que os Estados se apercebem da importância em conhecê-lo de modo a utilizá-lo e se defenderem dele. Levanta problemas quanto à distinção entre alvos civis e militares e aos danos colaterais do seu uso. É um domínio onde os Estados procuram obter mais soberania e que está em franca evolução, principalmente no que diz respeito ao quadro regulatório e legislativo. É parte do que poderíamos considerar uma nova geração de recursos de poder e que, pelo seu perfil global, carece de acompanhamento e respostas globais a que uma governança global (talvez) pudesse responder eficazmente.

Quanto ao hard power é o “empurrar” por oposição ao “puxar” do soft power. O hard power é normalmente associado aos recursos militares/estratégicos, como os orçamentos, infraestruturas e instituições militares, pessoal, entre outras mas não implica uma utilização com objetivos destrutivos<sup>70</sup>. Segundo Nye este tipo de recurso pode ser utilizado para: “.... 1- combater e destruir fisicamente; 2- apoiar ameaças na diplomacia coerciva; 3- prometer protecção, incluindo acções de manutenção de paz; 4- garantir muitas formas de apoio”<sup>71</sup>.

Este tipo de poder implica estratégias como a coerção e os pagamentos, está intimamente relacionado com o primeiro tipo de relação estatal, dos três acima(vd.pp 49) descritos – ordenação de alterações.

Quer seja de soft ou hard power que uma potência se vai munir para levar a cabo determinada acção o ponto principal está nas estratégias inteligentes(smart power). Estas são a capacidade de conversão que determinada potência apresenta dos recursos de hard ou soft power para que os resultados/ efeitos sejam os que procura.

---

<sup>69</sup> Cf. Nye, Joseph S. Jr, O Futuro do Poder, edição portuguesa, Círculo de Leitores, março de 2012, ISBN 978989644678.

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> Idem, pp. 61.

O poder económico, por exemplo, engloba relações de assimetria que evoluem para relações de poder potencial, engloba também recursos energéticos que são essenciais (petróleo e gás, por exemplo). Essas relações podem ser de sensibilidade ou vulnerabilidade. A segunda categoria aqui mencionada identifica o Estado que está profundamente exposto á relação assimétrica económica. Esta relação pode incluir sanções, positivas ou negativas, e os objetivos das mesmas podem variar entre um carácter coercivo, limitador ou informador. Este tipo de poder pode ser soft ou hard, dependendo do objetivo que serve. No primeiro caso poderíamos dar o exemplo de um qualquer programa de ajuda que A financia para apoiar o desenvolvimento de B. Como exemplo do segundo podemos imaginar um programa que A financia para que as tropas de B recebam treino eficaz no uso de material bélico<sup>72</sup>.

A diferença entre os resultados da aplicação dos recursos de uma potência – se se transformam em soft ou hard power- vem do smart power, que é a capacidade de conversão a que já nos referimos. Nye, pai destes conceitos e estudos, também lhe chama soft power 2.0, ou seja, um upgrade do soft power<sup>73</sup>.

O smart power nasce na combinação eficaz dos recursos em estratégias bem sucedidas. Uma estratégia inteligente responde a cinco perguntas: quais os resultados desejados? Quais os recursos disponíveis e em que contextos? Quais as posições e preferências dos alvos da tentativa de influência? Quais as formas de comportamento de poder e probabilidade de serem bem sucedidas? Qual a probabilidade de êxito?<sup>74</sup>.

Conscientes do que acabámos de aprender continuamos esta pesquisa sabendo que para além dos recursos de poder, que analisamos como característicos das potências, é a estratégia inteligente de conversão - com a ponderação de cinco dimensões que lhe é característica- que fará a diferença nos resultados produzidos e na perceção internacional desses resultados. A perceção é fundamental pois é também a partir dela que é feita a leitura e hierarquização das potências.

Voltando á discussão dos vocábulos, estas terminologias surgem para colmatar as lacunas conceptuais existentes, através de vocábulo adequado, das unidades de poder verificadas na realidade e da correspondente relevância destas no sistema

---

<sup>72</sup> Idem, pp. 77-102.

<sup>73</sup> Idem, “Poder Inteligente”, pp.231 a 259.

<sup>74</sup> Idem, pp. 232-233.

internacional. O mesmo se passa com os Estados e sua definição consoante o estatuto de potência que representam.

O vocábulo potência aplica-se a realidades distintas de poder estatal. Embora as comparações sejam feitas mais à frente convém deixar claro quais as realidades de poder e debates existentes que vamos analisar: começamos por examinar os conceitos de grande, de média e de pequena potência. De seguida dedicamo-nos à observação dos conceitos de potência global e potência regional. Por fim analisamos os conceitos de potência tradicional e potência emergência. Destacamos como especialmente atuais os últimos quatro conceitos de potência.

A sua formulação é resultado da necessidade de exprimir certas dimensões de poder, e seu alcance, que têm adquirido importância crescente na sociedade internacional e, na actualidade algo indefinida da hierarquia de poderes, ganham cada vez mais preponderância. Embora, lato sensu, o conceito de potência encontre a sua materialização em cada poder existente o conteúdo do conceito transforma-se flexivelmente e é adaptado às características do poder a que se refere, daí a rica terminologia: grande potência, média, emergente, etc.

No final desta parte do nosso estudo pretendemos reunir todos os elementos constitutivos do conceito de potência atual, incluindo os novos recursos de poder. É a actualidade (séc XXI) que procuramos compreender e esquematizar, por isso é nas potências mais relevantes da actualidade que podemos encontrar os exemplos/modelos mais adequados à nossa pesquisa. Isto leva-nos a testar as conclusões através da análise do Brasil como poder de extrema relevância na actualidade.

Em suma, o conceito de potência, nas várias formas que pode assumir, consoante as suas características, é de capital importância para a compreensão das relações de poder existentes e para identificar e distinguir poderes. É nestes, e nas dinâmicas das suas relações, que repousa a ordem internacional, molde da sociedade internacional que influencia tanto as relações internacionais como a política internacional.

Enfatizamos que o estudo do poder tem vindo a transformar-se e pode ser analisado a partir de dois pontos de vista diferentes: o poder como recurso e o poder como relação. Seguimos aqui a primeira corrente por nos parecer mais adequada ao tipo de estudo do conceito de potência que aqui é feito, não descuraremos, no entanto e

como já referido, a importância do poder como relação.

### 2.3.2. Os Grandes Debates Atuais

#### 2.3.2.1. Grande potência x potência média x pequena potência

O eixo da História gira em torno das grandes potências e suas ações quer em conjunto quer individualmente quer no uso dos seus recursos. Continuam a ser grandes atores e impulsionadores das RI no século XXI. Mesmo as suas ações menos relevantes tem impacto e consequências na sociedade internacional, ao contrário das ações por parte dos poderes mais pequenos pois a medida do impacto das ações de um Estado nas relações internacionais é, normalmente, directamente proporcional ao seu poder, logo ao tipo de potência de que se trata.

A influência e as ações dos líderes dos grandes poderes desfrutam de amplo reconhecimento a nível mundial. Pela importância das ações dos grandes poderes, fundamentais para as questões internacionais estas potências desempenham um papel de proeminência na condução das relações internacionais.

O termo potência foi utilizado, pela primeira vez, no Congresso de Viena em 1815. Foi o historiador prussiano Von Ranke que elevou o termo ao uso corrente através dos seus trabalhos. Anteriormente a noção estava ligada a poderes cujas características económicas, militares, estratégicas, diplomáticas e políticas tornavam as suas ideologias, ações e políticas, de interesse vital para todos os outros Estados e membros da sociedade internacional. Vistos como os que sustentam ou desafiam a ordem internacional, decidindo da sua estrutura, quer individualmente quer em grupo<sup>75</sup>.

Historicamente os primeiros grandes poderes foram os Impérios Europeus, aos quais se seguiram os EUA, o Império Otomano e o Japão, que são os primeiros poderes não ocidentais a obterem esta classificação na hierarquia de poderes. O segundo principalmente após ter ganho duas guerras importantes, a primeira Sino-Japonesa (1894-1895) e a Russo-Japonesa (1904-1905).

Consequentemente, podemos concluir que um dos elementos para se ser

---

<sup>75</sup> Leopold Von Ranke é o pai do historicismo, cf. COLUMBIA UNIVERSITY PRESS "Ranke, Leopold Von: in The Columbia Encyclopedia, 6a edição, Columbia University Press, Nova Iorque, 2004. Pesquisa de 25 de maio de 2012, disponível online em: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=101266903>.

considerado uma grande potência é a obtenção de uma vitória em guerras de dimensão significativa (MQT,C, I ou ID). O contrário também é um facto, uma derrota vergonhosa pode anunciar a saída de uma grande potência do clube das grandes potências. Pela extensão do impacto das suas ações a nível internacional é esperada, tacitamente, uma maior responsabilidade (H,I,D). Tendem a abster-se, por exemplo, de utilizar a sua força unilateralmente, pois são decisões que vão afetar a sociedade internacional <sup>76</sup>.

Várias formas de concertos de poder garantiram, ou tentaram garantir, a paz e a segurança a nível internacional ao longo das décadas. Funcionando em diretório as grandes potências dos vários momentos históricos tem a particularidade de decidir entre si dos destinos das relações internacionais e ou das decisões que provocam mudanças significativas no âmago da sociedade internacional. A submissão dos outros poderes aos seus desígnios é tida como natural, principalmente das pequenas potências e nas questões internacionais em geral, principalmente securitárias (H,I,I). Exceto momentos de euforia específicos, como aquele que seguiu à segunda Grande Guerra em que era defendida a ideia de igual poder de decisão/voto para todos os Estados, uma lógica que não é sustentável devido à óbvia multiplicidade de Estados existentes e dificuldade em obter decisões ou acordos através de um consenso geral<sup>77</sup>.

As características principais das grandes potências e seus interesses vão mudando. Um dos elementos que se tem mostrado mais estável de entre aqueles que formam os interesses e características das grandes potências é a extensão territorial (MQT,C,I). Desde os primórdios históricos em que todas as unidades de poder sempre tentaram expandir, na medida dos seus desejos e atingiram na proporção das suas capacidades.

Podemos considerar que dos três elementos constitutivos de poder de um Estado Soberano: território (MQT,C,I), população (MQT,C,ID) e governo (MQL,I,ID), o território é aquele que pode impulsionar mais célere e significativamente um aumento nos outros dois com a inerente crescente reflexão externa de poder que a grandeza

---

<sup>76</sup> Refere conceito de balança de poder, importância como garante de harmonia entre maiores e menores potências, a expressão e materialização da vontade em reunir periodicamente de modo a concertar as ações a nível de política externa entre grandes poderes é muito importante, principalmente pela tónica dada à segurança internacional neste concerto de políticas, provavelmente fruto da devastação que as tinha atingindo durante 23 anos de guerra e reconhecimento dos custos implícitos a actividades bélicas.

<sup>77</sup> A título de exemplo, o princípio da unanimidade, atribuindo igual peso às decisões de todos os Estados Membros na Liga das Nações foi uma das razões para o seu falhanço.

territorial confere.

A influência das grandes potências também está espelhada na formação e estruturação das organizações internacionais e, até, outras associações de Estados que caracterizaram as várias ordens internacionais (MQL,C,ID). Podemos destacar, por exemplo, que a Liga das Nações estava imbuída de um liberalismo que caracterizava o sistema internacional e, principalmente, as mais poderosas potências ocidentais desse período. Por outro lado a Organização das Nações Unidas (ONU) personifica, na composição do Conselho de Segurança, a estrutura de diretório que se impôs naturalmente após a Segunda Grande Guerra. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e os seus regulamentos, bem como outros fóruns no seio dos quais se tomam decisões com impacto internacional, refletem a hierarquia de poderes existente<sup>78</sup>.

Os vencedores, envolvidos atualmente num debate cada vez mais aceso em relação às novas grandes potências, e parte da doutrina, defendem que estas últimas são em muitos casos poderes regionais. É um período histórico marcado pelo maior número alguma vez contabilizado de associações e organizações de carácter regional, qualquer que seja o continente em análise. Este factor, juntamente com o fenómeno da regionalização, reforçam a importância das regiões como ator.

Destacamos o que, segundo Catlhal, é um conjunto de obrigações de conduta a nível internacional, acordadas tacitamente pelas grandes potências atuais: manter, a nível interno, união e estabilidade, consequentemente garantindo que parte significativa do mundo apresentaria estas duas características, assegurar a ordem política no seu território e na sua esfera de influência natural; cooperar e manter uma ordem internacional da qual a segurança faz parte e que respeita a soberania dos seus membros, com exceções para os Estados falhados, para aqueles que desferem golpes sérios à ordem internacional ou aqueles que ameaçam o uso de armas de destruição massiva, pois devem ter a sua ação limitada<sup>79</sup>. Quanto á classificação destes fatores: MQL, I, ID.

---

<sup>78</sup> Como exemplos relevantes para o nosso estudo vamos referir o G20, G3 e o grupo dos BRIC, criados na última década e que reflectem na sua composição e agenda uma hierarquia de poderes, e interesses que defendem, diferente da que vigorou nas últimas décadas – de cunho profundamente ocidental, onde a América do Norte e a Europa tinham papel principal.

<sup>79</sup> Cf. Cathal J. Nolan, (ed) – “Introduction” e “I-Framework of International Relations” in *Power and Responsibility in World Affairs: Reformation versus Transformation* - editora Praeger, Westport, CT, 2004, 1-39.



As grandes potências devem respeitar a lei internacional, promover o livre comércio como motor de sinergias positivas em termos de prosperidade a nível internacional e boa prática entre Estados, conducente a uma paz duradoura; prover ajuda em situações de emergência humanitária ou em locais onde a situação é de desastre humanitário (como em Estados falhados, por exemplo), promover esforços na resolução de problemas internacionais que estão fora do alcance resolutório dos Estados a nível individual (MQL, I, ID).

Podemos extrair outras conclusões dos factos históricos: as principais características das grandes potências são aquelas que são refletidas na composição da sociedade internacional, na condução da política internacional e na direção das relações internacionais.

Em termos de ideologia política e filosofia de mercado as grandes potências são os modelos a que os outros Estados estão obrigados a adaptar-se. Não só por uma questão de sobrevivência, pois a dimensão do seu mercado e peso político não podem ser ignorados. E se alguma unidade de poder, seja pequena ou média potência, apresenta características políticas e económicas completamente díspares do modelo isola-se e perde relevância e poder. A manutenção de boas relações com os grandes poderes também faz parte de uma diplomacia de sobrevivência dos outros Estados. Estados que necessitam da existência desses laços como garante do reconhecimento da sua identidade a nível internacional.

Podemos considerar que, até hoje, nas várias formas de poder e sistemas de poderes existentes, as grandes potências dos diferentes momentos históricos partilhavam, em maior ou menor escala, estas características que as definiam nos seus princípios, lato sensu, política e economicamente. A exceção mais relevante para o nosso estudo é aquela da Guerra Fria. Ao existirem duas grandes potências sem capacidade de trabalhar em conjunto pois não partilhavam dos mesmos substratos político-económicos a sociedade internacional viu-se dividida em dois e viveram-se décadas marcadas por tensões e pontos quentes. Este momento histórico reforça a importância do papel de referência que grandes potências adquirem no seu lugar de topo na hierarquia dos poderes internacionais e da influência que têm sobre a sociedade internacional no geral.

Alguns autores identificam grandes potências em transição. Colocando-as sob o guarda-chuva de outros tipos de potência ao fazer um paralelismo com outras

características das suas dimensões de poder. Referimos-mos, neste caso, às potências regionais, que mais à frente identificamos e explicamos em detalhe, mas que é pertinente referir parafraseando Pastor:

“Other states might join or supplant the great powers in the twenty first century. The most obvious candidates are now considered regional powers; their influence in their own regions is considerable, possibly exceeding that of the major powers. In Latin America, Brazil, Argentina, and Mexico are regional powers (...)”<sup>80</sup>.

O autor destaca a extensão, natural, do poder das grandes potências ao seu redor. Principalmente nas proximidades geográficas, assumindo duplo papel: de grande potência e de potência regional, pois a mesma potência, pelo seu perfil de poder, pode incluir, simultaneamente, diferentes estatutos de poder que se complementam. Por outro lado clarificamos que há certos perfis de potência que são excludentes.

Em suma, uma grande potência: “A son mot à dire sur les questions universelles, son concours est indispensable au règlement de certaines d'entre elles, sinon de toutes”<sup>81</sup>. Concluimos que podemos referir, como exemplo, numa posição periclitante mas não totalmente perdida, os Estados Unidos da América.

Média potência - As potências médias, em Inglês middle powers, são, a nosso ver especialmente relevantes na ordem internacional pelo seu nível de poder médio, que lhes permite equilibrar ou desequilibrar as relações de poder existentes. Podem fazê-lo individualmente ou em grupo, mas de uma forma mais subtil e harmoniosa do que uma grande ou pequena potência.

Quando nos referimos a uma média potência o vocábulo pode induzir em erro o leitor que liga de imediato o conceito com a dimensão geográfica deste tipo de potência. Clarificamos que uma média potência é média por uma série de fatores nos quais pode estar incluída uma dimensão geográfica média, mas este não é um elemento obrigatório nem característica sine qua non do perfil de uma média potência. O termo refere-se ao nível de poder que esta representa nas relações internacionais.

Segundo Joordan, um dos elementos caracterizadores das médias potências é apresentarem uma política externa que estabiliza e legitima a ordem global através de

---

<sup>80</sup> Cf. Robert A. Pastor (ed) –in A Century's Journey: How the Great Powers Shape the World. Nova Iorque, Basic Books, 1999, pp. 25.

<sup>81</sup>Vd. Serge Sur- Un Monde en miettes- Les Relations Internationales a l'aube du XXIeme siècle. La documentation Française – 2010- pp. 182-184, ISBN 9782110078872.

iniciativas multilaterais e cooperativas (MQL,I,D) <sup>82</sup>. Devido à sua dimensão de poder podemos acrescentar, pela nossa parte, que este tipo de potências goza de uma posição particularmente relevante em termos estratégicos.

Na senda do autor vamos enumerar uma série de características que são atribuídas às médias potências, embora na sua versão original Jordaan as divida entre características de potências médias tradicionais e médias emergentes estes são tipos de potência cuja análise será feita na continuação deste trabalho e onde haverá espaço para referir, de um outro ponto de vista, o trabalho de Joordan. Pela abordagem no trabalho deste autor, somos obrigados a, seguindo o seu método analítico, citar os elementos que fazem parte da identificação genérica das médias potências, pois a medida destes elementos é diferente dependendo da sua referência às tradicionais ou emergentes médias potências. Os principais elementos identificadores das médias potências são: o nível de bem, no sentido de bem estar geral e da generalidade (wealth) (MQT,C,ID), o nível de estabilidade (MQT,C,I) o alcance do seu poder na esfera de influência natural (ou seja, ter ou não ter influência a nível regional (MQL,I,)<sup>83</sup>.

Para o autor há elementos constitutivos e elementos comportamentais que importa distinguir quanto às potências médias. Dentro dos primeiros elementos, os indicadores a analisar são: tradição democrática, o momento de emergência como potência média, a posição na economia mundial, a influência a nível regional, as origens da sua neutralidade apercebida. Dentro deste modelo e como comportamentais indica: a orientação regional, a atitude em relação à integração e cooperação regional, natureza das ações direcionadas para a obtenção de mudanças globais significativas, propósito de construção de identidade internacional (destes elementos, fora a posição na economia mundial que é mensurável quantitativamente, consideramo-los MQL,I,ID).

Podemos ainda referir que são Estados que tem à sua disposição importantes recursos, territórios vastos, uma população numerosa e, normalmente, economias dinâmicas. Alguns exemplos commumente referidos para este tipo de potência são: o Brasil, o Canadá e Espanha<sup>84</sup>. Referindo-se a análises de outros autores reforça a

---

<sup>82</sup> Vd. JORDAAN, Eduard, «The Concept of a Middle Power in International Relations: Distinguishing between Emerging and Traditional Middle Powers» in *Politikon: South African Journal of Political Studies* nr. 30, 2003, pp. 165-81.

<sup>83</sup> O autor refere mesmo que são fracas e ambivalentes na sua orientação regional.

<sup>84</sup> Cf. Sousa. de Fernando (Dir.) “potência média” in *Dicionário de Relações Internacionais*, 2ª edição, Edições Afrontamento, 2008, pp. 162.

importância da política externa como meio de ação das médias potências. Pela nossa parte, podemos adicionar que, devido à sua localização ótima entre as grandes e as pequenas potências e pelo facto de haver uma similaridade nos objetivos/comportamentos e escolhas das suas políticas externas - que é o que leva a reconhecer este tipo de potência - a diplomacia e a guerra, manifestações de política externa por excelência, tem um papel fundamental na construção do perfil das médias potências<sup>85</sup>.

Entre os fatores das políticas externas que as médias potências partilham começamos por um que faz parte da sua formulação. Esta não é feita tendo por base os elementos constitutivos das médias potências mas sim os objetivos que querem atingir- para nos referirmos a este componente de formulação passamos a referir a agenda das médias potências.

São pró-ativas na procura de soluções multilaterais para os problemas internacionais, defendem uma postura cooperativa e de compromisso que não excluem ser, também, parte da resolução do problema. Muitas vezes acabam por se envolver em problemas que são de interesse global e não lhes dizem respeito nem em proximidade temporal nem em proximidade geográfica. A sua interferência, nestes moldes, também se estende a conflitos, os quais tentam dirimir. Este tipo de intervenção é outro elemento de destaque para as distinguir de outras unidades de poder com características semelhantes.

Por outro lado as médias potências procuram manter o status quo existente na ordem internacional (MQL,I,ID). Este elemento deve ser analisado de um ponto de vista, a nosso ver, muito realista. A manutenção do estatuto que lhe é reconhecido representa, para uma média potência, pelo alcance e dimensão natural média do seu poder, o garante da sua sobrevivência. Por natureza envolvem-se na procura constante de legitimidade e estabilidade da ordem internacional atual, pois beneficiam da lógica neo-liberal (recentemente em crise) que vigora.

Outra preocupação deste tipo de potências é com os assuntos da segurança internacional. Tendem a conter focos de tensão antes de estes se tornarem verdadeiros conflitos, o que pode ser visto como parte da sua lógica estabilizadora e interessada na

---

<sup>85</sup> Idem, APUD Cooper, A. F. R. Higgot A e Nossal K. R - Relocating Middle Powers: Australia and Canada in a Changing World Order, Vancouver, University of British Colombia Press, 1993.

manutenção da situação existente (MQT,C,ID). Nas preocupações de política externa as médias potências incluem uma componente de legalidade muito forte, aos seus olhos a lei é um instrumento fundamental da política externa.

A multilateralidade, já supra-referida, é fruto da posição estratégica mediana das médias potências. Permite-lhe, através da associação com outros poderes, qualquer que seja a sua dimensão, reunir num todo através de partes diferentes, uma quantidade de poder significativo. Este permite-lhes agir como grandes estruturas de poder no sistema, pois por natureza não são grandes poderes mas podem obter uma maior capacidade de influência na busca dos seus objetivos através das instituições multilaterais<sup>86</sup>. Consequência natural é uma participação muito dinâmica nos vários tipos de organização internacional/supranacional, nos quais também incluímos os contributos para as causas internacionais, seja em termos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) ou disponibilização de forças de Peacekeeping (elementos MQT,C,ID).

A ideia da plasticidade que adquire, graças à sua dimensão intercalar entre poderes, faz-nos pensar que poderia ser considerada como um tipo híbrido de potência. Pela sua natureza pode adquirir diferentes contornos de poder consoante o tipo de potência a que se associa.

O tipo de ginástica a que se prestam faz com que este tipo de potência assumam naturalmente um papel anti-hegemónico na ordem internacional e sejam vistas por outros Estados como interlocutores naturais e neutrais na resolução de diferendos entre outros poderes (MQL,C,ID).

Alguns exemplos referidos por Joordan como médios poderes (regionais) que têm neste momento a capacidade de pressionar por uma agenda anti-hegemónica são o Brasil e a Nigéria. Beneficiam de papéis regionais dominantes, o que lhes confere um peso extra ao defenderem os seus interesses.

Outro elemento que concluímos com esta análise é o interessante facto de, pela dimensão média de poder, existir uma multitude numericamente significativa de atores internacionais – movimentos, organizações – que embora não potências mas poderes,

---

<sup>86</sup> GILLEY Bruce, « Middle Powers during Great Power Transitions » in International Journal, Vol. 66. nr. 2, 2011 pesquisa de dia 11 de dezembro de 2011, versão electrónica para acesso em: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=5049758131>. pp 245+.

podem tentar competir com as médias potências pois estão no mesmo patamar de poder- o que obriga este tipo de potência a estar alerta e a um esforço extraordinário, acentuado pela ação e interação no sistema internacional.

A voz das potências com esta dimensão tem peso significativo na agenda internacional e seu seguimento. Por outro lado partilham preocupações com as pequenas potências. Em termos militares e económicos seguimos o perfil que é dado da Austrália e do Canadá. São as potências com maior número de análises efetuadas em relação à sua qualidade de potências médias e, por isso, mais comumente utilizadas como exemplos. Ambas têm recursos militares e económicos limitados, em comparação com as grandes potências e tentam assumir um papel internacional de destaque através das suas jogadas internacionais, a nível diplomático e técnico<sup>87</sup>.

Ou seja, as médias potências passam por um processo de definição muito próprio pois está mais relacionado com todo o jogo de influências que consegue alimentar em seu redor e direcionado para a sociedade internacional do que uma série de características concretas e ou intangíveis que as componham.

É amplamente aceite pela comunidade académica que a sua definição é baseada mais no comportamento internacional do que no seu poder material. Segundo Flandes: “the tendency to pursue multilateral solutions to international problems, the tendency to embrace compromise positions in international disputes, and the tendency to embrace notions of good international citizenship to guide diplomacy”<sup>88</sup>.

O mesmo autor explica que o termo é utilizado em relações internacionais para descrever Estados que não são grandes potências mas, independentemente, têm influência a nível internacional. Refere, ainda, que as políticas externas das médias potências acabam por se sobrepôr aos “fins civis”. Estes referem-se à cooperação civil, à solidariedade, domesticação das relações internacionais, responsabilidade pelo ambiente global, difusão da igualdade, justiça e tolerância. Estes elementos adquirem relevância na caracterização dos grandes poderes pois, segundo Flandes e utilizando a

---

<sup>87</sup> Cf. O’Callaghan, Terry (edt) and Griffiths, Martin (contribuinte), “Middle Power” in International Relations: The Key Concepts. Routledge, Londres, 2002, pp. 192. Pesquisa de 12 de dezembro de 2011, disponível em: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=102711880>.

<sup>88</sup> Cf. FLEMES, Daniel «Emerging Middle Powers’ Soft Balancing Strategy: State and Perspectives of the IBSA Dialogue Forum» APUD Cooper, Higgot and Nossal 1993: 19) in GIGA Working Paper 57, 2007 Hamburgo, pesquisa de 26 de outubro de 2011, disponível para consulta online in: [http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/wp57\\_flemes.pdf](http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/wp57_flemes.pdf).

terminologia de Wolfers, “milieu goals” são diferentes de “possession goals”. Os primeiros materializam objetivos/interesses relacionados com ambiente no qual o Estado opera, ou seja, o contexto para além das suas fronteiras e que quer mudar. Os segundos estão relacionados com os interesses de um ponto de vista possessivo e mais objetivo, por exemplo, a procura por um lugar no conselho de segurança da ONU <sup>89</sup>.

Pode-se concluir que, na globalidade da definição do conceito de média potência, há uma preocupação vinculada com a política externa e as relações internacionais. As médias potências agem por excelência no ambiente externo pois é aí que se podem realizar a maioria dos seus objetivos e sentem que tem uma responsabilidade global. Uma das médias potências que se pode indicar, a título de exemplo, é a República da Argentina.

Pequena potência - Historicamente nunca exerceram uma influência relevante e muitas vezes não reúnem condições para decidir independentemente do seu próprio destino. Podem ter um papel de destaque na sua região, frequentemente identificadas internacionalmente por agressões sofridas a que não conseguem dar resposta, as suas ações a nível internacional não tem, por regra, nem impacto nem consequências assinaláveis.

A submissão dos pequenos poderes aos desígnios internacionais das grandes potências é tida como reação natural e lógica, principalmente em termos de segurança internacional<sup>90</sup>.

Os estudos em relação às pequenas potências são escassos e desatualizados. No entanto, através do trabalho de Hey, que já tinha compilado grande parte da informação existente, foi possível reunir um número suficiente de elementos para analisar as pequenas potências, ou pequenos Estados.

O adjetivo é utilizado em relação à sua dimensão de poder e não à sua dimensão geográfica, embora, ao contrário das médias potências, seja comum a coincidência entre a dimensão de poder e dimensão geográfica neste tipo de Estado.

---

<sup>89</sup> Vd. Wolfers, Arnold, *Discord and Collaboration- Essays on International Politics*, Baltimore, John Hopkins Press, 1962, pesquisa de 12 de junho de 2012, disponível online em: <http://ia700508.us.archive.org/14/items/discordandcollab012923mbp/discordandcollab012923mbp.pdf>.

<sup>90</sup> Cf. Cathal J. Nolan, (ed) – “Introduction” e “I-Framework of International Relations” in *Power and Responsibility in World Affairs: Reformation versus Transformation* - editora Praeger, Westport, CT, 2004, pp. 1-39

Segundo a teoria de Hey, a definição dos pequenos espaços é difícil, mas, como forma de facilitar a sua identificação, clarifica que o termo tende a ser utilizado para fazer referência a três tipos de Estados: os micro-estados (população menor que um milhão), as pequenas potências no mundo desenvolvido e as pequenas potências no mundo em desenvolvimento<sup>91</sup>.

Como se pode, então, definir e caracterizar a pequena potência? Para Hey há que fugir da definição e encarar a pequena potência como conceito. Conceito que tem a especificidade de ser apreendido através da percepção. Ou seja, um Estado pode ser considerado uma pequena potência sempre que essa seja a natural classificação que lhe é dada por ele mesmo ou pelos Estados que o rodeiam.

Este tipo de Estado reconhece que não consegue, independentemente, manter a sua segurança. Não tem capacidades que lho permitam fazer e tem de confiar essa tarefa a outros Estados<sup>92</sup>. Por outro lado os seus próprios líderes consideram que a pequena potência, agindo sozinha ou num pequeno grupo, não tem impacto significativo no sistema internacional<sup>93</sup>.

No que diz respeito a algumas características específicas que se possam enumerar podemos referir que as suas capacidades são por norma reduzidas, tanto em termos económicos, militares e de recursos naturais (MQT,C,ID). Procuram, para se proteger e garantir ter alguma voz a nível internacional, mesmo que seja concertada com outras, participar em organizações multilaterais e simultaneamente firmar alianças. Também vêem estes objetivos como canais para conseguirem defender a sua política externa.

A política externa dos pequenos Estados permite conhecer um pouco mais dos elementos de poder que os constituem. Por isso vamos analisá-la antes de finalizar esta análise. Os pequenos Estados adotam uma política externa cujo foco repousa em objetivos limitados, concomitantemente participam em poucas atividades a nível internacional.

Por vezes o facto de terem tão reduzidos recursos ao seu dispor expõe as pequenas potências a situações muito delicadas. No âmbito dos instrumentos

---

<sup>91</sup> Vd. Hey, Jeanne A. K (ed) – “Introducing Small State Foreign Policy” in Small States in World Politics: Explaining Foreign Policy Behavior, publicado por Lynne Rienner, local de publicação Boulder, CO, 2003.

<sup>92</sup> Idem, APUD Rothstein 1968:29.

<sup>93</sup> Idem APUD Keohane 1969: 296.



diplomáticos, por exemplo, a falta de capacidade pode gerar situações em que a pequena potência se vê envolvida em assuntos de dimensão global num estado de evolução avançado o que obriga os Estados envolvidos a tomar decisões de risco ou alto risco<sup>94</sup>.

Podemos concluir que as pequenas potências estão mais expostas e vulneráveis às alterações da ordem internacional, pois não tem como prevenir, agir ou solucionar eventos de natureza global que as possam atingir e acabam por ser arrastadas no fluxo reacionário que vigorar, seja ou não condizente com os seus interesses e objetivos.

Através de uma análise à lista que Hey apresenta no seu trabalho de elementos identificadores da política externa das pequenas potências é possível chegar a uma série de conclusões quanto aos elementos identificadores deste tipo de potência, para além dos já referidos:

As pequenas potências são mais passivas do que ativas (MQL,I,ID), o seu nível de participação nos assuntos de interesse global é reduzido (MQT,C,ID), não são tópicos que, regra geral, lhe interessem pois nem pode fazer parte do processo decisório, significativamente, nem colherá frutos dos efeitos desse processo decisório. O instrumento mais importante para exercer o seu poder é a diplomacia.

Em termos militares e económicos não tem capacidade nem recursos que lhe permitam agir de outro modo na ordem internacional. Estão sempre do lado da cooperação e defendem a multilateralidade, dependem de outros poderes para garantir a sua sobrevivência e tendem a evitar conflitos. Pela falta de recursos e capacidades que lhe permitam ser ativos a nível exterior as instituições e processos internos acabam por adquirir grande importância e a mais significativa parte das atenções, da pequena potência. Regra geral a sua capacidade produtiva é fraca e tem de recorrer à importação para garantir a sua subsistência ficam por isso vulneráveis às flutuações do mercado (MQT,C,ID).

O perfil das pequenas potências não é só composto de fraquezas; alguns estudos salientam benefícios de se ser uma pequena potência pois qualquer jogada estratégica com sucesso tem o seu efeito multiplicado dada a, grande parte das vezes,

---

<sup>94</sup> Idem, APUD Maurice East, 1975.

pequena dimensão sobre a qual se vai refletir, e este é um elemento de poder das pequenas potências (MQL,I,ID). Os benefícios que obtém de remessas dos seus emigrantes é um benefício que se insere na lógica do benefício anteriormente enumerado (MQT,C,D). Normalmente a sua população é etnicamente homogênea e são Estados que não apresentam um historial de violência a nível interno<sup>95</sup>. Como exemplos referimos o Luxemburgo e o Lichtenstein.

Concluimos enumerando as características mais relevantes das grandes, médias e pequenas potências. Este exercício permite não só a consolidação da informação já transmitida e analisada acima mas, também, dá a oportunidade para que se comparem mais facilmente as diferenças, flagrantes, existentes entre estes três tipos de unidades de poder.

Os líderes das grandes potências -as elites- tem influência e as suas ações são reconhecidas a nível mundial; são Estados que sustentam ou desafiam eficazmente, a ordem internacional, tem capacidades para, e obtém, vitórias em confrontos de grande dimensão. A sua extensão geográfica é significativa, através da manutenção da estabilidade e ordem a nível interno tem impacto significativo no equilíbrio da ordem internacional; cooperam e mantêm uma ordem internacional segura e que respeita a soberania dos Estados, podem submeter as ações e vontade dos outros Estados à sua; servem como modelos económico-político-ideológicos à escala internacional, que se molda ao seu perfil; com capacidades para entrar em guerra preferem a cooperação; possuem os recursos militares, económicos e políticos para imperar nestas três áreas e nelas poder intervir, à escala mundial. Espera-se delas uma maior responsabilidade a nível internacional: prover ajuda em situações de emergência humanitária, promover esforços na resolução de problemas internacionais. A submissão dos outros poderes aos seus desígnios é tida como natural, principalmente das pequenas potências e nas questões internacionais em geral, principalmente securitárias (H,I,I).

Inseridas numa tradição democrática as médias potências tem influência tanto a nível regional como internacional; caracterizam-se pela neutralidade e orientação regional dos seus interesses, costumam ser peças chaves na cooperação e integração a esse nível geográfico e tem importantes recursos territoriais, humanos e economias

---

<sup>95</sup> Cf. AIYAR, Swaminathan S. Anklesaria «Small states: not handicapped and under-aided, but advantaged and over-aided» in The Cato Journal vol. 28. nr. 3. publicação 2008, pp. 449, pesquisa de 12 de fevereiro, para consulta online em: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=5034683168->.

dinâmicas que lhes permitem ocupar um lugar especial na hierarquia de poderes. Apresentam, frequentemente, uma localização ótima, em relação às outras unidades de poder que as rodeiam, em geral, ou porque beneficiam de uma posição-chave como interlocutor entre outras unidades de poder entre as quais se situa- quer seja política, económica, ideológica ou geograficamente. O seu grande interesse é a manutenção do status quo o que lhe assegura a sobrevivência de duas formas: primeiro, garante que a sua posição não muda na ordem internacional e continua a ter relevância, segundo, por este tipo de potência ser reconhecida por delinear uma política externa de multilateralidade e cooperação que mantém a ordem. Se a ordem muda as médias potências que a asseguram ou não mudam – podendo ficar à margem- ou são obrigadas a adaptar-se, o que também pode não ser no seu melhor interesse. Participam ativamente nas instituições internacionais e muitas vezes são chamadas a desempenhar um papel de interlocutor, com base na sua reconhecida neutralidade. Assim pode dizer-se que a média potência tem um estatuto que depende, mais do que as grandes potências, do jogo de influências que monta ao seu redor e como o engrena no funcionamento da ordem internacional da qual faz parte.

O terceiro tipo de unidade de poder analisada neste ponto foi a de pequena potência. A pequena potência apresenta, como principais elementos que a definem e ao contrário das grandes e das médias potências, uma falta de capacidade a vários níveis e, principalmente, a nível dos elementos básicos constitutivos da circunstância de soberania, a qual muitas vezes lhe é reconhecida, por isso mesmo, como sendo uma “soberania limitada”. Frequentemente estas potências não reúnem condições necessárias para decisão e exercício de poder. Não conseguem ser mestres do seu próprio destino-seja ele económico, político ou militar. A capacidade produtiva fraca torna-as dependentes do exterior e ainda mais vulneráveis aos desígnios de unidades com dimensões de poder superiores. Vêem-se privadas de agir ou solucionar eventos de natureza global, nos quais acabam por manifestar pouco interesse –, salvo os que lhe digam diretamente respeito. Consequentemente são potências mais passivas do que ativas e o seu elemento de política externa mais importante é a diplomacia, através da qual defendem a multilateralidade. Alguns pontos vantajosos da pequena potência são os grandes benefícios que qualquer vantagem lhe traga pois o impacto positivo de qualquer fenómeno é multiplicado pela pequena dimensão onde se vai refletir. A sua homogeneidade cultural e étnica confere-lhe paz e estabilidade interna. São

reconhecidas não só pela sua assunção como tal mas pela percepção dos outros Estados do seu fraco nível de poder. Vira-se para o seu interior que é a esfera político- económica que tem dimensão para abraçar.

Há diferenças flagrantes nas características que as grandes, médias e pequenas potências possuem na essência da sua definição. Mesmo os elementos que partilham, como os que fazem parte da circunstância da soberania, têm níveis distintos, proporcionais ao poder da potência que definem.

#### 2.3.2.2 Potência global x potência regional

Tendo em mente os grandes fenómenos que são agentes de transformação da ordem e consequentemente da comunidade internacional, vamos estudar o conceito de potência global. A terminologia do conceito não se refere apenas ao alcance do seu poder mas, também, a uma ligação muito próxima com o fenómeno da globalização. Partilha com este a esfera em que atua, ou pode atuar e os ensinamentos para o exercício de poder que lhe é característico.

Na senda de Shaw, consideramos que se vive um momento de transição. Passamos de um sistema mundial de relações internacionais para um sistema mundial de relações globais<sup>96</sup>. No seu trabalho, este autor enumera três conceitos principais para a compreensão da teoria do Estado global: Globalidade, Revolução Global e Estado global. Embora o conceito que mais importa para a nossa análise seja o de Estado global enunciamos brevemente a análise do autor quanto aos outros dois conceitos que ajudam a perceber melhor a moldura conceptual na qual encaixa a potência global.

Para o autor a globalidade é uma condição ou estado no qual as circunstâncias são globais. O global aqui é para ser considerado como algo cada vez mais tangível, real e manifestamente presente na ordem internacional – o suficiente para criar um debate quanto à existência de uma ordem pós-moderna<sup>97</sup>. Contempla a existência de uma nova estrutura e conceito de relações sociais que têm a tónica na consciência comum da sociedade à escala mundial quanto à sua condição e das relações sociais e humanas que lhe são características.

---

<sup>96</sup> Martin Shaw é professor e pesquisador de relações internacionais no Instituto de Estudos Internacionais de Barcelona (IBEI) e da Universidade de Sussex, também é Professor Associado de Relações Internacionais e Direitos Humanos da Universidade de Roehampton.

<sup>97</sup> Cfr. Shaw, Martin - Theory of the global state: globality as unfinished revolution, Universidade de Cambridge, 2000.

A revolução global, segundo conceito enumerado por Shaw, interessa na medida em que nasce de um momento histórico – as grandes transformações pós-queda do muro de Berlim, 1989- marcando a abertura de uma nova era da geopolítica internacional e de um contexto que permitiu espaço para a concretização dos eventos e ações que levaram à globalidade.

Por último, o conceito que é principal para o nosso estudo e contribui diretamente para a definição do conceito de potência global: o Estado global. A condição de ser Estado – Statehood, em português poderá ser traduzido por “estadualidade”- é resultado de um centro de controlo unificado e da pluralidade dos poderes estatais.

O autor refere uma dupla globalização do Estado: primeiro como desenvolvimento de um centro dominante de poder para uma entidade estatal e projetos de maior envergadura, assim começou a emergência do Estado global, com alcance de poder mais alargado. Por outro lado, uma complexa implicação de todos os centros de poder do Estado nas relações de poder globais. Estas relações de poder globais envolvem um realinhamento duplo dos centros de poder na sociedade à escala mundial: primeiro pelas novas relações entre centros de poder, segundo, através das novas relações entre Estado e sociedade.

Em suma, segundo este autor a emergência de um Estado global/potência global-segundo a terminologia utilizada neste trabalho-é tanto uma causa como um efeito da globalização da sociedade, economia e cultura.

Consequentemente a relação muito próxima que já sabíamos existir entre este tipo de potência e o fenómeno da globalização evidencia-se. A globalização das relações económicas e políticas afeta as relações de poder principalmente em termos de alcance. A globalização é, normalmente, estudada na vertente económica, visto ser um fenómeno tradicionalmente económico. Embora evolua no sentido da transversalidade a todas as áreas (cultural, social, política...) e envolva atores não exclusivamente económicos - como Organizações da Sociedade Civil, Organizações Internacionais<sup>98</sup>. No plano dos seus agentes mais relevantes contam-se estas e as Multinacionais, que ocupam um papel cada vez mais importante. Este papel é tão mais preponderante

---

<sup>98</sup> Vd. WOOLCOCK, Michael “Globalization, Governance, and Civil Society” Background Paper in DECRG - Policy Research Report on Globalization, Growth, and Poverty: Facts, Fears, and an Agenda for Action, - publicado dia 10 de agosto de 2001, pesquisa de 26 de março de 2012, in [http://siteresources.worldbank.org/INTGGP/Resources/2871\\_governance\\_woolcock.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTGGP/Resources/2871_governance_woolcock.pdf).

quanto, através do liberalismo e mercados/fluxos cada vez mais liberalizados, se assiste a uma erosão da soberania do Estado-Nação.

A globalização é associada à decadência do Estado como o conhecemos. Não só em termos de Estado-Nação mas de soberania - como circunstância que reúne governo, população, território - pois é um fenómeno que se encontra num patamar de poder supranacional, já ligado a um tipo de exercício de poder que difere, em termos de alcance, do esperado do Estado Soberano, potência média, saído de Vestfália.

Um poder que vai para além da extensão territorial do Estado, que se caracteriza pelo interesse por assuntos extra-território nacional e pela capacidade destas potências de exercerem o seu poder extravasando os seus limites geográficos. Estas características (MQT,I,ID) indicam que a potência global tem potencial para se tornar uma grande potência. Não quer dizer que o seja ou que procure ser, mas sim que tem a possibilidade e capacidade para.

Seguindo o nosso esquema analítico para cada tipo de potência analisada vamos enumerar as suas principais características: compreende uma globalização complexa da autoridade (a sua autoridade tem de ser reconhecida a nível global); exige a extensão de instituições internacionais globalmente legítimas, é um sinal da transformação da forma nacional dos Estados, as elites da potência global subordinam desenvolvimento de instituições legítimas e normas ao seu interesse de poder<sup>99</sup>.

Independentemente das dimensões de poder que as compõem e de outros elementos que são específicos a cada uma, as potências globais tem em comum o facto de serem potências que podem interagir em assuntos globais e intervir na agenda global. As suas capacidades permitem-lhe estender o seu poder para lá das suas delimitações geográficas. O exercício de poder destas potências está intimamente ligado ao seu soft power, por regra é através dele que se impõem no sistema internacional.

Dada a ligação com o fenómeno da globalização as suas economias dinâmicas estão profundamente ligadas aos mercados internacionais. Podemos apontar como exemplo a Inglaterra, cujo poder subsiste por meio de uma rede muito consolidada de relações próximas com vários Estados em pontos distintos do mundo: quer seja Índia, Austrália ou Hong Kong. Conseguiram, através da Commonwealth e da

---

<sup>99</sup> Idem, idbidem.

língua, manter uma posição confortável que lhe confere o poder de agir para lá da sua área geográfica. Historicamente, e analisando o fenómeno da globalização, foi a primeira potência que exerceu influência a nível global e que difundiu diversos hábitos e comportamentos pelos quatro cantos do mundo.

A governança global, por estar no mesmo patamar supranacional da globalização e fazer parte da mesma lógica de novas dinâmicas de poder em que a potência global se insere e das quais é motor, também é um conceito importante para a definição deste tipo de potência. A governança global pressupõe, segundo Fiori:

“(...) a hegemonia mundial foi e sempre será uma posição de poder disputada e transitória, e nunca será o resultado de um consenso ou de uma eleição democrática. A posição hegemônica, portanto é uma conquista, uma vitória do Estado mais poderoso num determinado momento, e nesse sentido é ao mesmo tempo um "ponto" na curva ascendente desse Estado rumo ao império mundial. É um típico ponto de passagem, um momento de negociação ou um movimento tático imposto pela estratégia ascensional dos candidatos ao império global. Mas foi quando ocuparam essa posição transitória que os países hegemônicos puderam exercer as funções de um governo global, mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento econômico e político dos demais membros do sistema”<sup>100</sup>.

O termo governança global é, também, utilizado para definir a dimensão da extensão de poder emanado dos atores, que assumem maior preponderância na ordem internacional, quer das Organizações – como a ONU- quer de formas estatais sui generis – como a UE.

Na nossa pesquisa apercebemo-nos que a potência global carece de estudos. Dada a dificuldade em encontrarmos fontes diretas e definidas de informação, para completar os dados retirados do trabalho de Shaw e cujos elementos principais estão refletidos nos parágrafos acima, analisamos o trabalho de Ingebord Maus. Através do trabalho de Maus temos acesso a uma análise do Estado global mas de uma perspectiva Kantiana, de República Universal<sup>101</sup>.

Clarificamos que o conceito, na terminologia do autor, refere-se a uma grande sociedade de nações onde todos os Estados, pela primazia do Direito, independentemente do seu tamanho/poder poderiam gozar do respeito dos seus direitos, ou seja a um super-espaco de entendimento entre Estados, que os englobasse a

<sup>100</sup> Cfr. FIORI, José Luís «Sobre o poder global» in Novos estudos – CEBRAP, n.73 pp. 61-72 consultado a 30 de dezembro de 2011, disponível online in : [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002005000300005&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300005&Ing=en&nrm=iso).

<sup>101</sup> Vd. INGEBORG Maus, «From the National-State to the Global State, Or the Decline of Democracy» Universität Frankfurt am in Impulso, Piracicaba, vol. 14, nr 33, 2003, pp. 113-134.

todos. Este filósofo analisa o Estado como uma “sociedade de pessoas”<sup>102</sup>. Como também analisa o poder do Estado numa perspetiva de Estado global, que ultrapassa o conceito de Estado Nacional, podemos partir deste estudo para tirar mais algumas conclusões. Estas vão enriquecer o nosso trabalho de pesquisa relativo á potência global.

O Estado Mundial, como o autor lhe chama, surge para solucionar problemas cuja dimensão torna o Estado-Nação (Nation State) inoperante para lhes dar resposta. A potência global, na senda da análise feita e da proximidade com o fenómeno da globalização e das dinâmicas cada vez mais marcadas da governança global, é um tipo de potência que permite dar resposta a novos desafios, sejam eles políticos, económicos ou militares. Preenche o vazio de poder que é deixado pela incapacidade de resposta por parte do Estado Nacional.

Aquilo que nos apresenta Maus é, no fundo, a visão de um Estado que se adaptou ás mudanças dimensionais e ás novas exigências na e da ordem internacional. O estatuto de potência global depende diretamente da capacidade dessa potência em prover resposta globais. Embora o artigo tenha um carácter bastante jurdista e se foque na questão das fronteiras como principal origem do obsoletismo do Estado Nacional.

Ou seja, compreender o alcance de poder das potências globais implica saber que estas fazem parte de um patamar supranacional de relações e fenómenos de poder com implicações para e na ordem internacional, dada a sua natureza transnacional.

Passando agora para a análise das potências regionais estas contam com poderes relevantes. Não só em termos regionais, mas também a nível global, esta tem sido notada nas últimas décadas – principalmente no pós-Primeira Guerra mundial. A nosso ver, os Estados com papel mais relevante e ativo desde o momento da formação do grupo dos não-alinhados são potências regionais<sup>103</sup>.

Para uma análise deste tipo de potência é necessário combinar vários tipos de

---

<sup>102</sup> Idem, pp 4, APUD KANT, 1796, “Zum ewigen Frieden. Ein philosophischer Entwurf (ZeF)”, in: \_\_\_\_\_, 1974, p. 196ss. Esse e outros dos escritos serão citados segundo Werke, de Kant, na edição organizada por Wilhelm Weischedel (Frankfurt, 1974ss), e os manuscritos do seu espólio (Der Handschriftliche Nachlaß) serão mencionados de acordo com a edição da Akademie-Ausgabe (AA) (Berlim, 1900ss).

<sup>103</sup> Vd. NOLTE, Detlef, «How to compare regional powers: analytical concepts and research topics», in Review of International Studies, nr 36, British International Studies Association, 2010, pp. 881–901.



abordagem político-económicas: a base do seu poder interno, de um ponto de vista liberal, os recursos de poder e a maneira como estes são empregues, de um prisma realista, a definição de papéis e estratégias numa lógica construtivista, bem como os padrões de interação nas regiões.

A formação da terminologia que identifica este tipo de potência tem uma natureza marcadamente geográfica, deixando antever a importância que este componente tem na definição deste tipo de unidade de poder. É o primeiro conceito de poder analisado neste trabalho que apresenta uma ligação caracterizadora com a extensão em relação à qual o seu poder pode ser exercido pela sua morfologia e como se reflete nas suas proximidades, assumindo-se como elemento *sine qua non* na sua identificação.

Como resultado uma potência pode ser, simultaneamente, uma grande ou média potência e uma potência regional, pois são diferentes atributos de poder analisados em cada uma e, como mencionado em ponto anterior, certos tipos de potências complementam-se. Podemos ainda acrescentar que esta complementaridade não prejudica a sua identificação, apenas indica que as características de determinado Estado extravasam os limites entre algumas terminologias. Este tipo de potência tem uma marcada influência a nível regional, salientando-se entre os Estados da mesma região o que não nos pode levar a induzir que são potências globais – tipo de potência que acaba de ser analisada – mas sim que os seus interesses focam-se principalmente na região onde têm poder para agir de acordo com os seus interesses<sup>104</sup>.

Diversos autores, como Lemke, Buzan, Wever, trabalharam sobre o conceito da hierarquia de poderes e, mais especificamente, das hierarquias de poder regionais. Referem que os poderes regionais definem a estrutura de qualquer arranjo regional de segurança. Embora lhes sejam reconhecidas as capacidades, em termos de poder, estas são limitadas à sua área geográfica, o mesmo que dizer que nas grandes jogadas de poder internacional não são atores-chave nem têm peso decisional nas mais relevantes discussões a nível global, exceto quando relacionadas com a sua região.

E que elementos caracterizadores podem ser identificados como conteúdo do conceito de potência regional? Vamos enumerar de seguida algumas das características

---

<sup>104</sup> Cf. Idem, pp 885, Wight, Martin e Bull, Hedley, 1932-1985 e Holbraad, Carsten 1978, Power politics, Leicester University Press, Leicester

enunciadas por Neumann<sup>105</sup>.

É um Estado que, geograficamente, é parte delimitada de uma região; capaz de se impôr a qualquer coligação de Estados na sua região; que exerce uma grande influência nos assuntos regionais e, também, pode ser um grande poder à escala mundial para além da sua relevância a nível regional.

Citamos, ainda, outros elementos: uma política externa mais ativa na sua região geográfica, onde intervém mais frequentemente e com mais autoridade. Obrigatoriamente as suas dinâmicas internas têm de lhe permitir desempenhar um papel estabilizador e de liderança na região. Expressa, como potência regional a sua vontade e capacidade de exercer um papel de liderança a nível regional. A sua posição de poder deve ser aceite pelos Estados que o rodeiam e pelos membros do complexo de segurança em que opera e pelos quais é reconhecido no seu papel de líder responsável pela segurança regional<sup>106</sup>.

Um dos problemas que Nolte aponta em relação a este conceito de potência é a sua semelhança em vários aspetos com o conceito de média potência. Fizemos questão de referir no início deste ponto que consideramos os conceitos complementares visto que um poder regional pode ser uma potência média e uma potência regional um poder de média dimensão, o que, dado a tendência de ambos para um meio termo (num caso pelos elementos de poder de nível mediano e no outro por cobrir uma distância mediana – regional - com o seu poder preponderante) são muitas vezes coexistentes no mesmo Estado.

As potências regionais são definidas como unidades de poder que: a) articulam a pretensão (self-conception) de serem um poder líder com a posição numa região geográfica, económica e politico-nacionalmente delimitada; b) dispõem de material (económico, militar, demográfico) organizacional (político) e de recursos humanos para os projetos regionais de poder; c) têm uma grande influência nos assuntos regionais (atividades e resultados), a sua interligação económica, política e cultural com a região é notória, influenciam as delimitações de grupos existentes de uma forma significativa

---

<sup>105</sup> Cf. Iver B. Neumann (ed.) - Regional Great Powers in International Politics, Basingstoke, St. Martin, 1992.

<sup>106</sup> SCHOEMAN, Maxi «South África as an emerging middle power: 1994-2003» In: Daniel, J.; Habib, A.; Southall, R. (Ed.). State of the nation: South África 2003-2004. Cidade do Cabo: HSRC Press, 2003, 349-347.

bem como as construções político-ideológicas dominantes da região; d) exercem a sua influência por meio de estruturas de governança regionais, definem e articulam um perfil em construção de identidade regional (emanam influências normativas, legais, culturais, entre outras), providenciam um bem comum para a região e participam de uma forma significativa no prover desse bem comum; e) a segurança coletiva é prioridade na agenda e as posições de liderança são reconhecidas ou pelo menos respeitadas por outros Estados fora da região, principalmente por parte de outras potências regionais; e f) estão integrados em fóruns e instituições globais e regionais onde se articula não só com os seus próprios interesses mas também, age de acordo, pelo menos de uma maneira geral, com os interesses regionais e como representantes/pontos focais para defesa desses mesmos interesses.

Podemos ainda referir que costumam ser Estados muito populosos (MQT, C, ID), o seu número elevado de habitantes também está ligado a uma taxa de crescimento demográfico acentuada e a uma população jovem (MQT,C,ID).

Para além deste fator demográfico que contribui para a formação de economias, se não vibrantes, pelo menos muito dinâmicas ou com capacidade para o ser, são potências cuja influência se reflete a nível regional e pode ser exercida a nível global. Esta característica é da maior utilidade para fazer a distinção entre potências regionais e potências médias. Por norma a potência regional possui recursos que lhe permitem desempenhar um papel de destaque na região onde se encontra – recursos não só naturais (MQT,C,ID), mas também de capacidades chave, como as militares (MQT,C,ID) que lhe permitem restabelecer a ordem na região, sempre que necessário. Pelas políticas que emana é a potência regional que influencia a delimitação geopolítica da região<sup>107</sup>. Cabe-lhe, em regra, impulsionar a formação de blocos de integração regional, sejam eles económicos, políticos ou de outra natureza, na região.

Um pouco à semelhança do conceito de pequena potência, no sentido em que a sua identificação resulta parcialmente da perceção das suas dimensões de poder por parte de outros Estados, as potências regionais destacam-se pela ligação aos Estados que o rodeiam. Necessitam que estes se submetam à sua influência, aumentando a

---

<sup>107</sup> Vd. NOLTE, Detlef «Potencias regionales en la política internacional: conceptos y enfoques de análisis» in GIGA Research Programme: "Dynamics of Violence and Security Cooperation, German Institute of Global and Area Studies / Leibniz-Institut für Globale und Regionale Studien nº 30, outubro de 2006. Consulta de 2 de agosto de 2011, disponível em [www.giga-hamburg.de/workingpapers](http://www.giga-hamburg.de/workingpapers).

evidência do seu poder na região, dependendo do seu reconhecimento e depósito de voto de confiança para legitimar a sua posição de poder como potência regional, não só em relação à região mas, também, aos Estados que a rodeiam (MQL,C,ID).

Outro componente importante a carecer de análise na esfera de poder regional é a hegemonia cooperativa. Esta é um tipo de dominação que é exercida através de soft power e via arranjos institucionais. Tem por base estratégias a longo prazo. Para um poder regional as vantagens deste tipo de lógica de exercício predominante de poder são várias: a dominação baseada na hegemonia cooperativa é mais estável, legítima, facilitadora e inclusiva de difusão de ideias políticas e modelos, nos quais serve de interesse dos poderes regionais. Para a criação de uma situação de hegemonia cooperativa três pressupostos são necessários: Power aggregation capacity; Power sharing e commitment capacity<sup>108</sup>.

A liderança brasileira, por exemplo, baseia-se na hegemonia cooperativa e na acumulação e partilha de poder bem como na assunção de compromissos, que deriva deste tipo de posicionamento cooperativo<sup>109</sup>.

Pode-se dividir a hegemonia cooperativa em dois tipos: ofensiva, que é o tipo em que a institucionalização é a provedora da base para a reclamação do papel de poder saliente no Estado global – normalmente exercida por Estados com muito soft e pouco hard power. A cooperação defensiva, por outro lado, representa muitas vezes os grandes poderes que, devido a alguma perda militar para outros tentam estabilizar o seu poder utilizando como canal uma integração mais forte na sua região incluindo, simultaneamente, Estados mais fracos em relação aos recursos específicos de poder e que tentam compensá-los via instituições regionais.

Quanto à estratégia hegemónica Nolte destaca as mais frequentemente postas em prática pelos poderes regionais na sua procura por mais influência na região : estratégia hegemónica, estratégia imperialista e estratégia de liderança.<sup>110</sup> Estas estratégias, estudadas por Destradi, são o resultado de uma abordagem analítica especial feita às potências regionais; num continuum que vai da estratégia unilateral coerciva à estratégia mais cooperativa a autora divide as estratégias nas três acima

---

<sup>108</sup> Idem, ibidem.

<sup>109</sup> GRATIUS, Susanne, «Las Potencias Emergentes: Estabilizadoras o Desestabilizadoras?» in Comentario, Fundación Para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior, FRIDE, abril de 2008.

<sup>110</sup> Idem, referência a DESTRADE, SI.SD.SL.

enumeradas, que se posicionam no continuum. A forma de diferenciar estas estratégias está nos objetivos delineados pela potência regional, meios utilizados para a sua execução, a auto-representação dos Estados regionais, o tipo de legitimação que reclamam e as opções estratégicas dos Estados que lhe estão subordinados estabeleceram.

Esta lógica reforça ainda mais a ideia que, para a sua sobrevivência como tal, as potências regionais necessitam de ter uma posição forte e reconhecida no seu ambiente geográfico. Pode ser procurada e defendida através de qualquer uma das três estratégias acima identificadas. Para além delas, da sua vontade de se destacar e esforço para manter a sua posição de referência na região, as potências regionais também podem ser identificadas numa lógica mais bottom-up, o que quer dizer que são os seus followers - Estados que estão num patamar inferior de poder na região-que depositam em determinado Estado poder ou confiança através das mais variadas ações – para tomarem o papel de interlocutores de conflito, para alinharem com as suas decisões nos fóruns regionais, para transmitirem as suas mensagens nos grandes fóruns ou assembleias nas quais não tem voz ou acesso – estas delegações proporcionam, da mesma maneira e com muita legitimidade, o estatuto de potência regional às unidades de poder nas quais são depositadas. A emergência e consolidação do papel das potências regionais também é uma consequência de um crescente fenómeno de regionalização, principalmente a nível dos mercados e formação de blocos económico. A que conclusões podemos chegar quanto às principais diferenças entre as potências globais e regionais?

Em primeiro lugar, em termos de evidência e de importância, há uma destacada diferença a nível do seu reconhecimento, a potência global é-o mas não necessita que os seus Estados vizinhos a reconheçam como tal, a sua legitimação como potência nasce, principalmente, da sua capacidade de exercer poder para além do território e é uma característica que não varia na medida do reconhecimento do seu estatuto de poder na sua área geográfica circundante; a potência regional tem como condição essencial para existir o reconhecimento das capacidades a nível regional, onde exerce grande influência e tem um papel preponderante como interlocutor para o exterior enquanto que a potência global pode exercer o seu poder para lá da sua área geográfica e da que lhe é contígua. As relações de poder das potências globais não tem de assentar numa base

cooperativa para serem mais funcionais ou eficazes, enquanto as potências regionais beneficiam e necessitam desse tipo de orientação nas suas relações para obterem bons resultados nas interações com outros poderes.

As potências globais não incluem na sua agenda os interesses de outros Estados, dos quais são interlocutores, ao contrário das potências regionais. A agenda das potências globais assenta numa base mais realista, defendendo os interesses individuais da potência, enquanto a das potências regionais, pela multitude de interesses que representam, são mais liberais e, por isso, exigem uma maior ginástica político-diplomática ao fundirem interesses vários. Dos BRIC, citados neste ponto, acreditamos ser o Brasil o exemplo mais flagrante de potência regional. O seu poder na América Latina é reconhecido a nível interno e externo, serve de interlocutor do subcontinente e faz campanha pela defesa dos seus interesses. Lidera as grandes dinâmicas regionais e vai ganhando cada vez mais relevância a nível internacional, mas é precisamente a nível regional que a sua hegemonia está consolidada. Quais são, então, os pontos fundamentais da descrição analítica das potências globais e regionais?

As potências globais estão ligadas com o fenómeno da globalização, têm o interesse e a capacidade para agir extra-territorialmente. Fazem-no, em regra, através do soft power. A sua complexa autoridade é reconhecida a nível global. Obriga à extensão das instituições existentes para que estas possam alocar as relações de poder inter e supranacionais que são típicas a este tipo de potência, as elites subordinam o desenvolvimento das instituições legítimas aos seus interesses, enquanto nas potências regionais as elites subordinam-no aos interesses da região. A governança global, conceito complexo e que explicámos ao analisar este tipo de potências, contrasta com o tipo de “governança” verificável no exercício de poder das potências regionais, com características marcadamente distintas – estes fatores que compõem o conceito de potência global são marcadamente qualitativos e intangíveis mas, ao mesmo tempo, concretos. Concretos na medida em que há resultados visíveis e palpáveis a nível internacional da influência deste tipo de Estado, tanto na condução da agenda internacional como pelo poder que exerce em organizações multilaterais, sem referir o constante enfoque feito pelos media nas decisões e tomadas de posição destes Estados.

As potências regionais, como a terminologia indica, têm uma natureza vincadamente geográfica. Tanto a sua influência como os seus interesses geopolíticos e

económicos situam-se na região em que se enquadram. Os poderes regionais definem a estrutura dos arranjos regionais de segurança e as suas capacidades de poder são limitadas à sua área geográfica. Não são, regra geral, atores-chave das relações internacionais, por outro lado, têm a capacidade de se impor a qualquer poder ou coligação de poderes na sua região. Consequentemente a sua política externa acentua as preocupações e interesses regionais e é muito ativa nas suas interações com os Estados vizinhos. Para que este estatuto lhe seja reconhecido a potência regional precisa de expressar vontade e capacidade de assumir-se como líder regional e, ao mesmo tempo, que os Estados da região lhe demonstrem reconhecimento pelo seu poder e posição na hierarquia regional. Ao contrário das potências globais, cujas especificidades de soft power são difundidas pela globalização e espelhadas a nível mundial, a potência regional emana influências normativas, legais e culturais na região de influência, que molda à sua semelhança. A segurança coletiva é uma prioridade na sua agenda e defende os interesses da coletividade nos órgãos e instituições supranacionais aos quais tem acesso. As potências regionais são os grandes motores dos blocos de integração económica e outros tipos de organização (de defesa, culturais) a nível regional. Podemos mencionar vários exemplos para a sua identificação. Algumas das perguntas que podemos colocar em relação a uma potência para efeito de identificação é: é reconhecida pela maioria dos Estados na região? É chamada a intervir nas grandes questões sempre, poucas ou nenhuma vez? Até onde vai, marcadamente, a extensão do seu poder na região? Qual a frequência da sua intervenção e defesa a nível exterior em assuntos de Estados da região? Quer seja a pedido destes ou no papel de líder que busca uma solução para um “follower” absorto nos seus problemas ou marginalizado pelos mesmos. Estes elementos são concretamente verificáveis.

Ficam, assim, delimitadas as esferas de poder e exercício de poder que pertencem às potências globais e regionais. Conclui-se que a semelhança entre estes dois tipos de potência está na importância da extensão na qual o seu poder e capacidades de poder podem ser exercidos. É através da extensão de poder que estes Estados podem exercer - global ou regionalmente- que a sua identidade de poder é construída.

#### 2.3.2.3. Potência tradicional x potência emergência

O terceiro grande debate que rodeia o conceito de potência compara a potência

tradicional e a potência emergente. Pela ambiguidade do termo começamos pela potência tradicional. A sua aplicação tanto pode ser direcionada a potências que o são por apresentarem as características tradicionais de potência ou por, atual e historicamente, serem poderes de relevância. O nosso estudo pretende ser o mais atual possível, por isso reportamo-nos à atualidade e examinamos o conceito de potência tradicional através do segundo sentido que lhe pode ser dado, por considerarmos que é o mais relevante.

As potências tradicionais são unidades de poder caracterizadas por elementos “matrizes” do conceito de potência. Podemos considerar que estas características delimitadoras do conceito de potência tradicional são a base a partir da qual se pode fazer a análise de uma unidade de poder como relevante na ordem internacional e que sobressai na hierarquia de poderes. Assim, as capacidades inerentes ao exercício e verificação da existência de um poder relevante na ordem internacional têm como indicadores primários: população (MQT,C,ID), território (MQT,C,ID) na área económica: PIB, manufatura, exportações de alta tecnologia, exportações de mercadoria, em termos militares destacam-se as armas nucleares e as despesas militares, bem como o pessoal militar (MQT,C,D)<sup>111</sup>.

O conceito tradicional de potência encontra-se numa esfera realista de presença e exercício de poder. No seguimento da génese teórica do conceito salienta-se o hard power que adquire uma importância acrescida dentro de uma lógica realista das relações internacionais e exercício de poder. Podemos por isso acrescentar que as capacidades militares, como elemento definidor de uma potência tradicional, são de fundamental importância.

As potências tradicionais apresentam percursos históricos marcados por diversos confrontos bélicos a uma escala significativa. Estes poderes, por regra, fazem parte do grupo dos vencedores. Nos raros casos em que não foram aclamadas pela vitória no palco da batalha, estão, pelo menos, incluídas no grupo dos poderes em confronto. A justificação é terem as capacidades para tal e interesses a defender, tradicionalmente.

A área geográfica onde se observa, pelo longo percurso político, tanto nas

---

<sup>111</sup> Vd. Robert A. Pastor (ed) - A Century's Journey: How the Great Powers Shape the World. Nova Iorque, Basic Books, 1999.



dimensões temporais como históricas, a existência do maior número de potências tradicionais é, sem dúvida, o continente europeu.

Na zona geográfico-política europeia diversos poderes, à vez ou em conjunto, apresentam uma série de características que ainda hoje as tornam relevantes na hierarquia de poderes internacional. Parece-nos, por isso, que as potências tradicionais são-no, em parte, por herança histórica e, muitas vezes, pela sua experiência diplomática e rede de alianças e mecanismos de defesa e coordenação consolidados pelos séculos.

A emergência de novos poderes não significa, necessariamente, que estas potências percam o seu lugar no grupo de poderes mais relevantes a nível internacional. Há, sem dúvida, uma transformação da sua importância e, consequentemente, dos papéis que desempenham a nível internacional. O motivo é simples, alguns dos recursos que lhes conferiram o estatuto já não tem as mesmas características, não só em termos de disponibilidade, mas de valor e importância – o carvão, por exemplo, como recurso energético estratégico teve o seu apogeu e elevou os Estados que possuíam o minério a um estatuto de poder que, hoje em dia, não poderia ser alcançado através deste recurso dada a diminuição da sua importância estratégica. Continuam a fazer parte da hierarquia de poderes que rege a ordem internacional mas o lugar que ocupam muda como resultado da adaptação, re-qualificação, pelo contexto de emergência de novos poderes.

Chegamos assim à análise do último conceito de potência que faz parte deste trabalho, o conceito de potência emergência ou emergente. Dentro da lógica da nossa pesquisa, tendo em conta que o case-study onde testaremos a validade da nossa análise dos vários conceitos de potência ser o Brasil, utilizaremos como exemplo para as características definidoras das potências emergentes o grupo dos BRIC, composto por Brasil, Rússia, Índia e China. Estes quatro Estados que foram considerados por Jim O'Neill, economista e analista da Goldman Sachs, em 2001, os Estados que iriam adquirir mais relevância – em termos político-económicos – em 2050, fazendo deles grandes poderes anunciados, mesmo antes da consolidação das suas posições de poder<sup>112</sup>.

Na nossa observação dos elementos definidores do conceito de potência vamos beber aos ensinamentos de Hart e Jones, que indicam no seu estudo alguns dos fatores

---

<sup>112</sup> Cfr. WILSON Dominic, PURUSHOTHAMAN Roopa, «Dreaming With BRICs: The Path to 2050 » in Global Economics Paper, nr. 99, Pesquisa Económica do GS Financial Workbench (<https://www.gs.com>) consultado a 3 de agosto de 2011, disponível online in <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf>.

de poder relevantes para compreender a ascensão dos poderes emergentes<sup>113</sup>. Consideram que parte da relevância destas potências é estrutural, ou seja, tem origem na estrutura em que se enquadram; são poderes que partilham um fluxo de crescimento económico significativo (MQT,C,D) nível relativamente alto, ou pelo menos potencialmente alto, de recursos políticos (Híbrido,C,ID), apresentam uma coesão razoável a nível interno (MQL,I,ID). Aspiram a um papel preponderante nos assuntos mundiais/sociedade internacional. Os autores referem três indicadores para descobrir a identidade deste tipo de unidade de poder: para além de possuírem recursos materiais em abundância estes são extraídos a nível doméstico e canalizados para e por propósitos políticos, influenciando os resultados. A nível exterior também há sinais significativos: uma despesa militar de trajetória claramente ascendente e intrepidez científica e tecnológica (Híbridos, C, ID).

O poder convencional que não possuem é compensado através das vantagens regionais, económicas e políticas, peso militar e capacidade de bloquear grandes potências em questões geopolíticas importantes.

Há três fatores que reforçam a influência das potências emergentes como unidades de poder relevantes na sociedade internacional e relações internacionais, o primeiro é conseguirem estabelecer uma relação mais profunda com os Estados falhados e frágeis; o segundo fator a mencionar é a influência relativa, ou capacidade de influenciar, e o terceiro é o facto de terem mais influência a nível internacional do que aquela que a dimensão da sua economia e poder de voto formal lhes conferem.

Um dos exemplos dos autores é o Brasil. Consideram-no uma potência emergente, o que justificam pelo papel de crescente relevância desempenhado na ordem internacional – exemplo dado foi a intervenção no Haiti – o Brasil chefia a missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti<sup>114</sup>.

Ao analisar os estudos existentes pode reunir-se mais uma série de elementos

---

<sup>113</sup> Vd. HART Andrew F. e JONES Bruce D. « How do rising powers rise? » in *Survival*, vol 52, nr. 6, 2011, pp. 63-88, disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/00396338.2010.540783>, pesquisa de outubro de 2011, pp. 63-88.

<sup>114</sup> Vd. Missão aprovada pela resolução 1542 do Conselho de Segurança, em 2004 e cujo comandante geral é Brasileiro. A 14 de outubro de 2011 o Conselho de Segurança emitiu uma autorização para que se mantivesse este mandato por mais um ano – até 15 de outubro de 2012. Para mais informações conferir a última resolução do Conselho quanto ao prolongamento da Minustah, Resolução 2012 .Pesquisa de 27 de dezembro de 2011, disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/2012%282011%29](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2012%282011%29).

de análise que permitem construir o perfil deste tipo de potência. As potências emergentes são, regra geral, potências regionais (BRICs). O seu soft power adquire, muitas vezes, mais relevância que o hard power na prática do seu poder. A sua lógica de exercício de poder, está imbuída de um espírito extremamente pragmático, tendem, por isso a evitar conflitos.

Brevemente, pois nem apenas os BRIC são potências emergentes, nem temos possibilidade de os analisar a fundo neste trabalho- embora tenhamos oportunidade de os referir mais à frente – vamos enunciar algumas das características que lhes justificam o estatuto de poder, partindo da dedução que são aplicáveis a todas as outras potências emergentes.

Economias pujantes mas com um baixo nível de capacidades nacionais, que compreendem a população total, a população urbana, produção de aço e ferro, consumo energético e as despesas militares e pessoais (MQT, C, ID). Retirámos estes dados a um estudo que analisa o quão viáveis são os BRIC como categoria analítica. A verdade é que o autor, Armijo, depois de extensiva análise, conclui que há demasiadas diferenças, políticas e ideológicas, estádios de desenvolvimento e capacidades para poder analisar estes quatro poderes na mesma categoria<sup>115</sup>.

Consideramos que esta conclusão reforça a nossa de que as potências emergentes estão ligadas, principalmente, pelas grandes dinâmicas das quais são motor, palco, e actor principal sendo a área económica, sem dúvida, aquela que une-pela semelhança da emergência económica-e ajuda a identificar as potências que podem ser classificadas com a terminologia de emergentes ou em emergência.

Se fizermos a mesma análise de um ponto de vista que suporta a categoria dos BRIC como potências emergentes, porque também nos dá a conhecer mais algumas características atribuídas às potências em emergência que são indicadores de poder, podemos referir: o PIB, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), o comércio exterior, reservas cambiais, taxas de câmbio, mão-de-obra, população, território e outras estatísticas relevantes relativas á inovação, educação, Pesquisa e Desenvolvimento (sigla inglês de uso geral corrente R&D), assuntos ambientais, saúde, saneamento, habitação,

---

<sup>115</sup> Cf. ARMIJO, Leslie Elliott, «The BRICs Countries (Brazil, Russia, Índia, and China) as Analytical Category: Mirage or Insight?» in Asian Perspective, vol. 31 ,nr. 4, 2007, pp.7-42, pesquisa de outubro de 2011, consulta online em: <http://www.asianperspective.org/articles/v31n4-a.pdf>.

desenvolvimento (MQT, C, ID).

Trata-se de países gigantes (bi- sub- ou quase continentais) que iniciaram um ciclo de desenvolvimento acelerado sustentável. Os recursos humanos destes países equivalem a 42% da população mundial, participação no PIB de 15%, capacidade nuclear pacífica<sup>116</sup>. Possuem capital intelectual relevante, comércio exterior crescente e a visão de uma ordem internacional anti-hegemônica. O seu envolvimento nas questões internacionais, seja pela extensão territorial, peso demográfico ou taxa de crescimento económico, é cada vez mais necessário. Sem o seu aval, quer em fóruns, cimeiras, instituições ou organizações onde tenham assento ou acesso, a nível internacional, é quase impossível chegar a um resultado tangível. Todas as decisões tomadas ou planeadas à margem da sua aprovação não tem um impacto e ou resultado mais que virtual. São potências fundamentais para o funcionamento da engrenagem económico-política que mantêm a ordem internacional.

A ação deste tipo de potências pauta-se pelo clima de cooperação mútua em que se coordenam, de modo a assegurarem que certas estruturas fundamentais da ordem internacional não estão/são bloqueadas pelos obsoletos desígnios de estruturas tradicionais<sup>117</sup>. Da análise que efectuamos quais são os principais pontos de contato e de afastamento que concluímos existir entre as potências tradicionais e as potências emergentes?

O perfil da potência tradicional tem uma componente histórica pois pode ser mais uma herança do seu passado do que poder que pode exercer no presente e ou futuro. Tradicionalmente faz parte do grupo dos vencedores e não só a sua experiência diplomática e rede de alianças proporcionam-lhe um profundo know how nas suas relações com outros Estados como também os seus mecanismos de defesa e cooperação estão consolidados. As potências em emergência estão a construir essas relações e know how, mas pela falta de “senioridade” e por serem poderes sem uma História diplomática fortemente vincada por tendências ou experiências passadas, no clube dos grandes é-lhes permitido servir de interlocutor ou manter relações privilegiadas com certos tipos

---

<sup>116</sup>Cfr. ZHEBIT, Alexandre- «O Brasil no mundo que vem aí » BRIC, uma emergência global das novas potências - pela ocasião da V Conferência Nacional de Política, Externa e Política Internacional –CNPEPI. Textos académicos, Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, 28 e 29 de outubro de 2010, pp.8. Fundação Alexandre Gusmão, pesquisa de 27 de dezembro de 2011 disponível online em: <http://pt.scribd.com/doc/55569910/3/A-identidade-dos-BRIC>.

<sup>117</sup> Idem.

de Estado que são particularmente sensíveis: os Estados falhados e os Estados frágeis, por exemplo.

Enquanto estas potências possuem recursos naturais cuidados e ligados a uma aguçada consciência ambiental, recursos humanos altamente qualificados, políticos experientes e militares bem organizados, as potências emergentes possuem recursos de grande relevância estratégica como os energéticos ou recursos humanos (em quantidade) onde a maioria da população é ativa, políticos em adaptação ao seu novo papel e militares muita vezes reduzidos ou marginalizados face à preponderância que o desenvolvimento económico tem na delineação das políticas e de esforços envidados por estes países.

Se, por um lado, o consumo energético das primeiras evoluiu e já está no patamar da viragem para as renováveis, parte da preocupação dos países desenvolvidos em combater as alterações climáticas e poupar energia, as potências emergentes consomem uma fatia cada vez maior de recursos, muitas das vezes sem qualquer preocupação quanto ao desperdício nem intenção de minimizar os efeitos ambientais do uso excessivo da energia. A economia da potência emergente não é tão estável como a tradicional que já conta com muitos anos de ligação e integração nos mercados internacionais. Enquanto estas providenciam serviços, por excelência, as potências emergentes são fonte de recursos naturais e de recursos humanos. Os seus mercados em desenvolvimento apresentam oportunidades de investimento que já se esgotaram nos mercados tradicionais, mas que muitas vezes não são aproveitadas pela falta de confiança dos investidores nos seus jovens mercados. Convém notar que, à medida que se desenvolvem, as potências emergentes recebem cada vez mais IDE, o que consideramos ser feito na proporção da consolidação do estatuto de cada um desses Estados como potência.

O hard power das potências tradicionais caracteriza-se pela sua estabilidade enquanto nas emergentes é parte de uma linha claramente ascendente de despesa militar. Os poderes tradicionais têm sistemas de educação reconhecidos e mão-de-obra qualificada, os em emergência caracterizam-se por um fenómeno capital intelectual em fuga – Brain Drain- e os seus sistemas educativos carecem de investimento para melhorar e qualificar a sua mão-de-obra, em geral pouco qualificada.

Por fim referimos que as potências em emergência têm uma tendência

cooperativa, principalmente entre potências do mesmo nível. Conseguem exercer influência a nível internacional acima da sua dimensão económica proporcional, mesmo sem terem voto formal em muitas das questões sobre as quais intervêm<sup>118</sup>.

Podemos concluir que as potências em emergência são, de certo modo, os antepassados das potências tradicionais. Se há diversos níveis de poder que os Estados mais relevantes na hierarquia internacional adquirem no seu percurso político internacional o ponto de partida é o nível de potência emergente. Podemos inferir que todos começaram, em momentos históricos muito diferentes e, alguns deles, com centenas de anos de existência, por serem potências emergentes do seu tempo. A maioria das características que definem esta potência são aplicáveis a todas as épocas. Pode evoluir no sentido de se tornar um dos outros tipos de potências que enunciámos – grande, média, global ou regional.

Esta evolução do poder é mais fácil de compreender se acompanharmos, e nos lembrarmos, da equação de Cline. Não tanto por traduzir o poder apercebido exteriormente mas pelos elementos tangíveis e não tangíveis da equação:  $P_p = (C+E+M) \times (S+W)$ , que a potência equaciona para si mesma. Lembramos como a segunda parte da equação depende muito da vontade de cada unidade de poder. Se o resultado da primeira parte da equação de poder não for muito fraco, a evolução de cada potência diz respeito, em grande parte, ao tipo de potência que quiser ser ou seja, às suas estratégias de conversão de poder (smart power) que se reflectem na segunda parte da equação.

### 2.3.3. Novos Elementos Constitutivos Para um Novo Conceito de potência

Tentámos analisar, dentro do possível, vários conceitos de potência no nosso trabalho. As dimensões, diferenças, os contextos em que o seu poder é mais flagrante e porquê. Através do exame da nossa análise, que apoiámos nas conclusões de diversos autores, vamos enumerar as características que consideramos serem as que melhor

---

<sup>118</sup> Na crise económica e financeira mundial que tem vindo a crescer desde o fim de 2007 os emergentes jogam um papel cada vez mais importante na tomada de decisões a nível global embora não tenham voto formal em muitas das instituições/ forums, onde as discussões tem tomado lugar exercem um voto efectivo porque são decisores chave. Os tablóides fazem constantes referências a esta mudança no xadrez político internacional. A título de exemplo: “Brasil propora a BRICS ajuda à Europa via FMI” consulta de 19 de setembro de 2011 disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20brasl,brasil-propora-a-brics-ajuda-a-europa-via-fmi,84754,0.htm>; e “Um G7 de verdade teria de ter os BRIC” pesquisa de 20 de Novembro de 2011, disponível online em: <http://aeiou.expresso.pt/um-g7-de-verdade-teria-de-ter-os-bric=f689084#ixzz1i78NXJs3>.

definem as potências da actualidade.

Um sinal evidente de poder é a participação em guerras gerais (hard power). Apenas as potências tem capacidade para exercer poder militar efetivo em conflitos multilaterais a nível global. Concomitantemente apenas as potências tem poder diplomático (soft power) que lhes permite intervenção nos assuntos dessa natureza com relevância internacional. As potências da atualidade podem enfrentar alguns poderes, mas não tem capacidades para enfrentar todos, característica de hegemonia militar, e esta, até agora, só pode ser atribuída os EUA.

É através da sua super capacidade militar, consumidora da maioria dos outros recursos norte-americanos e da atenção dos governantes, que os EUA ainda estão contabilizados na lista das grandes potências. O poder de contenção, ou de dissuasão, pode ser enumerado como outro elemento de muita relevância na definição do conceito de potência atual. De um ponto de vista classificatório tanto o poder de ataque, como o poder de defesa, são factores fundamentais para hierarquizar a escala das potências.

Relembrando a análise do nosso primeiro capítulo e da sucessão de paradigmas ideológico-económico-políticos que marcaram a ordem internacional desde o fim da Guerra Fria, o contexto multilateralista e de proliferação de novos atores que se encontram em fóruns, organizações internacionais e instituições supranacionais, tornam evidente a existência no sistema internacional de um forte componente multilateral. Este tem de ser adotado pelas potências atuais no seu comportamento político-económico e como matriz da sua política externa.

A globalização e os grandes espaços políticos e blocos económicos são a materialização destes fluxos energéticos entre unidades de poder que veiculam, na senda de Teilhard de Chardin: "... emergência e convergência, essas tensões permanentes que geram uma complexidade capaz de lançar para cima e para dentro, através da emergência no sentido de um estádio cada vez mais complexo e centrado, pela subida do múltiplo para a unidade"<sup>119</sup>.

A diferença principal é a de o Padre Teilhard de Chardin ter imaginado estes fluxos nas relações dos sistemas políticos com a comunidade, e nós, pelo estudo que temos levado a cabo, concluímos aplicar-se das unidades de poder (potências) aos níveis

---

<sup>119</sup> Cf. Maltez, José Adelino, "O pensamento Complexo", in Curso de Relações Internacionais, 1ª edição, Editora Principia, outubro de 2002, pp. 95.

superiores de poder criados pelas sinergias entre elas e onde se joga e decide o futuro da ordem internacional em mega espaços político-económicos.

Há, por isso, um componente de delegação de poder em supra entidades nas quais as potências actuais não se diluem porque se encontram e a dimensão de poder concentrada nestes espaços é o que lhes permite manter o equilíbrio mundial. Há, assim, um novo conteúdo para o conceito de balança de poderes, e são as potências actuais que constituem os novos directórios.

Os modelos político-económicos e ideológicos que imperam na ordem internacional -nível macro- são emanações das grandes potências, reproduções dos modelos que vigoram a nível interno -nível micro- mesmo a nível cultural e social. É aos padrões de vida das populações das grandes potências que as dos outros poderes aspiram. A dimensão, em termos geográficos, das potências -dentro de qualquer uma das terminologias que analisámos acima- é de média grande a muito grande extensão territorial, algumas adquirem carácter quase continental – como qualquer um dos BRICs ou a UE, por exemplo. Esta tendência tem-se acentuado após a emergência dos EUA como grande potência.

Mais do que nunca os recursos naturais, pela evolução das tecnologias que precisam destes para se manter e que permitem uma ótima exploração dos mesmos, e pelos mercados cujo bem fundamental que comanda os preços de todos os outros é um recurso natural - o petróleo - são um elemento a ter em conta na caracterização das novas potências. Estas não podem apenas despende energia mas tem, de alguma maneira, de produzi-la para serem independentes dos produtores e tornarem outras unidades de poder dependentes de si aumentando a esfera de alcance do seu poder. A energia nuclear para fins civis é um bom exemplo desta procura por independência e por poder energético. A equação de Cline continua aplicável e não nos parece necessário retirar nem acrescentar nenhum elemento para que possa ser válida na actualidade. O poder de todas as potências da actualidade pode ser calculado através dessa equação de poder, chamamos apenas a atenção para o facto de alguns poderes da actualidade, que não são democráticos – como no caso dos regimes autocráticos da Rússia e China – criarem uma necessidade de adaptação. Sugerimos que se possa calcular o PP na equação de Cline transformando o W, na sua versão original correspondente à Vontade Nacional, em Vontade dos Decisores, como forma de adaptação da equação á realidade



presente e realidade dos resultados<sup>120</sup>.

Podemos identificar as potências atuais como os Estados com capacidade para obter vitórias político-económicas e vergar a vontade dos outros Estados aos seus desígnios. Os fóruns supranacionais e as reuniões de chefes de Estado permitem identificar as potências que têm este poder. Por outro lado a sua dimensão em termos geográficos e demográficos é tão expressiva que basta que mantenham a paz e estabilidade a nível interno para que parte da paz internacional esteja assegurada.

As potências da atualidade são as que podem acorrer às crises humanitárias, desastres e problemas internacionais. Fazer parte do Clube das potências atual é o reconhecimento de uma capacidade extraordinária de exercício de poder. Este poder é exercido, em grande parte, através da política externa que na nossa era política, se rege e caracteriza pelos mesmos elementos de poder enumerados acima que permitem que as identifiquemos e onde o Direito Internacional Público joga um papel cada vez mais importante<sup>121</sup>.

As economias das potências são dinâmicas e ditam as regras do comércio internacional pelos fluxos que promovem ou bloqueiam. As decisões são tomadas no patamar supranacional, ou seja, estas unidades de poder defendem os seus interesses e as suas decisões são executadas, nalguns casos, por organismos superiores à esfera estatal que difundem leis, regras e normas pelos quais todas as outras unidades de poder tem de se orientar e aceitar. No contexto globalizado e multilateral da atualidade não engrenar no sistema é uma sentença à marginalização total e perda de poder, enquanto um engagement significa submeter-se aos ditames das potências de onde emana a ordem internacional, através de atos, decisões ou políticas.

Além desta extensão do seu poder a instituições e organizações internacionais também na agenda internacional desempenham um papel preponderante. Não apenas na ótica do revisor mas também do decisor as grandes potências têm o poder de fazer a gestão dos assuntos internacionais e fluxos e dinâmicas que moldam as relações internacionais. Seja através de soft ou hard power, mas cada vez mais através de hard

---

<sup>120</sup> Escolhemos aqui a palavra decisor pois parece-nos adaptável tanto aos casos democráticos – decisões bottom up, por maioria, como aos autocráticos – onde não passam do patamar do governo.

<sup>121</sup> Conceitos como a responsabilidade de proteger, por exemplo. Para um artigo sobre este conceito vd. FERRO, Mónica, “ A responsabilidade de Proteger- contributos para um debate” in Jornal de Defesa, publicado 2009/06/04, consultado dia 26 de junho, disponível online em : [http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=706](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=706).

power, pelo menos no campo da dissuasão numa lógica de dar prioridade ao desenvolvimento e crescimento das economias – quase impossível fora de um clima de paz.

Consideramos ter reunido uma série de conclusões que mostram a existência de uma nova potência, mais “descomplexada” e independente do que nunca mas, ao mesmo tempo, numa relação de cooperação e defesa do interesse dos seus iguais sem precedentes. A potência da atualidade tem meios á sua disposição com alcance como em nenhum outro momento histórico. Em parte estas capacidades devem-se aos blocos e aglomerados de que faz parte política e economicamente. Ao contrário das “velhas” alianças entre alguns poderes os blocos atuais representam concentrações de poder geográficas, com objetivos a longo prazo e conseqüentemente maior estabilidade e capacidade de exercício de poder.

Este é, sem dúvida, o período político mais dinâmico vivido até hoje, apoiado nos meios de comunicação e na rapidez da difusão de notícias, fluxos económicos e diversas energias que alimentam o sistema internacional. As grandes potências têm instrumentos e capacidades que permitem um impacto verdadeiramente global e instantâneo das suas ações.

Fechando este capítulo, e a primeira abordagem ao conceito atual de potência, dedicamos o próximo e último capítulo deste trabalho ao estudo do Brasil como potência. Após caracterização histórica do Brasil, incluindo análise das características da política externa brasileira – características com uma especificidade única – aplicamos as conclusões e elementos caracterizadores que enumeramos neste capítulo ao exame do Brasil como potência. O nosso objetivo é compreender o tipo de potência que o Brasil é e, como nova potência, testar os seus elementos caracterizadores e os do novo conceito de potência que cremos ter reunido para a construção de um modelo analítico. Para este efeito vamos analisar a potência Brasil e, com as conclusões a que chegaremos após o estudo dos seus elementos e perfis de poder, dedicamo-nos aos modelos/conclusão.

## Capítulo III – Uma proposta de Indicadores de Análise: o caso do Brasil

### 3.1. Breve Caracterização do Brasil desde a redemocratização de 1985

O Brasil sempre foi, pela extensão territorial, riqueza em recursos e poder geopolítico que lhe concede a sua posição geográfica um dos Estados mais relevantes no panorama político-económico latino americano. A sua relevância como poder é crescente, tanto a nível interno como a nível externo, principalmente após a sua entrada no clube das repúblicas, em 1989.

No contexto latino americano em que se insere o Brasil salienta-se no seu percurso democrático desde o início da história pós-colonização por ser uma colónia do Reino de Portugal. Se o furor bolivariano impulsionou as autodeterminações dos seus vizinhos latino americanos o Brasil, com um golpe de Estado, derrubou a monarquia e instaurou a República - que durou como “República Velha” até 1930. Pelas suas raízes histórico-culturais o Brasil não pode negar a sua filiação ao Ocidente. Este continua um dos temas centrais da sua política externa e uma referência importante no que diz respeito às suas ações e decisões, principalmente em determinadas áreas<sup>122</sup>. Este tópico vai ser analisado mais á frente no nosso trabalho.

Desde o início da independência brasileira a influência dos Estados Unidos no imaginário político nacional, como ponto de referência para a reestruturação do governo, foi óbvia. Adota-se uma constituição baseada na Americana, um sistema presidencialista com um presidente eleito a cada quatro anos. Em 1894 as políticas passaram a ser as dos governadores, cada Estado com o seu partido, republicano, e nenhum partido nacional. Era um sistema “Café com leite”, expressão que aludia às principais produções dos Estados de São Paulo e Minas, e designou a política brasileira da época com o poder alternando entre políticos de São Paulo e de Minas Gerais, cada 4 anos.

Cada Estado tinha as suas próprias milícias, embora houvesse um comando militar nacional único (prova de grande descentralização e fragmentação de poder). Um golpe, mecanismo por excelência, á época, de mudança de regime na América Latina, acaba com a Primeira República (1930) rompendo com o paradigma liberal-conservador que lhe é característico. Este implicava uma interpretação limitada por

---

<sup>122</sup> No que diz respeito aos Direitos Humanos e ao plano macro-económico, por exemplo, há uma clara referência aos padrões ocidentais enquanto que em termos políticos, os laços e padrões de comportamento aproximam-se mais da “concertação sulista” de que o Brasil faz parte – seja no G20, IBAS, BRICs, Mercosul, etc.

parte das elites governantes dos interesses nacionais, uma economia débil exportando produtos primários e importando produtos industriais, prestígio externo reduzido, país á margem do capitalismo e tratados desiguais em vigor, resultando num quadro economicamente prejudicial e politicamente apagado<sup>123</sup>.

Vargas é o primeiro Chefe de Estado brasileiro pós-queda da Primeira República – ou República Velha. Com ele inicia-se a Segunda República e no segundo mandato (1951-1954) começa a transformação do perfil económico-político do Brasil, com a implementação do paradigma desenvolvimentista.

A nível externo o momento era de tensão com uma crise económica que se refletia na esfera nacional: a queda internacional das exportações e importações com uma disputa pelo mercado e sistema por parte dos capitalistas e uma divisão mundial em blocos político-geográficos que anunciava a segunda Grande Guerra.

A nível interno despertam as consciências brasileiras para a modernização e rompe-se com a diplomacia da agro-exportação, conferindo novas funcionalidades ao Estado. Vargas lidou com todo este contexto político tenso. Problemas geraram migração para as zonas urbanas onde a assimilação de trabalhadores no mercado de trabalho era difícil criando uma situação de tensão política. Em 1934 com Vargas no poder vem uma nova constituição que veicula a não re-eleição do presidente. Chegando altura de eleições em 1937 Vargas apoia-se no exército e declara o “Estado Novo” oficializando a sua ditadura.

Com a nova constituição veio a abolição de partidos e centralização do poder fiscal, o que se traduzia num aumento do seu poder. Cultivava a imagem de pai dos pobres- estabeleceu o salário mínimo e proteção dos trabalhadores embora tenha declarado ilegais as greves e os lockouts. Alinhava com os EUA, que contribuíram financeiramente para a construção da usina de Volta Redonda, e providenciaram fundos para treinar militares enviados para lutar com as forças americanas na campanha de Itália. Criou-se aqui um clima de cooperação em termos militares com os EUA, pelo advento da segunda guerra mundial. Se, numa primeira fase do seu exercício de poder Vargas se submeteu aos interesses dos EUA, à moda da política externa brasileira de alinhamento com a posição norte americana do Barão do Rio Branco (embora esta com

---

<sup>123</sup> E. Vanden Harry, Prevost. Gary, “Brazil”- Chaffee- Politics of Latin America in The power Game, Oxford University Press, Nova Iorque, 2002, pp. 483-512, ISBN: 9780199797141.

um componente pragmático que Vargas não transportou); no seu segundo mandato, pós-cooperação militar na segunda grande guerra, outras prioridades surgiam.

Os EUA mostraram que não havia nenhuma compensação para o papel que o Brasil julgava ser “especial”, e que desempenhava segundo convicção de Brasil como vizinho importante dos EUA e grande poder entre as nações sul-americanas. Dentro deste quadro, o Brasil chegou a prestar assistência – efetivos militares- ao vizinho do norte durante a Segunda Guerra Mundial. Voltando ao nível interno, devido a pressões da sociedade Vargas inicia dois novos partido: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), enquanto a oposição criou a União Democrática Nacional (UDN)<sup>124</sup>.

Eurico Gaspar Dutra foi candidato dos partidos mais ligados a Vargas e ganha as eleições em 1945 resignando-se o segundo nesse mesmo ano. Foi elaborada uma nova constituição, completando o movimento em direção á democracia. Nas eleições seguintes Vargas ganha novamente e o Chefe de Estado passa a ter uma política muito pragmática e que vai orientar as futuras gerações de políticos, salvo algumas exceções ou quando o contexto internacional assim obriga, pois mais que não alinhar com os EUA o interesse do Brasil potência é sempre defender o seu interesse e fá-lo defendendo-se. Para isso tem de estar do lado do poder, o que de facto por muito tempo foi sinónimo de alinhamento com os EUA. O paradigma de “nacional desenvolvimentismo” de Vargas vai ser abordado mais á frente neste trabalho como um dos vários paradigmas que caracterizam a ação externa do Brasil nas últimas décadas. Refira-se, ainda, que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) foi assinado sob os seus auspícios. Pela mesma altura o país inicia uma atividade maior em prol do subcontinente sul-americano, através de, por exemplo, gestões feitas no sentido de negociar um programa de desenvolvimento dos países da região com os EUA. Começa o percurso brasileiro em direção ao fortalecimento do seu papel na região e consequente assunção como representante natural e legítimo do sub-continente sul-americano a nível global<sup>125</sup>.

O paradigma de Vargas – nacional desenvolvimentismo- foi o ponto de partida

---

<sup>124</sup> Respectivamente Partido Social Democrático (1945), Partido Trabalhista Brasileiro (1945), União Democrática Nacional (UDN)

<sup>125</sup> SATO, Eiti “40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões” in Revista Brasileira de Política Internacional, nr. 41, 1998 , pp. 8-28.

para vários tipos de nacional desenvolvimentismos que têm orientado as ações/decisões brasileiras pelas últimas décadas. Esta autonomização do Brasil acompanha um modelo de orientação do poder estatal que estava a moldar toda a América latina. Vargas fica no poder de 1930 a 1954 quando se suicida por falta de apoio geral. Foi com este presidente que o Brasil deu o “grito do Ipiranga” republicano, marcando posição como Estado consciente das suas dimensões e capacidades, bem como da sua posição de poder de per si.

Após Vargas o candidato da coligação Kubitschek sobe ao poder prometendo 50 anos de progresso em 5. Iniciou um programa ambicioso que contemplava a mudança da capital para Brasília e fomentou novas indústrias como a automóvel. Impulsionou a criação de infra-estruturas e redes rodoviárias, criou emprego, diminuiu a inflação e terminou o mandato com bons resultados.

Guiou-se, em termos de política externa, por um modelo de desenvolvimentismo associado aos capitais norte americanos. Dele recordamos a frase, quando no mandato de Geisel foi assinado o Acordo Nuclear com a Alemanha: “ É um instrumento que nos incluirá entre as nações diante das quais terão que se curvar amanhã as grandes potências”<sup>126</sup>.

Em 1961 o candidato da UDN, Jânio Quadros ganha as eleições. Assume uma política externa independente e recupera a lógica da política da Barganha de Vargas. Quadros resigna passado seis meses e, com algumas turbulências internas devido às suas tendências ideológicas, o vice Goulart assume o papel de Presidente. O Brasil volta ao sistema presidencial em 1963. Devido ao desagrado geral e graves consequências das políticas deste governo: inflação, recessão, medo da retórica de esquerda do presidente; o governo cai por um golpe civil militar que instala uma ditadura militar em 1964. Durante o período militar a grave situação interna dita o soluçar na política externa independente. Pela mesma altura, a nível internacional, o embaixador Araújo Castro defende perante a Assembleia Geral da ONU (1963) uma política externa brasileira caracterizada pela política dos 3 D's – Desenvolvimento, Descolonização, Desarmamento<sup>127</sup>. Considera-se que este discurso é a assunção internacional de uma viragem na

---

<sup>126</sup> Cf. Lampreia, Luiz Filipe, O Brasil e os ventos do Mundo – Memórias de cinco décadas na cena internacional, Editora Objectiva, 2010, ISBN-13: 9788539000678.

<sup>127</sup> Relações Internacionais e política externa do Brasil: uma perspectiva histórica Paulo Roberto de Almeida, Publicado in Atas do Simposio Brasil 500 anos depois (A Coruña: Imprensa da Deputación 94

política externa brasileira<sup>128</sup>.

Estas são as sementes da História que se retoma no pós-ditadura militar (1985). Neste trabalho não temos a possibilidade de rever todo o período ditatorial, no entanto é importante referir que os militares sempre tentaram manter uma política externa independente. Acreditavam no “Brasil potência” com uma intensidade de fé e tentaram impulsionar o crescimento da economia brasileira, tanto através de planos económicos focados na economia a nível interno como tentativas de diversificar e aumentar os fluxos de comércio externo<sup>129</sup>. Com Geisel, penúltimo presidente da ditadura militar, são de referir, a nível de política externa, o reatar de relações com Angola - ponto de partida para uma boa dinâmica entre os dois Estados que se mantém- o relançar das relações com a Alemanha e o incentivo á produção de álcool de cana – do qual o Brasil se assume como maior produtor mundial. Foi também com Geisel que se abraçou o discurso de grande potência e o paradigma do pragmatismo responsável. Este paradigma surge num momento de dificuldades crescentes em que se envidam esforços para dar resposta ás demandas económicas, com os necessários capitais estrangeiros, com plena consciência de que a manutenção da independência da política externa brasileira tinha importância capital. O Brasil alarga o número de parceiros nas suas relações externas, acompanhando a tendência para a multipolarização e multilateralismo, crescentemente caracterizadoras do sistema internacional<sup>130</sup>.

A redemocratização não nasce sobre os melhores auspícios, Tancredo Neves, eleito em 1985, morre pouco antes de assumir o poder. Tinha sido eleito com um programa ambicioso, o programa para uma Nova República. Preconiza uma quebra com o pragmatismo responsável de Geisel, retomar relações com EUA e relegar para segundo plano o fortalecimento de relações com os países menos desenvolvidos. O seu mandato é cumprido por Sarney, que, como primeiro civil após ditadura militar, reclama a herança

---

Provincial da Coruña, 2002; pp. 255-269, ISBN: 84-95950-67-7).

<sup>128</sup> Cf. CÂMARA DOS DEPUTADOS, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional-CREDN, Grandes Discursos Brasileiros de Política Internacional, vol. 1, Centro de documentação e informação, Coordenação de Publicações, Brasília, 2006, pp. 94 -113, pesquisa de 23 de junho de 2012 ,disponível online em: <http://pt.scribd.com/doc/50145422/6/Grandes-Discursos-Brasileiros-de-Politica-Internacional-9>.

<sup>129</sup> Conceito mencionado pela primeira vez no plano de metas e bases, durante o governo Médici, e que é reforçado mais tarde com Geisel que adopta discurso de grande potência. Para um estudo mais aprofundado cf. DE CASTRO LIMA, Sauro. “Da substituição de Importações ao Brasil potência: Concepções do desenvolvimento 1964-1979”, in Aurora ano V nr. 7 - janeiro de 2011 ISSN: 1982-8004, consulta de 23 de março de 2012, disponível online em: [www.marilia.unesp.br/aurora](http://www.marilia.unesp.br/aurora).

<sup>130</sup> Idem, ibidem.

da condução política de Castelo Branco. Sarney encontra um contexto político económico marcado por: pauta comercial diversificada e expansão no setor dos serviços acompanhadas de uma grave crise inflacionária que tentou combater com o plano cruzado. Com a promulgação de uma nova constituição a importância da cooperação Sul-Sul, incluída nas linhas de referência da política externa brasileira, aprofunda-se. Vivia-se no contexto da crise da dívida e das Falklands, dois fenómenos que aproximaram Brasil e Argentina. É no mandato de Sarney que se assina um acordo conducente ao término da corrida armamentista entre Argentina e Brasil e lança-se o plano cruzado para tentar controlar a inflação<sup>131</sup>. A redemocratização brasileira foi um processo suave, acompanhando uma tendência não só regional mas também global, sob os auspícios dos 'grandes pais' da democracia, os EUA .

Embora com sucessivas convulsões económicas, considerável tamanho e peso geográfico – bem como impacto dos resultados a nível administrativo e financeiro- o Brasil demonstrou capacidades para se auto-organizar, mesmo com o escândalo do impeachment de Collor (1992-94). Pode-se considerar este processo de impeachment um dos sinais mais fortes da implementação da democracia no Brasil pois foi a primeira vez, na América latina, que um presidente foi retirado do poder por meios completamente legais<sup>132</sup>.

Independentemente da crise política em que deixou o poder Collor seguiu a dedicação da política externa brasileira ao fortalecimento das relações com o Sul e com os países da região, até sob forma de blocos, como a Área de livre comércio das Américas (ALCA), impulsionada por Itamar Franco, que assume - pós-impeachment - a presidência, de 1994 a 1996. O Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) demonstram a existência de uma ideologia liberal e multilateral acompanhada da correspondente moldura democrática. A ordem internacional, crescentemente multilateralista, proporciona um terreno ótimo para

---

<sup>131</sup> Acordos de Foz do Iguaçu (Políticas de Salvaguardas Nucleares),1990, do Acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para a aplicação de salvaguardas a todos os materiais nucleares e à criação da Agência Brasileira de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) em 1991, mais informação disponível em: OLIVEIRA, Amâncio Jorge de e ONUKI, Janina. «Brasil, Mercosul e a segurança regional» in Revista brasileira de política internacional, vol.43, nr.2, 2000, ISSN 0034-7329,pp. 108-129, pesquisa de 22 de janeiro de 2012, disponível em linha em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292000000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200005&lng=en&nrm=iso).

<sup>132</sup> E. Vanden Harry, Prevost. Gary, Politics of Latin America, The power Game, Oxford University Press New York, ISBN 9780199797141, 2002, pp. 493.



várias formas de regionalismo – políticas, económicas e ideológicas.

Esta forma de integração tem tido uma importância crescente para o perfil da potência Brasil, frequentemente classificado como potência regional e que é, sem dúvida, o país da América Latina com mais relevância na esfera internacional, a nível económico e político. Neste trabalho não temos oportunidade de analisar a fundo o regionalismo sul-americano e as diversas expressões e paradigmas que o compõem e a ele estão ligados, independentemente desta limitação analítica fazemos referência mais aprofundada aos diversos tipos de regionalismo e mecanismos inter-regionais aos quais o Brasil pertence na análise do Brasil como potência regional.

Os Governos mais recentes, de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula da Silva vão estar em análise no contexto dos próximos pontos que analisamos no nosso percurso em busca da contribuição brasileira para a redefinição do atual conceito de potência, e de como pode contribuir o Brasil para a construção de um modelo analítico atualizado aos vetores de poder mais relevantes nas potências da atualidade.

### 3.2. A Política Externa Brasileira

#### 3.2.1.Principais Características

Como instrumento fundamental de ação a política externa é um elemento crucial para a consolidação e afirmação de poder do Estado a nível internacional. É formulada com base nas necessidades apercebidas e anotadas a nível interno, logo refletem a situação da esfera doméstica.

Segundo Holsti a política externa analisa-se não só a nível dos intervenientes mas pelos elementos que os levam a formular as suas decisões. Os atores que nela intervêm são: a estrutura governamental e sua filosofia, a opinião pública, os grupos de interesse, partidos políticos e a burocracia (base mais baixa da hierarquia governamental que produz análises nas quais as classes mais altas do governo baseiam as suas decisões). Para o autor o decisor de política externa segue um modelo de escolha racional nas suas tomadas de posição. Modelo que conta com os seguintes elementos: propósito da ação, interesses em jogo e escolhas possíveis. A interpretação do contexto que rodeia o decisor tem um peso que não deve ser menosprezado:

- As imagens - percepções do decisor do objeto;
- As atitudes - que são as avaliações gerais;

- Os valores - padrões de referência para julgar as ações e que acabam por originar determinados comportamentos;
- Crenças - preposições que os decisores políticos têm como verdadeiras e são a fundação de vários mitos e ideologias nacionais;
- As doutrinas e as ideologias - uma ideologia é um conjunto coerente de doutrinas, estas são uma série de convicções que servem para explicar a realidade e incluem objetivos específicos que orientam a ação política;
- A personalidade do decisor bem como a relação entre os vários componentes/atores do processo - como a relação com a opinião pública, por exemplo- fazem parte desta equação de formulação de política externa.

O trabalho de Holsti interessa-nos para introduzir a política externa como política complexa, que engloba a influência de muitos atores cujas preferências, escolhas e estratégias são resultado de vários fatores. É importante que estes componentes estejam claros antes de analisarmos a política externa brasileira para que, *á priori*, se reconheça a existência de um background – nem sempre claramente reconhecido ou tido em conta – na origem de cada tomada de decisão.

Segundo o Professor Eiti Santo entre 1958 e 1998 contam-se três grandes inflexões na política externa brasileira. Importam na medida que explicam certas mudanças e, ao mesmo tempo, permitem perceber alguns substratos ideológicos/paradigmáticos que são permanentes na política externa brasileira<sup>133</sup>. Estão relacionadas com o aprofundamento ou afastamento do alinhamento da política externa brasileira com a norte americana. Começam com o abandono, em 1946 (Dutra), do paradigma de alinhamento paradigmático do Barão do Rio Branco, que Vargas (1930) tinha seguido no primeiro mandato. Os EUA passam a estar no centro da política externa embora seja com Dutra que os primeiros sinais de diversificação acentuada de relações começam a surgir. Foi com a assinatura do TIAR em 1947, que o Brasil começou a assumir-se como representante regional. Este foi o gérmen para uma autonomia que fez uma breve aparição com Kubitschek (1956-61). Este implementa um modelo de desenvolvimentismo associado aos capitais norte americanos e um plano acelerado de industrialização “50 anos em 5”. Foi na sua presidência que se lançou a operação pan-

---

<sup>133</sup> SANTO, Eiti “ 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões”, in Revista de Política Internacional Brasileira, nr. 41 (n. esp. 40 anos): 1998, pp. 8 -28.

americana (OPA) que pretendia instaurar um projeto de desenvolvimento social e económico a nível continental. Muitos autores consideram ter inspirado a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - financiador de projetos de desenvolvimento no continente - e da Aliança para o Progresso de Kennedy que defendia as mesmas ideias de solidariedade da OPA mas numa lógica anti-comunista. Esta última salienta-se por ter sido a primeira iniciativa de envergadura hemisférica que foi lançada sem consultação prévia aos EUA. Estes foram os primeiros sinais de uma independentização que adormece com o primeiro dirigente da ditadura militar - Castelo Branco - que volta a ter nos EUA o elemento principal de ligação da política externa brasileira à política internacional. Devido a um contexto económico que melhora, nota-se uma independentização da política externa a partir de Costa e Silva e com mais evidência com Geisel, sob a bandeira do pragmatismo responsável e ecuménico. Com a multiplicação de atores e de pólos de poder na sociedade internacional é mais fácil manter essa independência da política externa dos EUA. O Brasil passa a incluir cada vez mais atores nas suas relações internacionais, seguindo a tendência de alargamento da comunidade internacional. Esta é a terceira inflexão identificada pelo professor Eiti Santo, num contexto de globalização que começa a intensificar-se nos anos 80. A diversificação de relações externas do Brasil é uma mudança significativa na política externa. Para mais este multilateralismo dá origem a tendências regionalistas, e o Brasil é o grande impulsionador do Mercosul, iniciativa que - embora algo parada – teve na sua origem o desejo de impulsionar a integração regional entre os vizinhos sul americanos, sob auspícios brasileiros.

Contemporaneamente o Brasil é muito ativo a nível internacional. Na política externa contam-se não só interesses seus mas regionais e do sul. Podemos considerar que joga a política externa nesses três patamares, cada um com as suas iniciativas e instituições, como por exemplo:

- Interesse Brasileiro – Lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas: interesse na reforma, atualização, do sistema vigente de governança global – participação G4;
- Interesse Regional – fortalecimento dos laços entre países sul americanos: União das Nações América do Sul (UNASUL) - por sua vez, reforça papel do Mercosul e da Comunidade Andina;

- Interesses do sul - fortalecimento da cooperação entre países do sul, emergentes – participação IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), G20 e BRIC<sup>134</sup>.

Estes são alguns exemplos da forte pró-atividade brasileira. Destacamos, ainda, que foi o impulsionador de várias, entre estas e outras, iniciativas: G20, UNASUL, IBAS.

Segundo outro autor – Paulo Roberto de Almeida – e na senda de uma análise em que aborda os primeiros 500 anos das relações internacionais do Brasil, conclui-se que, na época mais recente (na análise de Almeida aquela que vai de 1985 a 2000) estas caracterizaram-se por: a) afirmação da vocação regional; b) opção por maior inserção internacional e aceitação consciente da interdependência – que contrasta com a anterior base de autonomia nacional; c) continuação da abertura económica e liberalização comercial; d) facetas diplomáticas: regional, multilateral, presidencial; e) desenvolvimento económico como verdadeiro leit motiv da diplomacia contemporânea; f) política económica externa – desde os anos 50 – transformando a política interna do país em verdadeira política externa da nação.

As conclusões a que o autor chega são tão ou mais interessantes porque, uma década atrás, já preconizam uma ordem internacional em mudança onde o Brasil desempenharia um papel especial e de destaque. Embora entalado num limbo de diferentes definições como “Estado periférico” e “poder médio”<sup>135</sup>.

A política externa brasileira é de vocação universal (universalismo) e esta é das suas características mais importantes. Este paradigma de política exterior vem do governo Figueiredo e significa que a mesma se serve de relações com todos os Estados e da abertura aos mercados para atingir os seus objetivos e melhorar performances. Um exemplo flagrante é a procura, desde o governo Lula, de um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse lugar consumiria não só uma maior equidade na representatividade Norte/Sul e regional neste órgão tão importante na Governança Global como traduzir-se-ia numa ordem global mais justa<sup>136</sup>.

A política externa brasileira tem sido orientada por diferentes paradigmas,

---

<sup>134</sup> G20 é formado pelas maiores economias actuais, as avançadas e as emergentes englobando as do Norte e do Sul: Argentina, Austrália, França, Brasil, Canadá, China, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, República da Coreia, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, EUA, UE.

<sup>135</sup> Cf. DE ALMEIDA, Roberto Paulo, “Relações Internacionais do Brasil: ensaio de síntese sobre os primeiros 500 anos”, in Impulso, nr. 27, 2000. Os sublinhados são nossos.

<sup>136</sup> GRATIUS, Susanne, «Las Potencias Emergentes: Estabilizadoras o Desestabilizadoras?» in Comentario, Fundación Para las Relaciones Internacionales y el Dialogo Exterior, FRIDE, abril de 2008.

consoante o período político-histórico. A cada paradigma corresponde um perfil de Estado diferente e um caso especial - o Estado logístico - é um perfil de Estado transversal a vários paradigmas. Em traços largos os paradigmas, e Estados correspondentes, são:

- paradigma liberal conservador (Séc XIX até 1930) – Estado liberal conservador;
- paradigma de transição (1930- 1945) – Estado desenvolvimentista;
- paradigma desenvolvimentista (1945-1989)– Estado desenvolvimentista e Estado logístico;
- paradigma neoliberal (1989-2003) – Estado normal / Estado logístico.

Estes paradigmas são fundamentais para compreender a inserção do Brasil no sistema internacional e, conseqüentemente, o(s) perfil(is) de potência com os quais se identifica. Nomeadamente o paradigma de Estado logístico, que apresenta especificidades particularmente importantes.

Quanto aos principais traços caracterizadores destes paradigmas podemos salientar os seguintes: quanto ao paradigma liberal-conservador, o Estado toma decisões de política externa adstritas á leitura, limitada, do interesse nacional pelas elites nacionais, as exportações são primárias e as importações industriais, o país estava á margem do capitalismo do centro e vigoravam “tratados desiguais”;

No que diz respeito ao paradigma de transição, com a grande depressão afetando o mercado e a Segunda Grande Guerra á porta, os Estados da América do Sul têm como principal preocupação a modernização da sua indústria, o Brasil, em particular tira vantagem da situação dos aliados, a chamada diplomacia da Barganha. Dá o seu apoio consoante a melhor oferta. É assim que negocia com Roosevelt e consegue fundos americanos que ajudaram a construir a usina de Volta Redonda, a maior do país ;

O paradigma desenvolvimentista, por sua vez, consagra o gérmen da procura do desenvolvimento contido no paradigma anterior. A política externa brasileira é posta ao serviço do desenvolvimento. Re-inventa o modelo de inserção internacional, como meio para realizar os objetivos de uma sociedade complexa, conceção do desenvolvimento como sinónimo de industrialização - promovida a prioridade. Defende uma política externa mais eficiente. Conseqüentemente esta passa a ser guiada por princípios cooperativos e não conflituosos: é mais flexível, pragmática, autonomista e realista, subordinando os interesses de segurança, paz, guerra, a interesses puramente

económicos. Inclui uma componente de negociação simultânea com grandes poderes e com os países mais próximos. Este paradigma introduz a diplomacia económica e fomenta a implementação de projetos de desenvolvimento nacionais assertivos<sup>137</sup>. Este paradigma promove o modelo de Estado desenvolvimentista, cujas ações estão imbuídas pelos elementos caracterizadores do desenvolvimentismo, e em parte, do modelo de Estado logístico que prevalece no paradigma que se segue, o neoliberal, em paralelo com o de Estado normal.

O último paradigma em análise, o neoliberal, implica a substituição das estruturas cepalinas e desenvolvimentistas latino americanas pelas do centro, como o consenso de Washington, por exemplo. Surge, por isso, o modelo de Estado normal. Com vincado triunfo do monetarismo sobre o estruturalismo o Estado passa a ser menos funcional e tem como obrigação, apenas, prover estabilidade económica. Provocou a estagnação da economia brasileira com a privatização de empresas públicas e destruição de património nacional. Criou uma subserviência da esfera política e um retrocesso aos progressos que o paradigma desenvolvimentista tinha alcançado. A figura mais associada ao Estado normal é FHC no primeiro mandato (1995- 1999).

Ao dececionar-se com a má distribuição dos lucros “globalização assimétrica” FHC, no segundo mandato, adapta o modelo estatal á realidade e emerge o Estado logístico. Embora inserido no mesmo chapéu paradigmático neoliberal que o Estado normal o Estado logístico ressuscita um componente desenvolvimentista e pragmático, recupera os elementos de autonomia do mesmo e transfere á sociedade algumas das responsabilidades estatais dando novo vigor político e económico á inserção internacional. Não convém aprofundar esta explicação pois o Estado normal e o Estado logístico são analisados em pormenor mais á frente neste trabalho.

Estes paradigmas revelam-se uma peça-chave para a análise das vias de inserção internacional do Brasil e na lógica explicativa da política externa atual bem como da situação desta potência na hierarquia internacional de poderes. As iniciativas no âmbito externo demonstram a orientação da política externa e podem ser consideradas como institucionalização dos seus interesses. Tanto mais que, a partir dos

---

<sup>137</sup> Vd. CERVO, Amado Luiz. «Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático» in Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 46, n.2, 2003,ISSN 0034-7329. Artigo consultado em 25 de março de 2012. Disponível online [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso).

anos 70, o Itamaraty passa a reconhecer que uma política externa independente não implica o afastamento do Ocidente<sup>138</sup>.

A partir do período do paradigma neoliberal o Brasil posiciona-se num contexto internacional globalizado. Diante das regras e estruturas globalizadas devemos referir que o Brasil adota uma postura multilateral – relativizando o bi-lateralismo em relação aos temas globais- preocupando-se com os pontos mais quentes da agenda internacional (como o meio ambiente) e intervindo ativamente nos fóruns e discussões internacionais. O mercado Brasileiro está cada vez mais internacionalizado e o paradigma do Estado logístico, atualmente existente em conjunto com o Estado normal, tem impulsionado essa internacionalização. Quanto mais sólida a posição económica do Brasil no contexto internacional mais força política e de jure terá para desempenhar e ser reconhecido no papel de potência, com as devidas nuances do conceito que analisamos no nosso trabalho <sup>139</sup>.

### 3.2.1. Tradição e actualidade da Inserção Internacional do Brasil

A inserção internacional é um dos objetivos e resultados, da política externa brasileira. Os princípios económico-políticos e sociais, bem como os objetivos exteriores podem ou não vir a realizar-se na totalidade. Consequentemente os paradigmas e programas que orientam a política externa impactam diretamente na inserção internacional do Estado.

A posição ocupada na hierarquia das potências tem uma relação direta com a política externa. Esta relação é complexa: 1º- a política externa é o resultado das necessidades internas, estas um espelho do contexto económico, social, político, demográfico, geográfico, de recursos naturais, para citar alguns dos fatores analisados no nosso capítulo II ; 2º a política externa é a via através da qual se processa a inserção a nível internacional; 3º a medida do sucesso dessa inserção é a posição na hierarquia de poderes que lhe é reconhecida na ordem internacional pelos vários atores da comunidade internacional e que se pode considerar como resultado da soma do 1º e 2º fatores; 4º podemos dizer que a posição de poder de cada Estado a nível internacional depende, direta e inevitavelmente, da situação a nível interno. Pode-se também concluir

---

<sup>138</sup> Itamaraty é o Ministério Brasileiro das Relações Exteriores.

<sup>139</sup> Vd. CERVO, Amado Luis, “Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso” in Revista Brasileira de Política Internacional vol. 45, nr. 1 pp. 5-35, 2002, pesquisa de 7 de dezembro de 2011, disponível online em <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a01v45n1.pdf>.

que é preciso uma coordenação entre políticas de modo a que não haja desfasamento entre a realidade doméstica e objetivos internacionais, ou vice-versa, para que a inserção do Estado no sistema internacional seja equilibrada e harmónica. Casos em que o Estado procura uma realidade externa que a interna não tem capacidade para suportar – como a Alemanha Hitleriana, por exemplo- ou casos em que a realidade interna não se reflete no sistema internacional – como a discussão atualmente em curso quanto á validade das estruturas de governança global existentes – tem consequências graves que atingem todos os atores internacionais pois perturbam o equilíbrio de poderes (balança de poder, conceito de Morgenthau analisado no nosso II capítulo).

Em relação ao Brasil, nosso caso de estudo, as políticas interna e externa são muito próximas. A segunda é considerada uma “verdadeira política de Estado”. A política externa brasileira caracteriza-se por um acumulado histórico de experiências onde se incluem: a) o desenvolvimento económico; b) a defesa de princípios como a não-intervenção e procura de soluções pacíficas de conflitos; c) o jurisdicismo – tratados internacionais vistos como fatores de estabilização das relações internacionais; d) multilateralismo normativo; e) evita posturas de confronto e opta por cooperação; f) diversificação de investimentos estratégicos; g) pragmatismo e realismo; h) cordialidade oficial – principalmente a nível regional; i) formulação e aplicação independente, insere-se autonomamente nas relações internacionais; j) Tese dos três D's – desenvolvimento, descolonização, democracia- que continua a ser utilizada mas como baliza para a viabilidade das opções; k) constituição e promoção de ligas anti-hegemónicas; l) Identidade internacional como projeção da identidade nacional; m) dimensão comercial; n) bi-lateralismo tradicional; o) multilateralismo; p) ativo na construção da ordem internacional; q) soft balancing – estratégias institucionais; r) multilateralismo recíproco<sup>140</sup>.

Com raízes históricas podemos ainda destacar o legalismo, legado importante de Ruy Barbosa- O legalismo como meio para agir na diplomacia, marcou a ação externa brasileira pelo séc XX, estilo de ação grociana, relaciona-se também com a democratização do sistema internacional, prática de diplomacia parlamentar<sup>141</sup>.

---

<sup>140</sup> Os elementos enumerados foram extraídos dos diversos artigos que compõem a nossa bibliografia para este capítulo.

<sup>141</sup> Vd. Lafer, Celso, “O Brasil no eixo assimétrico do sistema internacional: uma potência média de escala continental e as constantes grocianas de sua actuação no plano multilateral” in A Identidade



Mais recentemente – desde o governo de FHC- há outros pontos que se juntam a estes, com uma política externa delineada a pensar – também- na filiação do Brasil ao ocidente (e aos Estados Unidos), nas relações com os vizinhos sul-americanos (regionais), e no comércio internacional, integração regional e protecionismo. O avanço tecnológico, o peso crescente da ONU na política externa brasileira e a questão do petróleo têm lugar de destaque na agenda externa mais recente<sup>142</sup>.

Maria Regina Soares de Lima menciona alguns modelos<sup>143</sup>. A autora faz uma análise da aspiração brasileira ao papel de grande potência dentro de três modelos possíveis de projeção internacional de poder que as médias potências podem adotar com o fim de influenciar a política internacional e que se distinguem pelo tipo de relação com os grandes poderes. O modelo inglês é o de relação especial com os EUA e foi o mais seguido na condução da política externa brasileira deixando dois legados relevantes: sentido pragmático das relações com os EUA, relações com vizinhos, principalmente argentina, pautadas pelo ênfase na cooperação com semelhantes e na lógica da relação especial com os EUA. O modelo francês é um modelo de autonomia, que pressupunha buscar uma diversificação das relações diplomáticas brasileiras e um forte interesse nas relações regionais prósperas e pacíficas para contrabalançar o poder dos grandes poderes. Este modelo foi aplicado mais ou menos linearmente ao longo das últimas décadas, com mais ou menos intensidade dependendo do governo a que nos referirmos. Quanto ao modelo alemão é um modelo pouco relevante na condução da política externa brasileira devido ao legado colonial e às diferenças culturais e políticas da América Latina, pois este modelo é regionalista- baseia-se na fortificação das relações regionais para a condução da política externa- e não se aplicou ao Brasil.

Concluimos, portanto, que a condução da política externa brasileira, desde a República Velha, oscilou entre o modelo inglês e o modelo francês.

Dentro da mesma análise refere que há apenas duas formas de inserção que são consideradas pelas elites brasileiras: a primeira é o modelo de busca de credibilidade – posto em prática durante o governo de FHC I – cujo foco é do exterior para o interior, e a

---

Internacional do Brasil – A política Externa Brasileira, São Paulo, Perspectiva, 2009.

<sup>142</sup> Cf. Lampreia, Luiz Filipe, O Brasil e os ventos do Mundo – Memórias de cinco décadas na cena internacional, Editora Objectiva, , ISBN-13: 9788539000678, 2010.

<sup>143</sup> Vd. DE LIMA, Maria Regina Soares, «Aspiração Internacional e Política Externa» in Revista Brasileira de Comércio Exterior nr. 82, 2005, pp. 5-19, pesquisa de 2 de fevereiro de 2011, disponível online em [http://www.labmundo.org/disciplinas/LIMA\\_aspira%C3%A7%C3%A3o\\_internacional\\_pol%C3%ADtica\\_e\\_xterna.pdf](http://www.labmundo.org/disciplinas/LIMA_aspira%C3%A7%C3%A3o_internacional_pol%C3%ADtica_e_xterna.pdf).

autonomia nacional que deriva da capacidade de cooperar para a criação de normas e instituições internacionais. O País tem de ajustar os compromissos internacionais que assume às suas capacidades reais.

O segundo modelo, que foi claramente adotado por Lula e que a atual presidente do Brasil, Dilma Rousseff tem seguido, é o da autonomia. Este modelo combina a projeção internacional com a permanência de um maior grau de flexibilidade e liberdade de política externa. Preconiza uma política de desenvolvimento ativa e a necessidade de se articular um projeto nacional voltado para a superação dos desequilíbrios internos em primeiro lugar. A ativa inserção no sistema internacional deve envolver fortes sinergias cooperativas com outros países que partilhem os mesmos interesses e posições semelhantes, que se disponham a resistir às pressões exercidas pelas grandes potências, ou seja, a manter a autonomia. Existem alguns obstáculos para que este modelo de inserção possa ser completa e eficientemente posto em prática inserindo o Brasil da forma mais abrangente: não possui um dispositivo de dissuasão militar relevante; não tem poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas e, se por um lado é multilateralista nas suas relações é, simultaneamente, relutante em aceitar arranjos multilaterais pelo seu caráter vincadamente soberanista.

### 3.2.2.1. O período neoliberal

A política externa brasileira tem de ser analisada dentro do contexto latino americano de que faz parte. Há duas visões de especial relevância no ideário político do pensamento latino-americano, aplicadas às relações internacionais, com grande influência na formulação da política externa. Por um lado, as políticas formuladas dentro dos gabinetes, que são aquelas que, historicamente, sempre se aplicaram, por outro os decisores que se viram para a realidade regional das relações internacionais e assim constroem o seu raciocínio político.

Dentro desta moldura de análise política o paradigma neoliberal representou, em termos políticos e ideológicos, um retrocesso e está mais relacionado com a segunda visão, teve consequências económicas graves com as quais alguns países na América latina ainda hoje lutam e não lograram ultrapassar <sup>144</sup>.

---

<sup>144</sup> Como exemplo a Argentina que continua a lutar com uma inflação alta e se encontra muito dependente da situação do dólar e dos desenvolvimentos no mercado Brasileiro. Os seus problemas começaram na década de 90, década em que o paradigma neoliberal começa a ser aplicado por alguns

Na América latina as ideias cepalinas vigoraram até á chegada do pensamento neoliberal. O neoliberalismo representa a submissão ao centro - deterioração de termos de troca, renda, comércio, entre outros - que estava prestes a ser deixada para trás numa lógica descomplexada que tinha pautado, crescentemente, as políticas latino americanas em relação ao centro, no âmbito do paradigma desenvolvimentista.

O pensamento neoliberal surge nos anos 80 e contam-se dois modelos de Estado diferentes sob a sua égide, o modelo do Estado normal - por isso também é apelidado de paradigma do Estado normal - e, como já referido, o modelo do Estado logístico. Por razões de ordem metodológica, e pela sua especificidade e atualidade, analisaremos o Estado logístico num ponto separado.

Para analisar os modelos estatais que se encontram dentro deste paradigma julgamos pertinente passar em revista os elementos do modelo estatal anterior, o de Estado desenvolvimentista (dentro da lógica desenvolvimentista e cepalina) por concluirmos que foi o modelo que mais marcadamente influenciou o modelo atual de Estado logístico e o pensamento/estratégia da política externa brasileira.

Os factores que deram origem ao modelo de Estado desenvolvimentista podem ser divididos em dois âmbitos: interno e externo. No âmbito externo tiveram influência a queda das importações e exportações (crise económica dos anos 30), a disputa pelo mercado e sistema pelos capitalistas, a divisão do mundo em blocos e a política norte americana de boa vizinhança de Franklin Roosevelt que abandonou as práticas intervencionistas que caracterizavam a ação norte-americana até então<sup>145</sup>.

No plano interno despertavam forças que urgiam modernização. O contexto externo de guerra fria, o rompimento com a diplomacia da agroexportação - modelo em que o interesse nacional era formulado numa visão bi-partida da sociedade brasileira que considerava que esta era constituída apenas pelos grandes proprietários e pelos trabalhadores. Dentro deste modelo podemos compreender que os interesses externos

---

Estados latino-americanos.

<sup>145</sup> A política de boa vizinhança de Roosevelt inseria-se num quadro de irmandade e igualdade entre as nações americanas, uma visão continental das relações entre estes Estados que tinha como princípios guia o pan-americanismo e a criação de uma solidariedade a nível continental. Para um estudo aprofundado conferir: Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil : “ Anos de Incerteza (1930 - 1937) - Política de boa vizinhança ”, pesquisa de 25 de março de 2012 disponível online em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais/BoaVizinhanca>.

do Estado tinham como referência este tipo, muito limitado, de interesse nacional<sup>146</sup>.

Esta diplomacia conferiu ao Estado uma nova funcionalidade e o modelo que surge dentro desta lógica extravasa o âmbito brasileiro. É algo característico da América Latina e que beneficiou de unanimidade quanto à sua aplicação no Brasil como referência principal mas surgiram diferentes vertentes de aplicação do desenvolvimentismo consoante os governos<sup>147</sup>.

O paradigma em si caracterizava-se por: introdução da diplomacia económica nas negociações externas; promoção da indústria para satisfazer as demandas da sociedade; passagem da subserviência à autonomia decisória, para realização de ganhos recíprocos nas relações internacionais; a implementação de projetos de desenvolvimento - a nível nacional - assertivos que tinham como objetivo superar a desigualdade entre as nações e utilizar o nacionalismo económico como instrumento de unificação. Neste paradigma podemos concluir que há a consciência da transição, do desenvolvimento como vector da política externa e uma conduta imbuída de realismo, o que não era o caso anteriormente.

Através desta mudança de lógica consegue-se criar um grande mercado, com mais disponibilidade de capital e competitividade empresarial. Por outro lado o Estado desenvolvimentista apresenta um perfil próprio de inserção nacional, o novo modelo tem como objetivos fundamentais: realizar interesses de uma sociedade complexa; conceber o desenvolvimento como expansão da indústria; otimizar a eficiência da política externa mediante autonomia decisória, consolidar a cooperação a nível externo, mais flexibilidade na política externa e subordinação das políticas de segurança, guerra, paz a fins puramente económicos. Estes objetivos eram trabalhados dentro de uma moldura de concertação/negociação com os vizinhos latino-americanos<sup>148</sup>.

Nos anos 90, com o triunfo do monetarismo sobre o estruturalismo o Estado

---

<sup>146</sup> Vd. CERVO, Amado Luiz, «Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático» Revista Brasileira de Política Internacional. vol.46, nr.2, ISSN 0034-7329, 2003, pp. 5-25. Consulta de 25 de março de 2012. Disponível online <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso)>.

<sup>147</sup> Vários tipos de desenvolvimentismo foram implementados no Brasil, alguns exemplos são: o nacional desenvolvimentismo do segundo governo Vargas, o modelo de desenvolvimentismo alinhado a capitais norte americanos de Kubitschek, ou o desenvolvimentismo alinhado ao interesse nacional de Médici seguindo a mesma lógica de autonomia do desenvolvimentismo de Goulart e que seguiria o de Geisel, entre outros.

<sup>148</sup> Op. Cit CERVO, Amado Luiz.

passa a ser menos funcional, apenas obrigado a prover estabilidade económica. Opera-se uma “redução da funcionalidade do Estado de indutor para expetador de mercado”<sup>149</sup>. No contexto político sul americano os anos 90 foram marcados pela direção de Presidentes apologistas do neoliberalismo – Pinochet (Chile), Menem (Argentina), Fujimori (Perú) e Fernando Henrique Cardoso (FHC- Brasil).

Com esta mudança o papel altamente intervencionista que caracterizava o Estado no paradigma anterior é substituído e este passa a ter uma posição menos vinculada, é o paradigma do Estado normal. A eliminação do Estado empresário junta-se a privatização de investimentos estatais, objetivo de realização de superávit primário, proteção de capital e empreendimento estrangeiros e adaptação das instituições para produzir novo marco regulatório. Sugeriam um choque para reavivar o mercado capitalista como motor para o desenvolvimento e destruíram as ideias de interesse e projeto nacional.

Neste paradigma as determinações externas adquirem grande importância porque também são indutoras de mudança. Há uma submissão ao consenso de Washington e às regras internacionais, o Estado latino americano ingressa na mainstream internacional. Quanto à atividade/pró-atividade da política externa este paradigma foi atrofiante<sup>150</sup>. Caracterizou-se por ser quase um fundamentalismo. Promoveu a privatização de empresas públicas, a “destruição” do património nacional de autonomia e a estagnação da economia brasileira. Em termos benéficos provocou tal choque nos mercados, que por herança desenvolvimentista estavam numa posição muito fechada e conservadora, que gerou uma transformação impulsionando um boom produtivo e modernização a nível interno no Brasil.

Em conclusão, o Estado normal provoca o aprofundamento de dependências estruturais e o paradigma funciona numa lógica de subserviência política pois aniquila as ideias/projetos e interesses nacionais apanágio do paradigma desenvolvimentista. A especulação e alienação geradas pela privatização de empresas tiveram consequência devastadoras a nível económico. Houve um regresso ao setor primário dos mercados, vulnerabilidade e dependência externa aumentaram e muito do que tinha sido

---

<sup>149</sup> Vd. Cervo, Amado Luiz, “Paradigmas da Política Externa: Liberal- Conservador, desenvolvimentista, neoliberal e logístico” in Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros, São Paulo Saraiva, 2ª edição, 4ª tiragem, 2011, ISBN 978850206570.

<sup>150</sup> Idem, Ibidem.

combatido anteriormente para promover o desenvolvimento acabou por se perder. A América Latina, principalmente a Argentina, onde a aplicação deste paradigma foi mais forte, sofreu um retrocesso muito significativo no seu desenvolvimento <sup>151</sup>.

A crise argentina impulsionou a tomada de uma série de medidas, de carácter neoliberal, e que se reproduziram em vários países latino-americanos. Para se reinserir na economia mundial a Argentina procurou enfatizar o investimento estrangeiro; tentou estabelecer uma relação especial com os Estados Unidos na medida em que estes estavam numa posição de poder - tanto a nível económico como político-incontornável; tentou igualmente aprofundar a integração económica e cooperação com o Brasil; criação de uma zona de paz no cone sul – associada á promoção da integração política económica que se dava via Mercosul; desenvolvimento de uma política de prestígio internacional.

O Estado normal apresentou diversas falhas, e o governo FHC 2 apercebeu-se delas, surgindo assim o conceito de “globalização assimétrica”, reconhecendo uma injusta re-distribuição dos lucros da globalização, em oposição à submissão ao consenso de Washington.

Estavam abertas as portas para a entrada em cena do Estado logístico – que durante o mandato de Cardoso tinha sido “introduzido” no plano das expectativas e do hipotético, com projetos imaginados em várias áreas – desde a energia até à indústria aeronáutica- mas não implementados.

Há três grandes motivos para que surja o Estado logístico: em primeiro lugar o falhanço das experiências neoliberais anteriores, comprovando a necessidade de um novo tipo de abordagem visto que a população da América Latina não tinha beneficiado com este tipo de paradigma e a Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL) revelava em relatórios que, em 2003, a pobreza ainda atingia 43% da população latino americana<sup>152</sup>. Em segundo lugar a percepção dos dirigentes latino americanos de que os seus “colegas” do centro não aplicavam no centro os princípios que

---

<sup>151</sup> Cf. CERVO, Amado Luiz, «Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina» in Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 43, nr. 2, pesquisa de março de 2012. Disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292000000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200001&lng=en&nrm=iso).

<sup>152</sup> Vd. CERVO, Amado Luiz, «Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático» Revista Brasileira de Política Internacional. vol.46, nr.2, ISSN 0034-7329, 2003, pp. 5-25. Consulta de 25 de março de 2012 .Disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso).

disseminavam à periferia gerou uma desconfiança dos primeiros em relação ao seguimento de políticas que os segundos não aplicavam. Por último, a forte resistência do pensamento crítico na América Latina fez com que nunca tivesse deixado de haver tensão em relação ao paradigma do Estado normal. Figuras de proa do governo em vários Estados latino americanos, principalmente Brasil e Argentina se insurgiam, com o apoio da comunidade académica, que produziu vasta bibliografia sobre o assunto - no Brasil destacamos que vários membros do Itamaraty e embaixadores de renome, como Ricupero, se incluíam nesta corrente.

Os apologistas do Estado logístico defendiam-no não como retorno ao paradigma do Estado desenvolvimentista mas como um meio termo que era fundamental para o reequilibrar do contexto económico-político que se vivia na América Latina. Associa o liberalismo com o desenvolvimentismo brasileiro e representa o ponto de equilíbrio entre o estruturalismo latino-americano e o capitalismo ocidental.

Podemos afirmar que, entre os dois paradigmas analisados em mais detalhe, o primeiro - desenvolvimentista- é aquele que mais se identifica com a tradição da política brasileira – tanto que as políticas desenvolvimentistas e toda a lógica cooperativa regional e do sul fazem parte tanto do acumulado histórico que guia a política externa como dos pontos mais fortes da agenda internacional atual do Brasil- e é, também, o paradigma que apresenta uma relação mais forte com os perfis de potência emergente e de potência regional, perfis que mais á frente abordamos analisando a pertinência da sua identificação com o perfil do Brasil como potência.

#### 3.2.2.2. O Estado logístico

O Estado logístico associa o liberalismo (a nível externo) e o desenvolvimentismo (a nível interno) brasileiros. Dentro desta lógica o Estado reconquista a sua autonomia decisória e o modelo de inserção implementado é o de inserção autónoma. Faz uma fusão entre a doutrina estruturalista latino americana e as tradições do modelo capitalista<sup>153</sup>.

O ator que passa a fazer parte do elenco principal neste paradigma estatal é a sociedade – setor privado - no qual o Estado vê um aliado para o progresso económico.

---

<sup>153</sup> Cervo, Amado Luiz, “ Paradigmas da Política Externa: Liberal- Conservador , desenvolvimentista, neoliberal e logístico” in Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros, São Paulo Saraiva, 2ª edição, 4ª tiragem , 2011, ISBN 978850206570.

O Estado, que no paradigma desenvolvimentista respondia pela “responsabilidade empresária”, conta agora com a sociedade como parceiro, a quem transfere esta responsabilidade – sem, no entanto, marginalizar completamente o seu papel nesta área. Este modelo segue o exemplo das nações mais avançadas. A política exterior busca a defesa dos interesses nacionais dos diversos setores: agricultura, empresarial, dos operários e consumidores. Do ponto de vista do líder do Estado logístico é preciso reequilibrar o sistema de interdependência global para conseguir uma verdadeira interdependência em vez da dependência estrutural atualmente existente.

Quanto às relações internacionais são vistas como fluxo bloqueado por uma série de obstáculos que devem ser removidos: no âmbito da dependência tecnológica e financeira, que deve acabar através da procura de respostas a nível doméstico, impulsionando o desenvolvimento tecnológico e inovação o que permite, simultaneamente, diminuir a vulnerabilidade externa.

O cavalo de batalha deste modelo é o fortalecimento do núcleo económico a nível interno para que este permita uma internacionalização da economia. Graças aos avanços que resultaram da aplicação do paradigma desenvolvimentista três das condições mais importantes para que o Estado logístico obtenha a internacionalização económica com sucesso já existem: grande mercado, disponibilidade de capital e competitividade empresarial. Embora apenas alguns setores de atividade reúnam estes três parâmetros o objetivo é tornar esta internacionalização possível a todos os setores da economia.

O Estado pode investir na economia que se abre sob o seu domínio, aumenta programas sociais mas o seu principal papel é de assistência à remoção de barreiras e obstáculos no caminho dos investimentos públicos ou privados. Na sua ação protege, a nível nacional, tecnologia e capitais. Defende empresas e estimula consolidação interna e expansão global da economia. Os impactos positivos também se sentem a nível do emprego - que tem tendência a aumentar através do maior investimento, empreendimentos e crescimento económico. O nível de salário dos trabalhadores não é esquecido, e ao atingir estas metas o Estado logístico amplia o bem-estar do consumidor.

Tem ainda outros objetivos: superar as assimetrias existentes entre as nações para que as menos desenvolvidas atinjam o nível dos países mais avançados, jogo mimético com as estratégias elaboradas pelas nações mais avançadas, redução das



dependências tecnológicas, e impulso de outras iniciativas (reduzindo a vulnerabilidade externa). O objetivo principal é sempre consolidar a estrutura económica nacional para fomentar o desenvolvimento económico<sup>154</sup>.

Em termos ideológicos este modelo parece-nos claramente mais realista que os anteriores. Constrói ele mesmo os meios para a projeção de poder e faz valer as vantagens comparativas em vez das naturais (lógica bem mais competitiva e inserida no fenómeno da globalização), criando as oportunidades de que precisa com ênfase no apoio às iniciativas privadas robustecendo a posição internacional do Brasil.

Segundo Cervo, numa análise da Era Cardoso, do Estado logístico (desde a década de 90) e seus elementos característicos, este paradigma de Estado resulta no fortalecimento do núcleo nacional transferindo à sociedade as responsabilidades empreendedoras e apoiando-a a operar no exterior para equilibrar benefícios, interdependências e inserção num mundo globalizado<sup>155</sup>.

As relações económicas internacionais são vistas como peçadas de entulhos operacionais. As dependências tecnológicas e financeiras deviam ser reduzidas com promoção simultânea da inovação como ferramenta para deixar a condição de pedinte internacional. Desse modo limitava-se a vulnerabilidade externa.

Seguindo esta lógica analítica a ação do Estado logístico no Brasil pode verificar-se em várias tomadas de posição/intervenções: o Brasil controla o processo de privatização para evitar o risco de consumir a destruição do património nacional; criação de algumas empresas em actividades onde a competitividade sistémica era possível (como a mineração, siderurgia, aeronáutica, espacial); a concertação do grau de abertura do mercado e das opções com os blocos económicos são feitas com os trabalhadores e empresários (nas respetivas associações).

O paradigma recuperou estratégias de desenvolvimento e conferiu á política externa características assertivas: reforço da capacidade empresarial do país; aplicação da ciência e da tecnologia assimiladas; abertura dos mercados do norte em contrapartida ao nacional; aparecimento de mecanismos de proteção aos capitais

---

<sup>154</sup> MEZA-BERNAL, Raúl, «International Thought in the Lula Era» in Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 53, 2010, pp. 193-213.

<sup>155</sup> CERVO, Amado Luis, «Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso» in Revista Brasileira de Política Internacional vol. 45, nr. 1, 2002, pp. 5-35, pesquisa de 7 de dezembro de 2011, disponível online em <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a01v45n1.pdf>.

especulativos e recuperação de uma política de defesa nacional. Neste paradigma o Estado constrói os seus meios de poder e utiliza-os para tirar partido das vantagens comparativas no território do intangível: a ciência, a tecnologia, a capacidade empresarial, entre outras; nessa construção, projetam a internacionalização<sup>156</sup>.

### 3.2.3. A actuação do Brasil na sociedade internacional

O Brasil na sociedade internacional assume-se como um líder e representante, não só da sua região mas do Sul e conduz-se de acordo com esta posição. Das características que se evidenciam na acção do Brasil no palco internacional a cordialidade nas suas relações e a cooperação são os dois fatores mais vinculados da sua conduta.

Tradicionalmente a política externa apresenta duas linhas de pensamento que servem de referência para a atuação do Brasil na sociedade internacional: a enfatização das relações com os Estados Unidos da América e Brasil país em desenvolvimento.

Segundo Fletes o Brasil, na sua posição de potência média - defende que o Brasil não tem recursos suficientes para ser uma grande potência qualquer que seja a nova ordem global vigente - apresenta certas tendências na sua atuação a nível internacional. Os pontos a que se refere indicam que o Brasil aposta em estratégias de soft balancing, consideradas pelo autor como as mais promissoras para impactar na hierarquia internacional dos Estados e restringir o poder das grandes potências atualmente estabelecidas. Considera que a actuação do Brasil na sociedade internacional se pauta por a) procura de soluções multilaterais para problemas internacionais; b) tendência para adotar posições de compromisso em disputas internacionais; c) adoção de noções de “boa cidadania internacional” para guiar a diplomacia.

A ordem das grandes potências é teoria reforçada pela atual supremacia de poderes estabelecidos que lutam para manter posições não só entre pares mas pelos poderes que vão surgindo como potenciais competidores no sistema internacional. Há fortes elementos de uma ordem de potências intermediárias, como o Brasil, em

---

<sup>156</sup> CERVO, Amado Luiz, “ Paradigmas da Política Externa: Liberal- Conservador , desenvolvimentista, neoliberal e logístico” in Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros, São Paulo Saraiva, 2ª edição, 4ª tiragem , ISBN 978850206570, 2011.

ascensão.

É no impacto produzido nas instituições globais que está o futuro do exercício de poder pelas potências. Este reflete-se na ordem internacional, estruturada cada vez mais no multilateralismo de relações e crescente institucionalização das mesmas. Dentro desta nova lógica o autor destaca que o Brasil desempenha um papel-chave numa multiplicidade de instituições globais e que, para a realização desse objectivo, a diplomacia brasileira é activa e inovadora no desenvolvimento de novos processos cooperativos (por exemplo, o fórum IBAS). Implementa uma estratégia de “latente multi-institucionalização”, fazendo parte de várias instituições com baixo nível de institucionalização – forte apego á soberania por parte do Brasil que também procura manter máximo de flexibilidade e autonomia disponíveis aos formuladores de política externa<sup>157</sup>.

Esta é uma abordagem de soft balancing da qual o Brasil começa a colher frutos. É visto, de antemão, como um dos poderes mais mediatizados, referência tanto a nível das relações multilaterais como das tomadas de posição nos fóruns internacionais. Consequentemente a mídia espera que despolete diversas reacções de “bandwagoning” por parte de outros Estados.

O soft balancing permite alargar o espaço de manobra dos Estados mais fragilizados e/ou emergentes frente aos mais fortes, preconiza o reforço dos laços económicos entre as potências emergentes em vários setores. Apresenta três pré-condições para ser posto em prática: a posição da potência hegemónica e comportamento militar do hegemon causam crescente preocupação sem representar, ainda, séria ameaça aos poderes secundários; o Estado dominante é uma importante fonte de bens públicos na área da economia, segurança, bens insubstituíveis. O Estado não pode retaliar porque esforços de equilíbrio envidados não são evidentes ou não desafiam a sua posição de poder por meios militares. A formação de alianças institucionais é a materialização por excelência do soft balancing permitindo o buffering do poder dos Estados mais relevantes<sup>158</sup>.

Para o autor as formas institucionalizadas de poder serão, num futuro próximo, o meio para as grandes potências moldarem a ordem internacional. Põe-se em prática,

---

<sup>157</sup> Vd. FLEMES, Daniel, «A visão da Futura ordem Global» in Contexto Internacional, vol. 32, nr. 2, julho/dezembro de 2010.

<sup>158</sup> Neste contexto deve ler-se como “contenção”.

também, o binding, que compreende a assinatura de acordos institucionais visando coibir os Estados mais fortes e a diplomacia abrangente – uso de regras e procedimentos das instituições internacionais para influenciar as políticas externas dos Estados. Por fim, o reforço da coesão económica que é conseguido através de blocos comerciais e cooperação em outros setores para transformar os fluxos económicos pois por um lado proporcionam crescimento aos membros do sistema económico atual e, por outro, o afastamento dos não membros - como instrumentos de soft balancing.

O exemplo dado pelo mesmo autor é o dos BRIC. Os BRIC são exemplo da demanda pela representação e voz nas instituições financeiras internacionais. Acordaram em propôr abordagens construtivas com base no princípio de resposta partilhada mas diferenciada. O volume de comércio entre os BRIC tem aumentado nos últimos anos e o investimento intra-BRIC também. As suas economias ainda dependem dos ciclos económicos dos países industrializados. Os países que compõem o grupo, ao manter o alto grau de soberania e independência em conjunto com uma participação significativa na ordem mundial asseguram-se que podem influir substancialmente no resultado de políticas futuras.

Há uma série de fatores internos/externos de crescimento que podem ser identificados em relação aos BRIC e, embora os problemas de crescimento económico sejam de natureza doméstica e da volatilidade do seu mercado, o Brasil falha em vários: a energia a baixo custo e abundante, uma mão-de-obra barata e qualificada, infra-estruturas em termos de transporte e comunicação que estejam ao nível do esperado pelos potenciais investidores, um mercado de capitais funcional, líquido e com custos que possam ser suportados bem como um aparelho legislativo eficiente e ferramentas céleres na solução de disputas, com regulamentos sólidos e claros com o mínimo de intromissões.

Como referido o Brasil é insuficiente – ou mesmo desprovido - de vários destes elementos estruturantes para o crescimento que fazem parte da generalidade de fatores de crescimento dos BRIC. Salienta-se a tributação excessiva e intervenção exacerbada do Estado, em termos fiscais e burocráticos, na vida dos agentes económicos privados.

Para Almeida, aparece como “small player” no cenário económico e estratégico internacional, em vista da sua modesta capacidade de influenciar decisivamente qualquer processo ou evento dotado de impacto mundial. A questão é se quer integrar a

equipa de grandes players dado os custos associados<sup>159</sup>. Na nossa opinião, seguindo esta mesma lógica o Brasil tem o poder mais relevante de todos em termos de hierarquia de potências, tem o poder de escolher que tipo de potência vai ser, bastando para tanto modificar a sua conduta consoante o que desejar para si.

A nível da economia internacional procura-se a inserção brasileira na assumindo uma postura neo-estruturalista. Sem reformar o sistema internacional mas procurando a adaptação deste á realidade existente, onde novos poderes económicos e políticos surgiram. Neste quadro devemos salientar a criação de mecanismos de integração regionais (Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana [IIRSA], Comunidade Sul-americana de Nações [CASA], Mercosul) e estratégias, como a de substituição de importações, que reforça o tecido industrial nacional e que os países em desenvolvimento implantaram no pós-crash bolsista (1929). Referimos este aspecto porque parece-nos fazer prova da acção do Brasil a nível económico internacional pelo reforço dos fluxos económicos a nível regional. Pode-se, também, ligar esta estratégia com o multilateralismo patente nas políticas de inserção brasileiras na sociedade internacional, esforço das parcerias Sul-Sul, e nos vários tipos de diplomacia que exerce.

Quanto ao multilateralismo na sua atuação na sociedade internacional é verificável na participação – e impulso- brasileiros nos fóruns multilaterais (tanto a nível internacional como regional) na pressão dentro do quadro de entidades multilaterais pelos seus objectivos – G20, G4, IBAS, BRICs, Mercosul (exemplos são: procura lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, defesa da reforma do sistema económico internacional em vigor, através dos G20)<sup>160</sup>. O impulso á formação de grupos e espaços de diálogo, ação na sociedade internacional de acordo com a estratégia de soft balancing, pois é através da sua ação nestas instituições que pretende alterar a ordem e concretizar os seus interesses.

A inserção brasileira na Sociedade internacional também seguiu a lógica do nacionalismo de fins. O nacionalismo brasileiro não é expansionista mas integracionista (na esfera doméstica). O Brasil segue um nacionalismo de fins (na tradicional aceção do termo nacionalismo) pois é um veículo integrador com a meta de promover o

---

<sup>159</sup> Cf. De Almeida, Roberto Paulo, “A Ordem Política e económica do início do século XXI” in Relações Internacionais e Política Externa do Brasil : a diplomacia brasileira no contexto da globalização, Rio de Janeiro, LTC ,2012, pp. 171- 200.

<sup>160</sup> Para mais informações quanto ao G20, pesquisa de 25 de maio de 2012, vd. site oficial: <http://www.g20.org/index.php/en/g20>.

desenvolvimento.

As ações diplomáticas brasileiras pautam-se por dois eixos principais: cultivar espaço de autonomia (soluções brasileiras para problemas brasileiros) e a identificação dos recursos externos que podem ser mobilizados para ultrapassar o desafio interno do desenvolvimento. Até dezembro de 1980 estes eixos traduziram-se na tentativa de integração controlada na economia mundial e esforço de construção de espaço autónomo através do distanciamento- nas medidas possíveis-dos grandes pólos de poder do eixo assimétrico das interações internacionais do Brasil. A autonomia também foi procurada pela aproximação a outros pólos de poder como os africanos e asiáticos, por exemplo.

O pragmatismo responsável de Geisel promoveu a universalização das interações diplomáticas – política africana, aproximação mundo árabe - o acordo nuclear com Alemanha em 1975 foi um dos primeiros passos na direção da busca de autonomia através da diversificação de relações, á época centralizadas na esfera norte-americana. O grande objetivo era desenvolver-se para emancipar-se. Esta diversificação de relações assume-se especialmente marcada no âmbito do reforço das relações cooperativas Sul-Sul, que vamos agora analisar<sup>161</sup>.

#### 3.2.4. Os aliados do Brasil na ascensão ao poder : A nova Cooperação Sul-Sul

O caminho para uma posição de poder, na ordem internacional multipolar e multilateral como a que existe atualmente não pode ser solitário. A cooperação entre Estados é parte estruturante do exercício de poder na medida em que lhes confere legitimidade e força, servindo também como plataforma para agir a nível internacional.

Neste sentido vamos destacar três âmbitos cooperativos especialmente importantes para o Brasil. Todos eles estão dentro de uma lógica de sinergias positivas Sul-Sul que são características das estruturas nas quais o Brasil se apoia a nível internacional. São elas o Mercosul o IBAS e o G20. Além de exemplos de cooperação Sul-Sul estas estruturas também são ligas anti-hegemónicas inclusivas dos países emergentes.

O Mercosul, como processo de integração regional, reforça a cooperação do

---

<sup>161</sup> Cf. Lafer, Celso, "A Busca do desenvolvimento do espaço nacional: o nacionalismo de fins e a diplomacia de inserção controlada no mundo" in A Identidade Internacional do Brasil – a política externa Brasileira, São Paulo, Perspectiva, 2009.

Brasil com os seus vizinhos. Visava a criação de um mercado comum através da integração dos mercados da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai<sup>162</sup>. Poderíamos abordar a importância desta plataforma na possível definição do Brasil como potência regional mas o mais relevante neste ponto é analisar o Mercosul como um bloco regional criado - em 1991 pelo Tratado de Assunção- por razões económicas numa lógica integracionista mas que é a expressão máxima de um paradigma do Sul - o desenvolvimentismo - em forma institucionalizada.

Serve como uma plataforma para que os Estados parte consigam negociar acordos com outras instituições e blocos regionais, beneficiando as partes que fazem parte desse todo e fortalecendo as suas economias e sinergias cooperativas<sup>163</sup>. O Mercosul é um processo essencialmente virado para o exterior e é visto como ferramenta para participação num sistema económico mais amplo e não tanto como um fim em si mesmo<sup>164</sup>. No caso do Brasil a formação do Mercosul foi uma forte manifestação externa do rompimento com a crença de que haveria espaço para uma relação especial com os Estados Unidos - a nível político e económico- numa virada definitiva para Sul, e , neste caso, para a sua vizinhança. Afirma a sua autonomia em relação ao “Norte” e reforça uma imagem externa do Cone Sul. Vários resultados positivos da pertença ao Mercosul que impulsionam a ascensão do Brasil podem ser mencionados: fortalecimento das trocas entre as duas economias regionais mais relevantes (Brasil e Argentina); criação de uma zona de paz no cone sul; comércio intrazonal aumentou- aumento de riqueza - legislação em vários âmbitos diversificou-se; o bloco consolidou a sua posição como negociador; o processo alavancou a ideia de América do Sul (conceito utilizado frequentemente pelo Brasil de modo a reforçar o conteúdo).

Por outro lado enfrenta vários desafios: baixo nível de institucionalização dado o cariz soberanista dos seus membros, não criou agências que pudessem fomentar lealdades, as assimetrias de poder nos Estados parte, o universalismo e autonomia

---

<sup>162</sup> Cf. Tratado de Assunção, versão espanhola, pesquisa de 14 de abril de 2012, disponível em: [http://www.mercosur.int/innovaportal/file/719/1/CMC\\_1991\\_TRATADO\\_ES\\_Asuncion.pdf](http://www.mercosur.int/innovaportal/file/719/1/CMC_1991_TRATADO_ES_Asuncion.pdf). Após a sua formação seis estados se associaram ao Mercosul e tem estatuto de Estado Associado: Bolívia - Chile - Colômbia - Ecuador - Perú – Venezuela.

<sup>163</sup> Cf. Cervo, Amado Luiz, “O Brasil e a formação dos blocos” in *Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros*, São Paulo Saraiva, 2ª edição, 4ª tiragem, ISBN 978850206570, 2011.

<sup>164</sup> Cf. VIGEVANI et al, “O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites» in *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 57, nr. 1, 2008, pp 5-27.

brasileiros contribuíram para que o processo, que deveria ter evoluído para outros estágios mais profundos de integração, continue uma união aduaneira. Embora se enquadre no âmbito regional continua a ser um exemplo relevante da cooperação Sul-Sul. No caso do Brasil os desafios à sua concretização encontram eco nas relações com a maioria dos blocos/grupos em que se insere<sup>165</sup>. Alguns autores advogam a criação de um parlamento para o Mercosul. Através dele o aumento da participação das elites políticas, o maior nível de institucionalização e menor déficit democrático na instituição representariam uma ajuda preciosa ao seu desenvolvimento<sup>166</sup>.

Por outro lado o IBAS, estabelecido em 2003 é um fórum de diálogo que agrupa três grandes mercados com potencial para se tornarem grandes economias. É um mecanismo de coordenação que consagra a vontade destes três Estados em fazer ouvir a sua voz a nível internacional para a atualização da arquitetura das relações internacionais. Assenta em três pilares: concertação política, cooperação sectorial e o fundo IBAS. Em termos práticos, e respetivamente, os processos em cada pilar são: as declarações sobre temas da agenda global; 16 grupos de trabalho, por tema, que procuram explorar possibilidades de cooperação concreta com uma componente paralela que fomenta iniciativas da sociedade civil aumentando as sinergias existentes; quanto ao último pilar, o fundo foi criado em setembro de 2003, tem como meta dar apoio financeiro a projetos que sejam por um lado sustentáveis e, por outro, que se possam reproduzir.

É uma coordenação estreita entre os seus membros aliada a reuniões a vários níveis- Chefes de Estado, Chancelarias, e pontos focais, que alimentam o progresso do fórum e são a sua forma mais institucionalizada<sup>167</sup>.

O G20 é um grupo formado por grandes economias, sejam elas emergentes ou já consolidadas. O Brasil teve um papel importante na consolidação do seu trabalho pois dá prioridade ao espaço de diálogo do G20 como espaço por excelência para discussão das grandes questões económicas internacionais. Criado em 1999, no rescaldo da crise económica que se tinha vivido, adquiriu recentemente maior importância dada a nova

---

<sup>165</sup> Idem, ibidem.

<sup>166</sup> Vd. MALAMUD, Andrés e CASTRO, Pablo, «Are regional blocs leading from Nation States to Global Governance? - a skeptical view from Latin America» in Iberoamerican Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies Vol XXXVII, nr. I 2007, pp. 111-113.

<sup>167</sup> Cfr. Site do Itamaraty, pesquisa de 22 de março de 2012: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/forum-ibas>.



crise, desta feita económica e financeira, que ameaça a estabilidade dos mercados mundiais <sup>168</sup>. Com o tempo tem-se revelado um grupo de pressão muito relevante a nível mundial, consegue influenciar decisões de alcance mundial e a agenda internacional. É um dos grupos que mais reflete as mudanças na ordem de poderes pois é aquele que junta grandes economias do Norte e do Sul e prova que para endereçar eficazmente as questões económicas internacionais da atualidade ambos os grupos tem de ter voz.

As três entidades que referimos são muito diferentes, mas podemos concluir que qualquer uma delas reúne o que consideramos ser as características fundamentais na cooperação Sul-Sul brasileira: o diálogo é o meio preferido para a concertação de sinergias, o nível de institucionalização (logo de compromisso e custos) é baixo, encaixando na lógica pragmática e assertiva do Brasil, é uma cooperação a vários níveis mas com uma tônica na área económica (na senda do tradicional desenvolvimentismo brasileiro), são fóruns que podem exercer pressão a um nível que vai para além da sua esfera interna. Quer isto dizer que podem funcionar como verdadeiras plataformas para que o Brasil consiga - através da sua perspicaz diplomacia- utilizar estes espaços e o peso que adquirem como conjunto de modo a vender as suas ideias e projetá-las a nível superior, ascendendo cada vez mais na escala de poderes.

A diplomacia Sul-Sul é uma realidade com uma estrutura e estratégias próprias, que o Brasil traduziu numa escolha de parceiros “estratégicos”. Escolha que se verifica quando assume uma postura de Estado protagonista entre os Estados em desenvolvimento e uma postura ofensiva multilateralmente. Neste quadro a política externa adquire uma importância fundamental para a política interna, na medida em que a diplomacia Sul-Sul impulsionou o debate a nível nacional como nunca visto <sup>169</sup>.

Há outros grupos a que o Brasil pertence (G4, BRICs) e embora não tenhamos espaço para abordá-los neste capítulo convém salientar que a lógica de fazer parte destas entidades é a mesma que guia o Brasil nas supra-citadas. Referimo-nos ao reforço da sua posição mundial e uma maior projeção e defesa dos seus interesses a nível internacional <sup>170</sup>.

---

<sup>168</sup> Idem, <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/forum-ibas>.

<sup>169</sup> Vd. De Almeida, Roberto Paulo, “Brazil as a regional Player and an emerging Global Power”, Friedrich Ebertstiftung-Briefing Paper 8- julho 2007.

<sup>170</sup> Cfr. ARMIJO, Elliott Leslie e SOTERO, Paulo, «Brazil, to be or not to be a BRIC?» in Asia Perspective, vol.

A nova cooperação Sul-Sul garante o fortalecimento da posição das novas potências entre os emergentes bem como a produção de soluções ecuménicas. Os problemas que anteriormente eram domésticos- em termos de segurança, bem-estar, económicos e financeiros, passaram a ser do foro exterior (regional ou internacional) dado o fenómeno da globalização. É por isso que é fundamental incluir nas soluções o ponto de vista destes poderes. Ao representar a região Sul americana e vários países do Sul o poder que estes depositam no Brasil para agir como representante dos seus interesses (mesmo que tacitamente) consolida a posição brasileira a nível internacional. Este é um dos campos em que, segundo Flandes, potências como o Brasil são chave<sup>171</sup>.

Por outro lado a cooperação Sul-Sul está intimamente relacionada com o multilateralismo brasileiro. É uma relação especial e construtora deste tipo de cooperação que por isso deve ser identificada e explicada. A análise que seguimos é elaborada dentro das quatro fases pelas quais passou o multilateralismo brasileiro desde o fim da Guerra Fria, e que tem sido a linha prioritária que guia a ação externa do Brasil.

Cada dirigente adaptou um pouco o multilateralismo ao seu programa, aos interesses do momento, mas ele nunca deixou de vigorar bem como o objetivo da ordenação do Sistema Internacional, que lhe está subjacente. O posicionamento do Brasil nesta questão é o de um grande poder, de potência líder dos companheiros do Sul e que quer destacar-se entre os pares e entre as potências estabelecidas.

No primeiro momento do pós-guerra a diplomacia brasileira é muito activa na criação da nova ordem internacional (General Agreement for Trades and Tariffs [GATT], FMI, Banco Mundial [BM], ONU, entre outros) e adere às teses norte-americanas. O objetivo do Brasil ao contribuir para o sistema multilateral prende-se com os benefícios de ser parte na criação de instituições, na regulação da ordem internacional e para garantir que tanto negócios, como a paz, sejam previsíveis.

Desiludido com os poucos contributos do sistema para o desenvolvimento (década de 50, segunda fase multilateralismo brasileiro) – interesse fundamental

---

31, nr. 4, 2007, pesquisa de 29 de outubro de 2011, disponível online em: <http://www.asianperspective.org/articles/v31n4-b.pdf>.

<sup>171</sup> Cf. FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança?. Rev. bras. polít. int. 2010, vol.53, n.1, pp. 141-156. Para consulta em linha em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292010000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100008&lng=en&nrm=iso). ISSN 0034-7329, <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292010000100008>, pesquisa de 2 de fevereiro de 2012.

brasileiro - muda a sua atitude mas mantém o multilateralismo, é a fase em que tenta criar : “correntes anti-hegemónicas”. No panorama global surgia o movimento dos não-alinhados, que pode ser visto como o primeiro grande aglomerado de países do Sul que surge na lógica da terceira via, deixando antever a insatisfação que dura até aos dias de hoje quanto á limitação de alternativas pelos grandes poderes – na altura mundo bipolar- e a vontade destes Estados de assumir uma posição própria e o seu lugar a nível internacional.

Esta onda de afirmação, anos 60-80, está impregnada pelas ideias desenvolvimentistas e esforços para mudar a ordem internacional, terceira fase do multilateralismo brasileiro. Desconfiado do sistema do GATT, com ganhos residuais se comparados aos conceitos formulados coletivamente na ONU começa a ver o multilateralismo como hipócrita e emerge a ideia da cooperação Sul-Sul. O Brasil, neste aspeto, prefere a via bilateral como método de conduta para reforço da cooperação com os emergentes.

Realiza, na década de 90, que o mais eficaz é adotar uma estratégia de ação através do interior ao integrar o multilateralismo brasileiro á ação das estruturas hegemónicas. Deste modo quer colocar em pé de igualdade países emergentes e avançados na discussão da estruturação da ordem internacional. A partir de 1995 é com muito ênfase que tenta construir uma nova ordem.

A quarta fase do multilateralismo brasileiro, pautada pela tentativa de estabelecer reciprocidade entre emergentes e potências continua até aos dias de hoje. Caracteriza-se pela atuação no sistema internacional em vez da tentativa de reformar o sistema.

Com Lula a cooperação Sul-Sul evidencia-se. Este defende a penetração nas estruturas internacionais, não havendo melhor forma que o multilateralismo via cooperação Sul-Sul (vista como meio) para atingir o fim que é um mundo multipolar liberto das estruturas/ordem de poder existente, consideradas arcaicas e distantes da realidade. Procura o estabelecimento de uma ordem internacional multilateral de alcance global<sup>172</sup>.

---

<sup>172</sup> Cf. Cervo, Amado Luiz, “Brasil diante da ONU e da OMC , das conferências Internacionais, de outros órgãos multilaterais globais e do sistema interamericano” in *Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros*, Capítulo 4 “ São Paulo Saraiva, 2ª edição, 4ª tiragem, ISBN 978850206570, 2011.

### 3.2.5 Desafios do Brasil para a sua concretização plena como potência

Os desafios que o Brasil enfrenta no caminho para a sua realização como potência são diversos: desde problemas do foro doméstico – sociais, culturais, políticos, económicos – a contextos exteriores menos favoráveis que não podem ser controlados: jogos políticos entre as grandes potências, vulnerabilidade dos produtos brasileiros á volatilidade dos mercados internacionais, ainda não estar incluído em nenhum 'diretório' de poder internacional a nível decisório e a dificuldade na colocação de brasileiros em posições-chave do sistema internacional nas principais organizações internacionais.

Para uma melhor análise seguimos o estudo de Maria Regina Soares de Lima sobre as aspirações brasileiras, analisando os pontos assinalados pela autora como sinais dessa aspiração na vertente de desafio á realização como potência que podem assumir.<sup>173</sup> A política externa brasileira e as suas características específicas estão diretamente ligadas á posição que o país assume na ordem internacional. Logo os desafios encontram-se, em parte, na formulação e execução da política externa brasileira, pois esse é o principal instrumento de ação externa estatal e que se reflete no posicionamento brasileiro na hierarquia das potências.

A política externa brasileira tem sido estável, fator que se explica, segundo a autora, pela natureza estrutural, papel desempenhado como instrumento importante do projeto de desenvolvimento do país que inclui uma componente institucional muito relevante. A nível psicológico as elites brasileiras – governantes ou não- acreditam no destino do Brasil como potência, defendendo que o país está destinado a ter um papel significativo na esfera internacional e que deve ser reconhecido pelas principais potências. Maria Regina Soares de Lima cita Araújo Castro: “A política internacional do Brasil tem como objetivo primordial a neutralização de todos os fatores externos que possam contribuir para limitar o seu poder nacional” mesmo o nacionalismo é visto como: “grande vontade de participação internacional ”<sup>174</sup>.

Nos fóruns multilaterais o Brasil reforça a sua presença como meio para

---

<sup>173</sup> DE LIMA, Maria Regina Soares, «Aspiração Internacional e Política Externa» in Revista Brasileira de Comércio Exterior nr. 82, 2005, pp. 5-19, pesquisa de 2 de fevereiro de 2011, disponível online em [http://www.labmundo.org/disciplinas/LIMA\\_aspira%C3%A7%C3%A3o\\_internacional\\_pol%C3%ADtica\\_e\\_xterna.pdf](http://www.labmundo.org/disciplinas/LIMA_aspira%C3%A7%C3%A3o_internacional_pol%C3%ADtica_e_xterna.pdf).

<sup>174</sup>Cf. idem, APUD Araújo de Castro, Organização e notas de Rodrigo Amado, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, pp. 212.

evidenciar a sua posição de poder, procurando o reconhecimento das grandes potências e o direito de participação em pé de igualdade com as mesmas nos processos decisórios internacionais. É ativo tanto quanto aos tópicos em destaque na agenda internacional como quanto aos que lidam com situações menos complexas mas que lhe interessam diretamente – desde assuntos regionais da América do Sul a discussões relacionadas com commodities.

Por outro lado a diplomacia brasileira, situando-se entre o princípio de uma ordem igualitária e o pragmatismo, é pendular oscilando ora mais para uma ora mais para outra posição. Embora a flexibilidade desta escolha na forma da condução da política externa brasileira seja vantajosa pela maior margem de manobra que proporciona pode tornar-se um desafio na medida em que arrisca perder assertividade, fator fundamental para o reconhecimento e solidez de uma posição na hierarquia internacional de poderes.

O Brasil exerceu, na actualidade, o papel de mediador em vários momentos de tensão internacionais. Cada vez mais tem sido chamado a tomar esta posição conciliadora, o que reflete não só a influência internacional crescente mas uma vantagem e exercício de soft power que se reflecte de imediato no reforço do seu papel como potência. Também a nível regional tem desempenhado esse papel de mediador, tanto mais que a assunção do Brasil como coordenador/referência dos países vizinhos é óbvia e o natural é que seja assumida com toda a propriedade uma posição conciliadora quando surjam tensões que o requeiram.

Este papel é, ao mesmo tempo, uma vantagem e uma desvantagem na concretização do Brasil como potência. Embora na generalidade um papel mediador represente o reconhecimento da superior capacidade diplomática de um país e do poder que este pode exercer ao mediar conflitos o Brasil arrisca-se a ser arrastado para contextos atribulados e, ou, a ser associado com determinadas posições - perdendo a neutralidade e pragmatismo que lhe são característicos - e passar a ter contra si os Estados que não concordem com a condução/posição brasileira nas negociações. Outro dos desafios que o Brasil enfrenta é a procura de um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Tem-se batido pelo seu reconhecimento como grande player internacional. Esta luta é transversal a vários governos, provando que não é uma tendência recente mas sim

que a procura de consagração dessa posição se tem mantido. Procura uma posição que a classe política quer assumir. A participação no G4 e várias referências em discursos internacionais quanto á necessidade de reformar o sistema de governança global fazem parte deste cavalo de batalha brasileiro que continua a ser um dos maiores desafios á sua consagração como potência.

A autora faz uma análise da aspiração brasileira ao papel de grande potência dentro de três modelos possíveis de projeção internacional de poder que as médias potências podem adotar com o fim de influenciar a política internacional e que se distinguem pelo tipo de relação com os grandes poderes, já os analisámos no ponto 3.2, mas vamos referir sucintamente as suas características principais: O modelo inglês é o de relação especial com os EUA e foi o mais verificado na condução da política externa brasileira, deixou dois legados relevantes: sentido pragmático das relações com os EUA, relações com vizinhos, principalmente Argentina, pautadas pelo ênfase na cooperação com semelhantes e na lógica da relação especial com os EUA. O modelo francês é um modelo de autonomia, que pressupunha buscar uma diversificação das relações diplomáticas brasileiras e um forte interesse nas relações regionais prósperas e pacíficas para contrabalançar o poder dos grandes poderes. Este modelo foi aplicado mais ou menos linearmente, dependendo do governo a que nos referirmos. Quanto ao último modelo, o alemão, é um modelo pouco relevante na condução da política externa brasileira devido ao legado colonial e diferenças culturais e políticas da América Latina, pois este modelo é regionalista - baseia-se na fortificação das relações regionais para a condução da política externa - e não se aplicou ao Brasil. Concluimos, portanto, que a condução da política externa brasileira, desde a República velha, oscilou entre o modelo inglês e/ou o modelo francês.

Mas o Brasil enfrenta ainda desafios a um outro nível: internamente há muito a ser feito. Os problemas existentes são graves e repercutem-se de maneira muito negativa a nível exterior, bloqueando a ascensão brasileira a um estatuto pleno de potência. No último relatório do PNUD (2011) o Brasil figura, no índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 84 º lugar no ranking mundial com a diferença, positiva, de apenas uma posição relação ao último relatório(2010). Estes dados são muito relevantes pois o IDH é medido tendo em conta não só o PIB per capita mas a longevidade e a educação. Reúne três indicadores que se completam e se aproximam

mais da realidade como um todo do que se se tomasse apenas em conta um indicador puramente económico como o PIB<sup>175</sup>.

O Brasil, segundo Paulo Evaristo Arns, enfrenta graves problemas sociais: os “excluídos” são uma realidade e as desigualdades sociais um grande desafio que é difícil superar quando a tendência no Brasil é de planear ao invés de executar. Aconselha a criação de espaços públicos para fomentar o debate, defende a politização e democratização das relações económicas do Brasil<sup>176</sup>.

Por seu lado Washington Novais menciona que as escolhas atuais do Brasil em termos de mão-de-obra barata, e, por exemplo, da falta de uma estratégia assertiva para a região da floresta amazónica, vão ter sérios custos no futuro, tanto a nível ambiental como financeiro. Os fatores sociais são, sem dúvida, obstáculos na evolução do Brasil como potência, seja pelas desigualdades sociais, pela falta de qualificação da mão-de-obra ou pelo nível de instrução que continua abaixo dos níveis desejados. Este último ponto, a falta de formação, é apontado por alguns autores como um dos principais entraves ao desenvolvimento do Brasil<sup>177</sup>. Todos estes fatores têm consequências diretas nas comunidades, população, economia brasileira. As políticas sociais que os últimos governos têm levado a cabo ajudam mas não chegam. É considerado como o segundo país mais desigual das economias emergentes representadas no G20, com cerca de 16,2 milhões de Brasileiros (ou 6.3% do total da população) vivendo em condições de pobreza extrema, dados obtidos a partir dos últimos censos realizados, em 2010<sup>178</sup>. O governo, por seu lado, tem vindo a tornar-se uma despesa cada vez mais pesada no orçamento brasileiro.

Alguns dos programas contra a pobreza que podemos citar são o Bolsa Família e o Fome Zero, medidas sociais que têm tentado tirar população da pobreza e surtem

---

<sup>175</sup> Para mais informações consultar o site do PNUD, pesquisa de 3 de abril de 2012: <http://www.pnud.org.br/idh/> ou o relatório do PNUD 2011 disponível online em: [http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/HDR\\_2011\\_PT.pdf](http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/HDR_2011_PT.pdf).

<sup>176</sup> Cf. Da Silva, Carvalho Alberto et al, Brazil: Dilemmas and Challenges, Universidade de São Paulo, EDUSP, Instituto de Estudos Avançados, ISBN 8531406668 / 9788531406669 / 85-314-0666-8, 2002.

<sup>177</sup> Idem.

<sup>178</sup> Vd. “Brasil é segundo país mais desigual do G20, aponta estudo” in BBC Brasil pesquisa de 2 de junho de 2012, actualizado 19 de janeiro de 2012, disponível in: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120118\\_desigualdade\\_pesquisa.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120118_desigualdade_pesquisa.shtml) e site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para acesso aos censos 2010: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2019&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_pagina=1).

efeito, visível no aumento da classe média brasileira e por ser, em algumas regiões, garante da subsistência de uma parte significativa da população<sup>179</sup>. O recente programa Brasil Sem Miséria é o culminar de uma evolução: junta a transferência de renda com inclusão produtiva, assistência social, saneamento básico, fornecimento de energia elétrica, acesso a serviços públicos em várias áreas: saúde, educação. O decreto que institui este programa, bastante completo e prova das preocupações do Brasil em ultrapassar os seus problemas sociais, é de 2 de Junho de 2011. Por ora ainda não há resultados documentados mas a iniciativa e alcance do programa chegam para mostrar a consciência e pró-actividade do governo Brasileiro em relação aos graves problemas sociais existentes<sup>180</sup>.

Alguns autores consideram que o estatuto do Brasil no sistema internacional - e mesmo a posição adoptada em certos grupos a que pertence, como o grupo dos BRICs - vai depender da sua capacidade de gerir problemas e desafios internos<sup>181</sup>. Continua um dos países mais desiguais do mundo, atingindo o valor de 53.9 do coeficiente de GINI de rendimento (relatório do PNUD de 2011) no qual o país com o valor menos desigual, cujo exemplo é comparável ao Brasil, é o Chile, com 22.6<sup>182</sup>. Outros autores defendem que através do fortalecimento de boas práticas e de instituições políticas a nível interno haverá um impacto muito positivo na situação económica e social geral do país. E que, dentro desta lógica, uma aproximação das esferas de política interna e externa geraria um “ciclo vicioso” positivo que permitiria ao Brasil assumir o seu papel no mundo com mais confiança<sup>183</sup>.

---

<sup>179</sup> Cf. Referência à cidade de Assunção, no Estado do Piauí na notícia acima identificada onde o plano Brasil Sem Miséria a ser implantado teria 46% das famílias desta capital de Estado na linha de aplicação do programa: “Brasil é segundo país mais desigual do G20, aponta estudo” in BBC Brasil, actualizado 19 de janeiro de 2012, disponível in: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120118\\_desigualdade\\_pesquisa.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120118_desigualdade_pesquisa.shtml).

<sup>180</sup> Pesquisas de 3 de Abril de 2012, Fome zero é uma estratégia que actua a partir de quatro eixos para proporcionar acesso á alimentação no Brasil – cfr. <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>, e Bolsa Família, programa de transferência directa de renda-crf <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> e o Brasil Sem Miséria – decreto de criação disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm).

<sup>181</sup> Cfr. ARMIJO, Elliott Leslie e SOTERO, Paulo, «Brazil, to be or not to be a BRIC?» in Asia Perspective, vol. 31, nr. 4, 2007, pesquisa de 29 de outubro de 2011, disponível online em: <http://www.asianperspective.org/articles/v31n4-b.pdf>.

<sup>182</sup> As Seychelles são o Estado que aparece com o valor menos desigual, 19, mas pelas suas dimensões não considerámos apropriado compará-la ao Brasil. Vd. UNDP, International Human Development Indicators, pesquisa de 3 de abril de 2012 disponível em: <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/67106.html>.

<sup>183</sup> Cf. DE LIMA, Maria Regina Soares, e HIRST Mônica, «Brazil as an Intermediate State and Regional Power: Action, Choice and Responsibilities» in International Affairs nr. 82, 2006, pp. 21-40.



Por outro lado a cooperação Sul-Sul, que tenta fortalecer, é um desafio. Estes são os países em que o Brasil encontra mais apoio para as suas causas e com os quais partilha algumas delas, como a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Foi através das suas relações externas com estes poderes que pôde concluir que a diplomacia Sul-Sul nem sempre se rege pelos princípios de solidariedade e igualdade que advoga<sup>184</sup>. As iniciativas de cooperação Sul-Sul, das quais abordamos alguns exemplos mais à frente, representam uma dupla novidade nas relações internacionais: representam tanto uma experiência como uma evolução. Juntando países em emergência, mas em estádios de desenvolvimento diferentes são, a nosso ver, quase uma antecâmara da nova ordem internacional, em construção. Neste ambiente podemos observar, numa escala micro, quais são os maiores desafios ao bom entendimento dos novos poderes.

Ao Brasil, como potência que pode utilizar soft e smart power cabe tirar o melhor proveito das suas experiências como mediador e superar o desafio que este novo tipo de cooperação impõe, podendo ainda lucrar através da obtenção do reconhecimento da sua posição como neutro e apaziguador entre os países do sul.

Para Almeida alguns dos obstáculos mais relevantes para a concretização do Brasil como emanador de regras da nova ordem internacional - consequentemente como potência com papel de relevo já que os conceitos estão interligados - são: deter pouco mais de 1% do comércio internacional; ser importador líquido de capitais; possuir uma moeda não convertível; as suas reservas internacionais são reduzidas; pouco know how dos mercados financeiros; no plano do comércio a experiência e política diplomática brasileiras são mais fortes que no financeiro mas não o suficiente para lhe assegurar papel relevante na reorganização do sistema institucional, o setor onde um papel de grande relevo internacional parece mais seguro é o da governança energética, fontes não renováveis e renováveis incluídas. Segundo o autor o papel do Brasil no futuro energético não está assegurado. A governança global energética tornar-se uma realidade depende da astúcia política brasileira.

### 3.3. O Brasil potência – Do Sonho dos Militares á concretização com Lula

Foi com os militares que a visão do Brasil como potência adquiriu força. Já em

---

<sup>184</sup> Idem.

1981 o General Americano David Jones afirmava que: "o Brasil é particularmente importante em virtude da sua localização na parte estreita do Atlântico, assim como por sua atual e crescente capacidade militar"<sup>185</sup>.

A partir do regime militar de 1964 começa, nos meios militares, acadêmicos e elitistas, a nascer um discurso de Brasil "Grande potência". Este foi desenvolvido pela Escola geopolítica Brasileira – conjunto de contributos geopolíticos que :

"(...) embora divergindo por vezes no ângulo de estudo adotado, revelam uma unidade doutrinária, um substrato ontológico que, em nossa opinião, permitem perspectivar-los em termos de um "todo coerente" de pensamento subordinado a valores e objetivos comuns"<sup>186</sup>.

Da sua posição ideológica defendiam-se estratégias de ação com base nos vetores: espaço, posição, fronteira; como instrumentos fundamentais para projetar o país no cenário regional e global como grande potência<sup>187</sup>. Conceitos-chave, e que pautam a ação do Brasil a nível internacional à época dos militares, são os de defesa da civilização ocidental e combate ao comunismo. A Doutrina de Segurança Nacional que funde segurança nacional e desenvolvimento num "díptico homogêneo" onde um é condição do outro<sup>188</sup>.

A segurança passa por algumas fases específicas após o regime militar. Referimos as que nos parecem mais importantes, do ponto de vista de quem quer perceber a construção da identidade de segurança do Brasil: é nacionalizada (1968-1979) e nacionalização significou diminuição de dependências externas. Na Era Cardoso é multilateralizada, assentando numa visão kantiana de paz. Por fim volta ao realismo, que é onde o governo Lula se posiciona, conduzindo uma política de segurança que se subordina a interesses económicos e tecnológicos. Quer recuperar um papel geopolítico

---

<sup>185</sup> Vd. De Castro, Therezinha, Nossa América, Geopolítica Comparada, Biblioteca do Exército Editora, 1994.

<sup>186</sup> Cf. Freitas, José Manoel da Costa, " Nota Introdutória" in A Escola geopolítica brasileira : Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 2004, pp. 11.

<sup>187</sup> Vd. Cervo, Amado Luiz, " Segurança, defesa, política exterior" in Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros, São Paulo Saraiva, 2ª edição, 4ª tiragem, ISBN 978850206570, 2011.

<sup>188</sup> Mais informações quanto à Doutrina da Segurança Nacional, e na inevitabilidade da ligação segurança nacional (segurança nacional existiria enquanto não houvesse germinação do vírus comunista) e desenvolvimento planificado, fomentando o segundo para benefício do primeiro. Vd. Freitas, José Manoel da Costa, "Golbery do Couto e Silva" A Escola geopolítica brasileira : Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro . Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2004, pp. 60-62.

que atenda a interesses brasileiros derivados pois pressupõe que embora o Direito Internacional, a harmonia, a paz permaneçam num horizonte ideal a verdade é que estes muitas vezes sucumbem a interesses e poderes mais reais<sup>189</sup>.

No entanto é com Lula que, por vários fatores internos/externos, podemos verificar a realização desse sonho, com o Brasil a ocupar uma posição mais alta na hierarquia dos poderes, como verdadeira potência, sem dúvida crescentemente influente. Lula conseguiu, com sucesso, equilibrar a política externa, que assumiu caráter mais heterodoxo, com uma política macro económica ortodoxa. Ao conjugar estes dois aspetos Lula catapultou o Brasil para o palco principal das relações internacionais. A política de alianças que procurou fortalecer, focada na cooperação Sul-Sul, mostrou fortalecer tanto a posição brasileira de per si como a posição brasileira como parte e representante do Sul, o que consolidou a sua posição de poder.

Este dirigente afasta-se da crença na capacidade do mercado livre impulsionar o desenvolvimento e a sua ação é multifacetada: reforça a integração na América do Sul, pelas infraestruturas, energia, investimentos brasileiros. No plano global procura criar coligações, com dupla finalidade: fortalecimento do papel do Brasil como ator global e para que se bloqueiem as estruturas hegemónicas e sua visão atrofiante de manter para si o papel de emanador das regras pelas quais se guia a ordem internacional. O poder do Brasil como poder global aumenta, no entanto o baixo nível de crescimento económico não permite que este aumento seja tão célere como desejado. A internacionalização da economia foi pedra angular na política de Lula que vê a globalização como uma oportunidade de negócio, esvaziando-a de qualquer conteúdo valorativo (ao contrário de FHC e “globalização assimétrica”)<sup>190</sup>.

Num plano mais político salientamos a preferência de Lula pelas relações com os emergentes. Refletindo sobre o Brasil contemporâneo Raquel Patrício refere a capacidade natural do Brasil como líder regional e continental, com uma política externa voltada para a dimensão comercial e a manutenção do pensamento com elementos cepalinos e nacionalistas<sup>191</sup>.

---

<sup>189</sup> Vd. Cervo, Amado Luiz, “Segurança, defesa, política exterior” in *Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros*, São Paulo Saraiva, 2ª edição, 4ª tiragem, ISBN 978850206570, 2011.

<sup>190</sup> Vd. Cervo, Amado Luiz, “Paradigmas da Política Externa: Liberal- Conservador , desenvolvimentista, neoliberal e logístico” in *Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros*, São Paulo Saraiva, 2ª edição, 4ª tiragem , ISBN 978850206570, 2011.

<sup>191</sup> Cfr. PATRÍCIO, Raquel, «Uma Reflexão Sobre o Brasil Contemporâneo» in MOREIRA, Adriano e PINTO

No pós-democratização o Brasil tinha optado por manter uma articulação próxima Estado-Economia. Com este modelo a fracassar teve de ser reconhecida a necessidade de adaptação ao mundo globalizado. O resultado foram vários modelos desenvolvimentistas associados a capitais externos, permitindo a consolidação económica do Brasil. O governo Lula I exerce um ajuste significativo em termos fiscais, sem, no entanto, romper com a orientação liberal. O descontentamento resultante das suas medidas económicas e sociais, juntamente com os escândalos administrativos enfraqueceram o governo Lula que mudou de estratégia no segundo mandato. Com a dívida externa controlada Lula é o primeiro governante brasileiro a ter uma janela de oportunidade para aumentar muito significativamente a posição de poder da potência Brasil na ordem internacional. A política externa brasileira vira-se cada vez mais para Sul (no geral) e em termos locais para a região que passa a ser prioridade na agenda do Itamaraty.

Segundo a autora a posição do Brasil como potência regional e média é explorada através da dimensão geográfica (de país-continente) mas teria de ser acompanhada por uma dimensão/posição fortes na agenda internacional, obrigando a temperar as prioridades económicas com as prioridades políticas.

Assim, num contexto globalizado revela-se fundamental para a consolidação da posição de poder brasileira a obtenção de um papel mais relevante na ONU, por um lado e, por outro, o aprofundamento de relações com a América Latina através do Mercosul. Não só para que mantenha a sua autonomia a nível internacional mas, também para proteger a sua posição de poder e estimular a emergência de um verdadeiro Estado logístico. Este deverá recuperar a autonomia decisória, aceitar a interdependência e agir internamente pelos padrões desenvolvimentistas com a nuance da transferência do Estado para a sociedade das responsabilidades empresárias.

### 3.3.1. Indicadores/Argumentos

#### 3.3.1.2. As Variáveis do Brasil

A análise prévia aos conceitos de potência vai servir-nos de guia nesta parte do trabalho onde concluímos qual a classificação mais adequada do Brasil como potência

dentro das dicotomias ou linhas de debate em que se inclui.

O conceito de liderança é fundamental para situar as potências na hierarquia dos poderes. Pode ser vista como a capacidade de um Estado conceptualizar um projeto potencialmente hegemónico e persuadir outros Estados a aceitarem o projeto. É aplicável ao Brasil pois baseia a relação de poder na capacidade de uma potência exercer soft power ,e já concluímos que hard power não é parte relevante dos recursos de poder brasileiros. A capacidade diplomática- de negociação- o papel de mediador cada vez mais frequente; a capacidade de formular políticas que incluam os pontos de vista dos dissidentes de opinião – criação de sinergias positivas e cooperativas - fazer o “outro” sentir-se parte do todo ganhando o seu apoio são indicadores que reconhecemos nas escolhas brasileiras de política externa, não só em relação á América do Sul, e pela nossa análise até do Sul em geral, pois estas são as áreas geográficas em que pode assumir o papel de líder dentro desta moldura Gramsciana<sup>192</sup>.

Para Burges a liderança do Brasil na América Latina foi consensual após a conferência de presidentes sul-americanos em 2000 - embora um líder regional já esteja automaticamente entre os líderes reconhecidos a nível internacional pelo seu peso representativo<sup>193</sup>. O Itamaraty tem contribuído para esta posição com técnicas diplomáticas discretas mas eficazes: evitar tomadas de posição agressivas (ordens, etc) dar preferência a convites para formação de posições conjuntas e participação em conferências.

Por outro lado o Brasil vive um impasse, esta posição é algo que procura mas da qual simultaneamente foge ou não assume totalmente. Não só a conotação de liderança não lhe agrada – por toda a lógica política de país em desenvolvimento com orgulho em sê-lo, como parte do Sul procura de camaradagem entre emergentes e das vantagens que daí retira - mas também por não querer acarretar com todos os custos que estão incluídos nessa liderança.

Um dos indicadores mais importantes da posição do Brasil no mundo é dado pelo conceito de multilateralismo recíproco, que Cervo analisa como conceito que

---

<sup>192</sup> Vd. BURGESS, Sean W, «Without Sticks or Carrots: Brazilian Leadership in South America during the Cardoso Era, 1992–2002» in Bulletin of Latin American Research vol. 25, 2006, pp. 23–42.

<sup>193</sup> Idem.

operacionaliza a política externa<sup>194</sup>.

Este conceito implica a existência de regras para dominar o sistema internacional e a formulação conjunta dessas regras. Pressupõe a eliminação- pelo menos teoricamente- dos conceitos de hegemonia e de um regime político obrigatoriamente ligado á política externa. Alguns dos exemplos dados deste tipo de multilateralismo são o G20 na sua relação com a economia internacional, o comércio internacional em relação á Organização Mundial do Comercio (OMC), a Segurança Internacional e o Conselho de Segurança. O Brasil está incluído em duas das entidades citadas e quanto ao Conselho de Segurança procura a inserção no seu seio como parte da reforma/adaptação das estruturas de governança globais existentes á realidade económica e política mundiais actuais.

Como meios para reforçar a sua posição o Brasil tenta fortalecer o Mercosul – logrando ou não, consoante o contexto em que se encontrem as relações com a Argentina, pois é á roda deste eixo que o Mercosul gira - no plano do hard power continua a agir numa lógica de não-proliferação: “setting the example”. Continua procurando, para si e para os outros Estados da região e do Sul, o desenvolvimento económico, bem enraizado nos seus objetivos de política interna e externa. Dá cada vez mais relevância a estratégias para o seu reconhecimento como média potência ou potência regional, a sua agenda global passa do “universalismo e multilateralismo” a multilateralismo e universalismo selectivo, pela construção de parcerias estratégicas.

Estas parcerias estratégicas são procuradas perto dos seus vizinhos do Sul, em geral, ou da região. Segundo Susanne Gratius a análise do Brasil como poder tem de ser conduzida dentro das três tendências do sistema atual: 1-Nova ordem internacional uni e multipolar; 2- Ascensão da Ásia (Índia, Japão, China) que dominará o século XXI; 3- O re-fortalecimento do Estado-Nação e da religião.

Estas três tendências do sistema mundial, atuando na hierarquia internacional de poderes e sua construção, geram a necessidade de definição de vários conceitos: superpotência, potência global, grande potência, potência emergente, potência média, potência regional e pequena potência. Esta análise foi feita no capítulo II deste trabalho

---

<sup>194</sup> Vd. CERVO, Amado Luis, «Brasil's rise on the international scene: Brazil and the world» in Revista Brasileira de política Internacional, nr. 53, 2010, pp. 7-32 , consultado em outubro de 2011, disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000300002&script=sci_arttext).

(excepto a superpotência embora nos refiramos em várias partes aos EUA como hegemom militar) aqui mencionamos apenas que a autora cita o Brasil como exemplo de potência emergente, média e regional<sup>195</sup>.

Com Lula (2003-2010) o modelo estatal seguido é claramente o de Estado logístico. Política e economicamente tenta encontrar um novo papel na ordem internacional e criar confiança no Brasil como grande poder, mas sem pretensões. Deu uma importância fundamental á economia, que internacionalizou e ao redimensionamento das empresas brasileiras que fomentou. Foram assim criadas condições para que as empresas brasileiras pudessem competir a nível internacional. Lula seguiu uma lógica global-multilateral das relações exteriores voltando ao universalismo seletivo, juntando-se cada vez mais aos países do Sul<sup>196</sup>. Lula investiu no fortalecimento da Petrobrás e diversificação de produção energética para reduzir a vulnerabilidade brasileira em relação ao mercado externo energético<sup>197</sup>. Num contexto internacional de poder fragmentado o Brasil movimenta-se sempre no sentido da ascensão internacional preferindo reforçar o sistema existente alterando-o como melhor lhe convém mas com consciência de que uma destruição da ordem atual não seria benéfica nem serviria os seus interesses. Por exemplo, para a reformulação económica geral, e defesa dos interesses em alguns setores essenciais para os emergentes, como é o caso da agricultura, ativamente procura continuar com as negociações de Doha<sup>198</sup>.

A análise do Brasil como potência, para ser o mais completa possível, tem de ser precedida de uma breve reflexão sobre a governança global e o papel que nela desempenha, ou não fossem as potências as principais responsáveis pela governança global, individual, coletivamente, por meio de organizações, de atos multilaterais ou tomadas de posição...as formas são várias. Tal como a ordem internacional e as relações de poder a governança global está em transição. A análise pode ser feita em termos

---

<sup>195</sup> GRATIUS, Susanne, «Las Potencias Emergentes: Estabilizadoras o Desestabilizadoras?» in Comentário, Fundación Para las Relaciones Internacionales y el Dialogo Exterior, FRIDE, abril de 2008.

<sup>196</sup> MEZA-BERNAL, Raúl, «International Thought in the Lula Era» in Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 53, 2010, pp. 193-213.

<sup>197</sup> O governo brasileiro é o maior accionista desta companhia de energia com actividades muito diversificados no sector. Actua nas seguintes áreas energéticas: exploração e produção, refino, petroquímica, distribuição de derivados, energia eléctrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia, comercialização e transporte de óleo e gás natural. Para mais informações cf. pesquisa de 6 de junho de 2012, site oficial em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>.

<sup>198</sup> Resumo da Ronda de Doha de um ponto de vista brasileiro e dos principais interesses brasileiros, pesquisa de 6 de junho de 2012, no site do Itamaraty in <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/desenvolvimento-comercio-e-financas/rodada-doha-da-omc>.

sistémicos ou institucionais. Quer dizer que pode ser definida em termos de processos ou de resultados práticos.

A multiplicação de atores internacionais tem uma influência na governança global, há mudanças e fatores de continuidade. O facto é que a maioria das organizações internacionais continua a desenvolver trabalho especializado – não operou mudanças significativas nem nos procedimentos nem nos objetivos. A ONU marcou o nascimento de um novo paradigma na resolução de conflitos entre os Estados mais poderosos.

A governança global surge de entendimentos restritos, como a conferência de Viena em 1815, a de Berlim de 1884 e as mais recentes de Versalhes, São Francisco, entre outras. A conclusão é simples, apesar do oxímoro a governança global é restrita. Limitada a um clube, uma estrutura de diretório que apenas muda os membros em momentos de transformação da ordem internacional pois governança e ordem global são ou devem ser, interdependentes. Quando uma não acompanha as transformações pelas quais a outra passa o resultado são crises e tensões no sistema internacional, mas este não é o trabalho adequado para desenvolver essa discussão.

A governança global pode ser analisada em setores em que o Brasil joga um papel específico e seguimos agora uma análise nesses moldes<sup>199</sup>. Historicamente, na área da segurança e estabilidade (excepto como mediador, pontual) o Brasil não teve nenhum papel de relevância, embora, sem dúvida, pudesse exercer mais influência a partir do momento em que fosse admitido no Conselho de Segurança da ONU ou não fosse este o diretório com o monopólio das decisões militares a nível internacional.

Na economia mundial, setor sobejamente analisado em outros parágrafos, referimos apenas que esta adquire importância na proporção direta de ser palco para o desenvolvimento, um dos leitmotivos tradicionais da diplomacia brasileira. Por isso mesmo em estágios menos desenvolvidos procurou estar ativamente envolvido nas organizações internacionais de carácter económico e participou da sua criação e desenvolvimento.

Na área da cooperação política, em favor do desenvolvimento, foram impulsionados diversos mecanismos, sempre foi prioridade do Brasil contribuir para uma moldura cooperativa internacional favorável aos países em desenvolvimento, através de,



por exemplo: estabelecimento de normas de não reciprocidade no comércio internacional, criação de acordos para estabilização de intercâmbio de produtos de base, facilitação do acesso tanto às patentes como à transferência de tecnologia, prover assistência técnica e financeira a planos nacionais de criação de capacidade industrial e liberdade para a adoção de políticas domésticas ligadas a projetos nacionais de desenvolvimento.

O ciberpoder, mencionado por Nye e a que nos referimos no capítulo II, está dentro da área da tecnologia e da informação. Sectores que, em conjunto com a pesquisa e o desenvolvimento, se tornam cada vez mais importantes recursos de poder, num mundo globalizado e informatizado. Nesse sentido destacamos o lançamento do Ciência Sem Fronteiras. Os objectivos do programa são utilizar o intercâmbio internacional e a mobilidade como formas de enriquecer a ciência brasileira, melhorar competitividade, qualificação dos seus profissionais, impulsionar a consolidação da tecnologia brasileira e a expansão e internacionalização da ciência&tecnologia. As áreas de intervenção prioritária são: Engenharias e outras áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas/Saúde; Computação e TIC; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bio-prospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa (produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos<sup>200</sup>. A abrangência do programa indica a importância que o governo dá ao investimento nestes setores. O esforço para ter os melhores profissionais à sua disposição, seja pelo impulso à formação de altos quadros no estrangeiro ou, outra vertente do programa, bolsas e programas de engajamento de profissionais de topo estrangeiros para exercerem a sua profissão no Brasil, é expressivo da relevância destes componentes de poder. Vão ser investidos cerca de 3,16 mil milhões de reais no projeto que vai ser desenvolvido até 2014<sup>201</sup>. A revista The Economist considerou esta a “mais

---

<sup>200</sup> Cf. Programa Ciência Sem Fronteiras, pesquisa de 12 de junho de 2012, site oficial: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/empresas>.

<sup>201</sup> Vd. Jornal PÚBLICO online, pesquisa de 16 de junho de 2012, Sílvia Cardoso, “ Brasil vai receber 100 mil bolsas de investigação” , publicado a 24 de fevereiro de 2012, disponível online em: <http://p3.publico.pt/actualidade/educacao/2864/brasil-vai-oferecer-100-mil-bolsas-de-investigacao>.

ousada tentativa do Brasil de estimular o seu crescimento económico”<sup>202</sup>.

Foi dos mais acérrimos defensores do GATT, um dos Estados pioneiros na área dos acordos internacionais de produtos de base e impulsionador da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) na lógica de formulação da nova ordem internacional que estava a ser forjada (1970). Entrega-se diplomaticamente à proposta de reformas institucionais, visando os principais acordos internacionais reguladores dos muitos aspetos da vida financeira. Embora tenha este papel ativo e procure vantagens na ordem internacional o Brasil ainda apresenta forte supervisão estatal sobre algumas áreas, como a do IDE, que mantém sob legislação nacional. Estas restrições legislativas em certos setores prejudicam o retorno económico que seria possível com uma legislação mais flexível.

Com Lula a tendência geral desenvolvimentista acentua-se e arriscamos considerar que pode-se falar numa ideia de governança global do Sul. Lula tem como claro foco uma alteração das forças relacionais existentes criando uma geografia comercial que não atribua aos países do Sul o papel de dependente. Ou seja, um tipo de governança alternativa. Com este objetivo tem sido feito um esforço no sentido de criar espaço para atores mais “pequenos” e fomentar o aparecimento de mecanismos e de métodos de distribuição de recursos que sejam benéficos ao desenvolvimento procurado pelos países que estão nesse processo.

Com o governo Lula a diplomacia Brasileira tornou-se ainda mais ativa e o diálogo com esses países tem-se adensado, com especial atenção para os emergentes. A construção de parcerias estratégicas com diversas prioridades – como os G4 pressionando e apoiando-se mutuamente para conseguir um lugar no Conselho de Segurança. Mesmo com estas preferências e historicamente, não fosse a sua política externa extremamente pragmática, o Brasil nunca deixou de parte o diálogo de alto nível com os países mais desenvolvidos e relevantes a nível internacional. A nível institucional estas mudanças tem como ferramenta principal uma diplomacia presidencial “hiperativa”<sup>203</sup>.

---

<sup>202</sup> Vd. THE ECONOMIST “Programa de bolsas é tentativa ousada de estimular crescimento no Brasil”, pesquisa de 16 de junho de 2012 disponível online em :[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120316\\_economist\\_ciencia\\_pai.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120316_economist_ciencia_pai.shtml).

<sup>203</sup> Cf. De Almeida, Roberto Paulo, “O Brasil no Contexto da Governança Global” in Relações Internacionais e Política Externa do Brasil : a diplomacia brasileira no contexto da globalização, Rio de 138

A governança global, numa visão idealista, deveria ser a gestão comum dos problemas comuns, nas mais diversas áreas: segurança, economia, estabilidade política. A realidade é a tendência para os Estados se virarem cada vez mais para os problemas nacionais e ponderarem a utilização de estratégias como *beegar-thy-neighbbor* exportando a crise para os países vizinhos. As grandes reformas da governança global costumam ocorrer como resultado de guerras, revoluções... e não um “processo pensado” como podemos considerar aquele a que assistimos neste momento. O capitalismo não está fora de jogo devido á crise de 2008 mas esta exige que algumas políticas e normas de funcionamento de mercados tenham de mudar. Estados beneficiários do contexto anteriormente vigente provavelmente irão resistir vs os novos poderes que farão pressão para subirem na escala da hierarquia das potências. No entanto, segundo Almeida, o contexto não é claro que chegue (coalizões, objetivos, forças em questão) para se proceder a um corte completo com o status quo ante<sup>204</sup>.

Os indicadores e argumentos acima identificados servem como introdução á parte final desta análise. Passamos agora aos resultados a que chegámos quanto aos vários tipos de potência e a quais perfis corresponde a potência Brasil. Em cada grupo comparativo que já apresentámos no capítulo II opomos os perfis que o compõem para identificar qual corresponde ao perfil de poder do Brasil. As referências para construir um perfil de poder brasileiro são todos os elementos/vertentes de poder e exercício de poder que retirámos da análise da política externa Brasileira e dos indicadores/argumentos que acabámos de referir.

### 3.3.2. O Brasil como potência global

Numa confrontação de definições Brasil potência global vs potência regional a real posição do Brasil pode ser verificada, parcialmente, pelo lugar que a América do Sul ocupa na agenda brasileira.

A estratégia brasileira para a América do Sul tem ganho destaque no debate sobre a política externa. Alguns autores consideram que a atual política regional é prejudicial enquanto outros defendem que protege os interesses tradicionais do Brasil-polarização de posições. A América do Sul, como parte da agenda da política externa

---

Janeiro, LTC, 2012, pp. 200- 213.

<sup>204</sup> Vd. idem, ibidem.

brasileira é um fenómeno recente, mas tem vindo a adquirir mais importância não fosse este mercado absorver cerca de 20% das exportações brasileiras e não tivesse o Brasil várias preocupações que partilha com estes países (Amazónia, expansão de redes de tráfico transnacionais, alterações climáticas...).

Diversos projetos regionais a que o Brasil pertence e onde tem papel ativo: Mercosul, Organização de Estados Americanos (OEA), UNASUL são alguns exemplos. Destaca-se o Mercosul, prioridade mais relevante da diplomacia brasileira desde a década de 1990 fruto da importância da integração económica Argentina-Brasil vista como garante de um grande espaço económico integrado em todo o continente. Mercosul como esforço de “regionalismo aberto”, diplomacia brasileira na senda deste esforço integracionista lançou outras iniciativas, como a CASA ou a recente Cúpula da América Latina e do Caribe, iniciativa muito relevante por estar aberta a todos os países na região no âmbito de um novo projeto de integração<sup>205</sup>.

Quanto á região sul-americana, como espelho e defensor de interesses dos Estados que aí se localizam fortifica-se á medida que as várias organizações regionais não só alargam o seu alcance e número de membros mas, também, englobam mais e mais temas podendo servir os interesses e objetivos dos seus membros respeitando os tópicos que mais importância tem para eles a nível internacional.

Do ponto de vista da ponderação do Brasil como potência regional é fundamental referir a questão da soberania ligada á área militar e aos recursos brasileiros. Segundo Almeida, destacam-se novos tipos de intervencionismo, como o ecológico e o humanitário, que criam desconfiança na medida em que setores mais nacionalista e soberanistas não querem que se espalhe para as vertentes militar e política pois o Brasil não tem, na proporção da sua importância e dimensão regional “excedentes de poder” que lhe permitam fazer face a intervenções militares<sup>206</sup>.

Facto é que a doutrina diverge: autores como Malamud defendem que o Brasil só pode atingir a sua realização como poder a nível internacional : “...as long as it goes it alone...” -indicando o papel limitador de uma liderança regional para a projeção de

---

<sup>205</sup> Cf. Mais informação, pesquisa de 10 de maio de 2012, em <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/12/2-1/brasil-participa-da-3a-cupula-de-chefes-de-estado-da-america-latina-e-caribe/print>.

<sup>206</sup> Vd. De Almeida, Roberto Paulo, “A Ordem Política e económica do início do século XXI” in *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização*, Rio de Janeiro, LTC, 2012, pp. 171- 200.

poder num palco mais alargado<sup>207</sup>. Outros, como Maria Regina Soares de Lima, defendem que o Brasil não pode relegar uma estratégia regional para segundo plano<sup>208</sup>. Para estes é impensável não colocar em primeiro plano as relações regionais dada a dimensão do mercado regional e crescente importância para o Brasil, possibilidade de atrair IDE com uma estratégia de fortalecimento do mercado regional e, em termos energéticos, a região é cada vez mais complementar em termos de recursos e pode explorar parcerias muito interessantes e compensadoras economicamente.

Mas, enquanto os defensores da ideia de Brasil como potência global não têm uma vasta lista de obstáculos – fora os tradicionais, referidos ao longo do trabalho mas que estão mais relacionados com a estrutura internacional atual do que com o Brasil em si – os que se colocam numa posição pró-teoria regional admitem uma série de obstáculos à concretização do Brasil como potência regional: cultura política internacional paroquial, predominância de uma política soberanista; desconfiança dos Estados latino-americanos em relação à liderança brasileira, dificuldades de coordenação inter-burocrática, proteccionismo difuso de setores empresariais e segmentos bancários, pouca relevância das questões regionais para as elites, insulamento de formação da política externa com relação aos interesses domésticos, visão mais escassamente incorporada dos benefícios da integração regional nas políticas formuladoras (governo, departamentos, etc) e o executivo não tem tradição de incluir este componente que muitas vezes fica marginalizado na formulação política, a importância que o desenvolvimento doméstico adquire – dentro da lógica do Estado logístico e do paradigma neoliberal- como trampolim para uma projeção internacional revela uma clara escolha brasileira pela busca de um papel como potência global e não como potência regional<sup>209</sup>.

O papel do Brasil, muito relevante a nível regional, serve apenas como catapulta para palco internacional, é uma plataforma e não o destino final e, ao fazê-lo, segundo

---

<sup>207</sup> Cfr. MALAMUD, Andrés, «A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between Foreign Policy», in *Latin American Politics and Society* vol. 53, nr. 3, 2011, pp. 1–24.

<sup>208</sup> Força-Tarefa, “O Brasil na América do Sul”, Relatório Final, junho de 2007. Inclui colaborações de vários autores: Alcides Vaz, Amaury de Souza, Carlos Mariani Bittencourt, Cezar Faccioli, Christiane Aché, Débora, Thomé, Décio Fabrício Oddone da Costa, Denise Gregory, Domenica Bluna, Eduardo Viola, João Paulo Veiga, José Botafogo Gonçalves, Lia Valls Pereira, Lúcia Maduro, Luís Marcelo Coelho Acosta, Marcelo Coutinho, Maria Regina Soares de Lima, entre outros. Mesmo entre estes na parte conclusiva não há consenso: uns apontam para fortalecimento do regionalismo como fim em si e outros como via para a inserção no mercado internacional.

<sup>209</sup> Idem.

Cervo, gera capacidades de poder pois as relações com a vizinhança são condição sine qua non para o desenvolvimento através da incorporação pelo Estado de vantagens comparativas intangíveis- como conhecimento e inovação<sup>210</sup>. Desde Rio Branco que o paradigma de conduta principal com os países da região foi a cordialidade oficial. Tornou-se uma garantia de paz regional e “corresponde a pano de fundo de longo alcance da política exterior aplicada aos vizinhos”<sup>211</sup>. Embora não tenhamos espaço neste estudo para aprofundar cada um deles convém identificar os quatro paradigmas de relações entre vizinhos Sul-Americanos para melhor perceber a lógica das relações regionais, são eles: paradigma da rivalidade; paradigma da cooperação e conflito; paradigma das relações cíclicas e paradigma das relações em eixo. Estes paradigmas são agregáveis (podem coexistir)<sup>212</sup>.

Do lado da segurança, se o Brasil vai ser chamado a desempenhar um papel internacional como garante de segurança continua uma incógnita. O facto é que desempenha um papel de relevo a nível regional e não o faz mais vincadamente internacionalmente por não fazer parte do Conselho de Segurança pois:

“no jogo das grandes potências, boa vontade política e disposição para a cooperação desinteressada não parecem ser, necessariamente, requisitos qualificadores. Apenas a manifestação de poder, em bases próprias, qualifica para o exercício de responsabilidades mundiais...”<sup>213</sup>.

Reforçamos que podendo desempenhar papel importante a nível securitário o Brasil não demonstra interesse pelo desenvolvimento e/ou reforço do seu potencial bélico. Mesmo em termos nucleares o pacto constitucional é claro, submete todas as actividades neste âmbito a fins pacíficos<sup>214</sup>. A escolha do instrumento para veicular este princípio – a constituição- é clarificadora quanto á importância que tem para o Brasil ser um “gigante pacífico”, parte fundamental do seu perfil, que mais á frente vai ser analisado, como mediador<sup>215</sup>.

---

<sup>210</sup> Vd. Cervo, Amado Luiz, “ O Brasil e seus vizinhos da América do Sul” in Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros, São Paulo Saraiva, 2ª edição, 4ª tiragem, ISBN 978850206570, 2011.

<sup>211</sup> Idem, ibidem.

<sup>212</sup> Cf. Op. Cit. Cervo, Amado Luiz.

<sup>213</sup> Vd. De Almeida, Roberto Paulo, “A Ordem Política e económica do início do século XXI” in Relações Internacionais e Política Externa do Brasil : a diplomacia brasileira no contexto da globalização, Rio de Janeiro, LTC, 2012, pp. 171- 200.

<sup>214</sup> Vd. Constituição Brasileira, Título III- Da Organização do Estado, Capítulo II – Da União, artº 21- compete á União, entrada XXIII- a. Pesquisa de 6 de junho de 2012, disponível online em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_29.03.2012/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf).

<sup>215</sup> Cf. Op. Cit. De Almeida, Roberto Paulo, pp. 171- 200.

Os interesses que defende a nível internacional são principalmente os seus. Embora, dentro do pragmatismo destes objetivos que busca concretizar, seja possível encontrar alguns que também são do interesse de outros países da região ou estão enquadrados na lógica cooperativa Sul-Sul. Estes “objetivos partilhados” podem gerar sinergias positivas para esses outros atores, na medida em que deles beneficiem quando são obtidos com sucesso pelo Brasil. Podemos considerar que, consoante as suas intenções, o Brasil pode erguer a bandeira de defesa dos interesses do Sul, ou latino-americanos, quando são os seus interesses que estão em jogo. Ganha, assim, o apoio de outros Estados, aumentando as probabilidades de sucesso e reforçando a sua imagem de defensor dos interesses sulistas/regionais<sup>216</sup>.

A conclusão a que podemos chegar quanto a este debate é que o Brasil é uma potência global em parte pelos obstáculos a uma realização plena como potência regional, o que não implica que não haja potencial/recursos para que seja uma potência regional pois é-o sem dúvida, mas prefere assumir uma política externa e escolhas de potência global. É nessa opção que encontramos a resposta para esta linha de debate dentro do estudo dos tipos de potência a que o Brasil pertence.

### 3.3.3. O Brasil como potência emergente

Voltando aos indicadores recolhidos na explicação referente a este debate, no capítulo II, o Brasil corresponde, claramente, ao perfil de potência emergente. Não que os recursos de que dispõe não sejam parte fundamental dos elementos caracterizadores da potência tradicional, mas há dois elementos fundamentais que faltam: recursos militares (hard power) e indicadores económicos estáveis. Segundo o Banco do Brasil o PIB nominal do país situava-se nos 882.4 biliões de dólares em 2005 e prevê-se que esteja nos 2 617.0 biliões em 2012<sup>217</sup>. Quanto á taxa de crescimento do PIB, com valores analisados por décadas, apresenta valores muito díspares: se na década de 60 (1961-1970) o valor era de 6.17%, até á última década analisada (90-2010) os valores flutuaram - por ordem cronológica- entre: 8.63% (1971-1980), 1.57%(1981-1990), 2.54%(1991-

---

<sup>216</sup> Cf. BURGESS, Sean, «Building a global southern coalition: the competing approaches of Brazil's Lula and Venezuela's Chávez» in *Third World Quarterly*, vol. 28, nr. 7, 2007, pp. 1343-1358.

<sup>217</sup> Vd. *Léxico Técnico*, Lextec, Instituto de Camões: indicador económico que corresponde ao valor monetário total dos bens e serviços finais produzidos num país num determinado período de tempo, normalmente um ano, representando assim as variações de preço e de quantidade de produção, pesquisa de 3 de abril de 2012, disponível online em : “[http://www.instituto-camoes.pt/lextec/por/domain\\_10/definition/21358.html](http://www.instituto-camoes.pt/lextec/por/domain_10/definition/21358.html)”.

2000), 3.61%(2001-2010)<sup>218</sup>. Os indicadores existentes não são negativos e indicam avanços no crescimento económico mas não apresentam solidez suficiente para serem considerados uma característica do perfil de poder brasileiro. Por isso não podem ser avaliados como elementos indicadores do Brasil como potência tradicional. Para além dos indicadores o seu acumulado histórico construiu uma identidade oposta á de tradicional. O Brasil assume-se como emergente e como reformulador/adaptador da ordem internacional existente.

Quanto ao hard power, é um dos elementos básicos de poder no perfil da potência tradicional mas não faz parte dos elementos de poder e formas de exercício de poder brasileiras. Não quer isto dizer que o Brasil não tem capacidade de defesa, mas os números mostram que o seu poder militar não é comparável com o de outros grandes poderes tradicionais e o seu interesse em investir no aumento das capacidades militares é diminuto. Assinou o tratado de Tatlalo bem como o Tratado de Não Proliferação (TPN). Por uma razão cultural as elites culturais e políticas brasileiras não consideram este tipo de poder como fonte de prestígio. Optam por um Brasil à margem dos conflitos armados e corridas armamentistas. Esta posição permite reforçar a imagem de poder estabilizador e pacificador regional<sup>219</sup>. Imagem que o Brasil explora pois, por questões regionais e materiais, hard power não sendo uma opção é através de estratégias de tomadas de decisão que se legitima como “peaceful giant”<sup>220</sup>.

Segundo Gratius a potência emergente define-se pelo processo e não por si mesma, qualquer potência que está em vias de transformar a sua posição numa mais elevada é uma potência emergente, a situação atual do Brasil é claramente esta, de transformação em emergência<sup>221</sup>.

Para Souto na segunda metade do século XX as duas maiores preocupações da política externa brasileira eram o desenvolvimento económico e a aliança com o

---

<sup>218</sup> Cf. BANCO DO BRASIL- informação extraída do world economic outlook database – FMI/Setembro de 2011 IBGE, valores para 2011 e 2012 estimativa do FMI- disponível em <http://www.bcb.gov.br/?INDECO> pesquisa de 2 de abril de 2012 ; para os valores da taxa de crescimento do PIB conferir Banco do Brasil, Indicadores económicos consolidados, Produto Interno Bruto e taxas médias de crescimento, pesquisa de 2 de abril de 2012, disponível online em :<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>.

<sup>219</sup> Vd. DE LIMA, Maria Regina Soares, e HIRST Mônica, «Brazil as an Intermediate State and Regional Power: Action, Choice and Responsibilities» in *International Affairs* nr. 82, 2006, pp. 21-40.

<sup>220</sup> Cfr. SUAREZ, Prof. Dr. Marcial A., «New Brazilian Foreign Policy, from soft to hard power? » working paper, ISA/WISC, 2001.

<sup>221</sup> Cf. GRATIUS, Susanne, «Las Potencias Emergentes: Estabilizadoras o Desestabilizadoras?» in *Comentário, Fundación Para las Relaciones Internacionales y el Dialogo Exterior, FRIDE*, abril de 2008.



Ocidente<sup>222</sup>. A aproximação aos EUA e adesão ao consenso de Washington geraram uma indefinição sobre a posição que o Brasil iria defender e o caminho tomado quanto ao poder. Com o governo Lula, assertivo e declaradamente disposto a reforçar a institucionalização do Mercosul e garantir a soberania do país o Brasil assume-se como verdadeiro emergente. Para o desenvolvimento que necessita para consolidar o seu poder a ação diplomática serve os interesses domésticos. A política exterior espelha a defesa da democratização das relações internacionais e estimula os elementos multipolares. Mantém fortes laços com outros países considerados emergentes e presença em fóruns Sul-Sul ou Sul-Norte, como G20, IBAS, BRICs, IBSA. Prefere adotar discurso de potência emergente do que de grande potência. Entre os poderes emergentes os instrumentos utilizados na busca de consolidação de poder variam um pouco, devido aos seus contextos históricos, regionais, culturais e de recursos tão diferentes mas voltando aos nossos indicadores o soft power é cada vez mais relevante, e este é identificado pela mídia como parte da ação brasileira no exterior<sup>223</sup>.

No entanto os poderes emergentes enfrentam vários obstáculos no seu reconhecimento a nível internacional: resistência dos poderes estabelecidos em aceitá-los como iguais, instituições internacionais formatadas para manter a estrutura de poderes existente; falta de construtivismo por parte dos emergentes, que ganhariam seguidores ao incluir crenças e normas ideacionais nos seus projetos; o liberalismo deveria ser implantado nos emergentes pois pressupõe-se que em democracia os interesses dos grandes grupos internos são representados a nível de política externa, o que confere coerência e apoio às políticas exteriores postas em prática. Para Schirm há ainda outro fator, a emergência só pode ser reconhecida pela aceitação dos followers desse poder como emergente. A aceitação pode ser “negociada”. Schirm aborda quatro áreas de análise para verificar a aceitação a nível internacional dos poderes emergentes como líderes: aceitação de nacionais de países emergentes para cargos de chefia, novas estruturas de governanças, performance dos poderes emergentes em relação ao comércio mundial, desempenho na integração regional<sup>224</sup>. Embora analise o Brasil e a

---

<sup>222</sup> Cf. SOUTO MAIOR, Luiz A. P. «O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em transição.» Revista Brasileira de Política Internacional, vol.49, n.2, ISSN 0034-7329, 2006, pp. 42-59.

<sup>223</sup> Cfr. BBC Brasil, “Interesse por cultura brasileira cria chance de fortalecer economia via 'soft power'”, Rodrigo Pinto, atualizado 4 de abril 2012, pesquisa de 6 de abril de 2012, disponível online em : [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/04/040423\\_brazilian\\_softpower01\\_rp.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/04/040423_brazilian_softpower01_rp.shtml).

<sup>224</sup> No momento em que este trabalho está a ser feito há um grande debate em torno do nome do próximo director do Banco Mundial; pela primeira vez há mais do que um candidato: o tradicional

Alemanha em paralelo referimos apenas as conclusões quanto ao Brasil pois é o relevante para o nosso estudo: o Brasil tentou sem sucesso ganhar uma posição de chefia na Organização Mundial do Comércio<sup>225</sup>; Os G4 ainda não conseguiram ascender a lugares permanentes no Conselho de Segurança; falhanço do Brasil em Cancún. Quanto às iniciativas regionais menciona tanto o Mercosul como a ALCA que não atingiram os resultados esperados<sup>226</sup>.

Segundo este autor a chave para o sucesso dos poderes emergentes, incluindo Brasil, está nas suas relações regionais. Deve ser apoiado pelos seus vizinhos para fortalecer a sua posição e, simultaneamente, incluir nas suas estratégias pontos que sejam do interesse destes para ganhar o seu apoio.

A posição de Schirm é bastante importante do ponto de vista analítico pois faz uma ligação muito forte entre o conceito de poder emergente e poder regional. Este tipo de análise permite afirmar que os vários conceitos de poder que temos analisado podem ser mais que complementares, podem ser interdependentes e através de dado patamar/grau de poder, através das estratégias mais adequadas, subir na escala de poder e, se a estratégia for a menos apropriada ou o contexto pouco favorável, descer na ordem dos poderes, ou seja, depende em grande parte do smart power<sup>227</sup>.

Para Malamud, por outro lado, o Brasil enfrenta muitos desafios e pouco reconhecimento a nível regional para poder ser considerado uma potência desse tipo e apoia-se nas estruturas regionais apenas para favorecer as suas hipóteses de ter sucesso no plano global. Releva no seu trabalho uma série de elementos que reforçam o perfil do Brasil como poder global: a procura de um assento permanente no Conselho de Segurança; participação BRIC; IBSA como importante espaço de cooperação Sul-Sul e representativo das maiores democracias de cada continente; exercício do soft power;

---

candidato americano (que costuma ganhar) mantém-se mas a Colômbia e a Nigéria também tem nacionais seus a concorrer, que advogam a necessidade de reformar os altos quadros das instituições aproximando-as da realidade das relações Internacionais actuais, o que compreende a aceitação de novos poderes. As entrevistas tiveram lugar a meio de Abril de 2012,, pesquisa de 12 de abril de 2012, mais informação disponível online: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,contentMDK:23159732~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html>.

<sup>225</sup> A este respeito cf. Cf. Lampreia, Luiz Filipe, O Brasil e os ventos do Mundo – Memórias de cinco décadas na cena internacional, Editora Objectiva, ISBN-13: 9788539000678, 2010.

<sup>226</sup> Cf. G4 compreende a Alemanha, Índia, Brasil e Japão. Comprometeram-se a apoiar-se mutuamente nas suas candidaturas para o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

<sup>227</sup> Vd. SCHIRM, Dr. Stefan A., «Emerging Power leader in global governance: assessing the leader-follower nexus for Brazil and Germany»- paper preparado para o ECPR Joint Session Workshop, 7 de maio de 2007.

como um dos iniciadores das considerações finais na conferência de Copenhaga reforça as suas ambições de se destacar a nível global (a conferência Rio + 20 é um excelente exemplo de um movimento de envergadura internacional com coordenação brasileira); participação no G8 e O5 (Outreach Five); O interesse da UE em começar uma parceria com o Brasil. Para o autor estes feitos do Brasil a nível internacional reforçam o seu perfil de poder global<sup>228</sup>.

#### 3.3.4. O Brasil como potência média

Embora o debate em torno dos conceitos de potência em que o Brasil pode encaixar seja rico em discussões há um tipo de potência a que o perfil de poder do Brasil nunca corresponderia, referimo-nos ao conceito de pequena potência. Os pequenos Estados são identificáveis, para além dos elementos referidos anteriormente no capítulo II, por precisar de ajuda externa, margem reduzida de segurança e pelos líderes dos pequenos Estados verem as suas fraquezas como inalteráveis<sup>229</sup>. Em nenhum destes três pontos se reconhece o caso do Brasil, é um conceito inaplicável ao nosso caso de estudo.

Pela sua dimensão de poder o Brasil forjou estrategicamente uma aliança com os EUA que servia um duplo propósito: proteger o Brasil dos jogos de poder e força político-económicos dos europeus e preservar ao máximo a sua autonomia – sinergia incluída na ideia de pan-americanismo.

Já na conferência de Versalhes foi designado parte do grupo de potências com interesses limitado. Segundo Whight é através dos interesses que melhor se identifica uma grande potência. As grandes potências consideram interesses gerais interesses tão vastos como o sistema interestatal, que no séc XX é de dimensão mundial<sup>230</sup>.

Com ginástica diplomática o Brasil assumiu posição de líder entre potências de interesses limitados e trabalhando em conjunto com as mesmas e pela eficácia das gestões das suas comissões conseguiu mais proeminência e algum envolvimento na decisão das questões de interesse geral que serviram para construir a nova ordem internacional do pós IGG. A sua estratégia neste momento já anunciava a condução

---

<sup>228</sup> Cfr. MALAMUD, Andrés, «A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between Foreign Policy», in *Latin American Politics and Society*, vol. 53, nr. 3, 2011, pp. 1–24.

<sup>229</sup> Vd. KEOHANE, Robert O, «Lilliputian Dilemmas: Small States in International Politics» in *International Organization* nr. 23, 1969, pp. 291-310.

<sup>230</sup> Vd. Wight, Martin e Bull, Hedley, 1932-1985 e Holbraad, Carsten 1978, *Power politics*, Leicester University Press, Leicester

futura nas relações internacionais.

A potência média insere-se naquilo que Gélson Fonseca Jr. consideraria: “um espaço politicamente viável de proposições diplomáticas, permitindo-lhe ser um articulador de consensos”, papel cada vez mais frequente do BR como tertius-interpartes<sup>231</sup>. Papel que consegue desempenhar por não ser monster country. A explicação para não ser monster country é por não ter, segundo o Chanceler Saraiva Guerreiro, “um excedente de poder, nem excedentes de atração cultural, económica ou política” (...) pela limitação dos seus meios é uma potência média no sistema internacional, ao mesmo tempo é uma potência média de escala continental...”<sup>232</sup>. Ou seja, o seu papel na escala mundial, a sua leitura grociana das RI não correspondem ao perfil de monster country de Kennan. A credibilidade do Brasil como instrumentalizador de soft power é evidente: “o exercício deste papel gerador de soft power é, assim, um componente da nossa identidade internacional, voltado para o tema da estratificação internacional...”<sup>233</sup>.

Movendo-se na ordem internacional através da diplomacia e negociação o Brasil define-se como anti-hegemónico. A sua política exterior é dos pontos mais fortes da formulação política e a sua estratégia regional é subordinada a objetivos globais – principalmente á ascensão a uma posição mais elevada nos fóruns internacionais. Fazendo-se valer das regras e agendas, para a construção das quais colabora, a nível internacional, aproveita a posição de destaque para ser porta-voz do Sul, promotor de alianças, mediador...contribuindo para solucionar conflitos provendo mediação. O Brasil, segundo Gratiús, assume-se como potência média sem aspirar á liderança regional, é uma potência estabilizadora da região. Constrói agendas de integração e participa em missões de paz regionais. Não entra em conflito com os seus vizinhos e tem um compromisso para com o aprofundamento do regionalismo. Segundo a autora dois elementos que limitam o poder do Brasil entre os poderes emergentes são a língua e a diplomacia modesta, embora quanto ao segundo devemos salientar que a doutrina diverge e há muitos autores que, pelo contrário, enaltecem a diplomacia brasileira e

---

<sup>231</sup> Cf. Lafer, Celso, “O Brasil no eixo assimétrico do sistema internacional: uma potência média de escala continental e as constantes grocianas de sua actuação no plano multilateral.” in A Identidade Internacional do Brasil – a política externa Brasileira, São Paulo, Perspectiva, 2009 APUD Gelson Fonseca Jr. , A legitimidade e outras questões Internacionais, pp.137- 248.

<sup>232</sup> Cf. Idem APUD Conferência do Chanceler Saraiva Guerreira na Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro em 3 de setembro de 1982,in Resenha da Política Exterior do Brasil, nº 34, 1982, pp 80-81.

<sup>233</sup> Vd. Idem, pp 78.

consideram o Itamaraty um formulador diplomático de referência mesmo a nível regional.

Através das suas ações conciliadoras e vincadamente multilateralistas o Brasil é uma potência que pela sua dimensão e população não consegue competir com outras como a China e a Rússia. Não tem hard power que lhe permita ser uma potência militar relevante, logo não pode ser considerado grande potência mas sim uma média potência, a nosso ver média potência com grandes aspirações.

Salta á vista o Estado logístico, que teve a sua implementação mais perfeita no Chile, e que ainda hoje vigora no Brasil. Este perfil de Estado, transversal em correspondência paradigmática e período político-histórico em que vigora - é resultado da frustração das experiências neoliberais na América Latina. Os dirigentes brasileiros perceberam que os dirigentes dos países do centro (exemplo, França, Espanha), não tinham aplicado os preceitos neoliberais que impunham aos países da periferia da América Latina.

Pelos anos 70 o Brasil começa a adotar uma política de limitação de danos tentando evitar: a diferenciação entre países em desenvolvimento, o enfraquecimento das regras multilaterais e tornar as políticas e práticas domésticas substantivas cada vez mais ligadas ao regime internacional. Na mesma década começa a investir no reforço de laços com os seus vizinhos da América Latina<sup>234</sup>.

Na perspetiva de Lima e Hirtz, como poder que aspira a uma posição de média potência, tem reforçado a sua intervenção nos fóruns multilaterais, espaços de movimentação por excelência das médias potências. Simultaneamente tenta expandir o seu papel e responsabilidades nas agendas do terceiro mundo e na região sul americana. A procura do reforço da aplicação das normas e regras de conduta internacionais, bem como da sua formulação, a procura de um balanço entre peacekeeping e peacebuilding e a reforma da composição e estrutura da tomada de decisão por parte do Conselho de Segurança são os pontos principais de interesse do Brasil na agenda da ONU e demonstram o cariz extremamente multilateralista dos seus interesses, cariz que desde a Liga das Nações tem marcado a sua tentativa de assumir um papel intermédio nos principais espaços de governança global existentes.

---

<sup>234</sup> Vd. DE LIMA, Maria Regina Soares de, e HIRST Monica, «Brazil as an Intermediate State and Regional Power: Action, Choice and Responsibilities» in *International Affairs* nr. 82, 2006, pp. 21-40.

Cada vez mais, ao enfrentar os seus problemas internos, tenta promover o engajamento dos partidos políticos na política externa, aumentando o interesse a nível doméstico pelas relações internacionais brasileiras. Com Lula as políticas sociais passaram a ser parte da agenda da política externa procurando, por exemplo, a justa redistribuição de lucros a nível internacional que desde o governo FHC II, após cunhar o conceito de “globalização assimétrica”, o Brasil declara como existente na esfera internacional.

Procura, segundo as mesmas autoras, uma posição intermédia entre grandes e pequenos poderes, num confortável meio termo, papel de mediador, defendendo os interesses dos pequenos poderes mas adotando uma postura de grande potência<sup>235</sup>. Como membro fundador do GATT por um lado defende o comércio baseado na cooperação e desenvolvimento, por outro opõe-se aos princípios de mercado aberto que dominavam o GATT apoiando iniciativas como, por exemplo, a cláusula da nação mais favorecida e a não discriminação como formas de fintar o proteccionismo dos poderes industriais que tanto afeta o desenvolvimento dos países do Sul.

Como potência média o Brasil tem contado com o importante contributo do Itamaraty pois as médias potências, por natureza, influenciam as relações internacionais pela sua ação nos espaços multilaterais, ação que cabe em primeiro lugar ao Itamaraty, como formulador e como executor.

#### Considerações Finais – Avaliação de Modelo e Sugestões

No seu estudo sobre o Brasil como potência regional e potência global em emergência, Paulo Roberto de Almeida defende que o Brasil desfruta de uma posição especial de país continente. A importância que vai adquirir no futuro será, principalmente, económica. Já tem um lugar de proeminência no fornecimento de certas matérias-primas e produtos agrícolas a nível mundial, bem como reservas significativas de recursos naturais.

Se a taxação e nível de regulação baixarem o Brasil terá mais facilidade em inserir-se num ciclo virtuoso económico. As reformas domésticas são fundamentais para conseguir o papel a nível internacional que procura.

Perspetiva também as evoluções possíveis, até 2020, da situação geral do Brasil:

---

<sup>235</sup> Idem.

a) Economia sólida e moderna, mas com alguma desigualdade social; b) Sociedade Justa, com concentração do governo na redução da pobreza e da distância entre ricos e pobres; c) Brasil enfrentará crise política e económica, cuja prolongação levará ao aprofundar dos problemas sociais num cenário internacional de fragmentação e proteccionismo que apenas piora a situação.

Nas suas notas finais o autor refere que o Brasil continuará a sua ascensão mas não num ritmo que lhe permita chegar ao topo da economia mundial num futuro próximo. Aconselha que se continue com a diplomacia e trabalho de cooperação, nas vertentes Sul-Sul e multilateral. Um foco nas relações diplomáticas nos vizinhos latino americanos e nos países africanos bem como em outros Estados em desenvolvimento seria bastante benéfico para a posição brasileira. Salienta, ainda, a importância da ultrapassagem dos problemas a nível interno para uma completa realização a nível internacional<sup>236</sup>.

O reconhecimento do Brasil em cada conceito de potência está intimamente ligado ao discurso político, tanto o brasileiro como o exterior. Exemplo disso foi o “reconhecimento” por parte do atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, da posição brasileira como potência regional mas com ambições globais<sup>237</sup>. Condições básicas para a liderança segundo Schirm são: recursos, ambição e resistência<sup>238</sup>. Uma série de recomendações que aprendemos com Celso Lafer resumem, parcialmente, as conclusões a que se pode chegar quanto ao Brasil potência: a autonomia foi construída com base no distanciamento. Agora é o momento de estruturar-se na colaboração para formular regras e regulamentos internacionais de conduta da gestão da ordem mundial, na lógica da “continuidade na mudança” parte da estratégia externa brasileira e que deve ser aprofundada. É no tabuleiro multilateral que melhor consegue agir na formulação das condutas de gestão.

O aumento de credibilidade através de estratégias de soft power, processando construtivamente os novos temas internacionais na sua agenda, pela participação,

---

<sup>236</sup> Vd. De Almeida, Roberto Paulo, “Brazil as a regional Player and an emerging Global Power”, Friedrich Ebertstiftung-Briefing Paper 8- julho 2007.

<sup>237</sup> Cf. CFR, “The Outlook from Brazil”, entrevista com Matias Spektor, professor de relações internacionais na Fundação Getúlio Vargas, 9 de março de 2012. Pesquisa de 15 de abril de 2012, disponível em: <http://www.cfr.org/united-states/outlook-brazil/p27601>.

<sup>238</sup> Cfr. SCHIRM, Dr. Stefan A., «Emerging Power leader in global governance: assessing the leader-follower nexus for Brazil and Germany»- paper preparado para o ECPR Joint Session Workshop, 7 de maio de 2007.

evitando distanciamento (estratégias que defende no tabuleiro multilateral). Na área do desenvolvimento - tópico-chave na agenda - o mais importante são os interesses financeiros e os interesses no comércio exterior. No que diz respeito ao “custo brasil” preço pela internalização do mundo globalizado, requer reformas (tributária, segurança social) que permitam ultrapassar alguns dos mais graves problemas da esfera doméstica, que são a principal origem dos problemas na esfera internacional.

O maior desafio para o Brasil é conseguir conjugar a manutenção de um espaço próprio a nível interno com a internalização da sociedade internacional. Seja em termos sociais, económicos, com globalização e macro políticas ganhando terreno sobre as políticas nacionais e cada vez maior produção de regras e regulamentos aplicáveis a nível internacional que os Estados têm de incorporar sob o risco de ficarem marginalizados<sup>239</sup>.

Para Gratius, o Brasil é claramente uma média potência, mas com dimensões de potência global <sup>240</sup>. Como ator global adquire cada vez mais responsabilidades, o que vai de encontro á re-descoberta do Estado como garante da estabilidade e segurança internacionais num contexto internacional de grandes mudanças na hierarquia dos poderes, principalmente com os emergentes do sul. A emergência destes atores também tem influência na redistribuição de poderes que está em processo. Tal como analisado no Capítulo I, a ordem internacional tem sofrido diversas mudanças nas últimas décadas. Algumas de origem mais política, outras de origem económica, ideológica, cultural. A nosso ver, podemos falar de mudanças geográficas pois é toda uma “deslocalização” de poder que parece estar a ter lugar. Novos centros de poder surgem, com a mesma pujança que as grandes potências do século passado mas com outros recursos, outras culturas, outras ideologias e regulamentações, outros fatores de poder a ter em conta.

Pela dificuldade da pesquisa, da perceção das mudanças que ocorrem, dada a proximidade histórica dos acontecimentos, vamos agora debruçar-nos na elaboração de modelos de análise através dos quais esperamos concluir quais são os elementos *sine qua non* para se ser uma potência neste século, neste clima de mudança internacional onde uma ordem terá de existir, a bem das nações.

Os modelos que propomos para finalizar esta análise e para responder á nossa

---

<sup>239</sup> Vd. Lafer, Celso, “O desafio do século XXI: o desenvolvimento através da inserção no mundo” in A Identidade Internacional do Brasil – a política externa Brasileira, São Paulo, Perspectiva, 2009.

<sup>240</sup> Cf. GRATIUS, Susanne «O Brasil nas Américas, potência regional Pacificadora?» FRIDE, Working Paper 35, abril 2007.



questão: “ao repensar o conceito de potência qual o contributo do Brasil para esta re-definição?” considerámos que os instrumentos mais adequados seriam uma análise SWOT, uma análise PEST e, por fim, concluímos com um modelo construído com base nas observações feitas quanto às limitações e maiores vantagens analíticas que os dois anteriores nos providenciaram.

Através da análise SWOT (Strenghts/Forças, Opportunities/Oportunidades, Weaknesses/Vulnerabilidades e Threats/Ameaças) temos uma visão do conceito de potência, das suas linhas de força e limitações, bem como o ponto de vista externo e do ponto de vista interno sobre estas linhas.

A análise PEST (Political/Política, Economical/Económica, Social/Social, Technological/Tecnológica) foca-se nos parâmetros exteriores. É da maior relevância pois uma das conclusões a que chegámos foi a da importância dos parâmetros externos para a definição da potência. Assim a análise dos componentes de poder exteriores, dentro dos âmbitos referidos permite a compreensão da globalidade dos elementos fortes da política exterior brasileira.

Se no capítulo I analisámos as mudanças da sociedade internacional e no capítulo II os vários perfis de potência, o capítulo III desenvolve o complexo de política externa brasileira. Aborda como é que o Brasil se tem vindo a inserir na sociedade internacional. Com os recursos de poder que identificámos no capítulo II, as teorias existentes para cada um dos perfis do Brasil como potência que analisámos no capítulo III, vamos concluir o porquê, e a medida em que, se revê em cada uma das potências.

Assim, após as pesquisas efetuadas no desenvolver deste trabalho reunimos os elementos que serão conteúdo para a análise SWOT - anexo I- a que nos propusemos e para uma análise PEST- anexo II. Pela natureza desta dissertação o conteúdo foi baseado nos trabalhos de outros autores mas esta parte da análise é a nossa conclusão. Embora tendo como referência as regras de utilização de cada um destes modelos como ferramenta de análise a ponderação e consideração na escolha de onde encaixar cada um dos elementos de poder que concluímos existir é da nossa responsabilidade.

É possível verificar pelos vetores contemplados que os modelos de análise seguidos foram escolhidos não só pela sua atualidade mas por serem instrumentos eficazes no complexo encadeado de conceitos e elementos do conteúdo que caracteriza a potência. O nosso case study, o Brasil, é a potência que analisámos por considerarmos

ter um perfil que se adequa ao modelo para definição da nova potência de século XXI.

Adaptados das ciências económicas, pela sua clareza e pouca complexidade, estes modelos fornecem uma visão clara e muito esquematizada dos elementos de poder que definem a potência Brasil.

No anexo I, através da análise SWOT, podemos concluir que, a nível interno, vulnerabilidades e forças atingem quase a mesma proporção, o que confirma o que a nossa pesquisa demonstrou nos capítulos II e III do trabalho, os grandes desafios da potência Brasil são a nível interno. Quanto ao externo as ameaças são claramente menos significativas do que as oportunidades. Quer isto dizer que a nível de posicionamento exterior, neste modelo de análise, o Brasil apresenta diversos elementos de poder que indicam que pode ir mais além e que já há uma estrutura e contexto para que possa tirar o máximo proveito dessas oportunidades. Referimos ainda que várias dessas oportunidades a nível exterior são criadas pelo próprio Brasil (como a procura da adaptação do sistema internacional á realidade política e económica existente). É um dos fatores que nos levou a incluir a governança global como vetor de poder específico no nosso modelo de análise.

Uma observação atenta dos elementos/recursos de poder em cada setor da análise SWOT permite concluir que a maioria dos fatores internos de poder tem tendência a ser característica, ou seja, elemento, recurso (quantitativos, concretos, independentes) enquanto que os externos tem tendência a ser circunstâncias, contextos de poder/das relações de poder (qualitativos, intangíveis, dependentes). Podemos explicar a repetição de alguns elementos de poder em áreas diferentes da análise SWOT, como, por exemplo, parte da sua energia ser fornecida pelo exterior. Pela transversalidade de certos elementos de poder a vários dos setores, e prismas de análise, eles repetem-se.

Por outro lado a análise PEST ultrapassa a questão da transversalidade pois está dividida por setores bem definidos, embora seja focada para o exterior e peque pela não inclusão de certos recursos interiores de poder. Este modelo mostrou-nos um equilíbrio relativo entre as diversas áreas em análise, exceto quanto ao setor da política, que reúne mais elementos de poder do que os outros setores.

Quanto ao setor Tecnológico ganha cada vez mais relevância e os planos

brasileiros para o desenvolvimento nesta área fundamental para o exercício do poder, atualmente, são muitos. Não incluímos todos os pontos do plano Ciência Sem Fronteiras porque nos iriam ocupar muito espaço e não seria equilibrado analisá-los tão detalhadamente quando nas outras áreas também nos limitamos aos pontos principais. Por termos referido alguns dos elementos do programa a lista, á primeira vista, alonga-se mais no setor tecnológico do que nos outros, mas queremos, com esta explicação, evitar conclusões errôneas. É um fator prioritário para o governo brasileiro e potências em geral mas não é, per si, garantia do estatuto de potência. É um vetor que deve ser englobado no conjunto de vetores de poder relevantes para o modelo de análise da potência atual, assim incluímo-lo no nosso modelo dentro do vetor do ciberpoder.

Os setores económico e social sempre jogaram(ão) um papel fundamental na definição das potências, por isso também os incluímos no nosso modelo, sob o vetor Recursos Tradicionais de Poder.

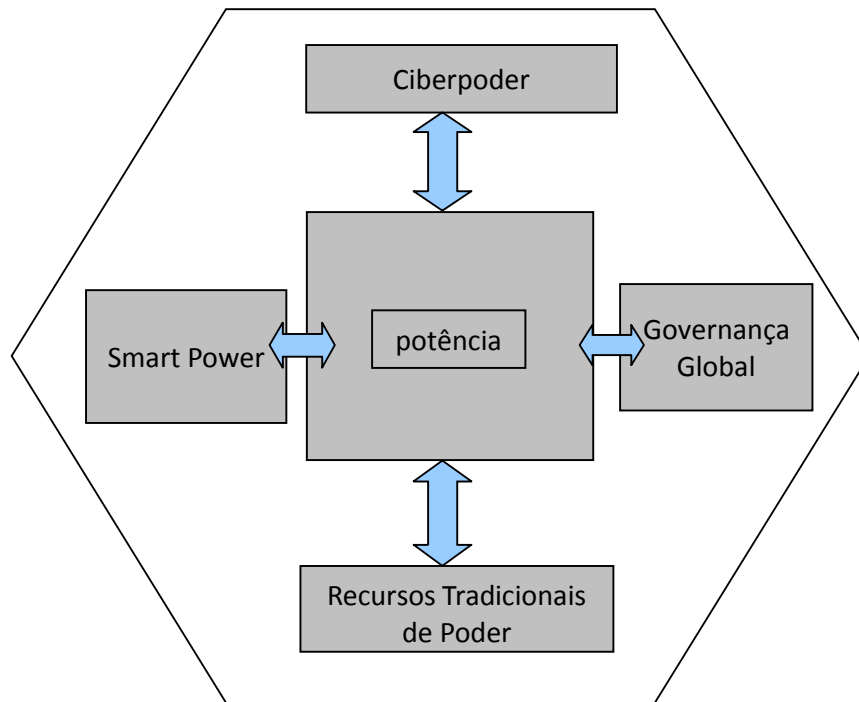
As principais limitações dos modelos referidos estão na divisão entre esferas externa/interna. Para um analista de relações internacionais é um desafio conseguir separar certos traços de poder numa área interna e externa pois, por exemplo, a política externa faz a ligação tanto entre os princípios de política interna como dos interesses brasileiros a nível exterior.

Se um dado elemento de poder, como uma política universalista, é de formulação interna mas de expressão externa é penoso fazer essa divisão. Arriscámos, com o conhecimento adquirido pela nossa pesquisa, fazê-lo, e extraímos diversas conclusões, entre as quais a importância mas não suficiência das análises SWOT e PEST para o nosso objeto de estudo.

Tentamos num terceiro modelo, a que chamámos hexágono do poder, elaborado por nós, ultrapassar as limitações ou aspetos menos eficientes dos modelos SWOT e PEST para a análise do conceito de potência. Hexágono porque tem 6 elementos. Quatro vetores de poder em análise centrados na potência (5º elemento) e o 6 elemento são os fluxos de poder entre os vetores e a potência pois estas relações não são estanques nem dependem apenas da potência, caso contrário os vetores partilhariam diretamente o mesmo espaço geográfico que a potência no nosso modelo analítico. Pelo contrário as sinergias de poder (representadas por setas) são o que liga os vetores à potência, e vice-versa.

## Proposta de Modelo

### Hexágono do poder



Estes vetores foram escolhidos pois concluímos, por toda a análise anterior ao modelo, serem os que melhor resumem os elementos de poder mais relevantes e característicos das potências da atualidade.

O ciberpoder é fundamental numa sociedade globalizada e de informação. É essencial para a securitização do Estado (informatização dos sistemas de segurança, informação privilegiada armazenada online). Incluem-se neste vetor elementos de poder como as TIC, no sentido global. Tanto a sociedade como o governo estão dependentes de ciber ferramentas. Desde as tarefas mais simples, às mais complexas operações administrativas, passando por estratégias governamentais para uma área cibernética atualizada o ciberpoder joga o papel principal. Como instrumento de dissuasão e/ou de

ataque é uma opção cada vez mais viável. Investindo em profissionais de excelência e constante supervisão é garante de uma posição confortável na hierarquia de poderes a nível internacional.

O vetor da governança global assume-se no nosso modelo como vetor específico pelas grandes transformações que os fluxos globalizadores operaram na sociedade internacional. Mais do que apenas um elemento de poder a governança global inclui uma cada vez mais extensa lista de elementos de poder bem como de materializações (em fóruns, resoluções, etc), sendo um dos conceitos das relações internacionais que mais debate tem suscitado, pela importância mas pouca clareza do seu significado e alcance que deve assumir. Em função da relevância que a governança global adquire autores como Heinbecker identificam o aparecimento de um novo multilateralismo<sup>241</sup>. O mesmo autor também refere o papel dos novos poderes como partes deste novo multilateralismo e cita o Brasil e Índia como mais aptos a exercê-lo que a China e a Rússia, pela natureza dos seus regimes. Neste novo multilateralismo a sociedade civil joga um papel fundamental mas nas duas últimas potências mencionadas, o espaço de manobra dado á sociedade civil é quase inexistente, logo esta não intervém em assuntos de governança global. Alguns dos elementos de poder parte do vetor da Governança Global são o multilateralismo, fomento da criação de espaços de troca de informação/decisão transnacionais, formais ou não; mediação/servir de referência em casos de disputas internacionais, capacidade de moldar o sistema internacional em termos ideológicos/económicos/políticos, poder bloqueador ou impulsionador dos principais assuntos da agenda internacional ou pontos quentes, capacidade para dar resposta rápida e eficaz a situações de emergência de proporções que exijam intervenção internacional;

A escolha do Smart Power é resultado da perceção do papel das estratégias de conversão inteligentes: potenciam e operacionalizam o soft/hard power e são fundamentais para a manutenção de poder da potência. Por exemplo: inteligência militar, nível de formação dos quadros, boas redes de coordenação e planos/estratégias adequadas e formuladas pelos setores mais indicados, investimento em pesquisa estratégica. No fundo, soft e hard power sem smart power não valem de muito, são

---

<sup>241</sup> Vd. HEINBECKER, Paul, HAMPSON, Fen Osler (cont), «The "New" Multilateralism of the Twenty-First Century» in *Global Governance*, vol. 17, nr. 3, 2011, pesquisa de 23 de junho de 2012, disponível online em : <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=5052467570>.

recursos de poder mal empregues ou desprezados por falta desse elemento essencial de planificação, ou backstage. As potências atuais apostam no smart power e um dos motivos é a cada vez maior escassez de outros elementos de poder e complexificação do sistema internacional, obrigando a uma otimização das estratégias para mais eficiente uso dos recursos existentes.

A operacionalização do modelo é igualmente simples. Os fluxos de poder no modelo proposto estão representados por setas que vão nas duas direções existentes: da potência e para a potência. A explicação para esta dualidade reside na já mencionada limitação para este tipo de análise da divisão entre fatores internos/externos que é proposta nas análises SWOT e PEST. No entanto, a natureza das potências internacionais e das suas relações de poder não permite que se possa fazer uma análise séria sem ter em conta interior e exterior. Por isso as setas ligam ambas as esferas: por um lado influem no exterior e, por outro recebem influência do exterior. Estas sinergias refletem-se na disponibilidade dos recursos de poder e na classificação da potência na hierarquia de poderes. Por outro lado, consoante a potência, os vetores de poder em análise e os elementos de poder que os constituem adquirem mais ou menos relevância na ordem internacional.

Assim, no nosso modelo, o fluxo de poder entre as potências atuais é um fluxo de reciprocidade centrado na potência. Se voltarmos á análise das mudanças na ordem internacional desde 1989 do capítulo I deste trabalho concluí-se com facilidade que foi a partir da identificação das grandes potências desses momentos que se operaram as transições. Os modelos que vingaram foram aqueles que mais convinham a esses poderes. Modelos, na maior parte dos casos, que já vigoravam a nível interno e cuja disseminação mundial foi uma questão de tempo após o reconhecer geral do estatuto desses poderes como potências-chave. Daí a centralidade da potência no nosso modelo. Um modelo eficaz para analisar a potência parece-nos ter de, imperativamente, vê-la como produto dos recursos e relações de poder (incluídas no nosso modelo no vector de smart power) que a constituem e dos quais ela depende para a sua projeção de poder no exterior. Esse exterior, sistema internacional, vai moldar-se á sua imagem pois por um lado precisa de uma referência coordenadora e, por outro, a própria potência fá-lo intuitivamente ao difundir modelos políticos, económicos, sociais e culturais.

Por fim o vetor dos recursos tradicionais de poder. Este vetor foi seleccionado

pela sua óbvia importância. Certos fatores de poder são imutáveis. Em qualquer contexto internacional ou momento histórico têm um peso importante na identificação das potências. Destacamos a geografia, as estratégias de desenvolvimento, a posição/as circunstâncias geográficas, a extensão territorial, os recursos populacionais e os recursos naturais/energéticos. A capacidade industrial e a capacidade militar são alguns exemplos. Consideramos que ambos hard e soft power estão incluídos neste vector.

Poderíamos tê-los acrescentado como vetores em separado, ou mesmo mencionado outros vetores. Não o fizemos, pois propusemo-nos no início deste trabalho a tentar construir um modelo simples que pudesse ser utilizado para futuras análises e parece-nos que, para cumprir o seu objetivo, deve ser abrangente mas pragmático. Estes vetores veiculam os elementos que a nossa investigação nos mostrou serem os mais importantes para identificar o perfil de potência da nossa atualidade, o século XXI.

Foi importante no capítulo II termos seguido um esquema qualificador dos elementos de poder: mensurável qualitativa ou quantitativamente - MQL ou MQT- , concreto (C) ou intangível (I), variável dependente (D) ou independente (ID). Ao rever os elementos de poder e classificá-los consoante um esquema concluímos que os elementos de poder, grande parte das vezes, são intangíveis e qualitativos – influência na governança global, alcance de poder, estratégias de política externa, poder de conversão- smart power. Os elementos de poder das potências que analisámos, principalmente das potências emergência, média e global, são fatores de difícil quantificação e identificação. Como resultado o perfil de potência não encaixa numa simples equação de números inteiros, há muitas vírgulas e décimas a ter em conta. A independência da maioria das variáveis quanto ao sistema internacional reforça a mensagem da importância do poder de conversão, o perfil de potência também depende diretamente do uso feito dos recursos de poder existentes.

A operacionalização do modelo para outros poderes é simples. Escolhemos o objeto (potência) que se quer analisar. Reúne-se, através de pesquisa, os elementos que correspondem aos quatro grandes vetores de poder, Ciberpoder, Governança Global, Recursos Tradicionais de Poder, Smart Power. Dentro de cada vetor incluímos os elementos principais que os compõem e que o nosso objeto de estudo apresenta. A pesquisa deve englobar os fluxos/sinergias de poder que fluem entre os vetores de poder e a potência pois há que ter em conta a vontade da potência, os fatores

intangíveis e as dinâmicas internacionais, por isso a seta é de dois sentidos.

Concluimos que, se o poder analisado apresentar elementos fortes em todas as áreas, se estes elementos tiverem uma relação dinâmica com o exterior e se o poder em análise tem dimensão, espaço de manobra e capacidade para exercer esses elementos de poder, é uma potência do século XXI. Este é o modelo de análise que propomos e que pudemos elaborar graças ao nosso caso de estudo, o Brasil. Este reúne não só elementos de poder relevantes para o século XXI mas, também, apresenta as vulnerabilidades e fraquezas que a maioria dos países emergentes, em diferentes escalas, apresentam. Esperamos que possa contribuir para futuras análises e que clarifique um pouco qual o perfil da potência do século XXI.

Como em todas as matérias das Relações Internacionais o desafio deste trabalho, o desafio deste modelo é conseguir transmitir em palavras e em figuras a complexidade das relações de poder internacionais. O futuro da ordem internacional joga-se todos os dias. As potências são os atores que têm poder para agir, é delas que podemos esperar as linhas de referência que vão caracterizar a História do século XXI. Um dia irão escrever sobre elas. Hoje acreditamos que o Brasil terá um papel predominante na História por escrever. Não podemos declarar que o amanhã lhe pertence, mas podemos confirmar que hoje joga por esse amanhã.



## Referências Bibliográficas

### Capítulo 1

#### Artigos

FUKUYAMA, Francis « The End of History? » in The National Interest, verão 1989.

HAAS, Richard «The Age of Non Polarity» in Foreign Affairs, 16 abril, 2008.

HUNTINGTON, Samuel «The Clash of Civilizations? » in Foreign Affairs, Summer 1993,nr 72,3.

KAGAN, Robert «End of Dreams, Return of History» in Policy Review, nr. 143, julho 2007.

LEWIS, Bernard « The Roots of Muslim Rage » in The Atlantic, setembro 1990.

GREENWAY H.D S., teve o seu maior impacto no artigo «Adversaries create devils of each other » in The Boston Globe, de 15 de dezembro de 1992.

SAID, Edward «The Clash of Ignorance» in The Nation, 22 de outubro, 2001.

FAREED, Zakaria « The Future of American Power - How can America Survive the Rise of the Rest? » in Foreign Affairs, maio/junho de 2008.

#### Livros

Burns, Robert. Pickard- Rayment, Hugh (Ed), Philosophies of history: from enlightenment to post modernity, Wiley-Blackwell, 2000, pp. 308-309.

Frost, Bryan-Paul, Ph.D., Prof. , University of Louisiana at Lafayette, Alexandre Kojeve - Gallery of Russian thinkers...selected by Dmitry Olshansky, consulta de 25 de setembro de 2011, disponível online em: [http://www.isfp.co.uk/russian\\_thinkers/alexandre\\_kojeve.html](http://www.isfp.co.uk/russian_thinkers/alexandre_kojeve.html).

Kinzo, Maria D'alva, (Ed.) Brasil Since 1985: Politics, Economy and Society, Institute of Latin American Studies, University of London School of Advanced Studies, 2003.

Kojève, Alexandre - Internet Encyclopedia of philosophy, IEP, a peer-reviewed academic resource, pesquisa de 8 de outubro de 2011, disponível online em: <http://www.iep.utm.edu/kojeve/>.

Lawson, George Ambruster, Chris and Cox, Michael (eds) - The Global 1989 Continuity and changes in World Politics. Universidade de Cambridge, publicado em setembro de 2010, ISBN 13: 9780521147910.

Lee Ray, James - Global Politics. Editora Houghton Mifflin Company, 1995, ISBN 0-395-70848-6

Rolland, Denis et al. - Le Brésil et le Monde: pour une histoire des relations internationales des puissances émergentes- Editora L'Harmattan, 1998.

Silva, Alberto Carvalho da et al - Brazil: Dilemmas and Challenges. São Paulo, Edusp, Instituto de Estudos Avançados, 2002.

Sousa de Fernando (Dir.) - Dicionário de Relações Internacionais, "potência", 2ª edição, Edições Afrontamento, 2008, pp. 139-140.

Vanden, Harry E. Prevost, Gary- "Brazil"- Chaffee - Politics of Latin America in The power Game, Oxford University Press, Nova Iorque, 2002, pp. 483-512, ISBN: 9780199797141.

Went, David (Ed.) - Handbook of Political Science "Research on Latin America – Trends from the 1960's to the 1990s". Greenwood, EUA, 1990, ISBN 0-313-26446-5.

### Webgrafia

[http://www.isfp.co.uk/russian\\_thinkers/alexandre\\_kojeve.html](http://www.isfp.co.uk/russian_thinkers/alexandre_kojeve.html).

<http://www.iep.utm.edu/kojeve/>.

HAAS, Richard «The Age of Non Polarity» in Foreign Affairs, 16 abril, 2008, pp.1, disponível online em [http://www.realclearpolitics.com/articles/2008/04/the\\_age\\_of\\_nonpolarity.html](http://www.realclearpolitics.com/articles/2008/04/the_age_of_nonpolarity.html) , pesquisa de 29 de setembro de 2011.

## Capítulo 2

### Artigos

AIYAR, Swaminathan S. Anklesaria «Small states: not handicapped and under-aided, but advantaged and over-aided» in The Cato Journal, vol. 28. nr. 3. Publicado em 2008, pp. 449, pesquisa de 12 de fevereiro, para consulta online em: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=5034683168>.

ALLES, Miguel Leonardo, "A diplomacia brasileira pos-westfaliana: da não-intervenção à não-indiferença", pesquisa de 25 de agosto de 2012, disponível online em: [http://www6.ufrgs.br/sncp/4SNCP/GT\\_PolIntern/LeonardoAlles.pdf](http://www6.ufrgs.br/sncp/4SNCP/GT_PolIntern/LeonardoAlles.pdf).

ARMIJO, Leslie Elliott, «The BRICs Countries (Brazil, Russia, Índia, and China) as Analytical Category: Mirage or Insight?» in *Asian Perspective*, vol 31, nr. 4, 2007, pp.7-42, pesquisa de Outubro de 2011, consulta online em: <http://www.asianperspective.org/articles/v31n4-a.pdf>.

BEAUDRY, Pierre, « The Economic Policy That Made the Peace of Westphalia » (EIR) in Schiller Institute, maio, 2003, pesquisa de 15 de dezembro de 2011, disponível online em: [http://www.schillerinstitute.org/strategic/treaty\\_of\\_westphalia.html](http://www.schillerinstitute.org/strategic/treaty_of_westphalia.html).

ELIAS, Norbert, «Power and Civilisation» in *Journal of Power*, Vol.1, nr. 2, 2008, pp.135-142 consultado a 29 de Outubro de 2011, disponível online em <http://dx.doi.org/10.1080/17540290802309540>.

FERRO, Mónica, " A responsabilidade de Proteger- contributos para um debate" in *Jornal de Defesa*, publicado 2009/06/04, consultado dia 26 de Junho, disponível online em : [http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=706](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=706).

FIORI, José Luís «Sobre o poder global» in *Novos estudos – CEBRAP*, nr.73 pp. 61-72 consultado a 30 de dezembro de 2011, disponível online in : [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002005000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300005&lng=en&nrm=iso)

FLEMES, Daniel «Emerging Middle Powers' Soft Balancing Strategy: State and Perspectives of the IBSA Dialogue Forum» APUD Cooper, Higgot and Nossal 1993: 19) in *GIGA Working Paper 57*, 2007 Hamburgo, pesquisa de 26 de outubro de 2011, disponível para consulta online in: [http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/wp57\\_flemes.pdf](http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/wp57_flemes.pdf).

GILLEY, Bruce, «Middle Powers during Great Power Transitions » in *International Journal*, Vol. 66. nr. 2, 2011 pesquisa de dia 11 de dezembro de 2011, versão electrónica para acesso em: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=5049758131>.

GRATIUS, Susanne, «Las Potencias Emergentes: Estabilizadoras o Desestabilizadoras?» in *Comentário, Fundación Para las Relaciones Internacionales y el Dialogo Exterior, FRIDE*, Abril de 2008.

HART, Andrew F. e JONES, Bruce D. « How do rising powers rise? » in *Survival*, vol. 52, nr. 6, 2011, pp.63-88, disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/00396338.2010.540783>, outubro de 2011, pp 63-88.

HIRTZ, Mónica, Seminário: “El estado de la disciplina de las Relaciones Internacionales en América”, The Study of International Relations In Latin America, IRI-PUC-Rio, S.D, SL, pesquisa de 17 de abril de 2010, disponível para consulta in [http://interamericanos.itam.mx/documentos/herz\\_disciplina\\_ri.pdf](http://interamericanos.itam.mx/documentos/herz_disciplina_ri.pdf).

INGEBORG Maus, «From the National-State to the Global State, Or the Decline of Democracy» Universität Frankfurt am in *Impulso*, Piracicaba, vol. 14, nr. 33, pp. 113-134, 2003.

JORDAAN, Eduard, «The Concept of a Middle Power in International Relations: Distinguishing between Emerging and Traditional Middle Powers» in *Politikon: South African Journal of Political Studies* nr. 30, 2003, pp. 165-81.

NOLTE, Detlef, «How to compare regional powers: analytical concepts and research topics», in *Review of International Studies*, nr. 36, British International Studies Association, 2010, pp. 881–901.

NOLTE, Detlef «Potencias regionales en la política internacional: conceptos y enfoques de análisis» in GIGA Research Programme: "Dynamics of Violence and Security Cooperation", German Institute of Global and Area Studies / Leibniz-Institut für Globale und Regionale Studien nr. 30, outubro de 2006. Consulta de 2 de Agosto de 2011, disponível em [www.giga-hamburg.de/workingpapers](http://www.giga-hamburg.de/workingpapers).

ROCHMAN, Alexandre Ratner. « A avaliação de poder nas relações internacionais » in *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nr. 46, 1999, pp. 119-134. Pesquisa de 17 dezembro 2011, para consulta online: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451999000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000100006&lng=en&nrm=iso)

SCHOEMAN, Maxi «South África as an emerging middle power: 1994-2003» In: Daniel, J.; Habib, A.; Southall, R. (Ed.). *State of the nation: South Africa 2003-2004*. Cidade do Cabo: HSRC Press, 2003, 349-347.

WOOLCOCK, Michael “Globalization, Governance, and Civil Society” Background Paper in DECRG - Policy Research Report on Globalization, Growth, and Poverty: Facts, Fears, and an Agenda for Action - publicado dia 10 de agosto de 2001, pesquisa de 26 de março de 2012 in [http://siteresources.worldbank.org/INTGGP/Resources/2871\\_governance\\_woolcock.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTGGP/Resources/2871_governance_woolcock.pdf).

WILSON Dominic, PURUSHOTHAMAN Roopa, «Dreaming With BRICs: The Path to 2050 » in Global Economics Paper, nr. 99, Pesquisa Económica do GS Financial Workbench (<https://www.gs.com>) consultado a 3 de agosto de 2011, disponível online in <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf>.

ZHEBIT, Alexandre- «O Brasil no mundo que vem aí » BRIC, uma emergência global das novas potências - pela ocasião da V Conferência Nacional de Política, Externa e Política Internacional - CNPEPI. Textos académicos, Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, 28 e 29 de outubro de 2010, Fundação Alexandre Gusmão, pesquisa de 27 de dezembro de 2011 disponível online em: <http://pt.scribd.com/doc/55569910/3/A-identidade-dos-BRIC>.

## Livros

Boniface, Pascal, Dicionário das Relações Internacionais, Lisboa, Edições Plátano, 2001.

Cathal J. Nolan, (ed) Power and Responsibility in World Affairs: Reformation versus Transformation - editora Praeger, Westport, CT, 2004.

Cooper, A. F. R. Higgot A e Nossal K. R - Relocating Middle Powers: Australia and Canada in a Changing World Order, Vancouver, University of British Colombia Press, 1993.

Dunne Tim, Hadfield Amelia, Smith Steve- “Actors, Structures and Foreign Policy analysis”- Carlsnaes- in Foreign Policy Theories, Actors, Cases. 1ª Edição, Oxford Press, Publicado em Oxford, Impresso em Itália, 2008, pp. 85-99.

Fowler, Michael Ross e Bunck, Julie Marie Law, Power, and the Sovereign State: The Evolution and Application of the Concept of Sovereignty. Contributos de: University Park, PA, The Pennsylvania State University Press, 1995. pp. 41.

Hey, Jeanne A. K (ed) – “Introducing Small State Foreign Policy” in Small States in World Politics: Explaining Foreign Policy Behavior, publicado por Lynne Rienner, local de publicacao Boulder, CO, 2003.

Iver B. Neumann (ed.) - Regional Great Powers in International Politics, Bakingstone, St. Martin, 1992.

Maltez, José Adelino, “O pensamento Complexo”, in Curso de Relações Internacionais, 1ª edição, Editora Principia, outubro de 2002, pp 95.

Morgenthau, Hans Joachim. Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace, 1ª ed., 1948, Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 1967.

Nye, Joseph S. Jr, O Futuro do Poder, edição portuguesa, Círculo de Leitores, S.I., ISBN 978989644678, março de 2012.

O'Callaghan, Terry (edt) and Griffiths, Martin (contribuinte), "Middle Power" in International Relations: The Key Concepts. Routledge, Londres, 2002, pp. 192. Pesquisa de 12 de dezembro de 2011, disponível em: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=102711880>.

Phillips, Andrew - "The Historical Transformation of International Orders" in War, Religion and Empire. Cambridge, Cambridge University Press, Cambridge Studies In International Relations 2010, ISBN 9780521191289, pp. 59- 260.

Robert A. Pastor (ed) – "The Great Powers in the Twentieth Century: From Dawn to Dusk" in A Century's Journey: How the Great Powers Shape the World. Nova Iorque, Basic Books, 1999, pp. 25.

Roskin, Michael G, Berry Nicholas O., IR – "The Cold War Come and Gone- Strange New World: Power and systems Transformations" in The New world of International Relations, 5ª edição, Prentice Hall., 2001, pp. 19-20.

Sousa, de Fernando (Dir.), "potência", in Dicionário de Relações Internacionais, 2ª edição, Edições Afrontamento, 2008 , pp. 323.

Sorensen, George- Changes in Statehood – The transformation of international relations – 1ª edição, Palgrave, 2001.

Shaw, Martin - Theory of the global state: globality as unfinished revolution, Universidade de Cambridge, 2000.

Serge Sur- Un Monde en miettes- Les Relations Internationales a l'aube du XXIeme siècle. La documentation Française- 2010- ISBN 9782110078872, pp. 182-184.

Sousa. de Fernando (Dir.) "potência média" in Dicionário de Relações Internacionais, 2ª edição, Edições Afrontamento, 2008, pp. 162.

Wolfers, Arnold, Discord and Collaboration- Essays on International Politics, Baltimore, John Hopkins Press, 1962, pesquisa de 12 de junho de 2012, disponível online em: <http://ia700508.us.archive.org/14/items/discordandcollab012923mbp/discordandcollab012923mbp.pdf>.

### Outras Publicações

COLUMBIA UNIVERSITY, "Balance of Powers" in The Columbia Encyclopedia - 6ª Edição, Nova Iorque, Universidade de Columbia, 2009, pp. 3980.

COLUMBIA UNIVERSITY PRESS “Ranke, Leopold Von: in The Columbia Encyclopedia, 6a edicao, Columbia University Press, Nova Iorque, 2004. Pesquisa de 25 de maio de 2012, disponível online em: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=101266903>.

Maltez, José Adelino, “Fórmula de Cline”, in Respublica, Repertório Português de Ciência Política, edição 2004, pesquisa de 15 de dezembro de 2011, disponível in [http://maltez.info/respublica/topicos/aaaletraf/formula\\_de\\_cline.htm](http://maltez.info/respublica/topicos/aaaletraf/formula_de_cline.htm).

Resolução do Conselho quanto ao prolongamento da Minustah, Resolução 2012 .Pesquisa de 27 de dezembro de 2011, disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/2012%282011%29](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2012%282011%29).

THE NEW YORK TIMES Weiner, Tim, “Ray S. Cline, Chief C.I.A. Analyst, Is Dead at 77”, publicado dia 16 de março de 1996, consulta de 17 de dezembro de 2011 disponível em: <http://www.nytimes.com/1996/03/16/us/ray-s-cline-chief-cia-analyst-is-dead-at-77.html>.

## Webgrafia

ARMÍJO, Leslie Elliott, «The BRICs Countries (Brazil, Russia, Índia, and China) as Analytical Category: Mirage or Insight? » consulta online em: <http://www.asianperspective.org/articles/v31n4-a.pdf>.

AIYAR, Swaminathan S. Anklesaria, «Small states: not handicapped and under-aided, but advantaged and over-aided» pesquisa de 12 de fevereiro de 2012, para consulta online em: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=5034683168>.

ELIAS, Norbert, «Power and Civilisation» consultado a 29 de Outubro de 2011, disponível online em <http://dx.doi.org/10.1080/17540290802309540>.

FERRO, Mónica, “A responsabilidade de Proteger- contributos para um debate”, consultado a 26 de junho, disponível online em : [http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=706](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=706).

FIORI, José Luís «Sobre o poder global» in Novos estudos consultado a 30 de dezembro de 2011, disponível online in : [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002005000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300005&lng=en&nrm=iso).

FLEMES, Daniel «Emerging Middle Powers’ Soft Balancing Strategy: State and Perspectives of the IBSA Dialogue Forum» APUD Cooper, Higgot and Nossal, pesquisa de 26 de outubro de 2011, disponível para consulta online in: [http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/wp57\\_flemes.pdf](http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/wp57_flemes.pdf).

GILLEY, Bruce, « Middle Powers during Great Power Transitions », pesquisa de dia 11 de dezembro de 2011, versão electrónica para acesso em: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=5049758131>. pp 245+.

HART, Andrew F. e Jones Bruce D. « How do rising powers rise? » consulta de Outubro de 2011, disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/00396338.2010.540783>

HIRTZ, Mónica, Seminario: “El estado de la disciplina de las Relaciones Internacionales en América”, pesquisa de 17 de abril de 2010, disponível para consulta in [http://interamericanos.itam.mx/documentos/herz\\_disciplina\\_ri.pdf](http://interamericanos.itam.mx/documentos/herz_disciplina_ri.pdf).

NOLTE, Detlef «Potencias regionales en la política internacional: conceptos y enfoques de análisis» Consulta de 2 de agosto de 2011, disponível em [www.giga-hamburg.de/workingpapers](http://www.giga-hamburg.de/workingpapers).

O'CALLAGHAN, Terry (edt) and Griffiths, Martin (contribuinte), “Middle Power” in International Relations: The Key Concepts, Pesquisa de 12 de dezembro de 2011, disponível em: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=102711880>.

ROCHMAN, Alexandre Ratner. « A avaliação de poder nas relações internacionais » Pesquisa de 17 dezembro 2011, para consulta online: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451999000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000100006&lng=en&nrm=iso).

WILSON Dominic, PURUSHOTHAMAN Roopa, «Dreaming With BRICs: The Path to 2050 » consultado a 3 de agosto de 2011, disponível online in <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf>.

WOLFERS, Arnold, Discord and Collaboration- Essays on International Politics, pesquisa de 12 de junho de 2012, disponível online em: <http://ia700508.us.archive.org/14/items/discordandcollab012923mbp/discordandcollab012923mbp.pdf>.

WOOLCOCK, Michael “Globalization, Governance, and Civil Society” , pesquisa de 26 de março de 2012 in [http://siteresources.worldbank.org/INTGGP/Resources/2871\\_governance\\_woolcock.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTGGP/Resources/2871_governance_woolcock.pdf).

ZHEBIT, Alexandre, «O Brasil no mundo que vem aí », pesquisa de 27 de Dezembro de 2011 disponível online em: <http://pt.scribd.com/doc/55569910/3/A-identidade-dos-BRIC>.



## Media

BBC Brasil: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

“Brasil proporá a BRICS ajuda à Europa via FMI” consulta de 19 de setembro de 2011 disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20brasl,brasil-propora-a-brics-ajuda-a-europa-via-fmi,84754,0.htm>;

“Um G7 de verdade teria de ter os BRIC” pesquisa de 20 de novembro de 2011, disponível online em: <http://aeiou.expresso.pt/um-g7-de-verdade-teria-de-ter-os-bric=f689084#ixzz1i78NXJs3>.

Jornal Expresso online:

“Um G7 de verdade teria de ter os BRIC” pesquisa de 20 de Novembro de 2011, disponível online em: <http://aeiou.expresso.pt/um-g7-de-verdade-teria-de-ter-os-bric=f689084#ixzz1i78NXJs3>.

O Estado de São Paulo, Economia & Negócios:

“Brasil proporá a BRICS ajuda à Europa via FMI” consulta de 19 de Setembro de 2011 disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20brasl,brasil-propora-a-brics-ajuda-a-europa-via-fmi,84754,0.htm>;

## Capítulo 3

### Artigos

ARMIJO, Elliott Leslie e SOTERO, Paulo, «Brazil, to be or not to be a BRIC?» in Asian Perspective, vol. 31, nr. 4, 2007, pesquisa de 29 de outubro de 2011, disponível online em: <http://www.asianperspective.org/articles/v31n4-b.pdf>.

BURGES, Sean, «Building a global southern coalition: the competing approaches of Brazil's Lula and Venezuela's Chávez» in Third World Quarterly, vol. 28, nr. 7, 2007, pp. 1343-1358.

BURGES, Sean W, «Without Sticks or Carrots: Brazilian Leadership in South America during the Cardoso Era, 1992–2002» in Bulletin of Latin American Research vol. 25, 2006, pp. 23–42.

CERVO, Amado Luis, «Brasil's rise on the international scene: Brazil and the world» in Revista Brasileira De Política Internacional, nr. 53, 2010, pp 7-32, consultado em outubro de 2011, disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000300002&script=sci_arttext).

CERVO, Amado Luis, “Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso” in Revista Brasileira de Política Internacional vol. 45, nr. 1 pp. 5-35, 2002, pesquisa de 7 de dezembro de 2011, disponível online em <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a01v45n1.pdf>.

CERVO, Amado Luiz. «Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático» in Revista Brasileira De Política Internacional, ISSN 0034-7329, vol.46, nr. 2, 2003. Artigo consultado em 25 de março de 2012. Disponível online [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso).

DE CASTRO LIMA, Sauro, “Da substituição de Importações ao Brasil potência: Concepções do desenvolvimento 1964-1979”, in Aurora ano V nr. 7 - janeiro 2011 ISSN: 1982-8004, consulta de 23 de março de 2012, disponível online em: [www.marilia.unesp.br/aurora](http://www.marilia.unesp.br/aurora)

DE LIMA, Maria Regina Soares, «Aspiração Internacional e Política Externa» in Revista Brasileira de Comércio Exterior, nr. 82, 2005, pp. 5-19, pesquisa de 2 de fevereiro de 2011, disponível online em [http://www.labmundo.org/disciplinas/LIMA\\_aspira%C3%A7%C3%A3o\\_internacional\\_pol%C3%ADtica\\_externa.pdf](http://www.labmundo.org/disciplinas/LIMA_aspira%C3%A7%C3%A3o_internacional_pol%C3%ADtica_externa.pdf).

DE LIMA, Maria Regina Soares, e HIRST Mônica, «Brazil as an Intermediate State and Regional Power: Action, Choice and Responsibilities» in International Affairs nr. 82, 2006, pp. 21-40.

DE ALMEIDA, Paulo, “Brazil as a regional Player and an emerging Global Power”, Friedrich Ebertstiftung-Briefing Paper 8 - julho 2007.

DE ALMEIDA, Roberto Paulo, “Relações Internacionais do Brasil: ensaio de síntese sobre os primeiros 500 anos”, in Impulso, nr. 27, 2000.d

FLEMES, Daniel, «A visão da Futura ordem Global» in Contexto Internacional, vol. 32, nr. 2, julho/Dezembro de 2010.

FLEMES, Daniel. «O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança? » In Revista Brasileira De Política Internacional, vol.53, nr.1, ISSN 0034-7329, jan/julho 2010, pp. 141-156. Para consulta em linha em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292010000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100008&lng=en&nrm=iso).

GRATIUS, Susanne, «Las Potencias Emergentes: Estabilizadoras o Desestabilizadoras?» in Comentario, Fundación Para las Relaciones Internacionales y el Dialogo Exterior, FRIDE, abril de 2008.

GRATIUS, Susanne «O Brasil nas Américas, potência regional Pacificadora?» FRIDE, Working Paper 35, abril 2007.

HEINBECKER, Paul, HAMPSON, Fen Osler (cont), «The "New" Multilateralism of the Twenty-First Century» in *Global Governance*, vol. 17, nr 3, 2011, pesquisa de 23 de junho de 2012, disponível online em : <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=5052467570>.

KEOHANE, Robert O, «Lilliputian Dilemmas: Small States in International Politics» in *International Organization* nr. 23, 1969, pp. 291-310.

MALAMUD, Andrés, «A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between Foreign Policy», in *Latin American Politics and Society* vol. 53, nr. 3, 2011, pp. 1–24.

MALAMUD, Andrés e CASTRO, Pablo, «Are regional blocs leading from Nation States to Global Governance? - a skeptical view from Latin America» in *Iberoamerican Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, Vol XXXVII, nr. 1 2007, pp. 111-113.

MEZA-BERNAL, Raúl, «International Thought in the Lula Era» in *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 53, 2010, pp. 193-213.

PATRÍCIO, Raquel, «Uma Reflexão Sobre o Brasil Contemporâneo» in MOREIRA, Adriano e PINTO RAMALHO, in *Revista Estratégia*, vol. XVII, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa, 2008, pp. 426, disponível online no blog “ Reflexões Brazilianistas e Sul Americanas” in: <http://brasil-america-dosul.blogspot.pt/>.

SANTO, Eiti, “ 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões”, in *Revista de Política Internacional Brasileira*, nr. 41 (n. esp. 40 anos): 1998, pp. 8-28.

SCHIRM, Dr. Stefan A., «Emerging Power leader in global governance: assessing the leader- follower nexus for Brazil and Germany»- paper preparado para o ECPR Joint Session Workshop, 7 de maio de 2007.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. «O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em transição.» *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 49, nr. 2, ISSN 0034-7329, 2006, pp. 42-59.

SUAREZ, Prof. Dr. Marcial A., «New Brazilian Foreign Policy, from soft to hard power? » working paper, ISA/WISC, 2001.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de e ONUKI, Janina, «Brasil, Mercosul e a segurança regional» in *Revista Brasileira De Política Internacional*, vol.43, nr. 2, 2000, ISSN 0034-7329, pp. 108-129, pesquisa de 22 de janeiro de 2012, disponível em linha em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292000000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200005&lng=en&nrm=iso).

VIGEVANI et al, “O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites» in Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 57 ,nr. 1, 2008, pp. 5-27.

## Livros

Cervo, Amado Luiz, Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros, São Paulo Saraiva, 2ª edição, 4ª tiragem , ISBN 978850206570, 2011.

Da Silva, Carvalho Alberto et al, Brazil: Dilemmas and Challenges, Universidade de São Paulo, EDUSP, Instituto de Estudos Avançados, ISBN 8531406668 / 9788531406669 / 85-314-0666-8, 2002.

De Castro, Therezinha, Nossa América - Geopolítica Comparada, Biblioteca do Exército Editora, 1994.

De Almeida, Roberto Paulo, Relações Internacionais e Política Externa do Brasil : a diplomacia brasileira no contexto da globalização, Rio de Janeiro, LTC, 2012.

E. Vanden Harry, Prevost. Gary, “Brazil”- Chaffee- Politics of Latin America in The power Game, Oxford University Press, Nova Iorque, 2002, pp. 483-512, ISBN: 9780199797141.

Freitas, José Manoel da Costa, A Escola geopolítica brasileira : Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 2004.

Lampraia, Luiz Filipe, O Brasil e os ventos do Mundo – Memórias de cinco décadas na cena internacional, Editora Objectiva, ISBN-13: 9788539000678, 2010.

Lafer, Celso, A Identidade Internacional do Brasil – A política Externa Brasileira, São Paulo, Perspectiva, 2009.

Wight, Martin e Bull, Hedley, 1932-1985 e Holbraad, Carsten 1978, Power politics, Leicester University Press, Leicester.

## Outros recursos

Banco do Brasil-: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>.

Banco Mundial:  
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:23159732~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html>.

Blog-“Reflexões Brazilianistas e Sul Americanas” in: <http://brasil-americaodosul.blogspot.pt/>.

Câmara dos Deputados, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional-CREDN, Grandes Discursos Brasileiros de Política Internacional, volume 1, Centro de documentação e informação, Coordenação de Publicações, Brasília, 2006, pp 94 -113, pesquisa de 23 de Junho de 2012 ,disponível online em: <http://pt.scribd.com/doc/50145422/6/Grandes-Discursos-Brasileiros-de-Politica-Internacional-9>.

Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil : “ Anos de Incerteza (1930 - 1937)- Política de boa vizinhança ”, pesquisa de 25 de Março de 2012 disponível online em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais/BoaVizinhanca>.

Constituição Brasileira disponível online em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_29.03.2012/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf) .

Cúpula Chefe de Estados America Latina : <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/12/2-1/brasil-participa-da-3a-cupula-de-chefes-de-estado-da-america-latina-e-caribe/print>.

CFR, “The Outlook from Brazil”, entrevista com Matias Spektor, professor de relações internacionais na Fundação Getúlio Vargas, disponível em: <http://www.cfr.org/united-states/outlook-brazil/p27601>.

Fome zero, Bolsa Família, Brasil Sem Miséria –Pesquisas de 3 de abril de 2012 decreto de criação disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm).

Força-Tarefa, “O Brasil na América do Sul” , Relatório Final , junho de 2007.

G20, pesquisa de 25 de maio de 2012, vd. site oficial: <http://www.g20.org/index.php/en/g20>,

Itamaraty - pesquisa de 22 de março de 2012: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/forum-ibas> .

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para acesso aos censos 2010 :  
[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2019&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_pagina=1)

Petrobras - site oficial em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>.

Programa Ciência Sem Fronteiras, site oficial:  
<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/empresas>.

PNUD, pesquisa de 3 de abril de 2012 : <http://www.pnud.org.br/idh/> ou o relatório do PNUD 2011 disponível online em :  
[http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/HDR\\_2011\\_PT.pdf](http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/HDR_2011_PT.pdf).

Resumo da Ronda de Doha - site do Itamaraty:  
<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/desenvolvimento-comercio-e-financas/rodada-doha-da-omc> .

Tratado de Assunção, versão espanhola, pesquisa de 14 de abril de 2012, disponível em:  
[http://www.mercosur.int/innovaportal/file/719/1/CMC\\_1991\\_TRATADO\\_ES\\_Asuncion.pdf](http://www.mercosur.int/innovaportal/file/719/1/CMC_1991_TRATADO_ES_Asuncion.pdf).

UNDP, International Human Development Indicators, pesquisa de 3 de abril de 2012 disponível em: <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/67106.html>.

Media

BBC Brasil : <http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

“Interesse por cultura brasileira cria chance de fortalecer economia via 'soft power'” :  
[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/04/040423\\_brazilian\\_softpower01\\_rp.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/04/040423_brazilian_softpower01_rp.shtml).

“Brasil é segundo país mais desigual do G20, aponta estudo” in BBC Brasil, actualizado 19 de janeiro de 2012, disponível in:  
[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120118\\_desigualdade\\_pesquisa.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120118_desigualdade_pesquisa.shtml).

Jornal Público online:

“Brasil vai receber 100 mil bolsas de investigação” , disponível online em:  
<http://p3.publico.pt/actualidade/educacao/2864/brasil-vai-oferecer-100-mil-bolsas-de-investigacao>.

The Economist :

“ Programa de bolsas é tentativa ousada de estimular crescimento no Brasil”, pesquisa de 16 de junho de 2012 disponível online em :[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120316\\_economist\\_ciencia\\_pai.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120316_economist_ciencia_pai.shtml).

Instituto de Camões, Léxico Técnico, Lextec: “[http://www.instituto-camoes.pt/lextec/por/domain\\_10/definition/21358.html](http://www.instituto-camoes.pt/lextec/por/domain_10/definition/21358.html)”.

### Webgrafia

Cervo Amado Luis, «Brasil's rise on the international scene: Brazil and the world» consultado em outubro de 2011, disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000300002&script=sci_arttext).

De Lima, Maria Regina Soares, «Aspiração Internacional e Política Externa» pesquisa de 2 de fevereiro de 2011, disponível online em [http://www.labmundo.org/disciplinas/LIMA\\_aspira%C3%A7%C3%A3o\\_internacional\\_pol%C3%ADtica\\_externa.pdf](http://www.labmundo.org/disciplinas/LIMA_aspira%C3%A7%C3%A3o_internacional_pol%C3%ADtica_externa.pdf).

De Castro Lima, Sauro, “Da substituição de Importações ao Brasil potência: Concepções do desenvolvimento 1964-1979”, consulta de 23 de março de 2012, disponível online em: [www.marilia.unesp.br/aurora](http://www.marilia.unesp.br/aurora) .

Oliveira, Amâncio Jorge de e ONUKI, Janina, «Brasil, Mercosul e a segurança regional» pesquisa de 22 de janeiro de 2012, disponível em linha em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292000000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200005&lng=en&nrm=iso).

Cervo, Amado Luiz, “Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso” pesquisa de 7 de Dezembro de 2011, disponível online em <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a01v45n1.pdf>.

Cervo, Amado Luiz, «Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático» in Revista Brasileira De Política Internacional, ISSN 0034-7329, vol.46, nr. 2, 2003. Artigo consultado em 25 de março de 2012. Disponível online [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso).

Cervo, Amado Luiz, «Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina» pesquisa de março de 2012. Disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292000000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200001&lng=en&nrm=iso).

\_\_\_\_\_ «Brasil's rise on the international scene: Brazil and the world»  
consultado em outubro de 2011, disponível online em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000300002&script=sci_arttext).

\_\_\_\_\_ “Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso”  
pesquisa de 7 de dezembro de 2011, disponível online em  
<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a01v45n1.pdf>.

### Anexo III

#### Webgrafia

##### A )Indicadores Recursos Tradicionais de Poder

Dados da base de dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).  
Informação recolhida dia 7 de julho de 2012 em : <http://hdrstats.undp.org/en/tables/>.

##### B) Indicadores Smart Power

Base de Dados: “World Bank, Doing Business”,  
<http://databank.worldbank.org/Data/Views/Reports/TableView.aspx> - pesquisa e  
elaboração de 4 de julho de 2012

##### C)Indicadores Governança Global

“Worldwide Governance Indicators”  
[http://info.worldbank.org/governance/wgi/sc\\_chart.asp#](http://info.worldbank.org/governance/wgi/sc_chart.asp#) , pesquisa e elaboração  
elaborado dia 3 de Julho de 2012.

##### D)Indicadores de Ciberpoder

In:[http://databank.worldbank.org/ddp/htmljsp/viewNewReport.jsp?IS\\_REPORT\\_IN\\_REFRESH\\_MODE=true&NEW\\_REPORT\\_STYLE=280&NEW\\_REPORT\\_FOOTNOTES=BOTH&NEW\\_REPORT\\_SCALE=1&NEW\\_REPORT\\_PRECISION=0&NEW\\_REPORT\\_HIERARCHY=NONE&NEW\\_REPORT\\_EMPTYFORMAT=..&newReport=yes&SERIES\\_SCALING\\_FLAG=&IS\\_MAP\\_CUSTOMIZED=true&SHOW\\_REPORT\\_FEATURES=&ROLLOVER\\_OPTION=false&rolloverInterval=0&rolloverDirection=NONE&HIDE\\_COLUMN=&COMMA\\_SEP=true&RESET\\_ALL=&DELETE\\_ROW=](http://databank.worldbank.org/ddp/htmljsp/viewNewReport.jsp?IS_REPORT_IN_REFRESH_MODE=true&NEW_REPORT_STYLE=280&NEW_REPORT_FOOTNOTES=BOTH&NEW_REPORT_SCALE=1&NEW_REPORT_PRECISION=0&NEW_REPORT_HIERARCHY=NONE&NEW_REPORT_EMPTYFORMAT=..&newReport=yes&SERIES_SCALING_FLAG=&IS_MAP_CUSTOMIZED=true&SHOW_REPORT_FEATURES=&ROLLOVER_OPTION=false&rolloverInterval=0&rolloverDirection=NONE&HIDE_COLUMN=&COMMA_SEP=true&RESET_ALL=&DELETE_ROW=). Pesquisa e elaboração de 5 de Julho de 2012.

##### CEPAL

[http://www.cepal.org/prensa/noticias/comunicados/3/46993/Cuadro\\_informe\\_macroecologico\\_1Q\\_portugues.pdf](http://www.cepal.org/prensa/noticias/comunicados/3/46993/Cuadro_informe_macroecologico_1Q_portugues.pdf), pesquisa de 7 de julho de 2012



Anexo I

Análise SWOT

INTERNO	FORÇAS	VULNERABILIDADES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Inserção internacional e aceitação da interdependência (contrasta com a anterior base de autonomia nacional);</li> <li>➤ Evita posturas de confronto;</li> <li>➤ Opta por cooperação;</li> <li>➤ Desenvolvimento económico como verdadeiro leit motiv da diplomacia contemporânea;</li> <li>➤ Facetas diplomáticas: regional, multilateral, presidencial;</li> <li>➤ Diplomacia brasileira situa-se entre ordem igualitária e pragmatismo;</li> <li>➤ Acções diplomáticas autónomas (soluções brasileiras para problemas brasileiros);</li> <li>➤ Adopção de noções de “boa cidadania internacional” para guiar a diplomacia;</li> <li>➤ Diplomacia brasileira activa e inovadora;</li> <li>➤ Diplomacia sul-sul;</li> <li>➤ O jurisdicismo e o legalismo;</li> <li>➤ Afirmação da vocação regional;</li> <li>➤ Política interna do país instrumentalizada em política externa da nação pela política económica externa ;</li> <li>➤ Política externa de vocação universal ;</li> <li>➤ Postura multilateral na generalidade das relações internacionais, procura de soluções multilaterais;</li> <li>➤ Diversificação de investimentos estratégicos;</li> <li>➤ Internacionalização da economia (reforço com Lula), investimento Petrobrás;</li> <li>➤ Diversificação de produção energética;</li> <li>➤ Continuação da abertura económica e liberalização comercial;</li> <li>➤ Desenvolvimento económico como objetivo;</li> <li>➤ O avanço tecnológico, e a questão do petróleo, lugar de destaque na agenda;</li> <li>➤ Dimensão comercial;</li> <li>➤ Criação de estratégias (exp. substituição de importações);</li> <li>➤ Reforçam o tecido industrial nacional;</li> <li>➤ Pragmatismo e realismo;</li> <li>➤ PEB de formulação e aplicação independente, insere-se autonomamente nas relações internacionais;</li> <li>➤ Tese dos três D's – desenvolvimento, descolonização, democracia- balizas para a viabilidade das opções;</li> <li>➤ Bi-lateralismo tradicional;</li> <li>➤ Activo na construção da ordem internacional;</li> <li>➤ Nacionalismo sem fins (não expansionista e sim integracionista = motor para o desenvolvimento);</li> <li>➤ Política externa visa neutralização de todos os fatores externos que possam limitar o seu poder nacional;</li> <li>➤ Brasil como coordenador/referência dos países vizinhos;</li> <li>➤ O país no cenário regional e global como grande potência;</li> <li>➤ Beggar thy neighbor policies;</li> <li>➤ Programas sociais em evolução;</li> <li>➤ Vectores: espaço, posição, fronteira; instrumentos fundamentais volvidos em estratégia para projectar país como potência;</li> <li>➤ Evitar tomadas de posição agressivas;</li> <li>➤ Parcerias estratégicas com diversas prioridades;</li> <li>➤ Estímulo dos elementos multipolares;</li> <li>➤ Sector onde um papel de grande relevo internacional parece mais seguro é o da governança energética, fontes não renováveis e renováveis incluídas.</li> <li>➤ Dimensão geográfica- posição do Brasil na ordem internacional é explorada através da sua condição de país-continente;</li> <li>➤ Investimento na tecnologia e desenvolvimento através de mega programa nacional (Ciência sem Fronteiras);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Parte da sua energia é fornecida pelo exterior;</li> <li>➤ Falta de mão-de-obra barata e qualificada;</li> <li>➤ Infraestruturas (transporte, comunicação )ao nível do esperado pelos potenciais investidores;</li> <li>➤ Mercado de capital funcional, líquido e com custos que possam ser suportados;</li> <li>➤ Aparelho legislativo eficiente e célere na solução de disputas;</li> <li>➤ Falta de regulamentos sólidos e claros com o mínimo de intromissões;</li> <li>➤ Tributação excessiva e intervenção exacerbada do Estado (fiscal e burocrática) nos agentes económicos privados;</li> <li>➤ Problemas do foro doméstico – sociais;</li> <li>➤ Problemas internos- culturais, políticos, económicos;</li> <li>➤ Procura de um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas;</li> <li>➤ 84 º lugar IDH (2011);</li> <li>➤ “Excluídos” são uma realidade e as desigualdades sociais um grande desafio;</li> <li>➤ Escolhas ambientalmente arriscadas: mão-de-obra barata, falta de uma estratégia assertiva para a região da floresta amazónica, sérios custos no futuro;</li> <li>➤ Desigualdades sociais, pela falta de qualificação da mão-de-obra, nível de instrução que continua abaixo dos níveis desejados;</li> <li>➤ 2º país mais desigual das economias emergentes representadas no G20;</li> <li>➤ 16.2 milhões de Brasileiros (6.3% total) em condições de pobreza extrema;</li> <li>➤ Custos com o governo cada vez mais pesados no orçamento;</li> <li>➤ Detém pouco mais de 1% do comércio internacional;</li> <li>➤ Importador líquido de capitais;</li> <li>➤ Moeda não convertível;</li> <li>➤ Reservas internacionais reduzidas;</li> <li>➤ Pouco know how dos mercados financeiros;</li> <li>➤ Relevante na reorganização do sistema institucional;</li> <li>➤ Posição do Brasil como potência regional e média é explorada através da dimensão geográfica (de país-continente);</li> <li>➤ Custos incluídos na liderança;</li> <li>➤ Desenvolvimento posto acima de tudo pode acarretar um preço alto;</li> <li>➤ Falta de excedentes de poder;</li> <li>➤ Dispositivo militar pouco relevante;</li> <li>➤ Cultura política internacional paroquial;</li> <li>➤ Predominância de uma política soberanista;</li> <li>➤ Dificuldades de coordenação inter-burocrática;</li> <li>➤ Protecçãoismo difuso de sectores empresariais e segmentos bancários;</li> <li>➤ Pouca relevância das questões regionais para as elites;</li> <li>➤ Insulamento de formação da política externa com relação aos interesses domésticos;</li> <li>➤ Visão mais escassamente incorporada dos benefícios da integração regional nas políticas formuladoras (marginalização integração regional);</li> <li>➤ Executivo não tem tradição de incluir este componente que muitas vezes fica marginalizado na formulação política;</li> <li>➤ Importância que o desenvolvimento doméstico adquire- dentro da lógica do Estado logístico e do paradigma neoliberal- como trampolim para uma projecção internacional revela uma clara escolha brasileira pela busca de um papel como potência global e não como potência regional;</li> <li>➤ Recursos militares (Hard Power) não são significativos;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Indicadores económicos instáveis;</li> <li>➤ Falta de construtivismo- por parte dos emergentes em geral;</li> <li>➤ O liberalismo deveria ser implantado nos emergentes para coerência da política externa;</li> <li>➤ A emergência só pode ser reconhecida pela aceitação dos followers desse poder como emergente;</li> <li>➤ Plano do comércio a experiência e política diplomática brasileiras não são fortes para assegurar papel na reorganização do sistema internacional.</li> </ul>
EXTERNO	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Parte da sua energia é fornecida pelo exterior;</li> <li>➤ Impossibilidade de controlar contextos exteriores menos favoráveis;</li> <li>➤ Externos - jogos políticos entre as grandes potências;</li> <li>➤ Vulnerabilidade dos produtos brasileiros á volatilidade dos mercados internacionais;</li> <li>➤ Não estar incluído em nenhum 'directório' de poder internacional a nível decisório;</li> <li>➤ Dificuldade na colocação de brasileiros em posições-chave de estruturas internacionais;</li> <li>➤ Resistência dos poderes estabelecidos em aceitá-los como iguais, instituições internacionais estão formatadas para manter a estrutura de poderes existente;</li> <li>➤ Desconfiança dos Estados latino-americanos em relação á liderança brasileira;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Defesa de princípio da não intervenção;</li> <li>➤ Procura de soluções pacíficas de conflitos;</li> <li>➤ Multilateralismo normativo e multilateralismo recíproco;</li> <li>➤ Cordialidade oficial – principalmente a nível regional;</li> <li>➤ Constituição e promoção de ligas anti-hegemónicas;</li> <li>➤ Identidade internacional como projecção da identidade nacional;</li> <li>➤ Soft balancing – estratégias institucionais;</li> <li>➤ Filiação do Brasil ao ocidente (e aos Estados Unidos);</li> <li>➤ Relevância das relações regionais para delinear políticas;</li> <li>➤ Comércio internacional pauta-se pela integração regional e protecionismo;</li> <li>➤ Peso crescente da ONU na política externa brasileira;</li> <li>➤ Adopção posições de compromisso em disputas internacionais;</li> <li>➤ Desenvolve processos cooperativos como meios para atingir interesses;</li> <li>➤ Procura adaptação do sistema internacional á realidade política e económica existente;</li> <li>➤ Fomenta mecanismos regionais de integração;</li> <li>➤ Diplomáticamente identifica recursos externos passíveis de mobilização para ultrapassar o desafio interno do desenvolvimento e diversificação de relações (inclui cooperação sul-sul);</li> <li>➤ Activo na criação de ligas anti-hegemónicas;</li> <li>➤ Assume papel de mediador a nível internacional;</li> <li>➤ Preferência a convites para formação de posições conjuntas, participação em conferências;</li> <li>➤ Contribuir para construção de uma moldura cooperativa internacional favorável aos países em desenvolvimento;</li> <li>➤ Favorecer países em desenvolvimento pelo estabelecimento de normas de não reciprocidade no comércio internacional;</li> <li>➤ Criação de acordos para estabilização de intercâmbio de produtos de base;</li> <li>➤ Facilitação acesso ás patentes e transferências de tecnologia;</li> <li>➤ Prover assistência técnica e financeira a planos nacionais de criação de capacidade industrial e liberdade para a adopção de políticas domésticas ligadas a projectos nacionais de desenvolvimento;</li> <li>➤ Esforço na criação de espaço para atores mais “pequenos”, fomento do aparecimento de mecanismos e de métodos de distribuição de recursos que sejam benéficos ao desenvolvimento procurado pelos países que estão nesse processo;</li> <li>➤ Poder estabilizador e pacificador regional;</li> <li>➤ Procura justa redistribuição de lucros a nível internacional.</li> </ul>

Políticos	Económicos
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Impossibilidade de controlar contextos exteriores menos favoráveis;</li> <li>➤ Externos - jogos políticos entre as grandes potências;</li> <li>➤ Não estar incluído em nenhum 'diretório' de poder internacional a nível decisório;</li> <li>➤ Dificuldade na colocação de brasileiros em posições chave de estruturas internacionais;</li> <li>➤ Resistência dos poderes estabelecidos em aceitá-los como iguais, instituições internacionais estão formatadas para manter a estrutura de poderes existente;</li> <li>➤ Defesa de princípio da não intervenção;</li> <li>➤ Procura de soluções pacíficas de conflitos;</li> <li>➤ Multilateralismo normativo e multilateralismo recíproco;</li> <li>➤ Cordialidade oficial – principalmente a nível regional;</li> <li>➤ Constituição e promoção de ligas anti-hegemónicas;</li> <li>➤ Soft balancing – estratégias institucionais;</li> <li>➤ Filiação do Brasil ao ocidente (e aos Estados Unidos);</li> <li>➤ Relevância das relações regionais para delinear políticas;</li> <li>➤ Peso crescente da ONU na política externa brasileira;</li> <li>➤ Adoção posições de compromisso em disputas internacionais;</li> <li>➤ Desenvolve processos cooperativos como meios para atingir interesses;</li> <li>➤ Procura adaptação sistema internacional á realidade política e económica existente;</li> <li>➤ Fomenta mecanismos regionais de integração;</li> <li>➤ Diplomáticamente identifica recursos externos passíveis de mobilização para ultrapassar o desafio interno do desenvolvimento e diversificação de relações (inclui cooperação sul-sul);</li> <li>➤ Ativo na criação de ligas anti-hegemónicas;</li> <li>➤ Assume papel de mediador a nível internacional;</li> <li>➤ Preferência a convites para formação de posições conjuntas, participação em conferências;</li> <li>➤ Poder estabilizador e pacificador regional;</li> <li>➤ Cooperação como instrumento político – diplomacia da solidariedade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Vulnerabilidade dos produtos brasileiros á volatilidade dos mercados internacionais;</li> <li>➤ Comércio internacional pauta-se pela integração regional e protecionismo;</li> <li>➤ Fomenta mecanismos regionais de integração;</li> <li>➤ Desenvolve processos cooperativos como meios para atingir interesses;</li> <li>➤ Contribui para construção de uma moldura cooperativa internacional favorável aos países em desenvolvimento</li> <li>➤ Favorece países em desenvolvimento pelo estabelecimento de normas de não reciprocidade no comércio internacional;</li> <li>➤ Criação de acordos para estabilização de intercâmbio de produtos de base;</li> <li>➤ Prover assistência técnica e financeira a planos nacionais de criação de capacidade industrial e liberdade para a adoção de políticas domésticas ligadas a projetos nacionais de desenvolvimento;</li> <li>➤ Esforço na criação de espaço para atores mais “pequenos”, fomento do aparecimento de mecanismos e de métodos de distribuição de recursos que sejam benéficos ao desenvolvimento procurado pelos países que estão nesse processo;</li> <li>➤ Procura justa redistribuição de lucros a nível internacional;</li> <li>➤ Procura adaptação sistema internacional á realidade política e económica existente.</li> </ul>
Sociais	Tecnológicos
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desconfiança dos Estados latino-americanos em relação á liderança brasileira;</li> <li>➤ Identidade internacional como projeção da identidade nacional;</li> <li>➤ Taxa de crescimento populacional de cerca de 1.17% de 2005-2010;</li> <li>➤ Organização de eventos com importancia a escala mundial (rio + 20, mundial de futebol 2014).</li> <li>➤ Multiplicidade de atores das relações internacionais;</li> <li>➤ Possíveis choques religiosos e culturais entre as diferentes civilizações/nações;</li> <li>➤ Desde o Governo Lula que as políticas sociais passam a fazer parte da Política externa;</li> <li>➤ Fomenta iniciativas de longo alcance, como a global contra a fome;</li> <li>➤ Maior APD Brasileira;</li> <li>➤ Em 2011 86, 91 % da população brasileira vivia em áreas urbanas;</li> <li>➤ Frequência da intervenção Brasileira na criação de fóruns, organizações e organismos de alcance regional/internacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Facilitação acesso ás patentes e transferências de tecnologia;</li> <li>➤ Acordos com instituições de ensino para investimento na formação no estrangeiro principalmente em áreas ligadas á tecnologia;</li> <li>➤ Estado logístico visa diminuir a dependencia tecnologica e apresenta forte componente de desenvolvimento e inovação tecnológica de modo a reduzir vulnerabilidades externas;</li> <li>➤ Tecnologia prioridade, ate politica de segurança lhe esta subordinada;</li> <li>➤ Investimentos no setor de Investigação e tecnologia crescem a uma média de 10 % por ano o que é o dobro da média mundial;</li> <li>➤ Investimento no desenvolvimento tecnológico com o lançamento de mega programa : Ciência Sem Fronteiras;</li> <li>➤ Plano plurianual de 2012-2015 nas tecnologias de informação e comunicação aposta em: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio ao desenvolvimento tecnológico das indústrias de eletrônica e semicondutores;</li> <li>• Programa de estímulo ao setor de software e serviços;</li> <li>• Tecnologias digitais de comunicação, mídias e redes.</li> </ul> </li> <li>➤ Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação (alguns pontos) : <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar geração e aplicação de novos conhecimentos, primazia ao equilíbrio entre as regiões.</li> <li>• Fortalecimento de instituições científicas e tecnológicas da Amazônia;</li> <li>• Unidades de pesquisa do MCT ao serviço da investigação e desenvolvimento tecnologico,expansão e modernização da infraestrutura científica, tecnológica. Inovação nas instituições científicas e tecnológicas. Estimulo a troca de conhecimentos;</li> <li>• Reforçar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC);</li> <li>• Pesquisa, desenvolvimento e inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.</li> </ul> </li> </ul>

#### Referências Gerais:

potências (total) escolhidas nas comparações :

Alemanha- democracia, poder económico e político relevante a nível internacional, região UE e zona Euro, média potência e potência tradicional;  
 Argentina – democracia, poder económico relevante na região, próxima do Brasil em termos comerciais, também é produtor de energia, potência regional;  
 Austrália – democracia, média potência, potência regional (Oceânia);  
 Brasil- é o nosso caso de estudo, um poder global, emergente e média potência, situado na América Latina;  
 Canadá- democracia, situada na América do Norte, média potência.  
 Chile- segunda democracia mais desenvolvida da América Latina, apresenta níveis de crescimento muito significativos na região, por isso foi escolhido para ser comparado ao Brasil<sup>242</sup>;  
 França-democracia, poder económico e político relevante a nível internacional, região UE e zona Euro, média potência, potência tradicional;  
 Estados Unidos da América – democracia, grande potência, potência tradicional, uma das maiores economias do mundo, independentemente da crise actual;  
 Índia- democracia, luta com problemas sociais (como o Brasil) potência emergente, potência regional, média potência, alto investimento tecnológico, poder significativo na região asiática.

#### Motivo

Estes poderes foram escolhidos pelas suas características que permitem uma comparação imparcial.

As regiões geográficas mais relevantes estão representadas. Os níveis de desenvolvimento diferentes e perfis de potência diferentes. Embora sejam apenas algumas potências dão a conhecer os vários tipos de poder diferentes com que o Brasil como poder pode ser comparado.

#### Período de tempo escolhido

2000- Uma década atrás (interessante ver relação com presente);  
 2005- Dois anos antes da crise financeira que atingiu proporções mundiais estalar;  
 2007- Ano do início do declínio financeiro mundial;  
 2008- Quando, pelo indicador, parece mais adequado como referência do início do declínio financeiro mundial;  
 2010- Quando dados de 2011 não estão disponíveis ou são muito incompletos;  
 2011- mais recentes disponibilizados nas base de dados.

Indicadores- Explicação Individual em cada vector de poder analisado.

#### A) Recursos Tradicionais de Poder

#### Explicação dos indicadores escolhidos

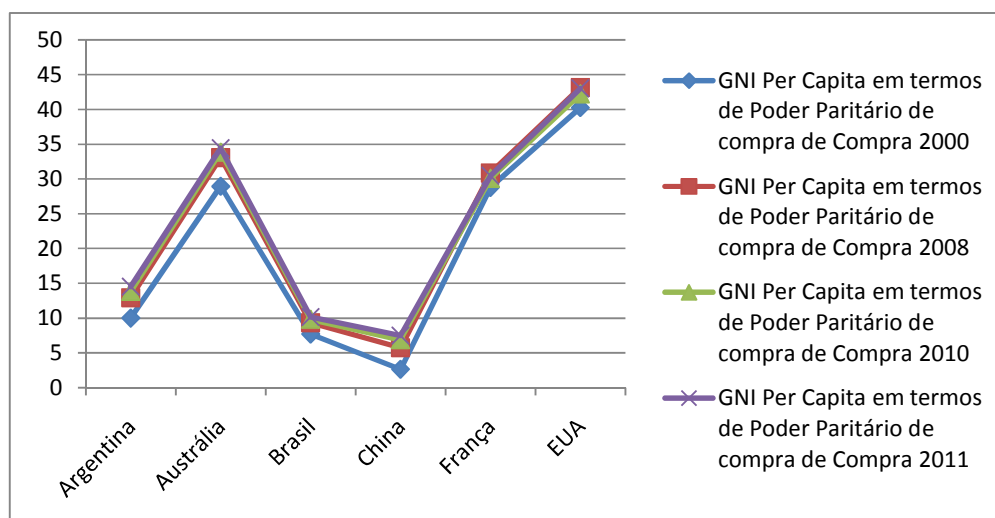
Os indicadores escolhidos para representar os recursos tradicionais de poder foram o Gross National Income (GNI) per Capita em PPP, pela informação económica relevante que representa

<sup>242</sup> Para mais sobre o crescimento chileno, 4.9 % previsto pela CEPAL para o ano de 2012 versus 2.7% previsto para o Brasil no mesmo período vd .CEPAL  
[http://www.cepal.org/prensa/noticias/comunicados/3/46993/Cuadro\\_informe\\_macroeconomico\\_1Q\\_portugues.pdf](http://www.cepal.org/prensa/noticias/comunicados/3/46993/Cuadro_informe_macroeconomico_1Q_portugues.pdf), pesquisa de 7 de julho de 2012.

em termos de impacto real na economia e qual o valor “económico” que cada pessoa representa, o nível de IDH por ser um indicador integrador de três vertentes importantes para compreender o nível de desenvolvimento e de bem estar em geral da população (envolvendo os fatores básicos económicos, políticos, sociais). Através do valor base do GNI a informação veiculada é de todos os benefícios (rendimentos) recebidos a nível nacional. A percentagem de população urbana transmite qual a relevância dos aglomerados urbanos no geral. Como o desenvolvimento urbano é indicador de progresso social/económico e, normalmente, do sector terciário ou, no mínimo secundário, permite ter um vislumbre de alguns dos recursos tradicionais de poder.

Quando os dados que analisámos não estavam disponíveis preenchemos a respectiva célula na tabela com ND (não disponível).

#### GNI per Capita PPP<sup>243</sup>



Fonte: Dados da base de dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), elaboração própria. Informação recolhida dia 7 de julho de 2012 em : <http://hdrstats.undp.org/en/tables/>.

#### IDH<sup>244</sup> e Index de Rendimento<sup>245</sup>

Indicador	Ano	Argentina	Austrália	Brasil	China	França	EUA
Valor de IDH	2000	0.749	0.906	0.665	0.588	0.846	0.897

<sup>243</sup> GNI per Capita é o rendimento agregado de uma economia gerado pela sua produção e pelos fatores de produção que possui menos o que paga pelo uso dos fatores de produção que pertencem aos outros atores, convertido em dólares através da escala de poder de compra paritário, dividido pelo valor que a população representar a meio do ano. Explicação traduzida do Inglês e disponível em : <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/100106.html>.

<sup>244</sup> Valor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os elementos tidos em conta no cálculo do IDH dividem-se em três esferas: longevidade, educação, bem-estar da população. Cálculos do Human Development Report Office (HDRO) baseados em dados do Departamento das Nações Unidas de Assuntos Económicos e Sociais (UNDESA) (2011), Barro e Lee (2010), do instituto da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) para Estatísticas (2011), do Banco Mundial (2011a) e do Fundo Monetário Internacional (2011).

<sup>245</sup> Cálculos do HDRO.

	2008	0.786	0.924	0.705	0.665	0.879	0.907
	2010	0.794	0.927	0.715	0.682	0.883	0.908
	2011	0.797	0.929	0.718	0.687	0.884	0.910
GNI	2000	0.660	0.812	0.622	0.469	0.811	0.859
	2008	0.696	0.831	0.650	0.580	0.821	0.869
	2010	0.706	0.834	0.657	0.606	0.817	0.866
	2011	0.713	0.837	0.662	0.618	0.819	0.869

Fonte: Dados da base de dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Informação recolhida dia 7 de Julho de 2012 em : <http://hdrstats.undp.org/en/tables/>

### População Urbana

Indicador	Ano	Argentina		Austrália		Brasil		China		França		EUA	
População Urbana (% população)	2000	90.1		87.2		81.2		35.8	<sup>1</sup>	76.9		79.1	
	2008	92.0		88.8		85.7		45.3		83.9		81.7	
	2010	92.4	<sup>2</sup>	89.1	<sup>2</sup>	86.5	<sup>2</sup>	47.0	<sup>2</sup>	85.3	<sup>2</sup>	82.3	<sup>2</sup>
	2011	92.6	<sup>2</sup>	89.3	<sup>2</sup>	86.9	<sup>2</sup>	47.8	<sup>2</sup>	85.9	<sup>2</sup>	82.6	<sup>2</sup>

Fonte: Dados da base de dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Informação recolhida dia 7 de julho de 2012 em : <http://hdrstats.undp.org/en/tables/>

### Indicações:

1:Por razões estatísticas os dados da China não incluem Hong Kong nem Macau, regiões administrativas especiais.

2:Os dados são baseados nas definições nacionais de cidade/área metropolitana. Comparações do país na generalidade deve ser feitas com precaução.

3: Inclui as Ilhas Natal, Cocos (Keeling), e a Ilha de Norfolk.

4: Inclui Taiwan e exclui as regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau.

### B) Indicadores de Smart Power (Estratégias de conversão)

#### Explicação indicadores escolhidos

Como não nos é possível focar todas as áreas em que o smart power se verifica, pois estratégias de conversão inteligentes podem (e devem) ter lugar em qualquer área para otimizar resultados, escolhemos indicadores económicos. Estes contém uma vertente política (exp.Força do Index de protecção ao investidor). Estes elementos analisados permitem compreender o nível de complexidade da burocracia em cada país (Procedimentos necessários para registar bens), o que

está implicado para montar um negócio ou apenas para ter acesso básico á electricidade (Procedimentos necessários para ter ligação eléctrica). Os valores destes fatores permitem concluir se as estratégias implícitas os processos são boas estratégias de conversão ou não, permitindo o progresso / desenvolvimento e aumento de poder das potências em análise

#### Brasil

Indicador/ Ano	2005	2007	2010	2011
Custo de iniciar um negócio (% de rendimento per capita)	10,1	10,4	7,3	5,4
Index de facilidade de fazer negócios ( 1= mais fácil e 183 = mais difícil)	ND	ND	120	126
Procedimentos necessários para ter ligação eléctrica (número)	ND	ND	6	6
Procedimentos necessários para registar bens (número)	14	13	13	13
Força do Index de protecção ao investidor (0 a 10)	5,3	5,3	5,3	5,3
Taxa total de impostos (% de lucro)	69,1	69,1	67,1	67,1
Comércio : Custo de exportar (dólares por contentor)	630	825	1.790,00	2.215,00
Comércio: Tempo para exportar (dias)	18	18	13	13

Fonte: Criado a Partir da base de Dados:" World Bank, Doing Business".

<http://databank.worldbank.org/Data/Views/Reports/TableView.aspx> - elaborado dia 4 de julho de 2012

#### Indía

Indicador/ Ano	2005	2007	2010	2011
Custo de iniciar um negócio (% de rendimento per capita)	62	74,6	56,5	46,8
Index de facilidade de fazer negócios ( 1= mais fácil e 183 = mais difícil)	ND	ND	139	132
Procedimentos necessários para ter ligação eléctrica (número)	ND	ND	7	7
Procedimentos necessários para registar bens (número)	5	5	5	5
Força do Index de protecção ao investidor (0 a 10)	6	6	6	6
Taxa total de impostos (% de lucro)	65,5	71,5	63,3	61,8
Comércio : Custo de exportar (dólares por contentor)	864	820	1.055,00	1.095,00
Comércio: Tempo para exportar (dias)	27	18	17	16

Fonte: Criado a Partir da base de Dados:" World Bank, Doing Business".

<http://databank.worldbank.org/Data/Views/Reports/TableView.aspx> - elaborado dia 4 de julho de 2012

## Canadá

Indicador/ Ano	2005	2007	2010	2011
Custo de iniciar um negócio (% de rendimento per capita)	0,9	0,9	0,4	0,4
Index de facilidade de fazer negócios ( 1= mais fácil e 183 = mais difícil)	ND	ND	12	13
Procedimentos necessários para ter ligação eléctrica (número)	ND	ND	8	8
Procedimentos necessários para registar bens (número)	6	6	6	6
Força do Index de protecção ao investidor (0 a 10)	8,3	8,3	8,3	8,3
Taxa total de impostos (% de lucro)	49,1	45,9	29,2	28,8
Comércio : Custo de exportar (dólares por contentor)	1.385,00	1.385,00	1.610,00	1.610,00
Comércio: Tempo para exportar (dias)	7	7	7	7

Fonte: Criado a Partir da base de Dados:" World Bank, Doing Business".

<http://databank.worldbank.org/Data/Views/Reports/TableView.aspx> - elaborado dia 4 de julho de 2012

## Estados Unidos da América

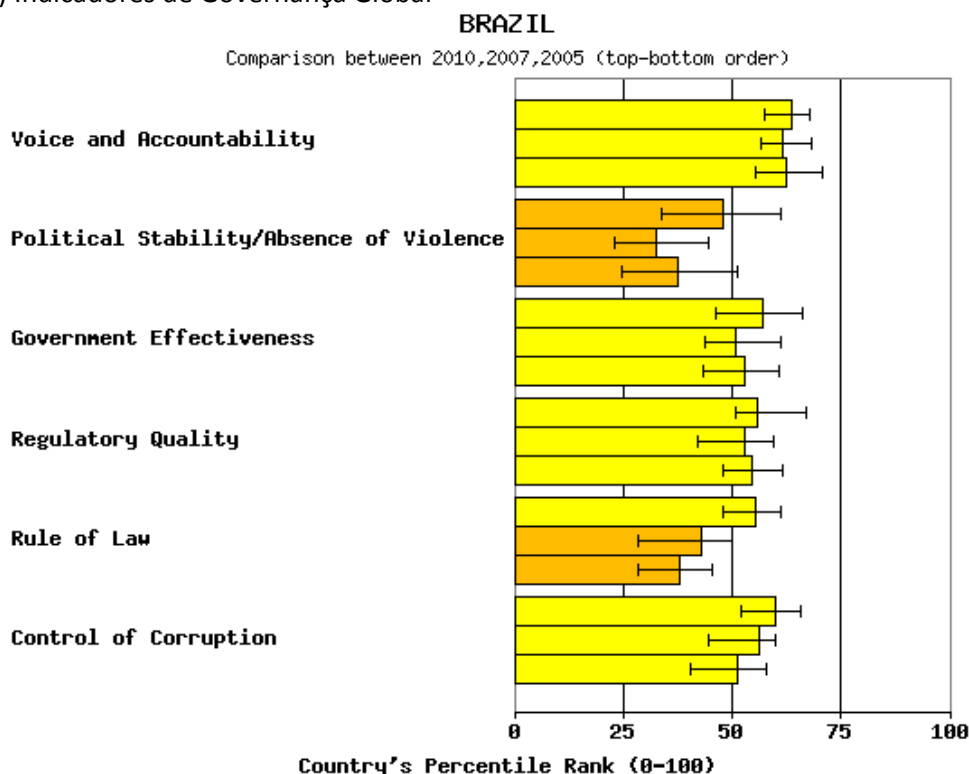
Indicador/ Ano	2005	2007	2010	2011
Custo de começar um negócio (% de rendimento per capita)	0,8	0,7	1,4	1,4
Index de facilidade de fazer negócios (1= mais fácil e 183 = mais difícil)	ND	ND	4	4
Procedimentos necessários para ter ligação eléctrica (número)	ND	ND	4	4
Procedimentos necessários para registar bens (número)	4	4	4	4
Força do Index de protecção ao investidor (0 a 10)	8,3	8,3	8,3	8,3
Taxa total de impostos (% de lucro)	46	46,2	46,8	46,7
Comércio: Custo de exportar (dólares por contentor)	960	960	1.050,00	1.050,00
Comércio: Tempo para exportar (dias)	6	6	6	6

Fonte: Criado a Partir da base de Dados:" World Bank, Doing Business".

<http://databank.worldbank.org/Data/Views/Reports/TableView.aspx> - elaborado dia 4 de julho de 2012.



### C) Indicadores de Governança Global



Source: Kaufmann D., A. Kraay, and M. Mastruzzi (2010), The Worldwide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues

Note: The governance indicators presented here aggregate the views on the quality of governance provided by a large number of enterprise, citizen and expert survey respondents in industrial and developing countries. These data are gathered from a number of survey institutes, think tanks, non-governmental organizations, and international organizations. The WGI do not reflect the official views of the World Bank, its Executive Directors, or the countries they represent. The WGI are not used by the World Bank Group to allocate resources.

Fonte: Worldwide Governance Indicators [http://info.worldbank.org/governance/wgi/sc\\_chart.asp#](http://info.worldbank.org/governance/wgi/sc_chart.asp#) , gráfico elaborado dia 3 de julho de 2012.

Através destes Indicadores podemos ver como foi a progressão do Brasil (representada em quartis) entre 2005 e 2010, passando por 2007.

Os Indicadores que estão reflectidos na base de dados Worldwide Governance Indicators foram considerados os mais apropriados para reflectir elemento de poder da Governança Global: Voz e Responsabilidade, Estabilidade Política e ausência de violência, efectividade de Governo, Qualidade Reguladora, Estado de Direito, Controlo da Corrupção<sup>246</sup>.

Pela pesquisa efectuada no âmbito deste trabalho a interpretação do gráfico é que os fatores de Governança Global estão intimamente ligados a fatores de estabilidade interna (bem reflectidos nos indicadores). Pelos obstáculos que concluímos existirem à ascensão do Brasil ao poder, e por estarem implícitos nestes indicadores, parece correcto afirmar que uma das razões para o Brasil não ser uma grande potência está ligada aos obstáculos internos que, no seu conjunto, não permitem que apresente valores mais sólidos do vector governança global, um dos que apresentamos no nosso modelo de análise de poder como chave para a concretização de poder ao

<sup>246</sup> A base de dados não dá a possibilidade de escolher a língua das legendas, pelo que tivemos de contentar-nos e apresentar o gráfico com legenda e nota explicatória integrante em inglês.

nível do perfil de grande potência.

#### D) Indicadores de Ciberpoder<sup>247</sup>

##### Explicação dos Indicadores

Exportações de Alta Tecnologia incluem os produtos com alto nível de R&D no seu desenvolvimento, como os produtos aeroespaciais, computadores, fármacos, instrumentos científicos e maquinaria electrónica.

Candidaturas a Patentes indica quais as patentes a nível mundial que são processadas pelas regras do Tratado de Cooperação de Patentes ou em um escritório nacional de patentes. Dá a conhecer o nível de inovação que cada potência apresenta e da qualidade dos pesquisadores.

Gastos com R&D são uma constante e importantes somas (públicas e privada) são empregues sistematicamente em trabalho creativo para aumentar o conhecimento, incluindo conhecimento da humanidade, cultura, sociedade e uso do conhecimento para novas aplicações. R&D engloba pesquisa básica, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental. Ajuda-nos a compreender o nível de dedicação do Estado com o progresso nas diversas áreas científicas. Progresso que tem, inevitavelmente, impacto no progresso de todas as áreas onde o conhecimento e pesquisa podem ser aplicados.

Pedidos para registar uma marca é um indicador de quantos pedidos são feitos para registar uma marca com o escritório nacional ou regional de propriedade intelectual. Permite compreender a capacidade de alcance que o mercado nacional tem e o volume de marcas que podem ser sujeitas a circulação internacional.

Técnicos de R&D ou pessoal equivalente são pessoas cuja tarefa principal exige conhecimento técnico e experiência em engenharia, ciências físicas e da vida (técnicos), ou ciências sociais e humanas (pessoal equivalente). Participam em R&D através do cumprimento de tarefas científicas e técnicas que incluem a aplicação de conceitos e de conceitos operacionais, normalmente estão sob a supervisão dos pesquisadores.

Os pesquisadores em R&D são profissionais comprometidos com a concepção ou criação de novos conhecimentos, produtos, processos, métodos ou sistemas na gestão dos projectos com que se ocupam. Estudantes de Pós-Doutoramento (ISCED97, nível 6) são considerados parte de R&D e estão incluídos nos números.

---

<sup>247</sup> Nas tabelas da vertente ciberpoder os valores, quando percentagens, aparecem arredondados á casa decimal imediatamente superior ou inferior.

## Brasil

Ano	2000	2005	2007	2010
Exportações Alta Tecnologia (% de bens manufacturados)	19	13	12	11
Candidaturas a Patentes, residentes	3.080	3.905	4.023	2.705
Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (% do PIB)	1	1	1	ND
Pedidos para registar uma marca	108.231	99.310	104.125	125.654
Técnicos de Pesquisa e Desenvolvimento (por milhão de pessoas)	339	467	526	ND
Pesquisadores em Pesquisa e Desenvolvimento (por milhão de pessoas)	424	588	658	ND

Fonte: World Bank database, World Development Indicators ( WDI) and Global Development Finance (GDF), pesquisa de 5 de julho de 2012.

## Chile

Ano	2000	2005	2007	2010
Exportações Alta Tecnologia (% de bens manufacturados)	3	6	6	5
Candidaturas a Patentes, residentes	241	361	403	328
Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (% do PIB)	1	ND	0	ND
Pedidos para registar uma marca	34.388	33.757	32.081	45.104
Técnicos de Pesquisa e Desenvolvimento (por milhão de pessoas)	ND	ND	243	ND
Pesquisadores em Pesquisa e Desenvolvimento (por milhão de pessoas)	410	ND	334	ND

Fonte: World Bank database , World Development Indicators ( WDI) and Global Development Finance (GDF), pesquisa de 5 de julho de 2012.

## Estados Unidos da América

Ano	2000	2005	2007	2010
Exportações Alta Tecnologia (% de bens manufacturados)	34	30	27	20
Candidaturas a Patentes, residentes	164.795	207.867	241.347	241.977
Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (% do PIB)	3	3	3	ND
Pedidos para registar uma marca	292.464	264.510	304.129	281.867
Técnicos de Pesquisa e Desenvolvimento (por milhão de pessoas)	ND	ND	ND	ND
Pesquisadores em Pesquisa e Desenvolvimento (por milhão de pessoas)	4.579	4.633	4.673	ND

Fonte: World Bank database, World Development Indicators ( WDI) and Global Development Finance (GDF), pesquisa de 5 de julho de 2012.

## Alemanha

Ano	2000	2005	2007	2010
Exportações Alta Tecnologia (% de bens manufacturados)	19	17	14	15
Candidaturas a Patentes, residentes	51.736	48.367	47.853	47.047
Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (% do PIB)	2	2	3	ND
Pedidos para registar uma marca	97.337	80.091	83.352	74.339
Técnicos de Pesquisa e Desenvolvimento (por milhão de pessoas)	ND	1.146	1.299	ND
Pesquisadores em Pesquisa e Desenvolvimento (por milhão de pessoas)	3.131	3.297	3.525	ND

Fonte: World Bank database , World Development Indicators ( WDI) and Global Development Finance (GDF), pesquisa de 5 de julho de 2012.

## Austrália

Ano	2000	2005	2007	2010
Exportações Alta Tecnologia (% de bens manufacturados)	19	17	14	15
Candidaturas a Patentes, residentes	51.736	48.367	47.853	47.047
Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (% do PIB)	2	2	3	ND
Pedidos para registar uma marca	97.337	80.091	83.352	74.339
Técnicos de Pesquisa e Desenvolvimento (por milhão de pessoas)	ND	1.146	1.299	ND
Pesquisadores em Pesquisa e Desenvolvimento (por milhão de pessoas)	3.131	3.297	3.525	ND

Fonte: World Bank database, World Development Indicators (WDI) and Global Development Finance (GDF), pesquisa de 5 de Julho de 2012.

## Índia

Ano	2000	2005	2007	2010
Exportações Alta Tecnologia (% de bens manufacturados)	6	6	6	7
Candidaturas a Patentes, residentes	2.206	4.721	6.296	ND
Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (% do PIB)	1	1	1	ND
Pedidos para registar uma marca	84.275	85.669	123.514	ND
Técnicos de Pesquisa e Desenvolvimento (por milhão de pessoas)	85	93	ND	ND
Pesquisadores em Pesquisa e Desenvolvimento (por milhão de pessoas)	110	136	ND	ND

Fonte: World Bank database, World Development Indicators (WDI) and Global Development Finance (GDF), pesquisa de 5 de julho de 2012.

